

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política



Tese

Entre a vida privada e a esfera pública:
a trajetória de vida política de *Alcaldesas* do primeiro e segundo ciclo municipal do
Uruguai (2010-2020)

Marina dos Santos Landa

Pelotas, 2022

Marina dos Santos Landa

Entre a vida privada e a esfera pública:

a trajetória de vida política de *Alcaldesas* do primeiro e segundo ciclo municipal do
Uruguai (2010-2020)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Marione Schulz

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

L253e Landa, Marina dos Santos

Entre a vida privada e a esfera pública : a trajetória de vida política de Alcaldesas do primeiro e segundo ciclo municipal do Uruguai (2010-2020) / Marina dos Santos Landa ; Rosangela Marione Schulz, orientadora. — Pelotas, 2022.

232 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Mulher. 2. Trajetória de vida política. 3. Uruguai. 4. Governo municipal. I. Schulz, Rosangela Marione, orient. II. Título.

CDD : 352

Marina dos Santos Landa

Entre a vida privada e a esfera pública: a trajetória de vida política de *Alcaldesas* do primeiro e segundo ciclo municipal do Uruguai (2010-2020)

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 04 de Julho de 2022.

Banca Examinadora:

.....
Prof.ª Dra. Rosangela Marione Schulz (Orientadora)

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof.ª Dra. Céli Regina Jardim Pinto

Doutora em Ciência Política pela University of Essex na Inglaterra

.....
Prof.ª Dra. Maria Lúcia Rodrigues De Freitas Moritz

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Chegou o momento de escrever os agradecimentos da tão esperada, almejada e desejada tese! Para mim, é um momento de extrema alegria e realização profissional, pois em diversas ocasiões desta trajetória cheguei a cogitar que este momento numa aconteceria afinal, e agora, ao correr pelos capítulos, realizar os últimos ajustes, me vejo satisfeita com a composição desenvolvida até aqui, foi “uma dor e uma delícia” aprender como se produz uma tese de doutorado.

Agradeço aos meus pais, Diná e Jeferson, amorosos, orgulhosos e incansáveis, nunca me deixaram desistir de meu sonho, entenderam minha jornada de modo que sempre pude contar com o apoio deles em todos os momentos, inclusive financeiramente. Sou extremamente grata e dedico este trabalho principalmente ao esforço dos dois. No mais, sou uma pessoa de sorte, pois tenho uma família que sempre esteve por perto e sempre que pode me acolheu, por isso também dedico este trabalho aos meus avós, Jeanine, Rodolfo, Mariza e Miguel, e a minha irmã, Milene.

Agradeço à minha orientadora, Rosangela Schulz, pela dedicação, profissionalismo, rigor, paciência e amizade. Se hoje me vejo como alguém capaz de dissertar sobre o envolvimento de mulheres com a política, foi porque há uma década atrás ingressei na iniciação científica com essa mulher/professora/pesquisadora que tanto admiro. Foi um privilégio todos esses anos de orientações, o meu profundo obrigada, na espera pelas próximas parcerias.

A tese também não sairia do mundo das ideias se não fosse o apoio do meu companheiro Guilherme, que sempre esteve disposto a dialogar e se manteve interessado no tema, obrigada pelas incontáveis noites em que debatemos a tese. Apesar de não usual, também agradeço aos meus animais de estimação, meus gatos Gigi e Pastel e meu Cachorro Bentinho.

Ao longo desses cinco anos, também estive cercada de pessoas queridas, algumas que não vejo há algum tempo, outras que ainda tenho o prazer de conviver com frequência. Minhas amigas e meus amigos, sem vocês, seria bem mais difícil e sem graça. Isabela, Liana, Fran, Ester, Luiza, Isadora, Elenize e Fernanda, espero que não falem oportunidades para a gente comemorar!

Agradeço ao ambiente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol), seguramente o convívio com as(os) professoras(es) e alunas(os) do programa, além de gratificante, possibilitaram-me o amadurecimento teórico e a qualificação do projeto de pesquisa. Aos meus colegas, Bruno, Michele, Valéria e Carol que, além de colegas, se tornaram amigos e contribuíram muito com discussões e palavras de apoio durante esta longa jornada.

Também agradeço a todas as bravas mulheres uruguaias que me concederam a oportunidade de entrevistá-las e conhecê-las de uma maneira formidável. Obrigada pela disposição e por terem se aberto comigo e contado suas histórias, este trabalho é para vocês também.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que proporcionou as condições objetivas, o apoio financeiro por meio da concessão da bolsa nos dois primeiros anos do doutorado, tempo em que pude me dedicar exclusivamente à vida acadêmica, culminando na conclusão deste trabalho.

Finalmente, gostaria de agradecer a Universidade Federal de Pelotas, pois encerro meu ciclo de estudante nesta universidade (graduações, mestrado e doutorado), tendo tido a oportunidade de receber uma educação gratuita de excelente qualidade. Neste espaço, vivi os melhores anos da minha vida e me formei enquanto pessoa, profissional e cidadã, serei eternamente grata a vida por essa oportunidade.

Resumo

LANDA, Marina dos Santos. **Entre a vida privada e a esfera pública**: a trajetória de vida política de *Alcaldesas* do primeiro e segundo ciclo municipal do Uruguai (2010-2020). Orientadora: Rosangela Marione Schulz. 2022. 231f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

A presente tese caracterizou-se como um estudo empírico abordando o tema mulher e política, inserindo-se no conjunto de estudos dedicados à análise sobre construção de carreiras políticas, buscando discorrer sobre as desigualdades enfrentadas por dezessete mulheres no desenrolar de suas trajetórias na política municipal do Uruguai. O objetivo geral do trabalho foi investigar quais as razões e os desafios que levaram as *Alcaldesas* a se envolver com a política, culminando em suas atuações nos conselhos municipais do Uruguai. Para resolver a proposta colocada pela tese, a investigação tratou de arquitetar a trajetória de vida política de dezessete *Alcaldesas* que assumiram mandatos nos dois primeiros ciclos municipais uruguaios (2010-2020). A trajetória de vida política compreende a associação de quatro dimensões: Esfera Pública, Vida Privada, Enquadramento Territorial e Perspectivas Políticas de Gênero. Dessa maneira, a investigação possui características que a aproximam dos estudos de gênero e da teoria política feminista, pois embasada nesses pressupostos, redimensionou a análise, extravasando as disputas travadas na arena política, buscando as respostas da construção da carreira política também na vida privada das entrevistadas. A metodologia para a obtenção dos resultados incluiu a operacionalização de dois trabalhos de campo no Uruguai (2014 e 2020), quando foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as *Alcaldesas* que aceitaram participar da investigação. Também foram incluídas, como fontes secundárias, os resultados eleitorais disponibilizados pela Corte Electoral Uruguaya, a consulta em sites oficiais municipais, a coleta dos dados censitários de 2011, o exame dos estudos sociodemográficos concedidos pelo Observatório Território Uruguay e a exploração de materiais digitais produzidos por jornais de circulação nacional e local disponibilizados na web. A partir da organização do material e da estruturação das dimensões que deram sentido as trajetórias de vida política, observou-se distintas razões para o ingresso dessas mulheres na política, o que é sustentado pelas diferentes realidades sociais, econômicas e territoriais de cada uma. Contudo, apesar de serem mulheres muito diferentes, no que tange aos desafios e adversidades, a partir dos relatos constatou-se uma homogeneização entre as percepções das uruguaias, cuja explicação está na desigualdade estrutural experienciada por homens e mulheres, na pretensiosa separação das esferas pública e privada e na divisão sexual do trabalho que define tradicionalmente papéis sociais para o gênero feminino e masculino.

Palavras-chave: Mulher. Trajetória de vida política. Uruguai. Governo municipal.

Abstract

LANDA, Marina dos Santos. **Between private life and the public sphere:** the political life trajectory of *Alcaldesas* [women mayors] of the first and second municipal cycle in Uruguay (2010-2020). Advisor: Rosangela Marione Schulz. 2022. 231f. Thesis (PhD in Political Science) - Postgraduate Program in Political Science - Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas. Pelotas, 2022.

This dissertation is characterized as an empirical study approaching women and politics, within the set of studies dedicated to the analysis of the construction of political careers, seeking to discuss the inequalities faced by seventeen women in the course of their trajectories in municipal politics in Uruguay. The overall objective of the work was to investigate the reasons and challenges that led *Alcaldesas* to become involved in politics, culminating in their participation in Uruguay's municipal councils. To address the proposition posed by the dissertation, the research intended to structure the political life trajectory of seventeen *Alcaldesas* who took office in Uruguay's first two municipal cycles (2010-2020). The trajectory of political life comprises the association of four dimensions: Public Sphere, Private Life, Territorial Framework, and Gender Political Perspectives. Thus, the research has characteristics that bring it closer to gender studies and feminist political theory, because based on these assumptions, the analysis was scaled, going beyond the disputes fought in the political arena, seeking the answers of the construction of the political career also in the private life of the interviewees. The methodology for obtaining the results included the operationalization of two field works in Uruguay (2014 and 2020), when semi-structured interviews were conducted with the *Alcaldesas* who agreed to participate in the investigation. Also included, as secondary sources, were the electoral results made available by the Uruguayan Electoral Court, the consultation on official municipal websites, the collection of 2011 census data, the examination of sociodemographic studies granted by the Territory Uruguay Observatory, and the exploration of digital materials produced by national and local newspapers made available on the web. From the organization of the material and the structuring of the dimensions that gave meaning to the trajectories of political life, we observed different reasons for the entry of these women into politics, which is supported by the different social, economic and territorial realities of each one. However, despite being very different women in terms of challenges and adversities, from the reports we found a homogenization among the Uruguayan women's perceptions, whose explanation lies in the structural inequality experienced by men and women, in the pretentious separation of the public and private spheres, and in the sexual division of labor that traditionally defines social roles for men and women.

Keywords: Women. Political life trajectory. Uruguay. Municipal government.

Lista de Figuras

Figura 1 - Percurso das entrevistas no Uruguai (2020).....	26
Figura 2 - Distribuição de municípios ao longo do território Uruguiaio (2020).....	87

Lista de Quadros

Quadro 1 - Mulheres entrevistadas em 2014.	24
Quadro 2 - Mulheres entrevistadas em 2020.	28
Quadro 3 - Os princípios fundamentais do sistema de descentralização local.....	78
Quadro 4 - Municipalização dos Departamentos (2010 - 2025).	88

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Representação de mulheres: Eleições Parlamentares (1984-2019).....	91
Tabela 2 - Representação de mulheres: Eleições Departamentais (Juntas Departamentais).....	93
Tabela 3 - Representação de mulheres: Eleições Municipais (2010-2015).	94
Tabela 4 - Representação de mulheres: Eleições Municipais (2010 - 2020).	96
Tabela 5 - Os partidos e representação de mulheres nos três ciclos eleitorais (2010-2025).	97
Tabela 6 - Representação municipal: Eleições Departamentais (Intendente).....	99
Tabela 7 - Indicadores populacionais, educativos, NBI e mercado de trabalho, segundo agrupamento de municípios.	141
Tabela 8 - <i>Alcaldesas</i> titulares ao longo das três eleições municipais	142

Lista de Siglas

ABCP	Associação Brasileira de Ciência Política
CZZ	Centro Comunal Zonal
CSD	Comissão Setorial de Descentralização
DINOT	Dirección Nacional de Ordenamiento Territorial
FA	Frente Ampla
FCS	Faculdade de Ciências Sociais
FUCVAM	Federação Uruguaia de Cooperativas de Vivendas por Ajuda Mútua
Inmujeres	Instituto Nacional de las Mujeres
IMM	Intendência Municipal de Montevideo
JL	Juntas Locais
MIDES	Ministério do Desenvolvimento Social
MLN-T	Movimento de Liberação Nacional - Tupamaros
MPP	Movimiento de Participación Popular
MYSU	Mujer y Salud en Uruguay
NBI	Necessidades básicas insatisfeitas
ONGs	Organizações não governamentais
OPP	Oficina de Planeamiento y Presupuesto
OTU	Observatório Território Uruguay
PN	Partido Nacional
REAGE	Representação, Ativismos e Gênero
Udelar	Universidade da República
UIP	União Interparlamentar
UNTMRA	Unión Nacional de Trabajadores del Metal y Ramas Afines

Sumário

1	Introdução	14
1.1	Problema de pesquisa, objetivo geral, específicos e hipóteses	19
1.2	Metodologia.....	21
1.3	Trabalhos de campo.....	22
1.4	Roteiro das entrevistas.....	29
1.5	Estrutura dos capítulos.....	31
2	A vida das mulheres e o mundo da política e o mundo da política na vida das mulheres.....	34
2.1	As mulheres e a política: uma perspectiva teórico-prática feminista	36
2.1.1	Fatores institucionais	39
2.1.2	Manifestações culturais	43
2.1.3	Atributos socioeconômicos	46
2.2	A carreira de mulheres na política.....	48
2.3	A trajetória de vida política: entre a vida privada e a esfera pública.....	60
2.4	Considerações sobre o capítulo	65
3	O ponto que as une: a criação dos municípios no Uruguai	67
3.1	Estrutura institucional do Uruguai.....	68
3.1.1	Sistema político e eleitoral	68
3.1.2	O sistema partidário no Uruguai	70
3.2	O processo de descentralização política no Uruguai	74
3.2.1	Deveres e atribuições dos governos municipais	78
3.2.2	O Conselho Municipal.....	82
3.2.3	A cobertura municipal em 2010	83
3.2.4	Os municípios instalados em 2015 e 2020	86
3.3	O esperançoso processo eleitoral de 2010	89
3.4	Os resultados eleitorais sob a análise de gênero.....	90
3.5	Considerações sobre a (sub)representação de mulheres na política institucional uruguaia	100
4	Trajetórias de vida política nos cenários de Canelones, Colonia, Rocha, Cerro Largo e Flores	101

4.1 O cenário de Canelones (Los Cerrillos, San Ramón, Santa Rosa, Migueles, Progreso e La Floresta)	103
4.1.1 Rosa Imoda (PN)	105
4.1.2 Beatriz Lamas (PN).....	106
4.1.3 Gretel Ferrari (PN)	108
4.1.4 Maria del Carmen Suárez (PN).....	110
4.1.5 Margot de Leon (FA).....	112
4.1.6 Cristina Castro (FA)	115
4.1.7 Ivon Lorenzo (FA)	117
4.2 O cenário de Colonia (Colonia Valdense e Nueva Helvecia)	119
4.2.1 Analí Bentancur (PN)	120
4.2.2 María de Lima (PN).....	122
4.3 O cenário de Rocha (Chuy).....	124
4.3.1 Mary Urse (FA)	125
4.4 O cenário de Cerro Largo (Fraile Muerto)	127
4.4.1 Graciela Echenique (PN)	127
4.5 O cenário de Flores (Ismael Cortinas).....	129
4.5.1 Luz Echande	130
4.6 Histórias e possibilidades políticas no interior do Uruguai.....	132
5 Trajetórias de vida política no cenário da capital (Montevidéu).....	137
5.1 O cenário da capital: Montevidéu e seus oito municípios.....	138
5.2 As <i>Alcaldesas</i> de Montevidéu	143
5.2.1 Cristina Oliveira (FA).....	143
5.2.2 Míriam Rodríguez (FA)	145
5.2.3 Sandra Nedov (FA)	149
5.2.4 Susana Camarán (FA)	152
5.2.5 Susana Rodríguez Calvo (FA)	154
5.3 Histórias e possibilidades políticas na capital do Uruguai	157
5.4 Considerações sobre as trajetórias: gênero, singularidades e similaridades	160
6 <i>Alcaldesas</i> e suas perspectivas políticas de gênero	164
6.1 Mulheres e política: retomando os fatores culturais e institucionais	165
6.1.1 Gerenciamento do tempo	165
6.1.2 Exigências de habilidades e competências políticas	168

6.1.3 Reprodução dos rótulos de gênero e competição “feminina”	172
6.1.3 Ambição política.....	174
6.1.5 Perpetuação das desigualdades entre homens e mulheres	175
6.1.6 As regras do jogo e a lógica masculina	178
6.2 Posicionamentos sobre a agenda de gênero e direitos humanos	181
6.2.1 O ciclo progressista: direitos humanos e equidade social	182
6.2.2 Direitos das mulheres	187
6.2.2.1 Violência baseada em gênero	189
6.2.2.2 Despenalização do aborto	193
6.3 Considerações rumo a uma representação substantiva	197
7 Considerações finais	200
Referências	209
Apêndices.....	223

1 Introdução

Ascender ao mundo da política é uma ação que envolve uma parcela significativa de tempo das relações privadas e públicas de quem propõe-se a seguir por esse caminho. É preciso otimizar os momentos de sua vida e dos recursos econômicos para, assim, promover-se, publicitando projetos e ideologias. Sobretudo, é necessário dialogar e contar com o apoio dos familiares, dos pares, e, por fim, dos eleitores. À primeira vista, parece ser uma fórmula igual para qualquer indivíduo que projeta uma carreira política: ambição política, tempo, dinheiro, redes de contatos. Contudo, ao observar as composições das Assembleias Legislativas e Câmaras Nacionais, percebe-se que mais instrumentos são fundamentais para completar o quebra-cabeças que permite compreender o sucesso na arena político-institucional do que apenas a simples congruência entre esses fatores para o impulsionamento da vida pública.

A discussão torna-se mais complexa quando são adicionados marcadores sociais aos indivíduos competidores, tais como raça, classe e gênero. Segundo os dados disponibilizados pela União Interparlamentar (UIP)¹, em seu ranking mensal de paridade de gênero, organizado a partir de dados compilados em mais de 200 países, em janeiro de 2020 somente em três países as mulheres ocupavam um número maior de assentos parlamentares do que os homens. Para mais, em apenas ¼ dos casos as mulheres ocupavam mais de 30% das cadeiras à disposição. No entanto, os homens representavam, pelo menos, 70% da composição em mais de ¾ dos parlamentos nacionais investigados (IPU, 2020). Por que há uma diferença tão substantiva/abissal no número de homens e mulheres nos Parlamentos? Pertencer/ser identificado por um dos dois gêneros binários inscritos no modelo institucional é determinante para a construção de candidaturas bem-sucedidas?

Os primeiros trabalhos prestigiados na Ciência Política brasileira que buscaram investigar como os indivíduos conseguiam prosperar no campo político não

¹ Organização internacional dos parlamentos, representa a rama legislativa dos governos em uma escala mundial. Trata-se de uma instituição para o fomento da cooperação entre os parlamentos. Trabalha sob o sistema de Nações Unidas e seu propósito fundamental é obter paz, cooperação entre os povos e a consolidação das instituições representativas através do diálogo político. Para mais detalhes, consultar <<https://www.ipu.org/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

consideravam as desigualdades de gênero e suas análises estavam focadas apenas nas disputas travadas dentro das arenas eleitorais e partidárias (RODRIGUES, 2006; SANTOS; SERNA, 2007; PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009). Conforme Pinto (2014), são estudos que acabam por solidificar ou naturalizar como dominante um modelo político centrado no masculino, que invisibiliza discriminações e/ou injustiças compartilhadas por todas as mulheres.

Apesar da lacuna na literatura tradicional de carreira, é possível encontrar diversos estudos que se debruçaram (e ainda se debruçam) em compreender como a relação entre a mulher e a política desenvolve-se, bem como buscam fundamentar por qual razão a ausência delas tem sido uma constante (TABAK, TOSCANO, 1982; GROSSI; MIGUEL, 2001; PINTO; MORITZ; SCHULZ; 2013; FREIDENBERG; MUÑOZ-POGOSSIAN, 2019). Designados “estudos de gênero” (MATOS, 2008), os trabalhos têm convergido em apontar um conjunto de três matrizes explicativas para a (sub)representação feminina no campo político, partidário e eleitoral: arranjos institucionais, atributos socioeconômicos e fatores culturais (ARAÚJO, 1998, 2001, 2005, 2010, 2012; CHASQUETTI, PÉREZ, 2012; JOHNSON, 2000, 2005, 2013, 2019; JOHNSON; PÉREZ, 2010; PÉREZ; VAIRO, 2013; PÉREZ, 2015; MORITZ; SCHULZ, 2015).

A produção de diversas autoras comprometidas com a paridade representativa alavancou o debate, que se tornou muito próspero na área da Ciência Política, porém, em que pese a qualidade das discussões, a feminilização da política (FREIDENBERG, 2020) muito pouco avançou. Passados mais de 40 anos, as explicações para compreender como operam as barreiras e a perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres, assim como os remédios para saná-la ou diminuí-la, continuam a se mostrar indispensáveis. Uma das formas de se aprofundar no tema está em focar nos casos de sucesso, são os estudos sobre as trajetórias de mulheres que conseguiram penetrar na esfera pública (MIGUEL; BIROLI, 2010; PINTO, 2014, 2017; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015; PINTO; SILVEIRA; 2018; ALTMANN, 2019). O que essas mulheres têm/passaram que a grande maioria da população feminina não têm ou teve de passar?

Esta tese alinha-se a essa gama de discussões ao centrar a análise em uma sequência de duas experiências eleitorais (2010-2015, 2015-2020), ocasionada pela municipalização de um pequeno país sul-americano, o Uruguai. Em resumo, os

esforços empreendidos trataram de investigar, como objeto de estudo, a trajetória de vida política de 17 mulheres que atuaram, em algum momento dos dez primeiros anos, como chefas do executivo municipal (*Alcaldesas*).

As *Alcaldesas*² são as atrizes políticas que busquei conhecer a trajetória de vida política, são as eleitas para chefiar as unidades municipais, caracterizadas como o terceiro nível político-administrativo de governo.³ Nesse arranjo, é a figura de maior destaque dentro do Conselho Municipal (órgão formado por cinco membros). Foi a candidata que obteve o melhor desempenho nas urnas: compôs a lista mais votada, tendo sido selecionada para ocupar o primeiro lugar titular em uma lista eleitoral pré-ordenada pelo seu partido político. Na conjuntura municipal, será a responsável por decidir sobre as votações empatadas dentro do Conselho Municipal. Ela também representará o município perante o Intendente, e é o único cargo eletivo local que recebe remuneração salarial pela atividade desempenhada. Somando essa série de fatores, é possível perceber a centralidade do cargo em relação aos demais que compõem o nível municipal.

Nesse sentido, este trabalho caracterizou-se como um estudo empírico abordando o tema mulher e política, inserindo-se no conjunto de estudos dedicados à análise sobre a construção de carreiras políticas, buscando discorrer sobre as desigualdades enfrentadas por essas mulheres no desenrolar de suas trajetórias e na construção/manutenção da carreira política.

Além da importância em compreender o trânsito dessas mulheres na política local uruguaia, a realização desta tese deu prosseguimento às pesquisas de gênero que tenho desenvolvido na Ciência Política desde a conclusão do Bacharelado em Ciências Sociais em 2013. Diretamente, esta pesquisa representou a continuidade e o amadurecimento teórico sobre questões introduzidas em minha dissertação de Mestrado em Ciência Política, quando as autarquias locais haviam sido instituídas

² Tratarei sempre da titulação no pronome feminino, pois o foco de minha análise está centrada apenas nas mulheres que exercem o cargo executivo municipal.

³ Seguramente, minha formação feminista e o diálogo com minhas companheiras do grupo de pesquisa “Representação, Ativismos e Gênero” (REAGE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPel, na universidade e em movimentos sociais, também colaborou para eu que pudesse entender e perceber as nuances sobre ser mulher na política latino-americana, numa sociedade desigual, atravessada por questões raciais, machistas e que ainda conserva resquícios dos legados autoritários.

pela legislação municipal⁴. Naquela etapa, meu objetivo foi compreender quem eram, de fato, as mulheres à frente dos cargos recém-criados (LANDA, 2015). Metodologicamente, aprofundei-me sobre a trajetória pública e investiguei os indicadores socioeconômicos de uma parcela das eleitas através da realização das entrevistas semiestruturadas desenvolvidas ao fim do primeiro mandato. A partir das considerações sobre os dados quantitativos e sobre as entrevistas, este estudo obteve informações exclusivas a respeito do perfil das *Alcaldesas* e *Concejales*, o que possibilitou delinear um panorama geral sobre a representação de mulheres nesse nível de governo (LANDA, 2015).

O campo também me abria novos horizontes, de modo que o contato com as entrevistadas, em 2014, trouxe consigo uma série de outros questionamentos que extrapolaram os objetivos específicos propostos na dissertação. O diálogo com as representantes permitiu conhecer a diversidade das histórias de vida, os detalhes da formação política, as diferenças ideológicas e seus reflexos na construção da carreira, as atividades desempenhadas no município, os projetos para a comunidade e as formas como aquelas mulheres equacionaram a atuação pública com seus compromissos e funções na esfera privada. Enfim, revelou informações fecundas, projetou novos questionamentos e ampliou as reflexões em torno da complexidade de ser mulher e ocupar um cargo político de destaque na comunidade local. Apesar de toda a diversidade de histórias presentes nas narrativas, um fator se revelou comum na explanação de todas as entrevistas: os obstáculos produzidos pelo marcador de gênero e, por consequência, o entrelaçamento entre a vida pessoal e a vida pública na condução da carreira política.

Ao observar que as adversidades ligadas ao marcador gênero sobressaíram em diversos momentos nas narrativas das entrevistadas para além da competição institucional, adentrando no campo das relações privadas, gerou a necessidade de buscar outros referenciais explicativos sobre sua ascensão ao campo político. As narrativas mostraram que a trajetória política de uma mulher perpassa

⁴ Até a criação dos municípios, estruturalmente, existiam apenas dois níveis de organização política, baseada nas instâncias nacional e departamental. O primeiro nível, constituído pelos poderes Executivo e Legislativo nacionais; e o segundo nível, composto por 19 departamentos que integram a República Oriental do Uruguai. A reforma político-administrativa instituiu o terceiro nível de governo no país em 2010. Sancionada pela Lei de Descentralização Política e Participação Cidadã, os municípios uruguaios completaram uma década em 2020. No transcorrer desse período, ampliou-se o número de municípios de 89, para 112 e depois para 125 e foram realizados três pleitos para eleger as autoridades.

necessariamente pela conciliação entre as esferas pública e privada. Isso acontece por estarmos tratando de mulheres que sofrem com a lógica e a estruturação da sociedade patriarcal (MATOS; PARADIS, 2014; PATEMAN, 1993, 2012). O grande obstáculo para essas mulheres não estava centrado na especificidade do campo, mas no trajeto pessoal de cada uma. Assim, o estudo das trajetórias de vida privada e pública das *Alcaldesas* na construção de suas carreiras junto às suas comunidades pareceu um bom começo.

Neste sentido, percebo que esta tese possui algumas características que a afastam dos estudos tradicionais de carreira política e aproximam-na dos estudos de gênero e das teorias políticas feministas, pois, embasada nesses pressupostos, a análise não se limitou ao percurso institucional das *Alcaldesas* entrevistadas, isto é, redimensionou o debate, extravasando as disputas travadas na arena política para fora desse âmbito. Aqui, busquei identificar respostas sobre a construção da carreira política na própria constituição de vida destas mulheres, e, nesse sentido, a opção por abarcar trajetórias pessoais possui total relação com a ênfase dada ao gênero das entrevistadas. Dessa forma, compreende-se que uma trajetória de vida política é resultado do acúmulo de várias facetas da vida das mulheres eleitas para o cargo de *Alcaldesas*.

Nesse seguimento, a proposta da tese foi de voltar à história das *Alcaldesas*, recapitular os dados coletados em 2014, retomar o contato com as representantes reeleitas e conhecer as novas *Alcaldesas*, através de um novo trabalho de campo, realizado em 2020. A partir disso, buscou-se compreender como essas mulheres constituem-se em atrizes políticas ativas na política local, com base em questionamentos oxigenados sobre a constituição das trajetórias dessas mulheres. Nesse sentido, entendo que o debate sobre a trajetória política das mulheres deve subverter a análise focalizada apenas nas disputas travadas dentro das arenas eleitorais e partidárias. Assim sendo, busco explicar a trajetória das *Alcaldesas*, a partir do que entendo como a trajetória de vida política, a qual inclui quatro dimensões explicativas: a esfera pública, a vida privada, o enquadramento territorial e as perspectivas políticas de gênero.

1.1 Problema de pesquisa, objetivo geral, específicos e hipóteses

Dadas as primeiras explicações, o problema de pesquisa que busquei responder ao longo da tese pôde ser sintetizado pelo seguinte questionamento: **A partir da arquitetura da trajetória de vida política de dezessete *Alcaldesas* que exerceram mandatos durante os dez primeiros anos do terceiro nível de governo uruguaio (2010-2020), quais são as razões e os desafios para mulheres oriundas de distintas realidades – sociais, econômicas e territoriais – ascenderem politicamente nos cenários municipais?**

Essa questão abrangente, na verdade, é o somatório de uma série de perguntas complementares.

Sobre as razões: como 17 mulheres distintas ascendem ao mundo público da política? Qual a importância dos contatos da vida profissional e do engajamento militante junto à carreira pública das eleitas? As diferentes configurações territoriais são variáveis/pontos consideráveis em suas trajetórias? Como se deu a socialização política dessas uruguaias?

Acerca dos desafios: Como essas mulheres lidam com as responsabilidades do trabalho doméstico e de cuidado? Qual a relevância da rede de apoio para que as carreiras tenham se materializado? Como essas mulheres percebem os desafios de transitar em uma esfera dominada por homens, ou seja, quais os entraves de ser mulher e atuar na política? E como se posicionam no debate dos direitos das mulheres, demandas e encruzilhadas de gênero em seu país?

Dessa maneira, a partir da arquitetura das trajetórias de vida política de dezessete distintas mulheres, o objetivo geral deste trabalho foi **investigar quais as razões e os desafios que levaram as *Alcaldesas* a se envolver com a política, culminando em suas atuações nos conselhos municipais do Uruguai.**

Diante disso, os objetivos específicos compreendem a síntese das quatro dimensões que explicam a trajetória de vida política das *Alcaldesas*: **(a)** avaliar o desenvolvimento da trajetória pública das *Alcaldesas*, detendo-se sobre a vida profissional e rede de contatos, da militância e engajamento político e da carreira político-institucional; **(b)** politizar a vida privada, examinando os temas da socialização política, desdobramentos e obrigações na divisão sexual do trabalho

(responsabilidades domésticas e de cuidado) e rede de apoio; **(c)** demonstrar como as particularidades territoriais da implementação dos municípios repercutem na trajetória política das *Alcaldesas*; e **(d)** analisar as percepções políticas de gênero das entrevistadas sobre o exercício político de mulheres e a conjuntura política no que tange a agenda de direitos humanos e gênero no Uruguai.

Em relação às razões que as levaram a disputar a eleição, a primeira hipótese é que, por tratar-se de mulheres com histórias distintas, ou seja, muito diferentes entre si – tanto em relação ao departamento e município pela qual foram eleitas, em relação aos partidos e espectro ideológico que se situam, pela militância (ou não) e formação política, quanto pelas profissões e rede de contatos, haverá distintas explicações que justificam seus interesses pela política e as causas do recrutamento eleitoral. Apesar disso, sustento que o sólido sistema partidário uruguaio (partidos tradicionais [Partido Nacional e Partido Colorado] x coalizão de esquerdas [Frente Ampla]) fornecerá uma moldura característica para dividir o grande grupo em dois e, a partir disso, será possível descobrir similaridades endógenas a cada grupo: as *Alcaldesas* de direita (Partido nacional – PN) e as *Alcaldesas* de esquerda (Frente Ampla – FA).

A segunda hipótese se dedica a refletir sobre os desafios encontrados por essas mulheres para exercitar a política. Aqui, parto do pressuposto de que o marcador gênero estabelece uma relação complexa com a condução da trajetória política, a qual também congrega elementos da trajetória de vida particular, ou seja, do espaço/mundo privado. Portanto, espera-se que esse elo apareça frequentemente em todas as entrevistas, de forma que as individualidades e distinções não sejam fortes o suficiente para livrar as *Alcaldesas* dos padrões de gênero. Isso se aplicará a realidade de todas (de direita ou esquerda, jovens ou experientes, ricas ou pobres). É provável, também, que essas condições impliquem em sobrecarga, pois, ao desviar do papel tradicional que é esperado socialmente das mulheres, isto é, da reprodução da força de trabalho e dos cuidados da esfera doméstica, para lançar-se na construção de sua carreira política, elas precisarão projetar acomodações e rupturas, desdobrando-se e dedicando-se duplamente, tanto em sua vida particular quanto em sua trajetória pública.

A segunda hipótese derivou a construção de uma terceira, isto é, o “pertencimento” das mulheres ao mundo privado ainda deve refletir no tratamento que recebem quando adentram ao campo da política, na medida em que seriam

“estranhas” a esfera pública e, ao se verem em número muito menor, acabam por sofrer uma série de constrangimentos e até mesmo serem alvo de diminuições em relação às suas potencialidades políticas. Portanto, espera-se que as mulheres também estejam atentas a essas desigualdades e, da mesma maneira que na segunda hipótese, essa seja uma desvantagem comum a todo grupo.

1.2 Metodologia

A abordagem metodológica aplicada na realização da tese incluiu a operacionalização de técnicas quantitativas e a análise de dados qualitativos. Os dados quantitativos referiram-se às eleições municipais e aos resultados das listas eleitorais, que foram sistematizados através da consulta ao portal da *Corte Electoral del Uruguay*.⁵ Nesse sentido, foram incluídas informações do primeiro (2010), segundo (2015) e terceiro pleito eleitoral municipal (2020). Além da pesquisa sobre os pleitos locais, os dados eleitorais sobre as outras duas instâncias administrativas de poder – primeiro e segundo nível de governo – foram obtidos através das análises produzidas pela literatura política uruguaia especializada em gênero e representação política (JOHNSON, 2000, 2005, 2019; JOHNSON, PÉREZ, 2010; PÉREZ, 2015).

Especificamente sobre as *Alcaldesas*, as informações consultadas seguiram dois tipos de fontes. Em primeiro lugar, foram consideradas as fontes primárias provenientes da realização de entrevistas semiestruturadas obtidas a partir dos dois trabalhos de campos desenvolvidos no Uruguai (2014 e 2020): são as narrativas particulares, as memórias de cada uma delas sobre diversos momentos de suas vidas, as quais acessei através das respostas e procurei articular na composição das biografias desenvolvidas no quarto e quinto capítulo e nos posicionamentos políticos examinados no sexto capítulo.

Em segundo lugar, para complementar a investigação, foi construído um banco de dados com fontes secundárias sobre todas as informações encontradas sobre as *Alcaldesas* na *web*. Cabe destacar a dificuldade para se obter esses dados, sendo possível supor que se trate de desconhecimento sobre o terceiro nível de governo em

⁵ *Corte Electoral - República Oriental del Uruguay* é o tribunal responsável por regular e controlar todos os atos e procedimentos eleitorais, além de publicar os resultados. Para maiores informações, consulte o site: <<https://www.corteelectoral.gub.uy/>>. Acesso em: 17 maio 2022.

decorrência de sua recente implementação. Além disso, o tamanho e a distância dos municípios em relação a Montevideu, acarretou uma maior dificuldade de conseguir material sobre a trajetória das eleitas no interior. Feitas as ressalvas, as informações complementares foram coletadas nos sites dos municípios, nos sites dos partidos, em reportagens de jornais e mídias alternativas locais, nos sites pessoais e nas redes sociais das eleitas.

Já os indicadores sobre as localidades, que alimentaram as discussões sobre a dimensão territorial, foram coletados através de informações disponibilizadas pelos próprios órgãos municipais e pelos institutos oficiais de pesquisa uruguaios. Nesse âmbito, consideram-se as informações retiradas dos sites oficiais dos municípios incluídos na pesquisa, os dados censitários provenientes do último Censo realizado em 2011⁶ pelo *Instituto Nacional de Estadística - Uruguay*, e, por fim, os relatórios socioterritoriais desenvolvidos pelo *Observatorio Territorio Uruguay*⁷.

Os resultados eleitorais foram anexados junto às discussões de cunho institucional e forneceram um quadro minucioso da presença das mulheres a nível municipal, departamental e nacional. O restante dos dados foram estruturados dentro de quatro dimensões analíticas, a saber: esfera pública, vida privada, enquadramento territorial e perspectivas políticas de gênero. Juntas, elas têm a potência de demonstrar como o exercício político torna-se de fato um gosto e, em resultância, uma fonte de interesse profissional para as entrevistadas, vinculado a discussão ao território.

1.3 Trabalhos de campo

A base para o presente estudo foi o trabalho de campo realizado ao longo de 2014 durante a finalização do meu mestrado em Ciência Política. Nesse sentido, é fundamental destacar a potencialidade de se desenvolver a pesquisa neste país, o

⁶ Este foi o último censo empreendido pelo Uruguai, sendo realizado no período de 1º de setembro a 30 de dezembro de 2011. Para maiores informações, consultar o site: <<https://www.ine.gub.uy/web/guest/censos-2011>>. Acesso em: 17 maio 2022.

⁷ O *Observatorio Territorio Uruguay* (OTU) tem como objetivo gerar e difundir informações e conhecimentos sistemáticos que permitam uma melhor compreensão dos diversos contextos territoriais do país, a fim de contribuir para o desenho de políticas e gestão transparente da informação. Para maiores informações, consultar o site: <<https://otu.opp.gub.uy/>>. Acesso em: 17 maio 2022.

Uruguai, que ao implementar um nível de governo local apresentou-se como uma novidade de significativa importância na área de ciência política e dos estudos de gênero e política. E que, pelas suas dimensões territoriais, isto é, tamanho e número de municípios, permitiu a realização de um trabalho de campo em escala nacional, sem ser necessário recorrer a estudos específicos de caso ou apenas a dados secundários. Para chegar nas *Alcaldesas*, utilizei da técnica *snowball* (bola de neve), uma forma de amostra não probabilística, muito utilizada em pesquisas etnográficas, na qual os primeiros participantes que aceitam participar do estudo indicam possíveis novos participantes, que, por sua vez, dão continuidade a cadeia de apresentações e novos participantes são recrutados. Esse movimento se repete sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto, o “ponto de saturação” – momento em que as informações começam a se repetir (WHA, 1994).

Naquele momento, o planejamento inicial era de colher apenas as narrativas de *Alcaldesas*, porém, a técnica da bola de neve me direcionou ao contato com as *Concejales*, e, dessa forma, também foram inseridas algumas entrevistas com ocupantes desse cargo. A inclusão significou uma maior abrangência no número de entrevistadas, já que o objetivo proposto no mestrado foi mapear de uma forma geral a presença de mulheres no terceiro nível de governo uruguaio. Visto que se tratava de um cargo não remunerado, ou seja, não há dedicação exclusiva, enfrentei maiores dificuldades para acessar tais representantes. Depois de um esforço significativo para chegar às representantes, as primeiras entrevistas foram realizadas com quinze mulheres que ocupavam cargos no Conselho Municipal. O grupo de investigação foi composto por dez *Alcaldesas* e cinco *Concejales*. A pesquisa abarcou quatro Departamentos do Uruguai: Montevideu, Canelones, Rocha e Cerro Largo, atingindo onze municípios, conforme está descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Mulheres entrevistadas em 2014.

Nome	Partido	Departamento	Município
Adriana Rojas (<i>Concejala</i>)	FA	Montevideu	Município A
Beatriz Lamas (<i>Alcaldesa</i>)	PN	Canelones	San Ramón
Cristina Castro (<i>Alcaldesa</i>)	FA	Canelones	Progreso
Cristina oliveira (<i>Concejala</i>)	FA	Montevideu	Município B
Graciela Echenique (<i>Alcaldesa</i>)	PN	Cerro Largo	Fraile Muerto
Gretel Ferrari (<i>Alcaldesa</i>)	PN	Canelones	Santa Rosa
Lilián Piña (<i>Concejala</i>)	FA	Montevideu	Município A
Mabel Lamadrid (<i>Concejala</i>)	FA	Montevideu	Município G
María Elena Godoy (<i>Concejala</i>)	FA	Montevideu	Município E
Mary Urse (<i>Alcaldesa</i>)	FA	Rocha	Chuy
Miriam Rodríguez (<i>Alcaldesa</i>)	FA	Montevideu	Município C
Rosa Imoda (<i>Alcaldesa</i>)	PN	Canelones	Los Cerrillos
Sandra Nedov (<i>Alcaldesa</i>)	FA	Montevideu	Município D
Susana Camarán (<i>Alcaldesa</i>)	FA	Montevideu	Município E
Teresa Nieves (<i>Concelaja</i>)	FA	Montevideu	Município E

Veio a proposição da tese. Dessa vez, a proposta da pesquisa concentrava-se apenas nas *Alcaldesas*. Assim, com as atenções voltadas para as chefes municipais, foram recapitulados os dados coletados em 2014, os contatos foram retomados com as representantes reeleitas e eu me dirigi ao Uruguai para conhecer as novas *Alcaldesas*. O retorno ao país aconteceu no início de 2020 e, novamente, utilizei a técnica de pesquisa da bola de neve. Na recente oportunidade, com a experiência da pesquisa anterior, vários fatores contribuíram positivamente para a execução do campo. Em primeiro lugar, os contatos iniciais com os municípios foram feitos por e-mail ainda no Brasil e por telefone já no Uruguai. Depois, busquei agendar as entrevistas com as mulheres que já havia contatado em 2014, ano em que realizei minha primeira expedição no país. A partir dessas, aproximei-me de outras *Alcaldesas*. Além disso, outras condições permitiram-me diversificar a pesquisa em comparação à primeira: maior conhecimento das estradas do país e do próprio Departamento de Montevideu, acesso à tecnologia GPS, internet móvel (chip

uruguaio), dispor de veículo próprio para viajar e, por fim, maior familiaridade com a língua nativa do país, o espanhol.

Após toda a preparação e organização que a viagem demandava, durante o mês de fevereiro⁸ a pesquisa de campo foi realizada. Foram percorridos praticamente 2.000 quilômetros desde Pelotas-RS, no Brasil, até o término da expedição. Ao longo do trajeto, foram visitados quatro Departamentos uruguaios: Montevideú, Canelones, Colônia e Flores. A Figura 1 apresenta o mapa com todos os detalhes sobre as rotas percorridas.

⁸ Assim como no primeiro exercício de campo em 2014, o projeto era de entrevistar as *Alcaldesas* fronteiriças, isto é, de *Fraile Muerto – Cerro Largo* (fronteira com o Aceguá-RS) e *Chuy – Rocha* (fronteira com Chuí-RS), contudo, devido à pandemia global da Covid-19, as divisas entre o Brasil e Uruguai foram fechadas durante todo o ano de 2020 e o restante do trabalho de campo foi impossibilitado.

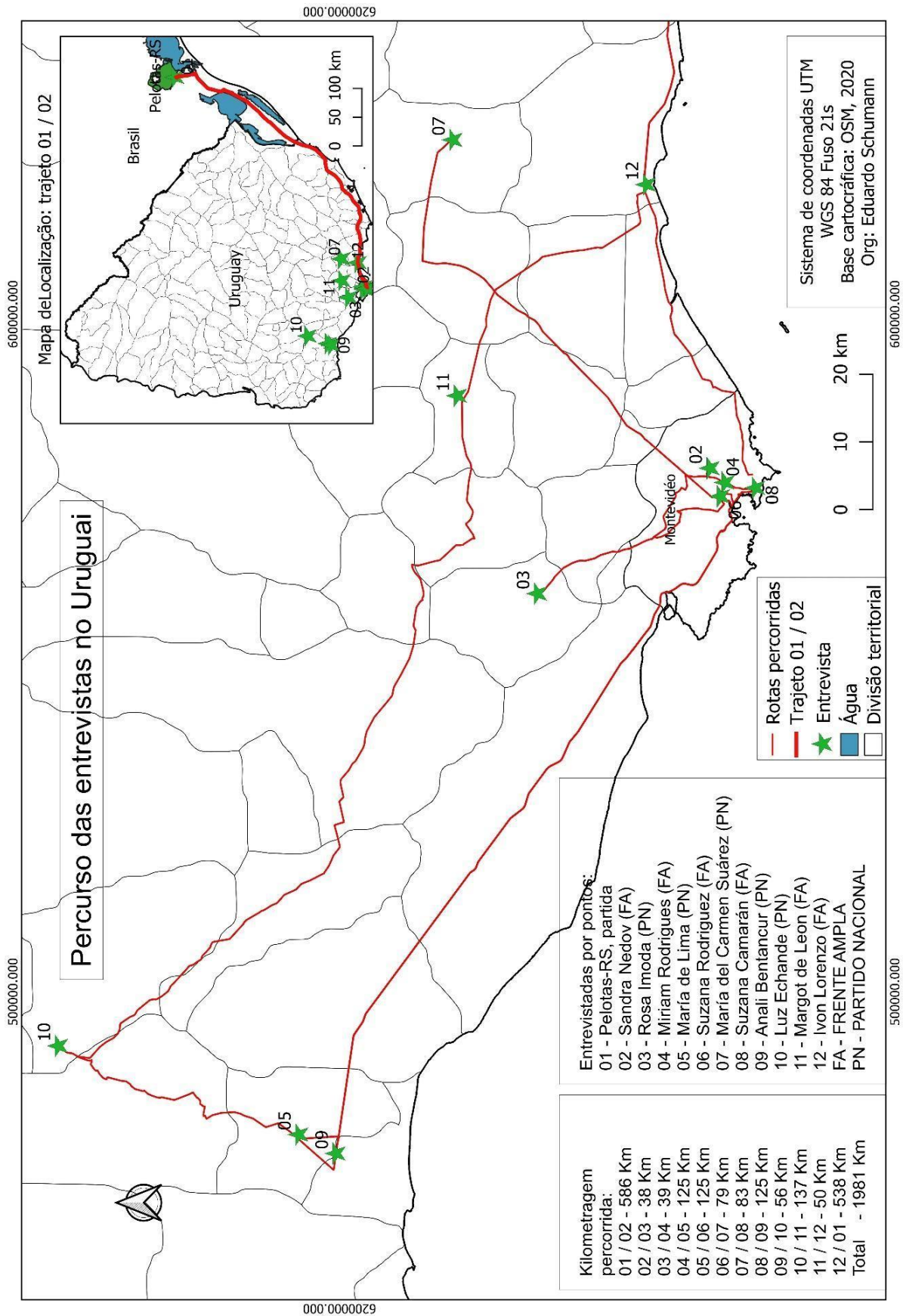


Figura 1 - Percorso das entrevistas no Uruguai (2020).

A concentração de entrevistas próxima a Montevideu se deve a algumas limitações para realizar a pesquisa de campo. Ao chegar no país, optei por me hospedar na capital, essa decisão facilitou o deslocamento dentro do centro metropolitano, porém, exigiu realizar viagens maiores quando foi necessário adentrar ao interior do país. Além disso, todo o território dos departamentos de Montevideu, Canelones e Maldonado são cobertos por municípios, centralizando nessa faixa o maior número de localidades. Em contrapartida, nos outros departamentos existem áreas de jurisdição departamental, que não pertencem a nenhum município. Deve-se salientar que alguns municípios são muito pequenos e bem distantes da capital, que concentra a maior parte da população uruguaia, tornando inviável as entrevistas *in loco*. Por fim, algumas representantes contatadas não demonstraram interesse em participar da pesquisa, enquanto outras estavam de férias ou já estavam afastadas do cargo em busca da reeleição.

Em 2020, foram realizadas 11 entrevistas com mulheres de 10 localidades diferentes. Embora a segunda jornada pelo Uruguai tenha sido encurtada, devido à crise sanitária e política ocasionada pela pandemia global do novo coronavírus, o período de campo foi bastante proveitoso, conforme é possível acompanhar ao analisar o Quadro 2.

Quadro 2 - Mulheres entrevistadas em 2020.

Nome	Partido	Departamento	Município	Situação
Analí Bentancur	PN	Colônia	Colonia Valdense	1º Mandato
Ivon Lorenzo	FA	Canelones	La Floresta	1º Mandato
Luz Echande	PN	Flores	Ismael Cortinas	2º Mandato
Margot de Leon	FA	Canelones	Santa Rosa	1º Mandato
María de Lima	PN	Colônia	Nueva Helvecia	2º Mandato
María del Carmen Suárez	PN	Canelones	Migues	2º Mandato
Miriam Rodrigues	FA	Montevideu	Município C	Sem Mandato
Rosa Imoda	PN	Canelones	Los Cerrillos	2º Mandato
Sandra Nedov	FA	Montevideu	Município D	2º Mandato
Susana Rodríguez Calvo	FA	Montevideu	Município C	1º Mandato (Suplência)
Suzana Camarán	FA	Montevideu	Município E	Sem Mandato

Em 2020, foi possível retomar o contato com quatro *Alcaldesas*. Duas estavam encerrando uma jornada de 10 anos à frente de um município: Sandra Nedov (FA) e Rosa Imoda (PN). Outras duas haviam perdido a eleição em 2015 e estavam sem mandato, ainda que envolvidas com a atividade da política: Míriam Rodrigues (FA) e Suzana Camarán (FA). Além de rever essas *Alcaldesas*, tive a oportunidade de conhecer mais sete políticas uruguaias. Dessas, quatro estavam chefiando municípios pela primeira vez: Margot de Leon (FA), Ivon Lorenzo (FA), Susana Rodriguez Calvo (FA) e Analí Betancur (FA) – essa última à frente de um município recém-criado. As outras três também estavam encerrando seus mandatos após 10 anos de serviços prestados aos municípios: María de Lima (PN), Maria del Carmen Suárez (PN) e Luz Echande (PN).

A realização do novo campo permitiu ampliar o leque de Departamentos conhecidos desde 2014. Em direção ao interior do país, visitei o único município criado no departamento de Flores, Ismael Cortinas. Em direção à fronteira com a Argentina, fui a Colônia, conhecer dois municípios vizinhos de colonização suíça: Colonia Valdense e Nueva Helvecia, uma calmaria avessa à agitação de Montevideu. Outro

fato que chama a atenção é a diversidade das cidades. Nesse sentido, Ismael Cortinas foi a menor cidade visitada com 914 habitantes, enquanto o Município D (Montevidéu), o maior, com 181.227 habitantes (CENSO, 2011).

Dessa forma, após dois trabalhos de campo realizados em solo uruguaio, o número de entrevistadas que haviam participado em algum momento das pesquisas, compondo qualquer um dos cargos nos Conselhos Municipais, chegou ao total de 22 mulheres (17 *Alcaldesas* e cinco *Concejalas*), em 19 municípios diferentes, situados em seis departamentos do país: Montevidéu, Canelones, Colônia, Cerro Largo, Rocha e Flores. Como para a tese somente as entrevistas com as *Alcaldesas* foram arquitetadas, ao todo, 17 mulheres participaram da composição do trabalho.

1.4 Roteiro de Entrevistas

Em 2014, as entrevistas semiestruturadas seguiram um roteiro elaborado previamente composto por três eixos centrais: (a) aspectos socioeconômicos: idade, escolaridade, estado civil, profissão, partido político; (b) aspectos da trajetória política: militância política, vínculo partidário, cargos públicos ou políticos anteriores e recrutamento eleitoral; e (c) experiência administrativa frente ao governo municipal uruguaio, incluindo as potencialidades/fragilidades que a forma municipal impõe e expectativas da manutenção da carreira política, abrangendo a reeleição. Nessa primeira ocasião, eu não estava preocupada em entender como a esfera privada poderia dar sentido à esfera pública, porém, sem ter sido mencionada, pude perceber que a relação era indispensável na estruturação das narrativas das entrevistadas. Prova disso é que tais informações suplementares, espontaneamente incluídas pelas entrevistadas, deram sustentação ao projeto atual.

Em 2020, busquei sanar essas lacunas detectadas no roteiro anterior, incluindo os questionamentos sobre as condições compartilhadas pelas mulheres eleitas. Para isso, foi necessário buscar nas narrativas condições e sentidos para além da trajetória pública. Como já foi apontado, esses sentidos seriam encontrados no intercâmbio das relações privadas e públicas, pois havia percebido que as mulheres se constituem e se formam enquanto agentes do campo político transitando entre as duas esferas. Assim, acreditei ser fundamental ultrapassar os questionamentos sobre as

adversidades vivenciadas na arena institucional, desvelando as diversas opressões que uma mulher passa ao longo da sua vida para “chegar lá”.

Novamente, as entrevistas foram realizadas guiando-se por um roteiro semiestruturado, pois o mesmo permitiu-me manter uma ordem lógica, mas também possibilitou a flexibilidade para a inclusão de novos questionamentos, caso se mostrassem necessários. Conforme advertem Blee e Taylor (2012), através da aplicação de entrevistas semiestruturadas pode-se obter *insights* sobre as visões pessoais e coletivas, as imaginações, as esperanças, as expectativas, as críticas da conjuntura política presente e as projeções do futuro. Além disso, a opção por trabalhar com esse modelo de entrevista também se deve ao fato de o método impulsionar o agente social da pesquisa ao centro das análises e das discussões (BLEE; TAYLOR, 2012).

Essa característica combinou com uma das pretensões primordiais da pesquisa, ou seja, de conhecer quem eram as atrizes políticas eleitas, sua trajetória e como elas próprias percebiam seus percursos até adentrarem aos municípios. Dessa maneira, a realização de entrevistas através dessa técnica ampliou as possibilidades de explorar as perspectivas de gênero, isto é, como a própria mulher vê sua participação no campo político, sua relação com as outras esferas do mundo da vida, a identificação partidária e suas experiências com a política ao longo da vida. Além disso, tornou possível investigar como percebe, ou não, as condições adversas de gênero, a masculinização do campo político, a relação com o partido e as percepções cotidianas junto ao exercício do cargo de *Alcaldesa*.

Dessa vez, o roteiro foi estruturado em cinco momentos. A conversa foi guiada iniciando pelos dados de identificação da entrevistada: nome, data de nascimento (idade), raça, escolaridade, cursos, profissão, ocupação, estado civil, filhos, partido e setor partidário. Em seguida, foram realizadas questões mais amplas sobre o envolvimento das mulheres com a política, conduzindo o diálogo até os tópicos mais específicos. Desse modo, a ordem estava estabelecida da seguinte maneira: 1) mulher e política; 2) trajetória política/engajamento e militância; 3) identificação partidária e recrutamento; 4) desafios que enfrenta à frente do município; e 5) leitura pessoal/política sobre a conjuntura uruguaia, no que concerne a agenda de direitos humanos e gênero.

As entrevistas se constituíram como um meio de acessar fontes de informações difíceis de serem mensuradas apenas pela análise de currículos, como a participação em diferentes movimentos sociais e organizações da sociedade civil e a atuação profissional, permitindo perceber a articulação de contatos políticos. Movimentos sociais geralmente trabalham a partir de uma participação informal e algumas organizações civis são meras fachadas sem atividades efetivas. Além disso, e mais importante, as entrevistas exteriorizam informações que não são tradicionalmente apresentadas quando se trata de analisar a carreira de um “político”. Nesse sentido, incluiu-se as questões do âmbito privado, sendo possível compreender a forma que a política entra na vida pessoal delas e a forma que a vida pessoal adentra ao espaço da política. Dessa maneira, o diálogo com as *Alcaldesas* abriu a possibilidade de acessar memórias diretamente, compreendendo a relevância dessas passagens através do destaque dado pelas próprias entrevistadas

Além da realização das entrevistas, busquei permanecer um turno em cada cidade visitada, observando o cotidiano e o funcionamento do município. Com isso, foi possível observar como as municipalidades estão preparadas para receber os cidadãos da localidade e as pessoas de outras regiões do país (em meu caso, uma estrangeira, pesquisadora e professora em Ciência Política). Além disso, conhecer o lugar em que os municípios foram criados contribuiu para compreender mais sobre as histórias da população, pois considero que todo lugar está repleto de vínculos afetivos e de relações históricas, econômicas e sociais, já que nenhum lugar é neutro. Por fim, estudar e conhecer tais municípios contribuiu para entender um pouco mais do país, em especial suas abissais diferenças demográficas e socioeconômicas.

1.5 Estrutura dos capítulos

Além desta introdução, a tese está fracionada em cinco capítulos. Os dois primeiros capítulos apresentam as discussões teóricas que sustentam a posterior análise das trajetórias de vida política. Os três últimos se dedicam a trabalhar o material empírico colhido na realização dos trabalhos de campo, de 2014 e 2020, bem como na pesquisa realizada posteriormente – envolvendo as informações municipais,

os dados censitários, os relatórios socioterritoriais e as notícias sobre os mandatos e atividades das *Alcaldesas*.

No capítulo dois, foi desenvolvida uma exposição da discussão teórica que dá fundamento à esta tese, através de conceitos e noções da perspectiva feminista que foi adotada ao longo da escrita. Esse capítulo é relevante, pois impulsiona o argumento sobre as trajetórias de vida política. Assim, propus uma síntese das leituras realizada, as quais se encaixam em duas vertentes complementares: a teoria política feminista clássica e os modernos estudos de gênero, com destaque às produções brasileiras e uruguaias. Sobretudo, busquei explicar como a compreensão sobre as desigualdades estruturais interferem nas explicações sobre o desenvolvimento das carreiras políticas de mulheres e porque é fundamental incluir a dimensão da vida privada quando busca-se compreender o desenlace das trajetórias públicas.

O capítulo três destinou-se a apresentar os arranjos institucionais, isto é, as regras e legislações que orientam o comportamento dos partidos e das atrizes políticas na República Uruguia. Ainda que não seja o mote, esse é o vínculo que justifica a análise em grupo das trajetórias de vida política das *Alcaldesas*. Para chegar nas regras que dão formato aos municípios, proponho a discussão sobre a roupagem do modelo representativo uruguaio, incluindo, nesse âmbito, as principais características do sistema político-eleitoral e do sistema partidário. Em seguida, a explanação evolui para o debate sobre a criação dos órgãos representativos locais em 2010 e, por fim, para o interesse nas análises descritivas sobre a representação de mulheres nos níveis político-administrativos do país.

Os três capítulos que seguem na esteira dos dois primeiros contemplam as análises da arquitetura das trajetórias de vida política das 17 *Alcaldesas* que concordaram em conceder entrevistas. O capítulo III e IV centram-se exclusivamente nas dimensões explicativas da esfera pública, da esfera privada e no enquadramento territorial, elementos com os quais construí as biografias das *Alcaldesas*. Devido ao grande volume de informações e à densidade das narrativas, optei por dividir o material em duas partes: no primeiro, abordo as trajetórias das 12 uruguaias eleitas no cenário do interior; em seguida, adentrei ao percurso das cinco *Alcaldesas* no cenário da capital, Montevideu. Embora os capítulos estejam separados, eles funcionam em conjunto, de modo que no fim do quinto capítulo retomo a história de

todas, observando as particularidades e as similaridades entre as biografias, centrando a análise nos aspectos comuns de gênero.

O último capítulo foi destinado a apresentar as perspectivas políticas de gênero, a quarta dimensão das trajetórias de vida política, elemento substancial para suplementar as trajetórias de vida política das entrevistadas, pois além das biografias, também se buscou conhecer como as uruguaias se posicionam ideologicamente. O capítulo divide-se em duas sessões, que se encontram no final. Na primeira parte, propõe-se o exame de como essas atrizes políticas compreendem os desafios do exercício político de mulheres. Na segunda parte, apresentam-se as avaliações pessoais sobre a conjuntura política, no que tange a agenda de direitos humanos e gênero no Uruguai. Nas considerações finais do capítulo, a análise avançou para refletir sobre a representação substantiva das mulheres na política, uma vez que foi articulada a experiência particular sobre ser mulher e atuar na política com questões estruturais que afetam a vida das uruguaias de uma maneira geral.

Por último, apresenta-se a conclusão da tese.

2 A vida das mulheres e o mundo da política e o mundo da política na vida das mulheres

Este capítulo foi construído com o objetivo de apresentar as bases teóricas que impulsionam meu argumento sobre as trajetórias de vida política e me possibilitaram desenvolver a pesquisa, bem como as quatro dimensões que sustentaram a investigação: esfera pública, vida privada, enquadramento territorial e perspectivas políticas de gênero. Assim, construí uma síntese das leituras realizadas por mim, tal qual busquei explicar como a compreensão sobre as desigualdades estruturais são aderidas nas explicações sobre o desenvolvimento das carreiras políticas dessas mulheres e porque é tão importante acrescentar a dimensão da vida privada quando almeja-se aprofundar nas trajetórias públicas de mulheres.

Nesse sentido, dois motes sustentaram meu amadurecimento e calibraram meu olhar feminista. Em primeiro lugar, sem dúvidas, esta tese só foi gestada graças aos esforços, criatividade e criticidade propiciada pelo desenvolvimento das teorias e práticas feministas, perspectiva revolucionária que adentrou a teoria política desde o final da década de 1970. O expoente da literatura feminista travou um confronto com a complacência do liberalismo clássico e questionou a promessa de igualdade e liberdade política individual (MIGUEL, 2020). Ao adentrar no universo de análise crítica, autoras pioneiras, como Carole Pateman (1993, 2012), demonstraram a inaptidão do *mainstream* teórico em explicar, ou mesmo conceber, o caráter excludente das instituições democráticas, constituídas sob ideais liberais, expondo sua face patriarcal. Para a escrita da tese, essa discussão foi fundamental e ilustrou como as instituições continuam avessas às mulheres, que permanecem ausentes ou em menor número na esfera pública e as mantêm vinculadas em grande medida à esfera privada.

Para além da base britânica, nesta pesquisa mantive diálogo com as pesquisas e a produção do conhecimento desenvolvidas pelos pensamentos e teorias latino-americanas, com destaque aos escritos das brasileiras e uruguaias. Guiadas por essa perspectiva crítica, pesquisadoras têm construído um arcabouço explicativo sobre as condições e intempéries que mulheres enfrentam ao se envolver com a política. Há uma fonte de pesquisas muito rica sobre a agenda de gênero na Ciência Política, entre

temas como fatores da (sub)representação, eleições e resultados, política de cotas de gênero, ambição política, trajetórias e carreira de mulheres na política. As conclusões das pesquisadoras têm sido unânimes em afirmar sobre um leque de barreiras que recaem sobre aquelas que ousam adentrar o espaço público da política, são obstáculos comuns que têm de ser superados por todas elas.

Quando munida dessas duas matrizes de discussões, pude perceber, a partir de trajetórias singulares, um guarda-chuva de implicações comuns a essas uruguaias envolvidas na política⁹. E esse foi um dos elementos decisivos que me proporcionou pensar sobre as questões dimensionais no que concerne a trajetória de vida política das entrevistadas, destacando a crítica feminista à dualidade convencional entre as esferas privada e pública (MIGUEL; BIROLI, 2011; BIROLI; MELLO, 2010; BIROLI, 2013a, 2013b, 2016a). Para mais, vê-las como um grupo conciso, mesmo que não homogêneo, permitiu-me traçar uma biografia em grupo (PINTO, 2017; PINTO; SILVEIRA, 2018).

O texto que segue foi esquematizado em quatro momentos e explica detalhadamente as questões que introduzi nestas primeiras páginas. Na primeira parte, apresenta-se as contribuições da literatura de gênero na Ciência Política para explicar sobre o difícil acesso de mulheres aos espaços políticos. Com base nas discussões propostas, discorri sobre os aspectos políticos, culturais e socioeconômicos, notadamente destacados como os mais contundentes obstáculos para as mulheres.

Em seguida, na segunda seção, adentrei brevemente sobre a produção brasileira específica de carreiras políticas e sobre alguns aspectos tradicionais dessa literatura, para, na sequência, apresentar as contribuições, os confrontos e as críticas das teorias políticas feministas ao tema, bem como os fatores envolvidos na construção de uma carreira feminina. Argumento que a história de qualquer indivíduo tem sido contada através das análises tradicionais de carreira, como se diferenças entre os sujeitos não projetassem obstáculos/barreiras/limites no desenvolvimento de uma trajetória política. Dessa maneira, esses estudos acabam por ignorar os

⁹ Com isso, não se compreende que a vida de todas as mulheres seja igual, nem se busca uma “essência de opressão” para o(s) sujeito(s) mulher(es). Sabe-se que a condição das mulheres se relaciona com outros marcadores sociais, tais como raça, classe, sexualidade, etnia, geração, dentre outros, os quais verticalizam opressões. Por consequência, a estrutura patriarcal se relaciona com outros sistemas e estruturas de opressão, tais como o machismo, o racismo, o capitalismo e o colonialismo, questões para se explorar em trabalhos futuros.

elementos necessários para se entender a construção do sujeito político mulher ao mesmo tempo em que inviabilizam qualquer especificidade sobre os gêneros.

No terceiro momento, adentro a perspectiva teórica dos feminismos, oferecendo uma leitura dentro dessa ótica sobre o avanço das mulheres em espaços institucionais, centralizando a análise na relação entre o público e o privado. Orienta-se, assim, sobre uma questão mais ampla referente às possibilidades das narrativas feministas na Ciência Política, perspectiva empregada ao longo desta tese e que se mostrou fundamental para sustentar a perspectiva de trajetórias de vida política. Após a exposição das bases teóricas que dão sentido à discussão proposta, parto para a última seção, onde apresento a forma que trabalhei as trajetórias de vida política, concepção que impulsiona este trabalho, bem como as dimensões que o compõem em termos analíticos, que é a história narrada a partir do terceiro capítulo. Para terminar, apresenta-se as considerações e a recapitulação da discussão proposta.

2.1 As mulheres e a política: uma perspectiva teórico-prática feminista

No Brasil, a Ciência Política deu os seus primeiros passos para contribuir com as discussões sobre mulher e gênero ou mulher e política no final da década de 1970. Entretanto, a área temática de gênero só encontrou espaço para constituir-se como um campo de estudos prestigiado pelo meio acadêmico depois da reestruturação disciplinar em 2005, um período de forte expansão, amplitude e diversificação da ciência política brasileira (AVRITZER; MILANI; BRAGA, 2016). Ao desenvolver uma pesquisa sistematizando o estado da arte das produções, envolvendo o tema “mulheres, gênero e poder” na Sociologia e na Ciência Política (dissertações e teses defendidas; artigos científicos), Matos e Marques (2010) apontavam que os trabalhos nessas áreas ainda não se constituíam como um conjunto de produções de fôlego. Entretanto, de 2007 em diante, o levantamento dos dados apontava para o crescimento das produções referentes a esses temas no campo das Ciências Sociais.

As dificuldades enfrentadas pelo campo de estudos de gênero na Ciência Política, que, por exemplo, teve a sua institucionalização como área temática na Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) apenas em 2014, sendo, na época, o menor volume de trabalhos apresentados (AVRITZER; MILANI; BRAGA, 2016),

contrasta com a atual realidade. Em menos de 10 anos, vemos florescer no espaço acadêmico uma pluralidade de grupos de trabalhos e áreas temáticas de investigação em gênero, feminismos e teoria política e, também, na área de políticas públicas com ênfase em gênero, registrando presença e angariando importância nos principais eventos de Ciências Sociais do país. Para mais, deve-se mencionar os congressos e seminários específicos, que frequentemente reúnem pesquisadoras dos mais diversos campos de saberes, em escala local, regional, nacional e internacional.

No Uruguai, as discussões feministas permeiam o ambiente acadêmico, principalmente, a partir da década de 1980, adquirindo maior fôlego produtivo a partir dos anos 2000 (JONHSON, 2014). A área acadêmica de gênero guarda características muito próprias no referido país, pois estabelece relações com o meio partidário, com a sociedade civil, com os movimentos feministas e de mulheres, além de estar em diálogo com a Bancada Bicameral Feminina. É possível dizer que há um ativismo acadêmico bastante característico da concepção uruguaia de educação, na medida em que as intelectuais também ocupam as ruas em aderência a agenda feminista e participam de coletivos organizados, quando não dos próprios partidos políticos. Esta dinâmica teórico-prática tem permitido às uruguaias avançar nos debates universitários, mas também compartilhar experiências, permutar estratégias de atuação política, facilitar o desenvolvimento das análises e, ainda, circular os resultados e as ideias em encontros específicos (LANDA, 2015).

A Universidade da República (Udelar), maior universidade do Uruguai, com sedes pelo interior, também é a entidade que concentra mais de 80% dos pesquisadores em Ciência Política no país (ROCHA-CARPIUC; MADEIRA, 2019). A instituição possui uma estrutura de pesquisa consolidada na temática de gênero. A Faculdade de Ciências Sociais (FCS) conta com uma área temática de investigação em Política, Gênero e Diversidade e uma especialização em Gênero e Políticas Públicas. Além disso, desde 2001, constituiu-se uma Rede Temática de Gênero, impulsionada pelas acadêmicas feministas. Através do clássico tripé universitário ensino, pesquisa e extensão, a rede compartilha de uma preocupação em impulsionar e fortalecer as discussões acadêmicas de gênero nos mais distintos departamentos e campos universitários, mas também representa um compromisso social em promover uma cultura de igualdade de gênero que previna e erradique práticas discriminatórias e sexistas na cultura, nas normativas e na organização institucional. Em decorrência

dessa postura, desde 2013 a Universidade também tem realizado esforços na administração de um Comitê de Qualidade e Equidade de Gênero.

Com efeito, no ambiente acadêmico, a temática de gênero nunca esteve restrita apenas às investigações da área disciplinar da Ciência Política. Nesse sentido, cabe mencionar as possibilidades de intercâmbio de conhecimento entre as demais disciplinas do conhecimento científico. Assim, há uma contribuição de estudos empíricos em/ou teorias feministas que transbordam a produção endógena à ciência política. Ao destacar esse intenso diálogo transdisciplinar e geográfico do conhecimento, vemos que a área de gênero não se constitui apenas em um provável objetivo de estudos ou um recorte temático, mas oferece um corpo teórico e metodológico rebuscado e diversificado, baseado nas teorias feministas. Dessa forma, mesmo que as interlocutoras mobilizem divergentes enfoques e constata-se a existência de uma pluralidade de facetas e nuances, pesquisadoras e pesquisadores envolvem-se em uma visão de mundo comum: a perspectiva feminista – seja na investigação do sujeito mulher em suas especificidades ou intersecções, seja no tratamento conceitual e metodológico oferecidos pelos estudos de gênero. De acordo com Matos (2008, p. 354-355):

É sabido que o pensamento feminista e de gênero tem nos oferecido ferramentas teóricas e reflexões metodológicas substantivas que já são responsáveis pela formação de algumas gerações de pensadores acadêmicos e de intelectuais. Penso que esse forte avanço no sentido da concretização da institucionalização desse novo campo, além de produzir a sua visibilização e reforçar a sua consolidação, vai contribuir concretamente nas muitas revisões e reelaborações de questões que são centrais na ciência política, na sociologia, na antropologia, na psicologia, na comunicação social etc.

Desde que a temática ganhou relevância na Ciência Política, pesquisadoras e pesquisadores se esforçaram em compreender a ausência das mulheres nos espaços de poder. As críticas e as discussões propostas pelas teorias feministas sobre o tema mulheres e oportunidades de acesso às arenas políticas-institucionais revelaram que as explicações quanto à assimetria entre o universo das eleitoras e eleitas são diversificadas e envolvem a ação de múltiplas barreiras. A produção acadêmica intelectual com ênfase no gênero se espalhou por toda a América, de modo que o déficit na participação política das mulheres adentrou as análises políticas, demarcando espaço em uma nova agenda de discussões, como um dos problemas

que dizem respeito à qualidade democrática dos regimes (JOHNSON, 2014). De fato, a literatura latino-caribenha continua se ampliando, e em pouco mais de 30 anos há uma extensa variedade de produções, que, de forma muito significativa e original, oferece diversas chaves de interpretação para o problema da (sub)representação de mulheres.

Constatando a (sub)representação nas arenas políticas-institucionais, a produção desenvolvida na região latino-americana tratou de compreender a dificuldade encontrada pelas mulheres para entrar na política, particularmente a partir de análises empíricas, acompanhando o desempenho delas nas disputas por cargos eletivos nos cenários legislativos e executivos. De maneira geral, os trabalhos sistematizaram a influência de três conjuntos de elementos – institucionais, culturais e socioeconômicos –, distribuindo diferentes pesos a cada grupo de variáveis. É possível encontrar uma pluralidade muito grande de trabalhos embasados numa ou noutra vertente, variando conforme as circunstâncias de cada país. A literatura indica que os fatores acima mencionados estão interconectados e se complementam, sendo assim, não é possível delimitar peso específico para cada um deles.

2.1.1 Fatores institucionais

Os estudos que preconizam um viés institucionalista apontam para “as características do sistema partidário e eleitoral como favorecedor, em maior ou menor grau, da presença feminina na política” (SCHULZ; MORITZ, 2015, p. 374). Dessa forma, os trabalhos examinam as possibilidades de cada engenharia eleitoral-partidária, detendo suas análises em alguns aspectos centrais, como o tipo de lista adotado (se aberta ou fechada), a magnitude dos distritos (grandes ou pequenos), o método de seleção (sistema majoritário ou proporcional) e a característica dos partidos (quanto ao seu espectro ideológico e prestígio dos partidos). Ainda que exclusivamente esses fatores não determinem alterações nos resultados, a literatura é consistente ao afirmar que os sistemas políticos e eleitorais interferem e têm bastante influência no acesso de mulheres aos poderes eleitoralmente constituídos (ARAÚJO, 2010, 2013; SANMARTIN, 2006).

Uma característica marcante dessa escola institucional tem sido as expectativas em torno da aplicação das legislações de cotas de gênero e a ampliação do número de mulheres eleitas. As cotas são “uma espécie de ‘caminho curto’ para romper com as barreiras encontradas na história das Democracias Representativas modernas” (ARAÚJO, 2013, p. 38). Nesse sentido, a aplicação de uma legislação específica pressupõe que a igualdade política formal, consubstanciada em leis e constituições, deve ser apoiada por regras que incentivem a igualdade substantiva na definição de candidatos a cargos políticos (CAMINOTTI, 2014). Em razão disso, essa determinação legal é vista como um marco na busca pela equidade da representação de gênero, além de ser o principal “mecanismo de inovação democrático institucional” implementado pela maioria dos países latino-americanos e caribenhos (FREIDENBERG; MUÑOZ-POGOSSIAN, 2019). Entretanto, conforme os pleitos foram se sucedendo e as experiências na América Latina foram se diversificando, a correspondência entre teoria e prática se revelou muito mais complexa.

É razoável argumentar que as cotas não têm o poder de transformar mulheres em sujeitos políticos, pois a constituição de mulheres como quadros eleitorais passa pela sua formação política e pelo apoio de seus pares políticos. Também poder-se-ia questionar se a simples eleição de mulheres resultaria em um avanço na agenda dos direitos da mulher e/ou na legislação sobre pautas feministas. Para Araújo (2013), não é possível abraçar a tese de que mais mulheres eleitas mudariam o parlamento apenas pelo fato de serem mulheres ou mesmo de questionar se mulheres possuem qualidades/defeitos para edificar a democracia. Apesar disso, é inegável que um congresso formado apenas por opiniões e experiências masculinas é incapaz de compreender as perspectivas sociais/culturais/econômicas da pluralidade social, incluindo a diversidade de mulheres, ou tenha a mesma capacidade de tratar e argumentar sobre demandas que não possui vivência, excluindo metade da população de decidir sobre seus direitos políticos (PISCOPO, 2014).

Em relação à movimentação da região latina, a Argentina foi a pioneira na formulação de uma legislação de cotas em 1991, com vigência para as eleições nacionais de 1993. A “Ley de Cupos” argentina tornou obrigatório que as listas partidárias em nível nacional apresentassem no mínimo 30% de mulheres e representou um marco para a representação política das mulheres, pois, a partir disso, a adoção da medida afirmativa se espalhou não só nas américas e Caribe, mas

também no mundo. Este país foi seguido pelo estabelecimento legal de cotas, que variam entre 20% e 50%, pela Costa Rica (1996), Equador, Peru, República Dominicana, Bolívia, Panamá, Paraguai e Brasil (1997), México (2002) e Chile (2015). Um levantamento, realizado em 2016, apontava que na América Latina 15 países¹⁰ já haviam experimentado alguma versão de leis de cotas e quase a metade dos países do mundo contavam, na época, com tais medidas (MARTELOTTE, 2016).

Há uma ampla literatura sobre limites e possibilidades das leis de cotas nos mais diversos cenários e sistemas políticos e partidários. Os resultados dessas análises permitem observar que a adoção das cotas teve impactos diferentes dependendo do contexto aplicado. Sabe-se que a adoção da lista fechada favorece a aplicação da estratégia afirmativa. Conforme Araújo (2010, p. 568):

Sabe-se que a lista fechada reúne melhores condições para a efetivação das cotas. Essas condições seriam dadas pelo fato de a lista fechada evitar a chamada disputa intrapartidária e pela chance de incluir mulheres nos primeiros espaços do seu ordenamento, garantindo assim boas probabilidades de eleição.

Entretanto, há um consenso na literatura de que as reformas eleitorais não devem ser tomadas como atitudes isoladas, mas devem vir acompanhadas da sustentação de um forte sistema eleitoral baseado no gênero (FUNK; TAYLOR-ROBINSON, 2014). Desse modo, embora seja um instrumento necessário, a legislação sozinha é insuficiente para ajustar o problema da sub-representação. Uma forma de fortalecer essa política afirmativa é acompanhar os partidos políticos de perto, realizar fiscalizações rigorosas e, quando necessário, aplicar as devidas sanções (TABAK, 2002; MIGUEL, 2000). Nesse sentido, Freidenberg (2020, p. 10) enfatiza que,

Es decir, cuanto más se exija a los partidos respecto a cómo deben registrar sus candidaturas a los cargos de representación popular en términos de género, mayor será la posibilidad de que las mujeres resulten elegidas.

Já Araújo (2010) reflete que o não cumprimento das cotas também decorre de fatores subjetivos, vinculados à ausência de compromissos dos líderes e dirigentes

¹⁰ Argentina (1991), Costa Rica (1996), Paraguai (1997), Bolívia (1997), Brasil (1997), Costa Rica (1997), Equador (1997), Panamá (1997), Perú (1997), República Dominicana (1997), Venezuela (1998), Colômbia (1999), Honduras (2000), México (2002), Uruguai (2009) e Chile (2015).

partidários com o tema. Isso se aplica à realidade uruguaia, pois atualmente não há uma Lei de Cotas de Gênero no país. Desde 1988, inúmeros projetos de lei com esse conteúdo tramitaram no parlamento, contudo, o corpo político se mantém resistente à adesão de uma legislação permanente. Uma versão da Lei de Cotas foi experimentada apenas em três ocasiões: nas eleições internas de 2009 e no ciclo eleitoral de 2014/2015. Quando a normatização foi aplicada em primeira instância, nas eleições internas dos partidos, registou-se um aumento considerável da presença de mulheres nos órgãos deliberativos nacionais e departamentais. Contudo, para as eleições em si, nacionais (2014), departamentais e municipais (2015), a Corte Eleitoral fez uma interpretação mais branda da lei, tornando-a mais permissiva, distribuindo as cotas entre as listas de titulares e suplentes, ao invés de analisar cada lista em separado. A norma possibilitou aos partidos alternativas para se desvencilhar das regras e escapar do compromisso com a candidatura de mulheres na lista de titulares. Dessa forma, poucos foram os efeitos nas listas apresentadas para as duas eleições (JOHNSON; PÉREZ, 2010).

Para Moreira e Johnson (2003), não há dúvidas de que a redução das desigualdades entre homens e mulheres associada à participação da política institucional passa pela intervenção de cotas nas listas partidárias, dada a centralidade dos partidos políticos na democracia uruguaia e as possibilidades que o mecanismo agrega em alterar a estrutura partidária e a oferta eleitoral. No entanto, esse tema é cercado de contradições no Uruguai, simbolizando uma frustração entre as ativistas, militantes e teóricas feministas. Apesar do ciclo de governos da Frente Ampla, o partido foi incapaz de pressionar a Câmara de Representantes para aprovar uma legislação de cotas justa e apropriada à realidade das mulheres do país. De acordo com a reflexão do campo feminista, a ausência do partido na condução dessa pauta de gênero fez parte de uma agenda de pendências desprezada pela classe política de esquerda, quando essa esteve no poder. Dessa forma, as uruguaias questionam até que ponto o compromisso da Frente Ampla com a consolidação da democracia e o avanço de direitos esteve atrelado ao interesse em reduzir as desigualdades entre homens e mulheres na política. As estudiosas e ativistas apontam, então, para o caráter machista da classe política uruguaia, reflexo dos traços patriarcais e conservadores da sociedade uruguaia (PÉREZ, 2006; MOREIRA, 2009; CELIBERTI; JOHNSON, 2010; JOHNSON, 2019).

2.1.2 Manifestações culturais

Os fatores culturais englobam dois aspectos de um debate amplo sobre cultura: as práticas tradicionais de socialização de homens e mulheres na sociedade contemporânea e, como resultado, as atitudes machistas, comportamentos misóginos, assédios e/ou tratamentos discriminatórios, com as quais as mulheres se veem obrigadas a conviver no âmbito da política.

A inibição da vontade política é vista como uma manifestação subjetiva de comportamento cuja origem está nas representações sociais causadas pela divisão sexual dos papéis (SCHABBACH, 2020). Assim, dada a diferente socialização de homens e mulheres, elas seriam preparadas para exercer as funções reprodutivas, isto é, ligadas ao cuidado e ao trabalho doméstico, enquanto eles seriam preparados para exercer as funções produtivas, mantenedores financeiros do lar e resolutores de conflitos. Nesse sistema, o desenvolvimento dos meninos os faria ingressar no mercado de trabalho, ocupar posto de chefia e se responsabilizar pela tomada de decisões. O desenvolvimento das meninas reforçaria as suas atribuições com os cuidados da família e o bom funcionamento do lar. Esse comportamento seria reforçado ao longo da vida de cada indivíduo por uma complexa rede de atores e instituições (família, escola, religião, meios de comunicação etc.). No processo de transmissão e atribuições de padrões de sociabilidade, desencadeados a partir da infância, a designação sobre os gêneros desempenha um papel chave na definição de projetos e estilos de vida (PRÁ, 2013).

Ademais, a distribuição de responsabilidades e poder têm repercussão na delimitação de diversas atividades e obrigações realizadas nas esferas sociais produtivas e reprodutivas. A delimitação de quem pode participar e quem deve responder pelas questões públicas influencia diretamente a construção das identidades de homens e mulheres. Dessa maneira, as distinções geram situações de hierarquias sociais entre indivíduos do sexo masculino e feminino. *“Quedan internalizados como desigual valoración de las competencias femeninas y masculinas por lo que condicionan la elección y los lugares “reservados” a la mujer en lo personal, laboral y profesional”* (SILVEIRA, 2002, p. 458). Enquanto os homens tornaram-se

seres autônomos, reconhecendo-se como cidadãos que se interessam por assuntos políticos e de gestão, as mulheres tornaram-se dependentes e sua cidadania foi delegada, dada sua alienação em lidar ou acessar a resolução de temas e conflitos públicos (SILVEIRA, 2002).

Como produto dos valores e padrões conservadores, os trabalhos também destacam atitudes e práticas discriminatórias que entenderiam as mulheres em oposição à política profissional. No início da década de 1980, em uma das primeiras publicações sobre gênero e política no Brasil, as pioneiras Toscano e Tabak (1987) mencionaram um estereótipo conservador acerca da “pureza feminina”, generalizado na sociedade brasileira de que a política não seria um lugar apropriado para a mulher, seguido do argumento de que ela não havia sido “feita” para habitar esse espaço. A mulher, incorruptível, incumbida da missão de cuidadora e protetora, dotada de uma “sensibilidade feminina”, não deveria se misturar com a prática política, vista como “algo não muito limpo, pervertido, desonesto e perigosamente solvente dos mais legítimos valores morais” (TOSCANO; TABAK, 1982, p. 58). É curioso ressaltar que essa imagem persiste no imaginário popular, mas é ressignificada, tornando esse um atributo positivo. Grossi e Miguel (2001), ao analisarem as falas de participantes do Seminário Mulheres na Política – Mulheres no Poder¹¹, realizado pela Bancada Feminina do Congresso Brasileiro em parceria com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria e com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, relatam que essa visão estava introjetada nos próprios relatos e reflexões das políticas que participaram do evento: “[...] foi significativa a tomada de posição de grande parte dos participantes sobre a possibilidade de as mulheres fazerem uma política diferente, marcada pela sensibilidade feminina” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 172).

Ainda em decorrência desses preconceitos, as mulheres necessitariam romper rótulos e confrontar ataques machistas, que as considerariam sujeitos insuficientes para exercer a arte da política. Sob uma visão datada, seriam vistas como incapazes de entender a dinâmica das negociações, desprovidas da frieza necessária para lidar com acordos, sensíveis, “nervosas” ou até mesmo “histéricas” para se envolver em assuntos polêmicos, já que, no limite, poderiam beirar a agressividade. Nesse

¹¹ Realizado no ano 2000, o seminário teve como objetivo avaliar as primeiras experiências com a política de cotas (implantada no Brasil a partir das eleições de 1996) e pensar outras estratégias para o empoderamento das mulheres.

aspecto, também se verifica uma contradição: embora sejam consideradas mais suscetíveis aos estímulos emocionais, de modo a receberem conselhos e incentivos para se afastar dos debates políticos, as mulheres acabam tendo que lidar com um tipo específico de violência política que, na verdade, faz parte do cotidiano dos mandatos de muitas mulheres na América Latina.

Para Krook e Sanín (2019), a violência contra as mulheres na política tem origem na violência estrutural, realizada por meio da violência cultural e que resulta em violência simbólica. Caracterizada como uma nova tática para impedir a participação política, a violência política e o assédio político contra as mulheres se referem a comportamentos que visam especificamente as mulheres, como mulheres, para deixarem a política, pressionando-as a desistir de suas candidaturas ou renunciar a um cargo político específico. Em publicação anterior, as autoras identificam quatro tipos clássicos de violência: físico, psicológico, sexual e econômico, e, com base em novos dados, tendências, notícias e entrevistas, teorizam sobre uma forma adicional: a violência semiótica (KROOK; SANÍN, 2016). Depois de diversas denúncias em países da América Latina e Caribe, o fenômeno tem recebido bastante atenção das teóricas, ativistas e militantes dessas regiões, sendo conceituado pela literatura como violência política sexista.

Em um espaço que questiona sua legitimidade, um dos efeitos dessa situação é que as mulheres podem enfrentar maiores cobranças por parte dos pares masculinos no exercício político, podem alimentar uma autocobrança e até mesmo ser alvos de desconfiças das próprias colegas mulheres. Dessa forma, a exigência de excepcionalidade requerida às mulheres que desejam adentrar ao espaço político é um elemento que dificulta ainda mais a participação feminina nos postos de poder político. As mulheres devem demonstrar excepcionalidades que não são exigidas aos homens (BAREIRO *et al.*, 2004), pois demanda-se muito mais sobre seus sentimentos, sua forma e força física, sua beleza, sua oratória, suas habilidades políticas e seus conhecimentos técnicos. Quando “saem da linha” ou não se comportam da forma esperada, estão sujeitas a punições mais severas e a tratamentos corretivos.

2.1.3 Atributos socioeconômicos

Para além das configurações culturais, as estruturas de oportunidades diferenciadas também reforçam as desigualdades econômicas e sociais entre homens e mulheres. Essas considerações são exploradas pelas publicações que se dedicam a investigar os fatores socioeconômicos como uma das causas da sub-representação de mulheres. Os trabalhos identificam uma série de condições materiais que afetam o sucesso da carreira política das mulheres: escolaridade, emprego, renda e o tempo livre para se dedicar à atividade política (SANMARTIN, 2014).

Nesse sentido, o pensamento feminista materialista oferece grandes contribuições para se pensar as relações de gênero no âmbito da Sociologia do Trabalho e podem ser proveitosas na Ciência Política. De acordo com Mano (2020), a discussão adentra ao ambiente acadêmico brasileiro devido à proximidade que o país possui com a França, em especial no campo das Ciências Sociais no período da ditadura civil-militar, contudo, apenas recentemente as obras fundantes foram traduzidas. Christine Delphy (2015), uma das principais expoentes da corrente teórica, destaca que a abordagem materialista diverge do marxismo clássico, pois a produção francófona está baseada na divisão sexual, identificando a opressão das mulheres, que também formariam uma classe, não social, mas de sexo. “Assim como a divisão social do trabalho, a divisão sexual do trabalho cria duas “classes”, que se organizam de maneira antagônica a depender da posição que homens e mulheres ocupam nas relações de produção e reprodução” (MANO, 2020, p. 64).

Se na origem francesa o posicionamento direciona críticas ao marxismo, buscando autonomia do paradigma classista, tais diferenças não foram incorporadas no debate desenvolvido no terceiro mundo, na medida em que a discussão aqui é introduzida por pensadoras marxistas e a distinção militante e teórica não fica tão perceptível (MANO, 2020). No Brasil, as principais referências do feminismo materialista são Danièle Kergoat e Helena Hirata. Para as autoras, a divisão sexual do trabalho possui dois princípios básicos: a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2003).

Conforme citado anteriormente, o comportamento das mulheres é talhado pela estrutura social e isso reflete na divisão social dos papéis, o que acarretaria à mulher a maior responsabilidade ou exclusividade das tarefas e funções do lar. A outra face dessa domesticidade feminina recai sobre a divisão sexual do trabalho, resultando na marginalização das mulheres no mundo do trabalho, o que dificultaria a construção de redes que venham a apoiar, promover e financiar candidaturas de mulheres (BIROLI, 2013b, 2016a). Com carreiras descontínuas, salários mais baixos e empregos de menor qualidade, as mulheres, muitas vezes, acabam por priorizar seu investimento pessoal na esfera privada (BRUSCHINI, 2006, p. 338).

Avante nas discussões, Hirata e Kergoat (2007) buscaram refletir sobre essa configuração social, baseada na separação e hierarquia entre as esferas. Segundo as teóricas, essas características são encontradas em todas as sociedades do trabalho assalariado conhecidas, sendo legitimadas pela concepção naturalista, porém, isso não quer dizer que se trata de relações imutáveis. As autoras destacam que a divisão sexual do trabalho é dotada de uma incrível plasticidade, ou seja, suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no espaço. Dessa forma, “O que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 600).

A lógica proposta para se pensar as transformações do mundo do trabalho se adequa, em grande medida, à realidade experimentada na política profissional. As instituições políticas se modernizaram e se democratizaram, as mulheres passaram a ter os direitos de votar e ser votadas, houve a entrada de algumas nos espaços políticos. Os países latinos e caribenhos adotaram uma série de mecanismos institucionais e não-institucionais para estimular uma maior participação política. No entanto, na realidade, poucas mudanças são observadas e as mulheres ainda encontram diversos obstáculos materiais e simbólicos para conseguir cravar uma representação substancial ou, pelo menos, equânime à dos homens. É inegável que as condições de acesso melhoraram, mas a distância continua insuperável.

Aqui também é importante apontar a ligação entre os fatores socioeconômicos e culturais, isto é, deve-se destacar que o vínculo com a esfera privada não é um compromisso que pode ser simplesmente abandonado dentro de casa, quando uma mulher deseja ingressar na política, pois necessita dedicar grande parte do seu tempo pessoal para a vida pública. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho acarreta às

mulheres uma árdua tarefa, pois além da dedicação à carreira e a profissão, as mulheres simultaneamente precisam desenvolver o trabalho doméstico, se responsabilizar pelo cuidado com as crianças e familiares mais velhos, ou seja, acumulam mais horas de atividade laboral, assumindo uma jornada dupla ou tripla de trabalho (KERGOAT, 2009).

O empecilho de equacionar tempo vem ao encontro da insegurança financeira. É preciso dispor de um excedente econômico que possibilite às candidatas dedicação intensiva às campanhas eleitorais e, por consequência, auxilie no seu próprio financiamento. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho também atua sobre o percurso das mulheres devido a constatação de uma remuneração salarial menor do que a dos homens e/ou a possibilidade de contar com a estabilidade e segurança de um emprego formal (BIROLI, 2010, 2013b, 2016a).

Para além disso, muitas mulheres, na tentativa de projetar suas carreiras políticas, defrontando-se com o pouco tempo para desempenhar suas funções na esfera reprodutiva, acabam recorrendo ao trabalho do enorme contingente de outras mulheres que vivem em situações mais precárias e que necessitam vender sua força de trabalho. Isso gera e perpetua situações de desigualdades de classe e raça entre as próprias mulheres. Assim, verifica-se uma atenuação nas responsabilidades das mulheres brancas e das classes médias e altas, o que se dá às custas da exploração das mulheres não-brancas e pobres, e, ainda assim, todas permanecem precarizadas, dado que as atribuições convencionalmente ainda estão sob a responsabilidade de mulheres.

2.2 A carreira de mulheres na política

Na Ciência Política, a fórmula clássica para compreender a relação entre os indivíduos e a competição política nas instâncias de representação política situa-se na análise da carreira política dos atores políticos. Esse campo de estudos oferece grande contribuição no debate sobre os fatores que possibilitam uma carreira “deslanchar”, isto é, um indivíduo conquistar mandatos e/ou ocupar cargos de destaque, bem como explicam o insucesso em disputas para o poder executivo ou para os legislativos. Além disso, as análises sobre os perfis políticos possibilitam aos

pesquisadores obter detalhes riquíssimos sobre a composição da classe política, bem como entender sobre a representação e o estabelecimento dos vínculos identitários dos políticos com a população. Nesse sentido, o estudo das carreiras políticas também estabelece conexão com os exames sobre o funcionamento das democracias representativas contemporâneas.

No Brasil, os estudos da área têm apresentado expressivo acúmulo de trabalhos a partir dos anos 2000 (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). Os trabalhos compartilham como referência a noção de que o campo político se estrutura de maneira hierarquizada. Sob lógica própria, o avanço de uma carreira política requer aprendizado e domínio de códigos, regras e técnicas por parte dos envolvidos no campo político (MIGUEL, 2003). As discussões centrais envolvem: a) padrões de recrutamento parlamentar (SANTOS, 1997); b) composição social das Casas legislativas (RODRIGUES, 2006); c) padrões de comportamento (SANTOS; SERNA, 2007); d) capital familiar como herança política (MIGUEL, 2003); e) profissionalização no campo político e sua tendência à oligarquização (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009).

Nesses estudos, quando as variáveis de gênero estão presentes, estão postas como ferramentas descritivas, ou seja, estão dissociadas das desigualdades de gênero, apaga-se as especificidades do sujeito mulher e as distinções entre as carreiras de homens e mulheres. Para dar conta dessas limitações, as teorias políticas feministas oferecem novas lentes para pensar a ascensão de atores e atrizes políticas, chamando atenção para as distinções entre os gêneros, aspecto notadamente ignorado pelas análises tradicionais (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

Ao estabelecer críticas sobre os trabalhos realizados no Brasil, Pinto e Silveira (2018) observam que o enfoque tradicional revela, em primeiro lugar, uma consequência direta da formação dos parlamentos, que são majoritariamente compostos por homens, o que acaba sendo visto como “normal”. A perspectiva feminista tem almejado desvelar essa opressão de gênero, a qual coloca o homem como “natural” na esfera pública, chamando a atenção para os limitadores estruturais enfrentados pelas mulheres. Em segundo lugar, “e mais grave, é a tendência de não se tomar em consideração a questão de gênero nos estudos das instituições políticas e de seus atores no Brasil” (PINTO; SILVEIRA, 2018, p. 179). Nesse sentido, as tradicionais teorias e as análises empíricas que explicam a construção de carreiras

políticas, ao desconsiderar as desigualdades de gênero, etnia, raça e classe, acabam projetando as mesmas injustiças que tais sujeitas vivenciam no exercício da vida política, contribuindo para sua invisibilização e para a naturalização das ausências.

Assim, os estudos dedicados a entender o ambiente político têm reformulado as discussões considerando o “peso” da categoria gênero, explicitando o caráter generificado das regras formais nos espaços de formação política, institucionais ou extraoficiais, além de incorporar os fatores informais e subjetivos, adjacentes na análise dedicadas ao campo político (MATOS, 2008). É o caso do estudo de Rezende (2015), que questiona a neutralidade das instituições, em especial do Poder Legislativo. Para a autora, “ainda que não estejam explicitadas em regras e procedimentos formais, estas podem abrir margem para a emergência de regras informais que cumprem o papel de reproduzir e reforçar a desigualdade de gênero no campo da política” (REZENDE, 2005, p. 13). Dessa maneira, considerar as distinções entre os sujeitos permite ao pesquisador descartar o emprego de métodos comparativos de estudo entre carreiras de homens e mulheres, já que se trata de exercícios políticos diferentes, com tratamentos distintos sobre e para as mulheres nas arenas políticas, que tem sua lógica masculinizada em função de majoritariamente compostas por homens.

Para além, os estudos clássicos de carreira política, que adotam o modelo de análise baseado na ascensão de biografias sociais individuais, encontram seu limite quando confrontados com as desigualdades materiais e simbólicas que restringem a autonomia individual nas sociedades liberais modernas. Nem mesmo o campo da política seria um espaço capaz de conseguir isolar, entre seus muros tão rígidos, situações de opressão e desigualdades entre os gêneros. Logo, trata-se de se considerar a discrepância entre o exercício do poder de homens e de mulheres como uma questão chave para se pensar a representação política e o próprio projeto democrático contemporâneo. Ou seja, é sempre importante lembrar que os indivíduos, em pleno convívio social, fazem parte de uma sociedade estruturalmente hierarquizada em gêneros, transversalizada em desigualdades de classe, raças, etnias e gerações com suas especificidades e simbologias.

Sob o aporte teórico dos estudos de gênero na política, os três conjuntos de fatores citados no tópico anterior, fatores institucionais, manifestações culturais e atributos socioeconômicos, encontram vida fértil para serem realocados para dentro

das discussões específicas sobre as carreiras políticas de mulheres. Aqui a discussão é direcionada para a atuação profissional em cargos políticos, bem como para entender o percurso que uma mulher cumpre até tornar-se candidata e depois de eleita e, por fim, os embates vividos no espaço público. São discussões que se aproximam e ambas são importantes porque fornecem dinâmicas explicativas que se complementam.

Ao avançar em direção a discussão institucional, Miguel e Biroli (2010) oferecem um frutífero mapeamento de algumas das principais correntes teóricas que abordam a carreira política feminina, destacando três vertentes explicativas. Os impedimentos coadunam em relação (a) ao caráter patriarcal subjacente às instituições políticas liberais, (b) aos padrões culturais e de socialização que constroem o político como espaço masculino e inibem o surgimento da “ambição política” entre as mulheres e (c) aos constrangimentos estruturais à participação política das mulheres, em especial o acesso aos recursos econômicos e o tempo livre para construir sua carreira política.

Em relação ao primeiro conjunto de explicações, é interessante destacar o sentido que a palavra patriarcado congrega. De fato, seu uso é muito antigo e mudou de significado ao longo dos tempos. No século V, o patriarcado e os patriarcas designavam os dignitários da igreja, seguindo o uso dos autores sagrados, ou seja, era utilizada para se referir aos primeiros “chefes de família”. No fim do século XIX, a palavra era empregada pelas teorias evolucionistas para atribuir um estágio das sociedades humanas (DELPHY, 2009). O conceito foi recuperado pela segunda onda do feminismo europeu, que a partir da década de 1970 passa a utilizá-lo para denunciar a estrutura social de desigualdade e a dominação das mulheres pelos homens nas sociedades ocidentais. É o sistema que deve ser combatido. “Nesta nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens” (DELPHY, 2009, p. 173). Dessa maneira, o conceito não é empregado para prescrever apenas os comportamentos individuais ou descrever o funcionamento de determinados setores da sociedade, mas para referir-se a um sistema em sua totalidade, que ordena e comanda o conjunto das atividades humanas coletivas e individuais.

Com a contribuição de Pateman, a partir da publicação da obra *O Contrato Sexual* (1993), o conceito de patriarcado adentrava a teoria política e as críticas se

direcionaram às instituições liberais modernas e aos interlocutores do contrato social. A autora desenvolve uma crítica às pretensões universais do liberalismo, constatando que os valores e as instituições que são estruturantes do pensamento liberal são forjados com base em uma mistificação ideológica, que assinala a existência de indivíduos livres e iguais. Conforme Miguel (2020), a abordagem – influente e controversa – sobre o contrato social desafiou o *mainstream* teórico político.

A reinterpretação de Carole Pateman sobre o contrato social, que deu origem à sociedade civil, expõe a face oculta do liberalismo e sua relação íntima com o sistema patriarcal, através do pacto social-sexual. Conforme Pateman (1993), a lógica patriarcal tem origem no apelo a um essencialismo, sendo justificada pela crença de que a natureza das mulheres é a reprodução. Portanto, essa característica biológica definiria o lugar e a condição feminina na organização social, além de justificar a separação de responsabilidades entre homens e mulheres. A autora vai mostrar, ao longo da obra, que essa oposição é falsa, pois as esferas pública e privada estariam interligadas por uma estrutura patriarcal. Conforme Miguel (2020), a abordagem

exige uma revisão crítica dos pressupostos assumidos do pensamento político universal, em especial assinalando como a divisão entre as esferas pública e privada, naturalizada e assumida como incontestável, é crucial para tanto para o estabelecimento do espaço da política tal como ele está constituído quanto para a exclusão das mulheres desse mesmo espaço. (MIGUEL, 2020, p. 14).

Em relação às discussões sobre as práticas restritivas da constituição da atividade política profissional, pode-se dizer que o efeito do sistema patriarcal é indireto, ou seja, seria o resultado da configuração das instituições liberais, que reproduzem as restrições à autonomia das mulheres ao mesmo tempo em que garantem a liberdade e a autonomia dos homens. Portanto, sem o enfrentamento de alguns dos principais pilares do ordenamento liberal, as mulheres ainda se defrontarão com diversas dificuldades para desafiar a hierarquia resultante das diferenças entre os gêneros, incluindo a presença política das mulheres nos espaços institucionais (MIGUEL; BIROLI, 2010).

Ainda dentro desse âmbito, a cientista política Marilise Matos elucida que o tema da despatriarcalização do Estado é central para compreender a dinâmica da participação e da sub-representação das minorias nos poderes Executivo e

Legislativo, dado os resquícios das raízes da colonização e o domínio dos senhores de terras sobre sua família (mulheres, crianças e velhos) e sobre os escravos. De acordo com a autora, a despatriarcalização no Brasil e América Latina deve vir acompanhada de um processo de descolonização do Estado e de sua agenda pública, na forma de conduzir e produzir orquestradamente estratégias e mecanismos de descolonização patriarcal e racial, para que assim seja possível reforçar uma nova etapa, que tenha como foco a conquista de resultados cívicos de políticas públicas. Trata-se de pensar um formato de Estado, finalmente, voltado para a promoção da justiça social e da cidadania inclusiva de todas e todos (MATOS; PARADIS, 2014).

A segunda vertente, sistematizada por Biroli e Miguel (2010), volta-se novamente para a influência dos padrões culturais e da socialização, examinando o percurso pelo qual mulheres e homens passam até decidirem se tornar candidatas(os). O tema está presente, sobretudo, na literatura estadunidense e os trabalhos costumam explorar pesquisas de opinião, *surveys* e questionários para fundamentar os trabalhos científicos. Ao focar a análise nas estruturas de oportunidade de diferentes indivíduos, os trabalhos se dedicam a estudar outros pontos de estrangulamento, para além do processo eleitoral, que impedem o acesso de determinados grupos sociais a ascender, com sucesso, às posições de poder político (BIROLI; MIGUEL, 2010).

Dessa maneira, Fox e Lawless (2003, 2005, 2012) produziram uma série de artigos em que investigam como o gênero, de fato, pode afetar o surgimento da vocação política entre homens e mulheres. Os achados de Fox e Lawless vão na contramão das explicações tradicionais sobre o não interesse das mulheres por assuntos políticos, cujas explicações sobre o sucesso/fracasso eleitoral centram-se nos atributos das candidaturas e no processo eleitoral. Nesse rol de trabalhos clássicos, o primeiro aspecto a ser considerado é a vantagem de quem já está em um cargo. Nessas circunstâncias, o número de oportunidades eleitorais para grupos anteriormente excluídos tende a ser muito menor (CARROLL; JENKINS, 2001; DARCY; WELCH; CLARK, 1994; JACOBSON, 2000). O segundo aspecto destacado pela literatura estrangeira remete ao “pool de elegibilidade” para explicar o baixo número de candidatas e de eleitas. Assim, de acordo com essas produções, um número demasiado baixo de mulheres ocupariam as posições de alto nível das profissões que conduzem a carreiras na política (CLARK, 1994).

Para as estadunidenses, candidatas obstinadas a conquistar cargos eletivos devem desenvolver a ambição política, sentimento que seria germinado nas etapas de socialização dos indivíduos, sendo um dos processos responsáveis por estimular as pessoas a se interessarem pela política e se reconhecerem aptas a exercer tal atividade. Entretanto, a partir da Pesquisa Nacional com Potenciais Candidatos nos Estados Unidos, Fox e Lawless (2012) identificaram que mulheres com as mesmas características pessoais e atributos profissionais dos homens expressavam níveis significativamente inferiores de ambição política para ocupar cargos legislativos. A questão colocada pelas autoras é que a socialização das mulheres, muito mais voltada às práticas domésticas e de cuidados, inibiria o desabrochar de tal “sentido”, de modo que elas não se percebam como habilidosas, nem recebam incentivos externos para a prática política. Assim, ao investir na etapa inicial, as pesquisadoras advertem que o cálculo envolvido na decisão de entrar em uma corrida eleitoral pode ser muito diferente para potenciais candidatos dos sexos masculino e feminino. Dessa forma, as autoras questionam a concepção de um processo eleitoral “neutro em termos de gênero” (FOX; LAWLESS, 2012).

No Uruguai, Verónica Pérez contribuiu para a ampliação do debate na América Latina, dedicando-se a verificar a validade de algumas das hipóteses culturais para o caso uruguaio. Como forma de avaliar as diferenças de atitudes e comportamentos políticos entre homens e mulheres e suas sequelas no que se refere a participação política, a autora recorreu à base de microdados do Latinobarômetro (1996). Tomando emprestado os termos da economia, oferta e demanda, a autora destaca as atitudes tradicionais como uma das grandes barreiras ao acesso de mulheres aos cargos de representação política. Segundo a pesquisadora, tais atitudes interferem nos direitos, recompensas e na divisão dos poderes entre homens e mulheres na sociedade. O fruto dessas diretrizes culturais, por um lado, reflete na baixa procura de mulheres interessadas em se apresentarem como candidatas (o que seria caracterizado como a oferta), e, por outro lado, em elevados critérios de recrutamento partidário, na avaliação rigorosa dos meios de comunicação sobre candidaturas femininas e nas exigências do próprio eleitorado no momento de escolher seus candidatos (o que seria caracterizado como a demanda) (PÉREZ, 2006).

Sobre a discussão da oferta, à primeira vista, os dados gerais sugerem que os homens estão mais interessados em política, acompanham mais os noticiários

políticos e conversavam sobre política com maior frequência do que as mulheres. Entretanto, a autora observa que as preferências se igualam quando ambos entrevistados possuem Ensino Superior. Dessa maneira, uma outra leitura dos dados demonstra que não se trata de uma condição sexual, mas de uma relação com o nível educacional dos perguntados. Nesse sentido, para Pérez (2006), sexo e nível educacional são variáveis importantes para medir o interesse de um indivíduo sobre política, porém, o segundo fator é mais decisivo do que o primeiro.

Assim como Fox e Lawless (2012) reconhecem, Pérez (2006) também entende que a ambição política das mulheres é afetada pelo processo de socialização, pois a atuação política seria uma característica positiva para os homens e negativa para as mulheres. Ou seja, a aceitação social das mulheres está menos associada ao sucesso profissional e a trajetórias públicas e, por conta disso, investir em uma carreira política seria muito custoso e devolveria menores benefícios em suas vidas do que, por exemplo, constituir uma família, investir em um casamento ou projetar carreiras voltadas ao cuidado e ao ensino. Em relação ao custo político, a autora destaca como obstáculos a questão do tempo escasso para se dedicar a política e o enfrentamento de jornadas exaustivas para conciliar as atividades na esfera privada, no trabalho e na política (PÉREZ, 2006, 2011).

Sobre a discussão da demanda, em diálogo com outros trabalhos, a autora também apontou as atitudes conservadoras dos selecionadores partidários, pois eles, ao avaliarem a potência das candidaturas, preferem apostar em nomes com maiores chances de ganhar. Dessa forma, uma distinção entre as prováveis candidaturas seria possuir, de antemão, um mandato, o que significa uma desvantagem para as mulheres, representadas por um reduzido grupo na política institucional. Soma-se ao impasse, o desinteresse da classe política uruguaia em promover valores de gênero, questão levantada em outros trabalhos (PÉREZ, 2006).

Além disso, em busca de diversificar seus argumentos a respeito da dinâmica do campo político, Pérez (2006) também analisou, em caráter exploratório, o conteúdo dos debates parlamentares sobre alguns assuntos tratados na legislatura de 2000-2005. O empenho teve como intenção compreender se o ambiente se mostrava mais ou menos agradável para as mulheres agir politicamente. A autora concluiu que, no geral, os parlamentares de esquerda apresentam valores mais modernos de liberdade e autonomia individual. Em oposição, os representantes de partidos tradicionais

expressam visões mais conservadoras sobre as mulheres, dentre os quais foi possível destacar: a imagem feminina associada principalmente à reprodução biológica e social, destacando o trabalho fundamental da mulher como cuidadora e educadora; concepções que favoreciam os modelos familiares tradicionais em detrimento de arranjos alternativos; e o uso de expressões que referenciavam a subordinação da mulher frente ao homem e seus filhos. Por último, em relação ao assunto da igualdade política, Pérez (2006) não identificou nenhuma menção ao tema por parte dos parlamentares homens.

Dessa maneira, os trabalhos analisados por essa abordagem chegam à mesma conclusão: que a cultura é um agente bastante influente na predisposição das candidaturas de homens e mulheres (FOX; LAWLESS, 2003, 2005, 2012; PÉREZ, 2006, 2011). Para mais, as investigações também demonstram que, embora a escolaridade e as posições profissionais sejam similares entre homens e mulheres, elas se sentem bem menos preparadas para ocupar cargos públicos e se veem com menos habilidades para exercer a política, comportamento reproduzido pela classe política.

Isso posto, para as proposições argumentativas desta tese, verifica-se que alguns raciocínios da vertente cultural corroboram na direção de que há distintos “lugares” de atuação para homens e mulheres na sociedade, isto é, recortes de ação sexistas. Dessa maneira, os indivíduos do sexo masculino, incentivados a ansiar por posições de maior poder e visibilidade, enxergam-se como nativos da esfera pública, seu lugar de atuação “natural”, o qual resiste como sendo um ambiente dos homens. Enquanto isso, os indivíduos do sexo feminino continuam desestimulados a investir sua energia em uma carreira política profissional e não conseguem estabelecer um sentimento de pertencimento ao espaço público. Ou seja, o vínculo com a esfera privada insiste em permanecer e, por isso, deve ser considerado.

Por último, os estudos sobre os constrangimentos estruturais que atuam na construção da carreira política de mulheres se voltam principalmente para os debates sobre a captação de recursos econômicos e a demanda por tempo livre para apoiar uma candidatura, o que, via de regra, as mulheres possuem menos. Desse modo, a discussão sobre os atributos socioeconômicos é rearticulada dentro do debate de carreiras políticas. Aqui, o argumento de que os arranjos familiares tradicionais

contribuem para prejudicar as mulheres nas carreiras mais competitivas, inclusive a política, ganham força.

De forma esquemática, Biroli e Miguel (2010, p. 95) apontam que “três tipos de recursos são necessários para a participação política em geral – e, a fortiori, para a possibilidade de disputar cargos públicos: dinheiro, tempo livre e rede de contatos”. Assim, para as mulheres, como grupos subalternos, faltariam um ou mais desses componentes na hora de pleitear um cargo público. De fato, essa vertente também salienta que o tempo livre é o principal constrangimento material imposto à participação de mulheres na política, o que se deve pela maior, quando não exclusiva, responsabilidade dada a elas na esfera doméstica e do cuidado dos filhos, netos ou outros familiares. Essa situação agrava-se, como já foi apontado anteriormente, quando a mulher passa a trabalhar fora de casa e precisa conciliar tantas funções distintas, além das tradicionais (MIGUEL; BIROLI, 2010).

No Brasil, os trabalhos de carreira política concentram-se, principalmente, nesta terceira vertente, de modo que a discussão sobre os recursos das candidaturas tem sido central (COSTA, 1998; ARAÚJO, 2001; MIGUEL; QUEIROZ, 2006; MIGUEL, 2003; PINHEIRO, 2006; MARQUES, 2010; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015; ALTMANN, 2019). Todo esse debate está proposto e ancorado nos estudos de tradição francesa, através da teoria dos campos e no conceito de capital político, ambos formulados pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Para Altmann (2019, p. 13), as análises sob essa perspectiva favorecem aos estudiosos traçar explicações baseadas nas lógicas sociais de exclusão e de autoexclusão, operacionalizadas e atualizadas a partir de um conjunto de predisposições e de domínios de inscrição que estão diretamente associados às construções, às diferenciações e às hierarquizações entre os sexos. E, de acordo com a interpretação de Miguel e Biroli (2010, p. 674), há vantagens em estabelecer abordagens “abertas” pelo conceito de campo político “juntamente com a ênfase nas relações entre esfera pública e privada bem como nos efeitos da naturalização da perspectiva masculina no habitus do campo político”. Dessa forma, para os autores, a abordagem pode propiciar a criação de um modelo sofisticado para estudar as candidaturas de mulheres nas democracias liberais, bem como sua ambientação neste espaço tradicionalmente ocupado por homens, que é a política institucional.

Esses trabalhos têm concordado que o capital familiar é muito importante para as mulheres em sua ascensão aos cargos políticos, na medida em que mulheres teriam maior dificuldade em formar redes de contatos profissionais: “explorando não apenas a questão do capital familiar, mas também sua associação com as impressões que os estudos sobre desigualdade de gênero na política também apontam” (MIGUEL, MARQUES; MACHADO, 2015, p.279). Além disso, o estudo realizado por Pinheiro (2006) em sua tese de doutorado, sobre as parlamentares brasileiras desde a redemocratização até 2002, identificou o capital familiar como a origem do capital político de 40,8% das deputadas federais.

A teoria sociológica proposta por Pierre Bourdieu, bem como a noção de campo e capital político, pode ser útil até certo ponto do debate, pois é possível dizer que fornece uma ideia embrionária em relação a compreensão sobre a construção de uma carreira política, mas há alguns problemas em aplicar generalizações. Em primeiro lugar, devido a discrepância entre a presença de homens e mulheres, os estudos comparativos tendem a tornar-se muito custosos, longos e exaustivos, não sendo convencionais. Dessa maneira, mesmo tendo a ciência de que a hereditariedade é recorrente também nos casos masculinos, devido ao número absurdamente maior de homens, torna-se inviável produzir estudos comparativos demonstrando a importância do capital familiar para a carreira dos homens, suscitando em uma lacuna sobre a totalidade dos parlamentares do Congresso Brasileiro. Assim, corre-se o risco de as análises serem, mais uma vez, injustas com as mulheres. Como se somente elas dependessem do capital familiar para adentrar as arenas de disputas por posições, cargos e prestígios de ordem política.

Em sua tese de doutorado, Altmann (2019, p. 27), ao destinar um conjunto de críticas aos estudos nacionais, relata que este é o primeiro problema que incorrem: “O viés normativo expresso por vezes nas formas mais desejáveis de ‘capitais’ que autorizam a ‘boa representação’ ou a ‘representação autônoma’ das mulheres”. Para mais, de acordo com a autora, o foco dos trabalhos no capital familiar desaguam em uma segunda questão: “a oposição a priori e estática entre ‘tipos de capitais’ e a desconsideração dos múltiplos recursos que incidem de modo simultâneo sobre as entradas no espaço da política” (ALTMANN, 2019, p. 20). Na sequência, a autora apresenta sua terceira e mais contundente crítica à literatura nacional, de que os trabalhos

[...] não se dispõem a oferecer uma visão histórica e/ou sistemática sobre as possibilidades de carreiras políticas mais acessíveis às mulheres, e têm subestimado a relação entre as diferentes bases dos recursos sociais detidos pelas agentes e as diferentes formas de acesso e de permanência nesse meio particular de competição. (ALTMANN, 2019, p. 20).

Altmann (2019) também se deteve nos embates do campo político. Contudo, adotou uma perspectiva histórica e ampliou o debate, reenquadrando o peso das tradições familiares e elencando outros recursos sociais na análise das carreiras das deputadas brasileiras. Essa postura possibilitou à autora diversificar as bases sociais subjacentes à entrada das mulheres no mundo da política. Dessa maneira,

Os recursos de parentesco, desse modo, não estão desvinculados de outras fontes de legitimação e são associados com outras formas de “qualidades” e inserções “sociais”, tais como a aquisição de títulos universitários e de “qualificações profissionais”, a ocupação de cargos públicos e/ou os itinerários de engajamento em “entidades” e em “obras sociais”. (ALTMANN, 2019, p. 23).

Por último, dentre as reflexões de Altmann (2019) sobre os usos dos recursos familiares, é possível destacar uma consequência das alianças matrimoniais que serve como sustentação ao argumento desta tese, de que as relações de ordem privadas atravessam a ordem pública, na medida em que capital familiar pode vir a gerar entraves para algumas mulheres exercerem a política, pois elas assumem o papel de “esposa colaboradora” ou funções relativas ao “primeiro-damismo”. Isto é, quando dois políticos do mesmo espaço de formação partidária unem-se em laços matrimoniais, o casamento pode representar uma aliança política, mas também um compromisso social entre homem e mulher. Cabe lembrar que o casamento desonera os homens dos cuidados familiares e domésticos e a obrigação recai sobre as mulheres. Ou seja, sob essa interpretação, os homens seriam os beneficiários do capital familiar, só que de maneira indireta, não no campo político, mas na esfera reprodutiva, e as mulheres saíam mais prejudicadas do que se continuassem solteiras.

Dessa maneira, ao centralizar a análise no trajeto público, considerando o acúmulo de capital político, mesmo que de forma ampla, as desvantagens podem ser maiores que as vantagens, pois as mulheres acabam sendo equiparadas aos homens. Ao cabo, acabam sendo vistas como agentes, calculando custos e vislumbrando posições no topo. Embora o conceito de campo oriente sobre a dinâmica de disputas

tratadas na esfera institucional, enfatizando as relações de poder, e mesmo que seja verdade que o campo reproduza as estruturas sociais que excluem as mulheres, os estudos correm o risco de reduzir os obstáculos enfrentados por mulheres na esfera privada, riquíssimas informações, em etapas de acúmulo de capital político. Essas etapas, isto é, socialização, educação, engajamento político, militância, redes de apoio familiar, eleições, mandatos e alianças, estão contidas dentro das trajetórias de vida política de cada mulher. É a partir dessa historicidade que devemos apresentar o percurso de mulheres eleitas, mas para entender o contexto dessa presença nos espaços públicos também devemos observar os compromissos e constrangimentos causados pela estreita relação com o âmbito privado, bem como o malabarismo realizado pelas atrizes políticas para conciliar as duas esferas.

Ademais, um problema central das afirmações de Bourdieu para os propósitos desta tese é que ao alegar que “o problema não se concentra, assim, no acesso dos diferentes indivíduos ao campo político, mas nos mecanismos que os diferenciam internamente, legando-lhes posições de maior ou menor centralidade” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 673), a vida privada retorna ao lugar do esquecimento, para a invisibilidade, e todo o esforço das feministas clássicas e das teóricas feministas posteriores são acobertadas mais uma vez. Logo, as teorias de carreira política não forneceram ferramentas suficientes para narrar a trajetória das *Alcaldesas*. Fez-se necessário um outro olhar analítico. Esse olhar teve o intuito de colocar o marcador de gênero como central e, a partir disso, perceber a importância da vida privada para contar qualquer história de mulheres, sem desconsiderar a relevância de outros marcadores, como etnia, raça, classe e território, que se movem de forma interseccional.

2.3 A trajetória de vida política: entre a vida privada e a esfera pública

Neste momento, depois de todo debate apresentado até este ponto do capítulo, é possível evidenciar que o debate produzido na América Latina sobre desigualdade política promovido no interior das teorias políticas feministas é extenso, incluindo vários fatores, elementos explicativos e uma diversidade de experiências. Desse modo, contamos com uma vasta rede de discussões e interlocutores, produzidas a

partir da redemocratização, as quais envolvem análises sobre representação, participação de mulheres na política e fatores que interferem na atividade política, carreira política de mulheres, a luta organizada dos movimentos de mulheres e as disputas em torno das agendas feministas. Como plano de fundo, apresentam-se as características históricas e culturais da região. O debate sobre cotas deixa claro que não envolve – ou trata-se de – uma simples confluência entre variáveis. A discussão sobre direitos políticos não se esgota apenas com as garantias de votar e ser votada e vai além da consideração sobre a presença física das mulheres em espaços institucionais.

O diálogo com a literatura revela que o problema da representação não é resolvido através da resolução de um quebra-cabeça envolvendo regras da competição do campo político, muito menos é unânime em diagnósticos e respostas, nem poderia, dado que não existe uma única realidade do sujeito mulher. Ora as análises empíricas se desenrolam em cenários mais favoráveis ora em situações mais desvantajosas à diversidade, em um contexto de adequação à dinâmica das democracias liberais representativas. O sentido do exercício político também é utilizado pelas teorias feministas de forma ampla, estando além dos acontecimentos e encargos institucionais e refletindo no desempenho dos papéis sociais e no cumprimento e integração em determinadas funções desempenhadas na esfera doméstica, em grupos de trabalho ou em instituições políticas. Esse olhar está impresso nesta análise, na qual a prática política adquire um sentido de ação e engajamento, afastando-se da pura e simples inserção como presença. Engloba toda a participação das mulheres em esferas da “coisa pública” – quer seja no plano governamental, quer seja no plano de entidades organizadas que desenvolvem funções de caráter coletivo –, mas esse fazer político também adentra as esferas da vida social, como os setores da educação e do trabalho (TABAK; TOSCANO, 1982).

Com isso, munida pelas teorias e das práticas feministas, na presente pesquisa adotou-se a noção de *trajetória de vida política*, desdobrando-a em duas direções: atrelado ao desenvolvimento da carreira política e ancorado na vida privada das entrevistadas, ou seja, na esfera pessoal. Dessa forma, a trajetória percorrida pelas mulheres não se restringe à análise das disputas travadas na arena política institucional, apesar de considerar a dimensão pública e os recursos políticos como importantes para a análise. O olhar extrapola a perspectiva clássica e inclui variáveis

exógenas ao campo político para propor entender a trajetória de uma mulher, por isso, considera as experiências oriundas da influência da esfera privada, do local de seu nascimento e de sua socialização política. Além disso, compreende que questões territoriais também influenciam no decorrer da atuação política.

Tem-se a compreensão de que as trajetórias políticas não precisam ser iguais, ascendentes ou mesmo lineares, já que existem diversos caminhos para se percorrer ao adentrar o mundo da política. Por exemplo, entre o conjunto das entrevistadas, algumas delas praticamente nasceram em um berço político e cultivam a política no seio da tradição familiar; outras vão adentrar a arena política pelo destaque em suas carreiras profissionais. Algumas exploram a organicidade no ativismo político ou militância partidária, embora sua conexão com o campo político enquanto candidatas surja apenas perto de disputar as eleições. Dessa maneira, a proposta é debruçar-se sobre a vida singular dessas mulheres, o que não significa estudar individualmente cada jornada, mas apresentá-las como o coletivo de um universo, que possui em comum uma série de obstáculos relacionados ao marcador de gênero (PINTO, 2017). A investigação partiu da diversidade do grupo de entrevistadas, compreendendo os pontos em que há entrelaçamento entre as trajetórias, a partir da delimitação de quatro elementos: esfera pública, vida privada, enquadramento territorial e percepções políticas de gênero.

Sobre os detalhes da primeira dimensão, a ideia foi se deter no desenvolvimento da trajetória pública de uma atriz política, considerando na análise as variáveis tradicionais, ferramentas reconhecidas e muito empregadas pelos estudos clássicos de carreira política. Dentro da dimensão da esfera pública, foram destacados os canais de militância partidária e engajamento em movimentos sociais, na construção de redes de contatos através do mundo do trabalho, na filiação a um partido e em apadrinhamento político, experiência em cargos eletivos ou em cargos públicos de prestígio, participações em esferas associativas, atuação em grupos de bairro e clubes em geral e trabalho junto ao terceiro setor, através das organizações não governamentais (ONGs). Todos esses pontos estão sintetizados dentro dos temas: vida profissional e rede de contatos, militância e engajamento político e carreira político-institucional.

A repercussão da vida pública representa apenas a primeira camada na leitura proposta ao longo da tese. Assim, ao buscar analisar o percurso dessas mulheres foi

preciso entender que o pessoal e o político caminham juntos. Por isso, ao matutar sobre a segunda dimensão da pesquisa, a conclusão chegada foi que o exercício público estava relacionado com as condições impostas ao grupo enquanto mulheres, o que faz com que compartilhem um conjunto de experiências oriundas da influência da esfera privada, do contexto social e dos padrões culturais vigentes no tempo/período em que suas carreiras políticas foram desenvolvidas. Assim, a segunda dimensão englobou a perspectiva não tradicional, a qual chamei de vida privada, quando foram examinados os temas socialização política, desdobramentos e obrigações na divisão sexual do trabalho (responsabilidades domésticas e de cuidado) e rede de apoio.

Cabe ressaltar que, embora estejam apresentadas aqui de forma separada, para marcar sua existência e importância de cada particularidade, na composição das biografias veremos as dimensões agindo em conjunto, pois como foi mostrado nos capítulos posteriores, as dimensões se entrecruzam, ou seja, não existem barreiras bem demarcadas entre o que acontece na esfera pública e na privada, de modo que não foi feita uma separação. Ao contrário, a dimensão da esfera pessoal extravasa a dimensão da esfera pública, tencionando-a, modelando-a e vice-versa.

Além das dimensões sociais, busquei incluir na discussão uma dimensão espacial, a qual chamei de enquadramento territorial. Ambas as esferas (esfera pública e vida privada) estão ancoradas no vínculo municipal, que é o local que as *Alcaldesas* governam e foram eleitas. Essa categoria foi criada para sintetizar as discussões envolvendo os diferentes governos locais e se relaciona com as características socioterritoriais do Uruguai. A opção por pesquisar o Uruguai requereu considerar as características territoriais do país, de seus 19 departamentos e de suas 125 municipalidades, incluindo no eixo as tensões e polêmicas envolvendo a distribuição dos municípios nos departamentos. Esse primeiro entendimento possibilita observar como as dinâmicas e as especificidades de cada local afetam a sorte das mulheres em construir sua trajetória política.

Essa dimensão funcionou como uma moldura para as trajetórias de vida política. O critério estabelecido para operar a divisão foi a distância dos municípios em relação a Montevideu. Como o estudo percorreu seis departamentos, foram consideradas cinco cenários possíveis para se pensar a trajetória da vida política das entrevistadas:

- a) O cenário da capital, Montevidéu, departamento em que estão localizados os maiores municípios em extensão territorial e maior concentração populacional, centro econômico e político do país;
- b) O cenário metropolitano, que compreende as aglomerações urbanas que pertencem ao departamento de Canelones, situado na região metropolitana do país;
- c) O cenário no Departamento de Colonia, que pressupõe atuar politicamente nas regiões com mais recursos ao sul do país;
- d) O cenário fronteiriço em Rocha, em que a economia da região gira em torno dos pequenos comércios locais, bares e da movimentação dos turistas que atravessam a fronteira para realizar compras nos *Free Shops*, locais de intensas trocas culturais e acordos econômicos;
- e) O cenário nos interiores de Cerro Largo e Flores, compreendendo as regiões mais desertas e afastadas da agitação da metrópole, sendo incluídos os dois municípios mais distantes de Montevidéu, caracterizando o cenário por agrupar cidades pequenas e rurais.

Por último, retorno a um aspecto que estive preocupada em evidenciar enquanto estava refletindo sobre minha proposta de desenvolver a trajetória de vida política das *Alcaldesas* no Uruguai: a necessidade de destacar a presença dessas mulheres na arena política. Esse quarto objetivo desenvolvido na tese não deve ser visto apenas como uma categoria analítica, mas como um espaço para deixar as entrevistadas se expressarem, enquanto mulheres que atuam na política. Por isso, no último capítulo busquei dar destaque a experiência das próprias atrizes políticas, para que pudessem explicar suas interpretações, dificuldades, adversidades, custos e comprometimentos ao penetrar na esfera pública. Busquei fazer isso quando trabalhei com as memórias das *Alcaldesas* acerca de suas trajetórias na quarta e quinta parte da tese, mas principalmente no sexto capítulo, quando analisei a dimensão das percepções políticas de gênero.

A abordagem cercou os temas pertinentes ao debate de direitos humanos e gênero e a conjuntura política uruguaia. Ressalta-se, dentre esses tópicos, a masculinização do ambiente político, as condições do exercício de seus mandatos a partir do exame de sua condição de mulher e a avaliação sobre a pertinência da

legislação de cotas. Sobre a agenda de gênero, busquei investigar como as *Alcaldesas* compreendem o fenômeno da violência baseada em gênero e a despenalização do aborto. Além da análise específica, o questionário também almejava alcançar uma análise sobre as reformas sociais, políticas e econômicas implementadas durante o ciclo progressista e uma leitura do atual quadro político do país, quando há o retorno do Partido Nacional à presidência em 2020.

Particularmente, foi interessante adentrar a esse último debate porque, como será visto, trata-se de mulheres com suas individualidades e distinções políticas, econômicas, culturais e sociais, que desaguam em visões de mundo díspares e maneiras de agir/atuar politicamente, muitas vezes, antagônicas. Entretanto, as entrevistadas acabam compartilhando uma perspectiva de gênero que as aproximam, pois, em algum sentido, todas estão imersas na estrutura patriarcal, o que as faz enfrentar desigualdades para avançar na carreira política, seja nas formas de perceber como são tratadas pelos seus pares, seja na demarcação dos espaços de atuação dentro dos partidos políticos ou por suas funções e compromissos na esfera privada.

2.4 Considerações sobre o capítulo

Amparada pela perspectiva teórica feminista, a pesquisa almeja avançar e examinar a trajetória de vida das mulheres *Alcaldesas*, compreendendo informações e narrativas que vão além da discussão tradicional sobre a carreira política das atrizes políticas, na medida em que não se entende como possível estabelecer uma oposição entre os domínios público/privado. Por isso, é fundamental retomar Pateman (1993, 2012), quando a autora alerta que a esfera da vida doméstica está no coração da sociedade civil e não afastada ou separada dela. Assim, tomei como apontamento que a trajetória pública dessas mulheres é precedida pelas determinações do domínio privado.

Trata-se de ir em busca de extrapolar as condições do campo político, voltando as atenções para os detalhes da vida privada, questão salutar para entender a marcha da mulher para se constituir como uma atriz política. Portanto, o ponto em comum está na constituição como sujeito político mulher, atravessada pela sua íntima relação com o mundo privado, ainda que não deseje, ainda que encontre alternativas para se

desvencilhar ou atenuar esse compromisso. Por último, todas as histórias se cruzam na vitória das eleições municipais, fatos que as une como um grupo conciso, o qual será abordado no próximo capítulo. Dessa maneira, através da identificação dos aspectos que preenchem as trajetórias de vida dessas mulheres, buscou-se conhecê-las, aproximá-las e diferenciá-las quando isso se fez necessário.

3 O ponto que as une: a criação dos municípios no Uruguai

Através da vitória nas eleições municipais, distintas mulheres marcaram com sua própria história de vida a política uruguaia. Nesse sentido, o primeiro ponto em comum entre as *Alcaldesas* é o seu desempenho eleitoral, que as credenciou para chefiar os Conselhos Municipais. Em outras palavras, elas são o nome que encabeçou a lista mais votada do partido mais votado. Para muitas das entrevistadas, realmente, esse momento significou a primeira aproximação com a arena da política, enquanto para outras foi a oportunidade de assumir uma função de gestão pública, após uma longa jornada de formação política, militância partidária, ativismo ou trabalhos técnicos. Seja qual for o caminho percorrido, é nesse espaço em comum que as entrevistadas se tornaram autoridades políticas em sua comunidade local, ou seja, nos municípios.

Os municípios no Uruguai possuem especificidades jurídicas próprias. Dessa maneira, partiu-se do entendimento de que as questões políticas que envolvem o tema municípios também forneceriam contornos às narrativas para descortinar a trajetória de vida política das *Alcaldesas*. Nesse sentido, a intenção deste capítulo da tese é de apresentar tais informações e discussões através das lentes da literatura institucional. Nos próximos capítulos, essa discussão proporcionará uma base, quando os municípios serão concebidos enquanto enquadramentos, sendo elevados à terceira dimensão das trajetórias de vida política. Analisou-se, então, sobre a iniciativa de criação das municipalidades, características socioeconômicas e as questões de territorialidade. Essas características fazem de cada lugar um cenário diferente, que, como molduras, atravessaram a trajetória de vida política das entrevistadas.

Para cumprir o objetivo central deste capítulo, foi necessário dividir o seguimento das seções em três partes que fundamentam as bases para o estudo das trajetórias de vida das *Alcaldesas*. Em um primeiro momento, busquei discorrer sobre a roupagem do modelo representativo uruguaio, incluindo, nesse âmbito, as principais características do sistema político-eleitoral e do sistema partidário. Essa primeira parte possibilitou uma sequência, que tratou da criação dos órgãos representativos locais em 2010. Nesse tópico foram introduzidas discussões sobre o desenho institucional, competências administrativas, recursos financeiros, autonomia perante o

departamento e informações sobre a ampliação de municípios em 2015. Além da discussão institucional, foi explorado o processo de implementação dos municípios sob a perspectiva das *Alcaldesas*, que permitiu verificar que a história dos municípios se envolve com a própria trajetória das políticas. Na terceira parte, após a exposição das responsabilidades e funcionamento do nível municipal, foram analisados os resultados da primeira e segunda corrida eleitoral, com foco no desempenho das mulheres. Propôs-se uma leitura dos pleitos com o aporte dos estudos de gênero realizados nesta e nas outras instâncias representativas do país. A partir dessa exposição mais genérica, o texto adentrou o debate sobre a descentralização política e a participação de mulheres no terceiro nível de governo uruguaio.

3.1 Estrutura institucional do Uruguai

3.1.2 Sistema político e eleitoral

Historicamente, o Uruguai é um dos únicos países da América Latina caracterizado por conseguir sustentar a imagem de uma democracia sólida e estável, possui um sistema partidário altamente institucionalizado e uma cidadania comprometida com o sistema. É o país da América do Sul que mais tempo viveu respirando ares democráticos, apesar dos dois períodos autoritários que os uruguaios vivenciaram no século XX (1933-1938 e 1973-1985). A capital, Montevidéu, é o departamento com maior densidade populacional, congregando aproximadamente 1,8 milhão de habitantes, praticamente 40% de toda população¹². Esse aspecto é importante porque a concentração interfere nas atividades políticas, culturais e econômicas do país.

A República Oriental do Uruguai comporta suas leis e arranjos institucionais na constituição datada de 1967, reformada e atualizada em 1996. A reforma constitucional de 1996 alterou substancialmente o texto original da Carta anterior. Dentre as principais mudanças, houve a alteração do calendário eleitoral, separando

¹² Populoso é o Departamento que possui a maior taxa de população absoluta (número total de habitantes), e povoado apresenta o maior número de habitantes por quilômetro quadrado, ou seja, a maior taxa de densidade demográfica.

as eleições nacionais das eleições departamentais e a instituição do segundo turno nas eleições nacionais pelo sistema de *ballotage*¹³. Em relação aos municípios, a atualização da carta constitucional é bastante significativa, porque veicula o desenvolvimento Estatal com medidas de desenvolvimento regional. Nesse sentido, Barreto (2016) afirma que, entre outros objetivos, a reforma visou implementar políticas de descentralização em amplos setores do Estado.

O Uruguai adota um sistema democrático representativo, cuja maior expressão política é o Presidente da República, que assume igualmente as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. Existem três instâncias de governo. O primeiro nível de governo é composto pelo Poder Executivo nacional, exercido pelo Presidente e seu gabinete (Vice-presidente, ministérios e equipe de governo), e pelo Poder Legislativo, exercido por uma Assembleia Geral, bicameral, composta pelo Senado e pela Câmara dos Representantes. O Vice-Presidente da República também preside o Senado, que conta com 30 membros, enquanto a Câmara dos Representantes é integrada por 99 deputados. O segundo nível de governo é o Departamental, com 19 unidades departamentais, onde quem exerce o Poder Executivo é o Intendente, já a matéria legislativa é responsabilidade de cada Junta Departamental composta por 31 membros (mesmo número para todos os entes departamentais) denominados Edis Departamentais. Finalmente, o Poder Municipal é o terceiro nível de governo, composto desde 2020 por 125 municípios, sob comando de gestão dos Conselhos Municipais, órgão eletivo, composto de cinco membros.

Todos os mandatos possuem duração de cinco anos e, com exceção do cargo de Presidente da República, a todos os demais é permitido a reeleição. Há uma tradição no país de não oferecerem remuneração salarial para alguns cargos eletivos, é a situação dos Edis Departamentais e *Concejales* Municipais. Esses postos são desempenhados por funcionários honorários dos departamentos e dos municípios.

¹³ A Constituição reformada em 8 de dezembro de 1996 modificou o regime eleitoral da República, que inicialmente se baseava na realização de um único ato eleitoral ordinário, com a modificação se habilitou a possibilidade da realização de um segundo turno, caso o vencedor da primeira eleição não tenha conseguido maioria absoluta dos votos válidos. Conforme o cronograma estipulado pela Corte Electoral: a) último domingo de junho, eleições internas dos partidos políticos; b) último domingo de outubro, eleições nacionais; c) último domingo de novembro, possível segundo turno se for o caso; d) segundo domingo do mês de maio do ano seguinte: eleições departamentais. Para maiores informações, consultar: <https://www.corteelectoral.gub.uy/institucional/creacion_y_evolucion>. Acesso em: 23 maio 2022.

Os cidadãos uruguaios selecionam seus representantes para todos os níveis governamentais através de eleições, exercendo o voto direto, livre e igual para todas(os) através do sistema de lista fechada. Com a extensão do direito ao voto às mulheres em 1917, o Uruguai assegurou o sufrágio universal a toda a sua população. Para além da participação eleitoral, o país acumula uma longa experiência com o uso de consultas populares, através de plebiscitos e referendos. A lei uruguaia delega aos cidadãos a possibilidade da realização de referendos em duas hipóteses: para revogar ou alterar propostas de mudanças constitucionais, bastando que a mobilização atinja 25% de assinaturas de toda a população.

3.1.2 O sistema partidário no Uruguai

No Uruguai, encontram-se dois dos mais antigos partidos sul-americanos: o Partido Nacional e o Partido Colorado. Dessa forma, toda a história política do país tem sido perpassada pelo enfrentamento e pela consonância de ideias entre os dois partidos. Com efeito, a existência das duas forças políticas data do início do século XIX, isto é, são anteriores à própria consolidação da república uruguaia em 1830 (CHASQUETTI; BUQUET, 2004). Desde a ascensão da Frente Ampla à presidência, os dois partidos compõem o bloco tradicional da política uruguaia, porém, durante todo o século XIX e XX foram os responsáveis por estruturar o bipartidarismo no país.

La mayoría de los historiadores ubican su origen en la “Batalla de Carpintería” – primera acción militar que los enfrentó, en el año 1836– seis años después de la primera Constitución (1830) y once más tarde de la Declaración de la Independencia (1825). En ese momento surgieron las “divisas” – cintillos que servían para distinguir a los integrantes de cada uno de los bandos – que los identificarán hasta nuestros días. (CHASQUETTI; BUQUET, 2004, p. 223).

A formulação da constituição em 1918 reforçou o estabelecimento de facções ou tendências (sublegendas) dentro dos partidos, que, ao mesmo tempo, serviu para frear o multipartidarismo, concentrando o poder decisório na mão dos dois partidos tradicionais da República. Essa dinâmica também possibilitou aos partidos se fragmentar internamente e fluir entre os eixos conservador-progressista. Para Gutiérrez (2012), essa estruturação interna se trata de uma complexa configuração institucional, permitindo a convivência de várias tendências no interior dos dois

partidos tradicionais – sem quebrar o bipartidarismo – gerando, dessa forma, agrupamentos que ajudavam a manter a diversidade em um contexto propício para a governabilidade.

Foram muitas as negociações para que em 1918 a Convenção Nacional Constituinte conseguisse sancionar um projeto que agradasse a todas as partes envolvidas na disputa da elaboração da constituição, “*elaborando un proyecto consensuado, producto de un pacto que implicó recíprocas concesiones*” (CHASQUETTI; BUQUET, 2004, p. 226). O bipartidarismo prevaleceu durante a maior parte do século XX, a ponto de a democracia uruguaia funcionar através da negociação e do consenso entre os dois partidos.

Nessa conjuntura, não houve espaço para descentralização ou crescimento de novas forças partidárias, pois a política estava fortemente atrelada ao sólido sistema bipartidário. O Partido Colorado representava os interesses dos centros urbanos e identificava os grupos sociais emergentes, a classe média uruguaia, que havia crescido no país a partir da segunda metade do século XIX com a imigração da mão de obra proveniente da Europa (GUTIÉRREZ, 2012). Para Reis (2017), nessa época o partido tencionava mais à esquerda, enfatizando princípios liberais no âmbito social e maior intervenção do Estado na economia. Já o Partido Nacional, situado mais à direita, aproximava-se dos princípios do liberalismo econômico e representava os interesses do interior rural, dos pecuaristas e dos povoados espalhados pelo país. Todavia, devido a fragmentação interna, era possível encontrar tendências que se aproximavam da social-democracia dentro do Partido Nacional e forças mais reacionárias no interior do Partido Colorado. Dessa forma, os partidos tradicionais, em que pese as “diferenças político-programáticas e demográficas, possuíam ideologia mais fluida, e bases assentadas fundamentalmente na tradição e no caciquismo” (REIS, 2017, p. 74).

A divisão espacial e econômica do país desempenhou papel fundamental para demarcar o domínio demográfico dos partidos e os resultados eleitorais da primeira metade do século XX até 1958. Todas as eleições presidenciais haviam sido vencidas pelo Partido Colorado, pois sua força na capital e centros urbanos prevalecia como decisória. Por outro lado, o Partido Nacional ocupava posições de destaque no âmbito parlamentar e departamental.

Durante o *Batllismo*, nas décadas de 1940 e 1950, sob o governo do Partido Colorado, o Uruguai consolidou sua democracia e alcançou níveis de bem-estar social elevados. Em comparação com seus vizinhos latinos, também foi o primeiro a consolidar uma legislação mais avançada assegurando os direitos trabalhistas e sociais. *“Este sistema debe inscribirse en el proyecto modernizador de comienzos del siglo, que cuenta entre sus antecedentes la reforma de la educación de 1877 que universalizó el acceso a una enseñanza laica, gratuita y obligatoria”* (MOREIRA, 1994, p. 100). Essa conjuntura fez o país ser internacionalmente conhecido como a “Suíça das Américas”, em uma alusão ao estilo de vida europeu e aos direitos sociais e civis conquistados pelos cidadãos da banda oriental.

Na década de 1960, o país passou por uma profunda crise político-econômica, proporcionada pelo esgotamento do modelo protecionista nacional-desenvolvimentista, baseado na industrialização de manufaturas. Com a crise econômica mundial na década de 1970, internamente, os uruguaios enfrentaram o congelamento de salários, as altíssimas taxas de desemprego, a disparada do dólar e da inflação. Todos esses fatores geraram o descontentamento de diversos setores econômicos e grupos sociais marginalizados e deixaram explícita a incapacidade dos mecanismos consensuais entre os partidos tradicionais e de suas práticas clientelísticas de resolver a crise (NASCIMENTO JÚNIOR, 2017).

É nesse contexto que surge o programa fundacional da Frente Ampla, em 1971, resultante de uma coalizão das forças de esquerda no país. Deixando as divergências ideológicas de lado, a frente congregava desde visões reformistas e progressistas até socialistas. Em outras palavras, no partido havia desde setores apoiadores da social-democracia até setores de viés revolucionário, que defendiam a superação da sociedade de classes e a ordem capitalista. Em sua estreia eleitoral, a Frente Ampla obteve 18% dos votos, porém, as discussões e as possibilidades que surgiam pela via ideológica da esquerda foram drasticamente solapadas pelo golpe militar em 1973 (REIS, 2017). Contraditoriamente, o Uruguai experimentaria o neoliberalismo pela via do autoritarismo durante os anos de chumbo da ditadura militar (PEREIRA, 2011). Durante o regime militar, suspenderam-se as eleições, todas as atividades políticas

dos partidos políticos tradicionais e as agrupações de esquerda foram postas na ilegalidade¹⁴ (CHASQUETTI; BUQUET, 2004).

Em 1980, um novo projeto constitucional militar viria a ser deslegitimado em um plebiscito popular. Em consequência, em 1982 iniciou-se uma distensão do regime militar e dois anos mais tarde, em 1984, a Frente Ampla voltaria a figurar na legalidade. Por fim, as eleições de 25 de novembro de 1984 marcaram a restauração da ordem democrática. A partir dessa época, gradativamente, iniciou-se uma reorganização das forças políticas-ideológicas no país, com o crescimento do eleitorado de esquerda, até então sem representatividade dentro do sistema partidário clássico. Entretanto, além do eleitor identificado com o programa ideológico de esquerda, o partido teve uma janela de oportunidade em cooptar os votos do eleitorado “descontente” com os partidos tradicionais. Pouco a pouco, a Frente Ampla foi ampliando seu espaço, vindo a se tornar a terceira força política do país, colocando-se em oposição ao bloco tradicional de ideologia centro-direita.

Esse processo se intensifica durante a sequência dos pleitos eleitorais da capital e do nível nacional desde a redemocratização. Em 1989, a Frente Ampla conquistou pela primeira vez o Departamento de Montevideu com Tabaré Vázquez, assumindo o mandato em 1990. Em 1994, a Frente Ampla alcançaria nova vitória na capital com Mariano Arana, que foi reeleito em 1999. Gradualmente, o partido foi crescendo e conquistando o eleitorado em outros departamentos. Em 1994, os três partidos tiveram votações quase idênticas nas eleições presidenciais. Entretanto, a Frente Ampla acabou sendo prejudicada pela reforma constitucional de 1996, que instituiu o sistema de *ballotage* às eleições presidenciais, retardando sua chegada ao governo nacional. Essa medida beneficiou o bloco de partidos tradicionais, PN e PC, já que ambos poderiam disputar o primeiro turno, e, depois, se apoiar em um eventual segundo turno. A estratégia funcionou por mais dois pleitos.

Em 2004, a Frente Ampla pela primeira vez triunfou nas eleições nacionais. A chapa de Tabaré Vázquez e Nin Vovoa sai vencedora, conquistando 50,45% dos votos válidos, tornando-os os primeiros representantes da esquerda a ascender à

¹⁴ Ao contrário dos demais países da América do Sul, que também sofreram com ditaduras e tiveram seus governos eleitos democraticamente diluídos pelas Forças Armadas, no Uruguai o próprio presidente Bordaberry (PC) foi quem firmou o decreto de dissolução do Parlamento, permanecendo à frente da presidência até 1976.

presidência da república. Para Reis (2017), a conquista do cargo máximo representou uma reordenação no sistema partidário,

[...] a conclusão do realinhamento do histórico bipartidarismo blanco-colorado para nova polarização, esquerda-direita, dando continuidade a um processo de crescimento frente-amplista, pelo lado progressista, e de indiferenciação entre os dois antigos partidos que antes hegemonizavam as disputas eleitorais do país. (REIS, 2017, p. 73).

Para além do ineditismo, cabe ressaltar a potência desse resultado alcançado ainda no primeiro turno, isto é, sem haver a necessidade do segundo turno, com o procedimento de *ballotage* instituído com a reforma de 1996. O desempenho a nível executivo foi repetido na Câmara de Representantes, de modo que o partido conquistou maioria parlamentar naquela ocasião. Desde que assumiu o poder, a esquerda alcançou três sucessivas vitórias no executivo nacional. Em 2010, com José Pepe Mujica e Danilo Astori; e em 2015, novamente com Tabaré Vázquez e Raúl Sendic.

Em 2019, a vitória no segundo turno da coalizão de centro-direita¹⁵ que apoiou Luis Lacalle Pou, candidato do Partido Nacional, frente ao candidato da Frente Ampla, Daniel Martínez, representou o fim do ciclo de 15 anos de governos progressistas da Frente Ampla no Uruguai. Dessa forma, para Monestier e Vonmaro (2021, p. 2), *“la llegada de Lacalle Pou a la Presidencia y los resultados de las elecciones departamentales de 2020 pueden verse como la versión uruguaya del proceso latinoamericano de ‘giro atenuado a la derecha’”* que a região tem passado a partir da segunda década do século XX.

3.2 O processo de descentralização política no Uruguai

Desde a fundação da república em 1830, o Uruguai manteve sua organização institucional estruturada apenas em duas instâncias: a nacional e a departamental. A última reforma administrativa, tratando de questões territoriais e políticas, havia sido

¹⁵ A Frente Ampla enfrentou no segundo turno uma coalizão composta por cinco partidos de centro-direita liderada pelo Partido Nacional, integrada pelo Partido Colorado e Cabildo Abierto como sócios majoritários, tendo o Partido Independiente e o Partido de la Gente como sócios de menor relevância (MONESTIER; VONMARO, 2021).

realizada ainda no século XIX, com a criação do departamento de Flores em 1885. Em uma lógica de poucas oportunidades fora da capital, não é de se espantar que a literatura especializada caracterize o modelo administrativo pela centralização e tendência de eliminação de autoridades locais. Com base nesse contexto, a implementação do terceiro nível correspondeu a uma novidade institucional (CARDARELLO, 2011; BARRETO, 2011, 2016; PELÁEZ, 2015).

Essa era uma das bandeiras da esquerda quando Tabaré Vázquez assumiu a presidência pela primeira vez, buscando, a partir de uma reforma no Estado¹⁶, dar continuidade ao projeto de descentralização política iniciado no Departamento de Montevideu após a redemocratização. Além disso, as políticas municipais representaram a possibilidade de uma nova via de articulação de direitos, com a singularidade de dar conta das peculiaridades locais em termos objetivos, levando em consideração as percepções dos cidadãos, através da realização das assembleias nos bairros, da eleição e interlocução dos governantes locais. Essa característica ficou evidente ao avaliar os depoimentos das entrevistadas que pertenciam a Frente Ampla (FA), destaque para Miriam Rodriguez (FA), eleita *Alcaldesa* do Município C no primeiro ciclo eleitoral.

[...] El gobierno de cercanía lo que te da es la riqueza del conocimiento del problema del vecino en forma directa, conforme o disconforme, reclamo o felicitación pero tienes ese contacto en forma directa. Es la primera experiencia en el país y estamos haciendo todo un aprendizaje de esta nueva etapa del proceso, es un equipo y unos funcionarios muy comprometidos con el proceso y creo que eso nos ha ayudado enormemente a que sea más sencillo. (Miriam Rodríguez - FA).

Sem contar com a tradição de governos locais, apenas em 1996, com a reforma constitucional, foram dados os primeiros passos para operacionalizar a descentralização. Naquela ocasião, foram incorporados na constituição detalhes sobre a separação e a distinção entre a matéria municipal e departamental, de forma a delimitar as atribuições e prerrogativas dos organismos locais de administração política. Também houve a formalização de um Congresso Nacional de Intendentes,

¹⁶ De acordo com Peláez (2015), o processo de reforma estatal teve dois grandes capítulos. Por um lado, procurou aprofundar a modernização da gestão do Estado, através do investimento em tecnologia de informação e em processos de comunicação. Por outro lado, o segundo capítulo desse processo associa descentralização e participação cidadã como eixos democratizantes e redistribuidores de poder.

responsável por coordenar políticas departamentais e de descentralização, sendo instaurada junto com a formação de uma Comissão Setorial de Descentralização¹⁷ (CSD). Essa comissão reforçou o compromisso dos níveis nacional e departamental com a agenda da descentralização (CARDARELLO, 2011).

O ordenamento jurídico uruguaio já previa a existência de estruturas administrativas locais desde a constituição de 1934. Esses órgãos poderiam ser de duas naturezas: unipessoais – uma única pessoa atendia a localidade e não havia uma denominação própria para o órgão; ou coletivos – composto por cinco membros denominados *Ediles Locales*, funcionários honorários que deveriam administrar uma Junta Local¹⁸, cujo estabelecimento poderia se dar em localidades menores que os departamentos, em zonas agroindustriais e/ou fabris com mais de 2000 habitantes.

Contudo, a instalação de uma Junta Local estava sujeita ao empenho do Intendente e a anuência da Junta Departamental. Ademais, a legislação sobre esses órgãos era vaga e carecia de projetos de leis complementares. A comunidade local não participava em nenhum momento da seleção das autoridades locais, pois não eram usuais eleições para definir quem seriam tais autoridades, ficando a cargo do Intendente fazer as nomeações. Com exceção de três Juntas Locais (Bella Unión, San Carlos de Maldonado e Río Branco), todos os *Ediles Locales* eram cargos comissionados e apenas cumpriam funções administrativas, não podiam tomar decisões e/ou legislar, também não havia pressuposto municipal e poderiam ser demitidos (BARRETO, 2011, 2016). Essas circunstâncias fizeram com que as Juntas Locais não prosperassem pelo país até o ano da implementação municipal.

Apesar de permitida há bastante tempo pela legislação, as JL estavam longe de ser uma realidade no Uruguai: segundo Magri e Freigedo (2010), antes da instalação dos municípios, havia 156, das quais apenas nove eram autônomas e três eletivas. Oroño (2010a, p. 352) informa que em 55 delas os integrantes não estavam designados pelo Intendente, o que as deixava inativas. (BARRETO, 2011, p. 2).

O tema da descentralização nacional ganhou seus primeiros contornos reais apenas em 2007, quando Tabaré Vázquez, em seu terceiro ano de mandato presidencial, tomou a iniciativa de endereçar um projeto de lei ao Congresso de

¹⁷ Órgão governamental composto por Intendentes e membros dos ministérios nacionais que possuíam conhecimento ou familiaridade com a matéria municipal.

¹⁸ A constituição de 1996 permitiu a implementação de Juntas Locais nas capitais dos departamentos.

Intendentes e aos partidos de oposição com representação na Câmara de Representantes, submetendo a apreciação da implementação de um terceiro nível de governo. A proposta entrou na pauta parlamentar apenas em março de 2008. O projeto enfrentou muita resistência, de modo que foram realizadas 16 alterações do conteúdo original, com um total de 18 meses de tramitação do projeto¹⁹. Em 13 de setembro de 2009, foi sancionada a Lei de Descentralização Política e Participação Cidadã (Lei 18.567). A legislação estabeleceu que cada município deveria ter pelo menos 2 mil habitantes e seu distrito territorial urbano e suburbano deveria formar uma unidade, com personalidade social e cultural ou outros interesses que justificassem a existência de estruturas políticas representativas e que facilitassem a participação cidadã. Em 2010, a lei tornou obrigatória a instalação dos municípios em localidades maiores a 5 mil habitantes, o que culminou na criação dos primeiros 89 municípios uruguaios popularmente conhecidos como *Alcaldías*.

A nova estrutura de governo é herdeira das Juntas Locais, porém, guarda significativas diferenças com a fórmula precedente. Dentre as aproximações, está o fato de o Conselho Municipal residir no mesmo local onde funcionavam as antigas Juntas Locais. A segunda semelhança é em relação a magnitude da Junta Local, isto é, o Conselho Municipal manteve o número de cinco membros, independentemente do contingente populacional de cada município. Dentre as diferenças, destaca-se o caráter eletivo dos cargos do Conselho Municipal. Dessa maneira, quem está à frente da administração pública de uma municipalidade passou pela aprovação popular, ou seja, foi eleito pelo voto direto dos cidadãos uruguaios. Assim sendo, são autoridades que passaram pelo processo eleitoral, legitimadas nas urnas, não meras nomeações realizadas pelo Intendente²⁰.

¹⁹ Barreto (2015) em diálogo com literatura (OROÑO, 2010; PELÁEZ, 2015) sobre a implementação dos municípios, descreve que o projeto enfrentou grande resistência, inclusive de setores da própria Frente Ampla. Além disso, os Intendentes também resistiram com receio de perder autonomia no segundo nível de governo, enquanto os partidos da oposição temiam perder seu prestígio político no interior do país com a concretização da proposta.

²⁰ Barreto (2015) apresenta em seu artigo uma grande discussão sobre a Lei 9.515 responsável por regulamentar as Juntas Locais (JL). Ao explorar as competências das JL, o autor demonstra que essas autoridades atuavam como cargo de confiança do Intendente, “pois realizam tarefas administrativas, têm autonomia muito restrita, não possuem nenhum caráter legislativo e são passíveis de demissão” (BARRETO, 2015, p. 41).

3.2.1 Deveres e atribuições dos governos municipais

O Quadro 3 apresenta detalhes sobre o terceiro artigo da Lei 18.567 sobre a descentralização. Essa seção da lei, particularmente, é interessante porque definia originalmente quais eram os seis princípios básicos que deveriam orientar os rumos da gestão municipal. Também deve-se mencionar que mesmo com a atualização da legislação, essa perspectiva que oscila entre descentralização e participação se mantém.

Quadro 3 - Os princípios fundamentais do sistema de descentralização local.

PRINCÍPIOS	DESCRIÇÃO
1	A preservação da unidade territorial e política departamental.
2	A prestação eficiente dos serviços do Estado visando aproximar a gestão do Estado de todos os habitantes.
3	O caráter gradual da transferência de atribuições, poderes legais e recursos aos Municípios no âmbito do processo de descentralização.
4	Participação cidadã.
5	Eletividade e representação proporcional integral.
6	Cooperação entre Municípios para a gestão de determinados serviços públicos ou atividades municipais em condições mais vantajosas.

Fonte: Elaboração e tradução própria.

A leitura dos objetivos desse terceiro artigo permite discorrer sobre alguns aspectos que o Estado Uruguaio buscou preconizar ao iniciar um processo de descentralização política. Em primeiro lugar, em quatro pontos menciona-se as possibilidades de integração administrativa e territorial. Dessa maneira, o município precisa estabelecer diálogo com o Estado, com as intendências, com os municípios vizinhos e com os seus cidadãos. Em segundo lugar, em três pontos é possível notar o valor da comunidade local para o funcionamento do município: o segundo princípio prevê a aproximação da gestão do Estado com os habitantes da localidade, o quarto princípio fomenta a promoção da cidadania e o quinto princípio remete aos cidadãos a responsabilidade pela eleição dos representantes. Em último lugar, o terceiro

princípio diz respeito ao caráter gradual com que haverá transferências de responsabilidades e recursos para ampliar a autonomia municipal.

Dentre as principais responsabilidades dos governos locais está a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Municipal, feito através da participação dos cidadãos e das propostas dos *Alcaldes e Concejales*. A aplicação e a gestão do plano devem primar por um enfoque local que reconheça as características e as necessidades locais, dessa forma, cada município tem a liberdade de elencar as suas prioridades de gestão. As principais tarefas incluídas no planejamento objetivam “fundamentalmente à administração da atividade cotidiana da povoação” (BARRETO, 2011, p. 4): implementação e manutenção de obras relacionadas com estradas, iluminação pública, sinalização e controle de tráfego. Além disso, há a preocupação com a limpeza, recolhimento e descarte de resíduos e a manutenção dos espaços públicos, cemitérios e/ou criação de novas áreas de socialização, lazer e a manutenção de áreas verdes.

Também cabe ao governo local executar projetos sociais, culturais e ambientais que visem incentivar a participação dos moradores na vida política da comunidade. Esse último ponto é particularmente importante, já que um dos princípios do novo marco legal é a participação cidadã consciente, isto é, cabe aos governos locais fomentar o apoio e criar espaços propícios para discussões locais, para cumprir com o objetivo de desenvolver as experiências de gestão associadas entre o governo e a comunidade. A lei fomenta a participação política através do poder de iniciativa popular, basta que 15% de cidadãos inscritos numa localidade se mobilizem, inclusive para reivindicar a criação de um município, nessa situação, a decisão caberá à Junta Departamental. A ampliação da participação dos cidadãos é um dos pontos chaves para o bom funcionamento dos municípios. Miriam Rodríguez, *Alcaldesa* do município E, classificou essas atribuições em dois eixos:

Nosotros tenemos competencias y atribuciones de los municipios que van desde cuestiones de gestión más pura que tiene que ver con el mantenimiento del arbolado, la limpieza de las bocas de tormenta, el alumbrado, o sea gestión pura. Así como tenemos una responsabilidad que tiene que ver con la estimulación, fomento y acompañamiento de todo lo que se presente de las organizaciones sociales para la participación ciudadana, tenemos como dos ejes sobre los que caminamos permanentemente: uno tiene que ver con la gestión y el otro con la participación y transformación del vecino demandante a un vecino ciudadano. Entonces yo creo que esa es una de la mayor riqueza del proyecto político del frente amplio y es que nunca

definió y espero que no lo defina nunca que el proyecto descentralizador pasa solo por la desconcentración de servicios y la gestión, sino que es un doble equilibrio o un equilibrio que tienes que generar entre el vecino que se involucra en la gestión, yo creo que eso es conceptualmente e ideológicamente muy importante. (Miriam Rodríguez - FA).

Em 2014, conversei com a *Concejala* do Município A, Adriana Rojas (FA). Naquela ocasião, ela utilizou da expressão “trabalho de formigas” para explicar a atividade desenvolvida nos municípios,

[...] El trabajo es como muy de hormigas y variado porque tenés de todo, el tema es el presupuesto, porque el presupuesto es agotado, el presupuesto es calles, reposición de alumbrado, podas y espacios verdes y barrido, pero nosotros nos damos la idea sin salirse del reglamento, digamos, que tiene la ley de generar nuevos espacios públicos siempre con los vecinos, hacer actividades culturales, deportivas, nosotros tenemos muchas redes, fortalecerlas, formarlas. Nosotros creemos que sin participación esto no tendría razón de existir, existiría una oficina de gestión, pero nosotros lo que hacemos es fomentar la participación. (Adriana Rojas - FA).

Para cumprir com os planejamentos, o Conselho Municipal tem a disposição os recursos destinados pelas Intendências. Nesse aspecto, é possível dizer que os municípios podem enfrentar uma tensão administrativa com os departamentos (MAGRI, 2010), pois embora seja função exclusiva dos funcionários do município elaborar e executar o plano de desenvolvimento municipal, a única fonte obrigatória de recursos financeiros, humanos e materiais são providos pelo Governo Departamental. Dessa forma, os municípios dependem de uma negociação prévia, a qual os governos departamentais estavam acostumados a centralizar. Para atenuar essa situação, o governo central também destina fundos especiais para os Municípios (*Fondo Inversión Desarrollo Municipal*), “*habilitando una válvula de escape en el vínculo directo con el gobierno nacional que amortigua la dependencia del nivel departamental y genera un by pass al gobierno departamental que queda por fuera de estas transacciones*” (MAGRI, 2010, p. 88).

No entanto, as *Alcaldesas* Beatriz Lamas (PN), Gretel Ferrari (PN) e Rosa Imoda (PN), em oposição ao governo nacional da Frente Ampla, destacaram que as mudanças eram demasiadamente lentas e a estrutura administrativa bastante limitada: faltavam-lhes poderes perante as Intendências para decidir sobre os rumos de suas localidades, bem como destacaram a insuficiência dos recursos para o pleno funcionamento dos municípios.

[...] Realmente lo hago porque me gusta, me gusta la tarea, pero falta descentralización, demasiado lento, faltan recursos y la gente, la población por lo menos en los lugares chicos le atribuye todo al Alcalde, todo los temas, temas que no son de potestad del alcalde también, eso lo hemos visto, por ejemplo acá en San Ramón. (Beatriz Lamas - PN).

[...] La ley tiene muchos vacíos, la ley fue creada muy rápido y entonces quedó con muchos vacíos legales, uno de ellos es no tener nosotros independencia económica, que nosotros la necesitamos. (Gretel Ferrari PN).

[...] Falta muchas cosas a la ley, sobre todo los recursos, nosotros reclamamos recursos propios, porque somos rehenes de los directores de las divisiones que nos dan los recursos o del Intendente de turno que esté, entonces nosotros no tenemos independencia económica por lo tanto muchas cosas queremos hacer y no podemos por eso. La oportunidad que hemos tenido, por ejemplo, nosotros hemos presentado proyectos a concurso y bueno hemos ganado, pero nos encontramos limitados por los recursos, que es lo que a nosotros nos cuesta más. (Rosa Imoda - PN).

Sem fontes de arrecadação próprias, uma dificuldade para a gestão local refere-se à ausência de autonomia fiscal. A Lei 18.567 estabelecia que seriam vistos como uma unidade interdepartamental, por isso, dependiam financeiramente dos repasses do segundo nível de governo (BARRETO, 2011, 2016). Na entrevista realizada no primeiro trabalho de campo, Cristina Castro (FA, Progreso) havia tecido críticas ao teor da lei que originou os municípios. Segundo a análise da *Alcaldesa*, a legislação propiciou apenas uma “desconcentração de poder”:

[...] Bueno esto es una nueva experiencia y no está todavía la descentralización que realmente queremos, más allá de que le están haciendo unas modificaciones a la Ley en el Parlamento, pero esto es más bien una desconcentración y nosotros lo que queremos es una verdadera descentralización. Si estás dependiendo siempre del gobierno departamental y de los recursos económicos del gobierno departamental es muy difícil a nivel local descentralizar, nosotros recibimos una partida mensual que viene del gobierno nacional que ronda los 62 mil pesos, más o menos, y 13 mil que nos da el gobierno departamental según el municipio, con eso apenas da solo para los gastos locales. (Cristina Castro - FA).

No início dos segundos mandatos em 2015, percebendo essas dificuldades e limitações, foram realizados novos ajustes e houve a ampliação no processo de descentralização subnacional com a atualização do marco legal através da Lei 19.262. No aspecto financeiro foram incorporadas algumas mudanças regulatórias, como novos critérios gerais para a distribuição do Fundo de Incentivo para a Gestão de Municípios, que é financiado pelo Orçamento Nacional. Em relação ao financiamento,

para além das doações orçamentárias estabelecidas no plano quinquenal, provenientes do governo departamental, cuja responsabilidade de administração é municipal, também houve um aumento no montante de recursos alocados do Governo Nacional para este Fundo. Além disso, foram regulamentadas possibilidades de doações ou legados atribuídos aos municípios (BARRETO, 2016).

3.2.2 O Conselho Municipal

O Conselho Municipal está incumbido de gerenciar os recursos humanos e financeiros e representar e atender a comunidade local. Conforme já salientado, o conselho é formado por cinco representantes, eleitos diretamente pelo sistema proporcional, formando um colegiado. Cada partido pode apresentar várias listas de votação, com as candidaturas previamente ordenadas, no modelo de lista fechada e bloqueada. Quem preside o município é a primeira titular da lista mais votada, do partido mais votado, chamado de *Alcaldesa(o)*, os outros quatro mais votados são chamados de *Concejales*, dispostos em ordem decrescente conforme a proporcionalidade de votos de cada lista/partido. As eleições nos municípios acontecem simultaneamente com as eleições departamentais, o tempo do mandato é de cinco anos, havendo a possibilidade de reeleição²¹.

Além de presidir as sessões e reuniões do conselho municipal, a *Alcaldesa* é a figura responsável por representar o município perante o Intendente. Dessa forma, ela deve negociar verbas, prestar contas e ordenar os pagamentos dos funcionários do município. De acordo com essas características, a *Alcaldesa* age como gestora e mediadora, fazendo cumprir a normativa departamental e municipal, quando não há consenso é ela quem desempata as decisões, com seu voto de peso duplo. Já as atribuições dos *Concejales* incluem a fiscalização, devem controlar e auxiliar a *Alcaldesa* em suas atribuições, mas também são responsáveis por auxiliar nas votações e deliberações em assembleias municipais.

Em se tratando de tarefas compartilhadas, todos os Conselheiros podem propor projetos e programas para o desenvolvimento local, desde que em concordância com

²¹ Segundo o art. 10 da lei, para aspirar a reeleição, as chefes municipais devem renunciar ao cargo com três meses de antecedência ao próximo pleito.

as diretrizes departamentais e posterior aprovação do Conselho. Na prática, ainda que a chefe do governo municipal tenha maioria partidária no conselho, as autoridades adotam uma postura conciliadora. Em 2019, ao se refletir sobre alguns dos desafios frente aos cinco primeiros anos de administração municipal, Analí Bentancur, *Alcaldesa* de Colônia Valdense, referiu-se a essa “habilidade”:

Pienso que el trabajo de alcalde o alcaldesa es la conciliación, si?! Hay que dialogar no sólo con el consejo, con el municipio, con la población y también con el intendente. (Analí Bentancur - PN).

Em entrevista com a *Alcaldesa* do município E em 2014, Susana Rodríguez Calvo, um dos aspectos destacado pela política foi a questão da coletividade,

Para nosotros es muy importante que nos reconozcan como municipio y alcaldía, a diferencia de otros gobiernos nosotros somos un gobierno colectivo, colegiado, pluripartidario, en el ejecutivo siempre es una persona pero acá somos colegiados más allá de que el que ocupa el rol de alcalde tiene una responsabilidad mayor porque la ley así lo dice porque son los únicos asalariados pero hay decisiones que se toman en colectivo, nosotros como somos un mismo partido político y somos la mayoría vamos con una decisión consensuada, no tiene más poder el alcalde, nosotros rompemos con eso del alcalde y alcaldía, es municipio. (Susana Rodríguez Calvo – FA).

3.2.3 A cobertura municipal em 2010

A capital Montevideu experimentou a descentralização partindo de um desenho pré-configurado no início dos anos 1990, quando Tabaré Vázquez, na ocasião Intendente de Montevideu, implementou o Plano de *Desconcentración de servicios y Participación vecinal*. Assim, anteriormente à criação de municípios em 2010, a cidade já havia passado por um processo formal de descentralização de serviços públicos, como o controle da água e a luz, cujo estímulo passava pela participação política dos cidadãos em conselhos de bairros. A organização dos bairros da cidade recebeu o nome de *Centros Comunais Zonais* (CCZ)²². Dessa forma, quando a descentralização virou um projeto nacional, na capital o processo estava mais adiantado que noutros

²² Para além dos CCZ's, na capital houve a implementação do Orçamento Participativo e dos Conselhos de Vizinhos, exemplos de uma nova institucionalização participativa dos governos Freteamplista da década de 1990 em Montevideu. Para saber mais, consultar Peláez (2015).

lugares. Assim sendo, após a implementação da *Lei de Alcaldías*, todos os 18 CCZs foram rearranjados em oito municipalidades, denominadas de A, B, C, CH, D, E, F e G (LANDA, 2015).

Em relação à distribuição de municípios pelo restante do território uruguaio, nenhuma padronização havia sido prevista, da mesma maneira, não houve indicação governamental para as comunidades postulantes a município. A lei não previu estudos de viabilidade técnica para a criação de municípios, sendo que a única exigência para as localidades seria que elas deveriam conformar uma unidade social e cultural com interesses em comum (ROCHA; PACHECO; GOUVÊA, 2017). Dessa maneira, observa-se que o processo no interior expressou uma das características mais emblemáticas do Uruguai: a grande concentração populacional na capital Montevideu e nas Zonas Metropolitanas e a baixa densidade populacional no interior e nas zonas de fronteiras.

Dessa forma, uma das maiores dificuldades na criação dos municípios foi justamente a concentração de quase 80% da população nas três maiores intendências. Pode-se verificar que quanto mais próximo da capital mais municípios foram criados, de modo que, em 2010, mais da metade dos municípios estavam localizados em Montevideu (08), Canelones (29) e Maldonado (8), totalizando 45 municípios. Em relação aos demais departamentos, localizados no interior e zonas de fronteiras, a missão de congregar populações a fim de instituir municipalidades estabeleceu-se de forma artificial, pois em determinadas regiões não havia uma concentração populacional suficiente para o estabelecimento de um município. Em muitos casos, a criação de um município se deu pela união de duas ou mais áreas populacionais, sem acompanhar a expectativa das comunidades locais, demandando um esforço do governo departamental. As Intendências de Montevideu, Canelones e Maldonado foram as únicas a contemplar integralmente seu território em municípios, conforme Magri (2010), o resultado da ação é um mapa assimétrico:

Con un máximo de 29 municipios el Departamento de Canelones lidera la descentralización, seguido de Montevideo y Maldonado con 8, Salto y Colonia con 6, Rocha con 4 y el resto entre 3, 2 y 1 Municipios. En tres Departamentos los Intendentes respectivos no cumplieron con la disposición de designar territorios en aptitud de municipalización, decisión que quedó a criterio del poder ejecutivo nacional (Colonia, Lavalleja, y Soriano). (MAGRI, 2010, p. 89).

Essa informação também é apresentada no estudo sobre a caracterização sociodemográfica municipal, realizado pelo *Observatório Território Uruguay* (OTU) após a criação dos primeiros 89 municípios (OTU, 2014). De acordo com a análise do órgão estatal, a heterogeneidade na cobertura de superfície e da população, o tamanho e as características dos Departamentos, somados aos distintos critérios para municipalizar as localidades suscitaram uma situação muito desigual em relação à cobertura municipal do país.

[...] en un extremo tenemos los casos de Montevideo, Canelones y Maldonado que dividieron el 100% de su territorio en Municipios, en el otro extremo está Flores con un solo Municipio, cubriendo 0,02% del territorio y 4% de la población. En consecuencia, sólo 20% del territorio nacional está municipalizado abarcando al 71% del total de población. (OTU, 2014, p. 3).

Uma história que ressalta a dificuldade da implementação municipal aconteceu justamente em Flores. Destaca-se que a situação do departamento é extraordinária, na medida em que naquela região apenas um único município foi criado, Ismael Cortinas. Abraham e Salvat (2011) explicam que Flores é um dos departamentos mais fortemente centralistas, com um escasso desenvolvimento no interior do departamento, sendo Trinidad praticamente o único centro urbano de dimensões significativas e Ismael Cortinas a única Junta Local, que havia sido formada apenas em 2007. Sob essa conjuntura, a *Alcaldesa* Luz Echande destacou em sua entrevista que teve participação ativa nesse processo, por entender que a Junta Local era insuficiente e a localidade deveria virar um município. Para isso acontecer, “moveu céus e terras”, tendo negociado com o Intendente, com setores de seu partido e com a oposição. Segundo Luz Echande, Ismael Cortinas foi institucionalizada sob forte pressão:

[...] Ahí viene la ley de los municipios, de la descentralización. ¿Que mejor que teníamos una junta local y que se pudiera decir que acá se creará un municipio? Entonces, el señor intendente, en aquel momento que yo pertenecía a su agrupación, doctor Armando Castaingdebat me manda buscar y hace una reunión, una charla y una encenación... para en fin decir que en Flores no se iba a crear ningún municipio, que iba a seguir siendo junta local y que yo tenía todas las condiciones de ser presidente de la junta local. Yo dije que iba a competir para tener un municipio, pero, para eso, tenía que enviar una nota para la junta local, habría que comunicarle de la iniciativa del intendente de que no se crearía municipio en Flores. Entonces, yo movimenté cielos y tierras con el diputado, Jorge Larrañaga, del sector a que pertenezco, que era senador y con el líder del partido Colorado. A decirle que

tenía que haber municipio porque la descentralización solamente se iba a dar en un buen sistema político, se la gente podría decidir en su localidad quien serían sus gobernantes. Y a todo eso, Castaingdebat se siente tan presionado que ha renunciado al cargo, pero fue su suplente, tan presionado que retira de la junta departamental y en un sábado de carnaval porque era un día 15 el día para presentar la propuesta para crear un municipio, se convoca la junta en pleno carnaval para la iniciativa de que se creara este municipio de Ismael Cortinas. (Luz Echande - PN).

3.2.4 Os municípios instalados em 2015 e 2020

Em 2014 houve a atualização na legislação que regulamentava o funcionamento dos Municípios para esse novo ciclo eleitoral, tornando-se obrigatória a implementação de municipalidades nas localidades que possuíam, pelo menos, dois mil habitantes. Compulsoriamente, todas as localidades que não haviam completado o processo em 2010 tornaram-se municípios em 2015. À elas se agregaram aquelas que, voluntariamente, o Intendente decidiu municipalizar, por meio da criação ou do desmembramento dos territórios dos já existentes e quando houve a solicitação de 15% dos moradores, incluindo, nesses dois casos, povoados com menos de dois mil habitantes. Já as capitais de Departamento, embora pudessem virar uma ou mais cidades desde a reforma constitucional de 1996, pela sua posição estratégica e pela relação íntima com o poder departamental, ainda necessitavam da anuência do Intendente e da aprovação da Junta Departamental. Conforme Barreto (2016, p. 3):

O prazo legal para a proposição dessas municipalizações se encerrou em 31 de março de 2013 e, caso os Intendentes não atendessem os casos de criação obrigatória, novamente caberia à Presidência da República fazê-lo. Passado esse processo, 11 municípios foram oficialmente criados em atenção aos critérios que fixavam a lei e outros 12 por vontade do Intendente, atendida pela JD. Logo, em 2015 foram instalados 23 novos municípios, configurando um total de 112 no país.

Com base nos cálculos realizados pelo OTU (2016), a partir do mapa de limites municipais disponibilizados pela *Dirección Nacional de Ordenamiento Territorial* (DINOT) em 2015, a superfície do território nacional ocupada pelos municípios aumentou 11 pontos, passando de 20% em 2010 para 31% em 2015, havendo apenas quatro departamentos com mais de 50% do território municipalizado (Montevideu, Canelones, Maldonado e Paysandu). Esse mapa viria a ser ampliado novamente para

as eleições de 2020, com a inclusão de 13 novos municípios, atingindo uma totalidade de 125. A Figura 2 mostra a última atualização em relação a cobertura municipal.

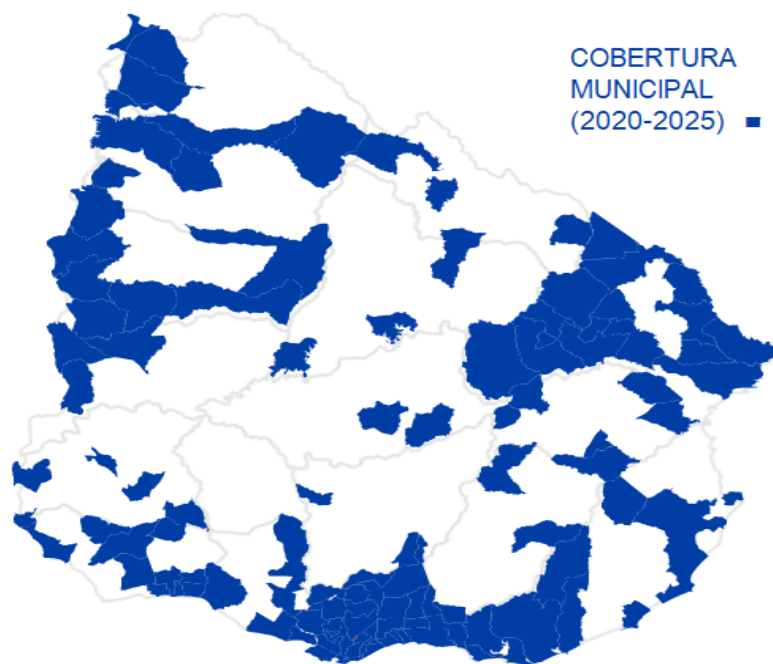


Figura 2 - Distribuição de municípios ao longo do território Uruguiaio (2020).

Fonte: <<https://municipios.gub.uy/municipios/>>.

O Quadro 4 mostra a evolução dos municípios criados pelos Departamentos em números absolutos ao longo dos três ciclos eleitorais.

Quadro 4 - Municipalização dos Departamentos (2010 - 2025).

Departamento	2010-2015	2015-2020	2020-2025
Artigas	3	3	3
Canelones	29	30	30
Cerro Largo	2	9	15
Colônia	6	9	11
Durazno	2	2	2
Flores	1	1	1
Florida	2	3	3
Lavalleja	2	3	4
Maldonado	8	8	8
Montevideo	8	8	8
Paysandu	3	7	7
Río Negro	2	3	3
Rivera	3	3	3
Rocha	4	4	4
Salto	6	6	6
San José	2	4	4
Soriano	2	4	4
Tacuarembó	2	3	3
Treinta y Tres	2	2	6
Total	89	112	125

Fonte: República Oriental do Uruguai e Corte Eleitoral Uruguiaia.

Conforme Cardarello e Freigedo (2021), os 13 novos municípios foram criados em 2020, então situados em apenas quatro departamentos, em todas as situações o governo departamental pertencia ao Partido Nacional (PN). Ao tomar por base o processo iniciado em 2010, os autores chegaram à conclusão de que em alguns departamentos houve uma ampliação considerável na municipalização. A título de exemplo, citam o caso de Cerro Largo, que originalmente tinha apenas dois municípios, depois ampliou para nove nas eleições de 2015 e até 2020 criou outros

seis novos governos locais, perfazendo um total de 15 municípios. Já Treinta y Tres, de 2015 para 2020 ampliou em quatro novos municípios, alcançando o montante de seis. No entanto, nenhum outro departamento conseguiu municipalizar todo o seu território e somente Montevideu, Canelones e Maldonado foram completamente municipalizados desde o primeiro ciclo eleitoral em 2010 (CARDARELLO; FREIGEDO, 2021).

3.3 O esperançoso processo eleitoral de 2010

A literatura é contundente ao afirmar que o terceiro nível de governo não entusiasmou a classe política e nem os cidadãos uruguaios, que foram às urnas no primeiro pleito sem saberem efetivamente as funções/deveres do terceiro nível de governo (MAGRI; FREIGEDO, 2010; MAGRI, 2010; OROÑO, 2010; BARRETO, 2011, 2016; ROCHA; PACHECO; GOUVÊA, 2017). Dentre as polêmicas envolvendo a criação da lei, vale ressaltar o atropelo entre sua promulgação e a realização do primeiro pleito municipal. O processo como um todo se concretizou tão rapidamente que pouco mais de oito meses separam os dois eventos. Dessa forma, o tempo para informar os cidadãos uruguaios e organizar todo o processo eleitoral (seja para a junta eleitoral, para os partidos políticos ou para o povo conhecer a nova modalidade) ficou bastante reduzido. De acordo com Magri (2010), apenas

A fines del mandato, en febrero de 2009, el Presidente ejerce presión política para generar un ámbito de aprobación parlamentaria del tema, cuestión que recién a principios de febrero de 2010 y a tres meses del período electoral departamental se decide y reglamenta el marco normativo gubernamental y electoral. Posteriormente, en marzo se determina el número de municipios a crear (89 en los 19 departamentos del país). (MAGRI, 2010, p. 87).

Para o primeiro ciclo eleitoral, a Corte Eleitoral decidiu pela não obrigatoriedade do voto, o que resultou em altíssimos índices de abstenções e de votos nulos/brancos. Além disso, nem todos os uruguaios estavam aptos a votar, pois as eleições só aconteceriam nas localidades onde as zonas eleitorais estivessem juridicamente implementadas, aumentando as incertezas dos votantes. Outro problema apontado é que a maioria das circunscrições eleitorais foram instituídas a partir da vontade departamental, isto é, de “cima para baixo” (OROÑO, 2010; CARDARELLO; MAGRI,

2011; BARRETO, 2011, 2016). Essa situação gerou desconforto e confusão nos contemplados a votar, pois o eleitor poderia estar situado em uma zona sem nenhum laço de identidade territorial. Para mais, muitas zonas rurais foram excluídas do primeiro processo, áreas que anteriormente eram assistidas pelas Juntas Locais.

Em muitos aspectos, a eleição foi tratada com uma eleição de segunda classe, isto é, considerada de menor prestígio se comparada às eleições departamentais e nacionais. Em estudo posterior, Cardarello e Magri (2011) salientaram que o atrelamento das eleições departamentais e locais, além da decisão de abolir o voto cruzado, isto é, os eleitores necessariamente deveriam votar no mesmo partido nos dois níveis, diminuiu ainda mais a relevância do nível local. Dessa forma, os eleitores, quando votaram, guiaram-se pelas suas escolhas aos governos departamentais, reconhecendo maior importância ao segundo nível de governo (CARDARELLO; MAGRI, 2011).

Os partidos, por sua vez, desgastados pelos processos eleitorais do ano anterior (internas, presidenciais, parlamentares e segundo turno), também depositaram pouca expectativa nas eleições municipais, concentrando seus melhores quadros políticos, recursos e energia nas eleições departamentais. Um dos grandes problemas enfrentados pelos partidos foi a seleção de candidaturas. Um caso que evidencia esse problema foi a situação relatada por Maria Elena, eleita *Concejala* pela Frente Ampla, no Município E em 2010:

Yo lo que quería decir que en mi caso fue mi grupo político que me impulsó digamos, yo estaba viajando y llamaron por teléfono, ni sabían que yo estaba en España, me llamaron para una consulta si podían manejar mi nombre para el municipio, yo les dije que había salido de la junta local y que no quería saber más nada, pensé un segundo y les dije hagan lo que quieran con mi nombre y cuando vaya me entero, no me dieron tiempo a pensar, pero no me arrepiento. (Maria Elena - FA).

3.4 Os resultados eleitorais sob a análise de gênero

Os resultados do mapeamento eleitoral realizado sobre o primeiro, segundo e terceiro pleito municipal a partir de um recorte de gênero revelaram a continuação de um quadro difícil para as mulheres. A sub-representação na esfera institucional tem sido a realidade das mulheres no Uruguai, que mantém – desde a redemocratização

– números deficitários em relação à representação feminina nos âmbitos institucionais. Nas eleições nacionais de 2019, os uruguaios elegeram pela primeira vez uma vice-presidenta, porém, em toda a sua história nenhuma mulher foi conduzida, através do rito eleitoral, para presidir a República. Já a representação no âmbito legislativo vem aumentando gradativamente, mas ainda de maneira muito tímida. No Senado, por exemplo, os números dobraram em 2014, no entanto, estagnaram novamente em 2019. Com realidades abaixo dos 30%, a desigualdade entre homens e mulheres ainda se mantém bastante expressiva. A Tabela 1 traz detalhes sobre a evolução dos dados desde a redemocratização.

Tabela 1 - Representação de mulheres: Eleições Parlamentares (1984-2019).

Câmara de Representantes (99 titulares)	1984	1990	1994	1999	2004	2009	2014	2019
Mulheres eleitas	0	6	7	12	11	15	18	21
Percentual %	0	6,1	7,1	12,1	11,1	15,2	18,2	21,2
Senado (30 titulares)								
Mulheres eleitas	0	0	2	3	3	4	8	8
Percentual %	0	0	6,7	10	10	13,3	26,7	26,7

Fonte: Johnson (2019) e Corte Electoral Uruguay.

Esse desempenho no nível parlamentar manteve o Uruguai em uma posição subalterna na comparação com outras democracias representativas na escala internacional. Em uma consulta em janeiro de 2020, à classificação mundial de mulheres em parlamentos nacionais, elaborada pela União Interparlamentar, o Uruguai transitava na metade da tabela, ocupando o 95º lugar em uma lista com 200 nações. Em relação aos outros países da América Latina, o Uruguai também permanece em uma situação desconfortável, ocupando o 12º lugar em uma lista de 19 países (IPU, 2020).

Esse panorama também persiste nas eleições subnacionais. No cenário departamental, foi somente depois de 25 anos do fim da ditadura militar, em 2010, que

três mulheres foram eleitas, como titulares da lista, para assumir o cargo de Intendente: Ana Olivera e Patricia Ayala pela Frente Ampla nos departamentos de Montevideu e Artigas, respectivamente, e Adriana Peña do Partido Nacional no departamento de Lavalleja. Em 2015, o número de mulheres à frente de departamentos recuou novamente para o mínimo possível e somente uma mulher havia sido reeleita, Adriana Peña, em Lavalleja²³. Em 2020, mais duas mulheres foram empossadas para atuar nesse posto político: Carolina Cosse em Montevideu, pela Frente Ampla; e Ana Bentaberri em São José, pelo Partido Nacional. De modo que em quase dois séculos o povo uruguaio elegeu tão somente cinco mulheres para chefiar os seus 19 departamentos.

Pérez (2015) apresenta uma discussão em seu relatório sobre as eleições subnacionais de 2015 bastante pertinente à discussão desta seção. De acordo com a autora, a escassa presença de mulheres nos cargos executivos no segundo nível de governo uruguaio é similar à que ocorre nos demais países da América Latina. Isso se deve ao prestígio do cargo e as possibilidades que o posto oferece em termos de ascensão da carreira política. Essa questão é evidente no Uruguai, pois o cargo de intendente proporciona grande visibilidade pública e permite a quem o exerce administrar a maior parte dos recursos públicos subnacionais, na medida em que a descentralização ainda precisa de vários ajustes, principalmente em relação à política fiscal dos municípios.

Ainda sobre esse segundo nível de governo, observa-se que a ausência de mulheres na chefia dos Departamentos contrasta com a presença delas nas Juntas Departamentais. Sem pormenorizar as diferenças entre os departamentos, ou seja, considerando apenas o número total de Edilas eleitas (titulares), percebe-se que em 2015 elas chegaram a ocupar 28% dos assentos disponíveis naquela ocasião. A Tabela 2, a seguir, apresenta os números conforme a sucessão de pleitos nesse cenário, em um intervalo de tempo que vai desde o período pós-ditadura até a realização da última eleição.

²³ Pérez (2016) explica que Ana Olivera não se candidatou à reeleição e Patricia Ayala, que concorreu, perdeu o cargo. A autora menciona em seu artigo que, embora houvesse outras candidatas, a maioria eram candidatas não competitivas.

Tabela 2 - Representação de mulheres: Eleições Departamentais (Juntas Departamentais).

Eleições para Juntas Departamentais	1984	1990	1994	2000	2005	2010	2015	2020
Total de Titulares	589	589	589	589	589	589	589	589
Mulheres eleitas (%)	5,3	10,5	13,9	15,3	17,1	18,8	28	25,9

Fonte: Pérez (2015) e Corte Eleitoral Uruguiaia.

Os dados apresentados na tabela apontam um crescimento gradual, com um “salto” representativo de quase 10% da eleição de 2010 para a eleição de 2015. Pérez (2015, p. 8) infere que o resultado próspero das Juntas Locais é fruto da aplicação das cotas de gênero associada a uma engenharia eleitoral adequada, *“cuando se combinan con distritos grandes, listas cerradas y bloqueadas y fórmulas de representación proporcional para la asignación de los cargos”*²⁴. Os resultados da eleição de 2020 corroboram a hipótese da analista, visto que sem a aplicação das cotas, os índices recuaram novamente. Dessa forma, *“sin cuotas es difícil mejorar la presencia de mujeres en cargos políticos porque los procesos de reclutamiento y selección de candidaturas que realizan los partidos políticos suelen desfavorecer a las mujeres”* (PÉREZ, 2015, p. 8).

A partir de 2010, as eleições subnacionais foram ampliadas através da constituição do terceiro nível administrativo de governo e o calendário eleitoral foi reajustado. Desde então, as eleições departamentais e municipais acontecem de forma concomitante. Implementar a gestão local resultou em um rearranjo político inédito, cujas primeiras autoridades foram eleitas para chefiar 89 municípios. O próximo gráfico remete a situação desse âmbito institucional, com as devidas distinções entre os percentuais para o cargo de *Alcaldesa* e das *Concejales*.

²⁴ Nesse mesmo trabalho, a autora comentou que a aplicação das cotas de gênero não apenas estimularam, de forma rápida e eficiente, a eleição de praticamente 30% de mulheres nas Juntas Departamentais em 2015, mas também homogeneizaram a presença delas nos departamentos, elevando as taxas de Edilas a valores superiores a 20% em todas as Juntas (PÉREZ, 2015).

Tabela 3 - Representação de mulheres: Eleições Municipais (2010-2015).

	ALCALDESAS		CONCEJALAS	
	N	%	N	%
Mulheres Eleitas	22	24,7	65	18,3
Total de Titulares	89	100,0	355	100,0

Fonte: Corte Eleitoral Uruguaia.

A partir do refinamento dos resultados eleitorais, foi possível observar que 22 mulheres foram eleitas para exercer o cargo de *Alcaldesa* nas primeiras gestões municipais. Vale destacar que naquela ocasião o desempenho feminino atingiu 24,7%, isto é, praticamente $\frac{1}{4}$ dos municípios eram representados por mulheres, sendo o melhor desempenho dentre os observados nos níveis executivos e legislativos do país nos dois ciclos eleitorais.

Os resultados encontrados nessa primeira eleição demonstraram a potencialidade da fórmula municipal e reforçaram a ideia de que as características do desenho e funções municipais poderiam ser “amigáveis” para as mulheres uruguaias exercerem a política profissional. Além disso, os números registrados dialogavam com os demais estudos sobre a presença de mulheres na política institucional uruguaia, compreendendo que os níveis de representação são inversamente proporcionais ao status e o prestígio dos cargos à disposição. Dessa maneira, a estrutura piramidal de poder entre os diferentes cargos no sistema eleitoral uruguaio reflete uma hierarquia paralela de gênero (JOHNSON, 2000, 2005, 2019; JOHNSON; PÉREZ, 2010; PÉREZ, 2006, 2015, 2016).

Ao se analisar o desenrolar do processo eleitoral, em consonância com a literatura institucional dedicada aos municípios uruguaio, percebeu-se que essa primeira experiência no nível local foi pouco explorada pelos atores políticos envolvidos, tanto pela desinformação dos votantes quanto pela falta de investimentos dos partidos, que optaram por investir recursos, tempo e energia nas listas e campanhas políticas da esfera do segundo nível – Intendência e Juntas Departamentais (MAGRI; FREIGEDO, 2010). A decisão de convocar eleições em menos de oito meses após a promulgação da lei parece ter acarretado prejuízos ao processo como um todo, como demonstram os índices altíssimos de votos nulos e

brancos²⁵. Entretanto, mesmo com esses percalços, a primeira experiência eleitoral municipal trouxe novas possibilidades ao exercício político para as mulheres, restando seguir acompanhando para ver como e se o desempenho se consolidaria, com o amadurecimento de um processo, mais longo, mais custoso e melhor organizado, conforme os municípios iam se firmando no mapa político.

Com a iminência do encerramento das primeiras gestões municipais, as autoridades que pretendiam candidatar-se à reeleição afastaram-se dos cargos em dezembro de 2014. Em maio de 2015, os uruguaiois foram chamados às urnas para legitimar o segundo ciclo eleitoral nas 112 circunscrições municipais criadas até aquele período. Nessa eleição, conforme já foi mencionado, o número de municípios havia aumentado para 23 e foi aplicada pela primeira vez a Lei de Cotas de gênero no cenário subnacional. A legislação e a ampliação no número de municípios poderiam significar um aumento na representação de mulheres nos municípios, no entanto, a expectativa não foi confirmada. Ao contrário, houve uma redução no número de eleitas, não mais que 19 mulheres foram designadas para empossar o cargo de *Alcaldesa*, das quais 11 assumiram a administração municipal para o segundo mandato.

Para o terceiro pleito municipal, devido às condições sanitárias, a Corte Eleitoral resolveu adiar a realização das eleições de maio para setembro de 2020. Como vários países da região, a pandemia obrigou ao órgão a repensar os processos eleitorais no quadro das medidas impostas pela Covid-19²⁶. Nessas eleições, não foram aplicadas cotas de gênero ou qualquer tipo de ação afirmativa. O resultado desse cenário está exposto na Tabela 4.

²⁵ No Uruguai, o voto é obrigatório para maiores de 18 anos e facultativo aos maiores de 70 anos.

²⁶ A literatura ainda carece de estudos sobre os impactos da pandemia no recrutamento de candidaturas de mulheres e as eleições locais como um todo.

Tabela 4 - Representação de mulheres: Eleições Municipais (2010 - 2020).

	2010		2015		2020	
	N	%	N	%	N	%
Mulheres	22	24,7	19	17	22	17,6
Total de Titulares	89	100,0	112	100,0	125	100,0

Fonte: Corte Eleitoral Uruguiaia.

A consulta realizada na Corte Eleitoral revelou que 22 mulheres foram eleitas, o mesmo número que na primeira eleição municipal, porém, houve a ampliação no número de municípios (125), logo, a porcentagem manteve-se na casa dos 17%. Nessa terceira eleição, também observou-se um índice de rotatividade alto, pois dessas, apenas quatro casos são de reeleição e 18 foram conduzidas pela primeira vez ao cargo. Ao analisar a sequência, é possível observar que o potencial desempenho de estreia não se mantém, pelo contrário, a situação se inverte, isto é, o número de mulheres à frente dos municípios atinge o seu maior índice na primeira oportunidade, e depois, nos últimos dois pleitos, retrocede a 17%. Dessa forma, atualmente a esfera municipal é aquela em que as mulheres têm o pior desempenho eleitoral. Nesse sentido, cabe apontar o alerta de Cardarello e Freigedo (2016) em relação à diminuição de mulheres eleitas. Suas explicações giram em torno da importância que os cargos adquiriram da primeira gestão para a segunda.

Es difícil poder encontrar una explicación clara a las razones que llevaron a la caída en el número de mujeres electas. Sin embargo se podría argumentar en clave de hipótesis, que luego de un periodo de gobierno el rol del alcalde se comienza a visualizar como un escalón importante para la construcción de carreras políticas a nivel local, lo que hizo que los líderes políticos a nivel territorial comenzaron a revalorizar el cargo, llevando a la escena local a la misma situación de subrepresentación femenina que predomina en otros niveles de la política uruguaya. (CARDARELLO; FREIGEDO, 2016, p. 176).

Para refletir sobre os números, é possível estabelecer uma evidente distinção entre o contexto em que acontecem as três eleições municipais. Assim, sugere-se que houve na primeira eleição a comunhão de quatro fatores, os quais propiciaram às mulheres um desempenho eleitoral superior ao das outras esferas: a) o ano de 2010 marca o primeiro pleito municipal, assim, não havia políticos em exercício para tentar a reeleição nesse nível; b) não existiam cargos similares, dessa forma, o ambiente era

totalmente novo, favorável ao surgimento de novos quadros políticos; c) a literatura aponta que a primeira eleição não foi uma eleição muito prestigiada, assim, quem já estava com a carreira política constituída lançou-se a cargos “superiores”, como os executivos departamentais e as juntas legislativas; e d) a tradição feminina uruguaia de participar de organismos regionais e de movimentos de bairros, considerada uma extensão da vida privada, é agora cambiada em direção à vida pública (JOHNSON, 2000). Em contraste, as duas eleições municipais posteriores começaram a receber maior atenção e os partidos começaram a se preocupar em ocupar esses espaços (CARDARELLO; FREIGEDO, 2015), por isso, podem ter lançado nomes mais prestigiados, restringindo, assim, as chances de iniciar uma carreira política no nível local, o que afetou o desempenho feminino.

Para continuar o rol de análises, a Tabela 5 tem o objetivo de apresentar o desempenho dos partidos políticos quando a questão é a eleição de mulheres no âmbito do terceiro nível de governo. A tabela inclui todos os partidos que elegeram pelo menos uma representante em alguma oportunidade nestas três eleições locais.

Tabela 5 - Os partidos e representação de mulheres nos três ciclos eleitorais (2010-2025).

PARTIDO	2010	2015	2020
Partido Nacional	14	13	7
Frente Ampla	7	5	12
Partido Colorado	1	1	1
Partido Independente	-	-	1
Total	22	19	22

Fonte: Corte Eleitoral Uruguaia; elaboração própria.

Através da análise dos casos, é possível estabelecer alguns apontamentos sobre a tabela. Um primeiro aspecto que cabe destacar é que nos dois primeiros pleitos o Partido Nacional elegeu o dobro de mulheres que os outros partidos juntos. Os números, porém, acompanham a média nacional, pois o partido é o que mais elegeu *Alcaldes* e *Alcaldesas* na primeira e segunda eleição. A Frente Ampla tem se espalhado ao longo do mapa e está ganhando força no interior, onde as maiores forças políticas sempre foram os partidos tradicionais. Com relação a capital, prevalece sua

hegemonia, o partido foi o único a ter elegido mulheres em todas as eleições, tendo inclusive no primeiro pleito conquistado todas as oito municipalidades da capital, das quais três administrações eram de mulheres. Em 2015, manteve seis departamentos, porém, perdeu dois que eram comandados por mulheres e apenas o Município D prevaleceu administrado por uma mulher. Em 2020 conquistou cinco municípios, sendo dois governados por mulheres na capital. O Partido Colorado mantém o mesmo desempenho há três eleições, tendo conquistado apenas uma Alcaldía em cada eleição, todas no Departamento de Salto. O Partido Independente, que não figurou nas duas primeiras eleições, conquistou três territórios em 2020, em Montevideu, onde situam-se os maiores municípios do país, elegendo uma mulher no Município E.

A última tabela deste capítulo expõe a situação da representação de mulheres sob a perspectiva departamental. A Tabela 6 é interessante porque quando o número total de *Alcaldesas* é fragmentado, é possível estabelecer um mapa nacional sobre a representação municipal e esse esquema permite observar o quão raro é uma mulher à frente dos Conselhos Municipais. Apesar de três eleições já terem acontecido, há três departamentos que ainda não elegeram *Alcaldesas*. Se desconsiderarmos os casos de reeleição, a grande maioria elegeu apenas uma ou duas mulheres. Canelones é o departamento que mais elegeu mulheres, porém, é também o que detém o maior número de municípios (30) e, embora tenha elegido oito mulheres logo na primeira experiência, esse número caiu pela metade nos dois últimos pleitos. Montevideu é o departamento que sai melhor nessa comparação, pois sempre elegeu mulheres e, em duas oportunidades, elegeu três das oito vagas que estavam em disputa.

Tabela 6 - Representação municipal: Eleições Departamentais (Intendente).

Departamento	2010	2015	2020
Artigas	1	0	0
Canelones	8	5	4
Cerro Largo	1	1	1
Colônia	2	3	2
Durazno	0	0	0
Flores	1	1	0
Florida	1	0	1
Lavalleja	0	1	1
Maldonado	0	2	1
Montevideu	3	1	3
Paysandu	2	2	2
Rio Negro	0	1	1
Rivera	0	0	0
Rocha	1	1	0
Salto	1	1	2
San José	0	0	1
Soriano	0	0	0
Tacuarembó	0	0	1
Treinta y tres	1	0	2
Total	22	19	22

Fonte: Corte Eleitoral Uruguiaia.

3.5 Considerações sobre a (sub)representação de mulheres na política institucional uruguaia

Para compreender a via percorrida pelas *Alcaldesas* até os governos locais, a proposta desenvolvida neste capítulo foi discorrer sobre a criação dos municípios com o auxílio da literatura institucional que se dedica ao tema, porém, para chegar na implementação realizada em 2010 foi necessário explicar sobre o próprio Uruguai, o que incluiu uma breve investigação sobre a roupagem do sistema institucional uruguaio. Na segunda parte, adentrei ao processo de municipalização, contextualizando como os municípios têm se espalhado pelo país desde o primeiro ciclo eleitoral. No terceiro momento, a partir da evolução dos resultados eleitorais, tive a possibilidade de analisar a participação de mulheres no terceiro nível de governo, verificar se houve ampliação nos percentuais conforme os pleitos foram acontecendo e, ainda, situar os resultados em comparação com os índices do primeiro e segundo nível de governos uruguaio. Em um cenário geral de poucas mulheres, as discussões da literatura, as informações e as porcentagens demonstraram que quanto maior o prestígio do cargo em questão, menos mulheres o acessam, em alguns casos, com a presidência da República, nunca acessaram através da conquista eleitoral (PÉREZ, 2015; JOHNSON, 2019).

Além da não aplicação das cotas, dois elementos podem ser incluídos para explicar esse quadro (sub)representativo: o conservadorismo e a herança cultural do machismo latino-americano enraizado no Uruguai. Contudo, para realizar uma leitura de gênero mais apropriada, é importante avançar à literatura institucional, incorporar a discussão às perspectivas da literatura política feminista e dialogar com as pesquisadoras uruguaia que mobilizam as pesquisas de gênero. Para colaborar com a agenda de pesquisa, busca-se fazer a análise da construção/manutenção das trajetórias de vida política das mulheres nos municípios. Esse é o objetivo que pretendi alcançar nos próximos dois capítulos, quando as características do arranjo institucional, aqui compreendidas como condições institucionais, voltarão a ser importantes sob a perspectiva feminista.

4 Trajetórias de vida política nos cenários de Canelones, Colonia, Rocha, Cerro Largo e Flores

O objetivo deste quarto capítulo é apresentar as biografias das *Alcaldesas* eleitas em Canelones, Colonia, Rocha, Cerro Largo e Flores ou seja, para além da capital do Uruguai, Montevideu. Embora a pretensão inicial do trabalho tenha sido abordar as 17 entrevistas em uma mesma unidade da tese, o volume e a densidade de informações geraram a necessidade de dividir a análise em duas partes, ou seja, em dois capítulos (quatro e cinco). Essa decisão possibilitou manter um equilíbrio entre a escrita e explorar a riqueza de detalhes que cada jornada possui, sem tornar cansativa a leitura das narrativas aqui apresentadas.

Desta forma, conforme descrita nas notas metodológicas, a proposta foi de construir cada trajetória a partir do material coletado nas entrevistas realizadas com as *Alcaldesas* no primeiro (2014) e segundo trabalho de campo (2020). Além das informações obtidas em primeira pessoa no trabalho de campo, também foram consultadas fontes secundárias a partir do banco de dados coletado na web (dados oficiais dos sites municipais, sites dos partidos políticos, matérias de jornais uruguaios nacionais e a produção da mídia local de cada município). Os dados e informações sobre os municípios foram sistematizados também nos sites de cada autarquia, no Censo de 2010 e em estudos realizados pelo Observatório Território Uruguay (OTU). Já os dados eleitorais incluem os resultados das eleições municipais da Corte Eleitoral Uruguia.

Em síntese, as biografias foram arquitetadas pela convergência de três conjuntos de elementos: foram enquadradas pela dimensão espacial, ou seja, estão pensadas a partir das características socioterritoriais dos municípios investigados; e foram desenvolvidas sob a lógica da conexão entre a dimensão da esfera pública e da vida privada. No levantamento sobre a esfera pública, procurei destacar canais de militância partidária e engajamento em movimentos sociais, rede de contatos e apadrinhamento político, experiência em cargos eletivos ou públicos, participações em esferas associativas, atuação em grupos de bairro e clubes em geral. Todos esses pontos estão sintetizados dentro dos temas tradicionais: militância e engajamento político, carreira político-institucional e vida profissional e rede de contatos. Já a

dimensão da vida privada inclui elementos não tradicionais na análise, fruto das relações e laços familiares que se originam no âmbito particular, englobando os temas de socialização política, desdobramentos e obrigações na divisão sexual do trabalho (trabalho doméstico e de cuidado) e rede de apoio.

O capítulo que segue está estruturado em cinco partes. As quatro primeiras seções destinam-se a apresentar as *Alcaldesas* e seus percursos particulares conforme os quatro cenários descritos para o interior uruguaio. Dessa forma, o texto desenrola-se seguindo uma ordem pré-estabelecida: Canelones; Colônia; Rocha; Cerro Largo e Flores. Ainda, foi estabelecida uma divisão por partido, apresentando primeiro as filiadas ao PN, depois as filiadas à FA. Na última seção, com base na composição, tendo em vista a dimensão pública, apresenta-se algumas considerações sobre as possibilidades e limites de construir uma trajetória e carreira política em nível local no interior do Uruguai. Importante destacar que as análises serão retomadas no capítulo posterior a este, após a apresentação das trajetórias das entrevistadas em Montevideu, quando em conjunto, analisarei a dimensão da vida privada de todas as *Alcaldesas*.

Pinto (2017) utiliza da análise em grupo para investigar quem são as pioneiras no contexto institucional brasileiro do século XIX. Para a autora, esse olhar sob as trajetórias demonstra a “diversidade e não excepcionalidade”, auxiliando na leitura das condições e razões que levaram cada uma das mulheres a atuar politicamente. Em trabalho posterior, envolvendo mulheres com carreira longevas no Brasil, Pinto e Silveira (2018, p. 178) argumentam que o estudo das trajetórias possibilita “entender por que elas são exceções e também quais são os limites para a existência de uma representação mais robusta de mulheres nos parlamentos”. Trazer essas reflexões para a análise da escala municipal, além de oferecer um modelo de investigação em grupo, abre portas para que seja possível refletir sobre possibilidades e/ou potencialidades de dedicar-se à política e desenvolver uma carreira política no Uruguai, seja no interior ou na capital.

4.1 O cenário de Canelones (Los Cerrillos, San Ramón, Santa Rosa, Migueles, Progreso e La Floresta)

Basta sair de Montevideu para notar as diferenças na paisagem, pois o caos das grandes avenidas e o cosmopolitismo da capital dão lugar a cidades tranquilas, pequenas e de fácil localização²⁷. Cheguei à Canelones, um departamento constituído por cidades pequenas situadas na zona metropolitana, que tem a economia baseada na agroindústria e nos pequenos agricultores (CENSO, 2011). Aqui, familiarizei-me com a trajetória política de vida de quatro nacionalistas e de três frenteamplistas, totalizando sete entrevistadas.

Em Los Cerrillos, entrevistei Rosa Imoda (PN) nas duas oportunidades que estive no Uruguai realizando trabalho de campo. Oficializado em 2010, 45 quilômetros da capital, esse município pertence à primeira geração, sendo formado por cinco localidades: Los Cerrillos, Campo Militar, Sofía Santos, Las Brujas e Parador Tajos, abrigando um total de 7.369 habitantes. Os efeitos da área metropolitana sobre a região estão cada vez mais presentes na vida dos habitantes da localidade, muitos moradores costumam se deslocar procurando melhores oportunidades de trabalho em Montevideu. O município situa-se no centro de uma área agrícola, onde as novas dinâmicas produtivas e a tecnologia têm dado origem a uma realidade com cada vez menos produtores, numa cidade em que mais da metade da população está no meio rural (CHASQUETTI; FREIGEDO; GONZÁLEZ, 2018).

Em San Ramón, em 2014, conheci Beatriz Lamas (PN). Junto com San Bautista, Santa Rosa, Sauce e San Antonio, essa localidade integra o conjunto de cinco cidades denominadas "Santoral". O município de San Ramón tem 8.554 habitantes, está localizado a 80 km de Montevideu, e 14,2% de seus habitantes vivem em áreas rurais. San Ramón está localizado no meio de uma área de pecuária rural, de referência leiteira, onde está instalada a fábrica de queijos Conaprole. É considerada uma cidade estudantil, possui várias escolas primárias, pré-escolas, uma

²⁷ Uma questão que se mantém é a simpatia dos uruguaios com estrangeiros, sempre que necessário, consegui estabelecer conversas para me localizar. Quando o GPS não funcionou, sempre havia um cidadão disposto a me auxiliar com as coordenadas para encontrar o endereço da "Alcaldía", como popularmente os municípios são denominados.

escola agrária, um liceu, uma escola técnica UTU, uma escola particular e um instituto de formação de professores.

Em Santa Rosa entrevistei Gretel Ferrari (PN) em 2014 e Margot de Leon (FA) em 2020. Nesse município estão as principais sedes da produção vinícola nacional, abrigando um total de 6.008 habitantes, sendo que 39,1% da população vive no meio rural. As indústrias mais importantes são usinas, olarias, fábricas de doces e enlatados; enquanto a população rural se dedica à agricultura (agricultores, chacareiros, viticultores, quinteiros, produtores de leite etc.). O Município de Santa Rosa localiza-se a 53 quilômetros de Montevideu, parte de sua população trabalha em Montevideu e Canelones, viajando diariamente para os centros urbanos.

Ainda no ano de 2014, cheguei em Progreso à procura de Cristina Castro (FA). O município faz parte da primeira geração de municípios, situando-se na região metropolitana, a apenas 35 km de Montevideu. Progreso tem 14.292 habitantes, que trabalham em sua maioria na capital ou no centro urbano de Las Piedras. Integra a microrregião de vocação agroalimentar juntamente com os municípios de 18 de Mayo, Las Piedras e La Paz. Embora sua densidade populacional seja inferior se comparado com os municípios de Montevideu, pode ser considerado um município médio e conta com mais de um centro urbano (OTU, 2017).

Em 2020, fui a Migueles conhecer María del Carmen Suárez (PN). Essa localidade também tem sua economia baseada na agropecuária e na agroindústria. Possui 3.802 habitantes (CENSO, 2011), sendo que 36,8% da população vive no meio rural. Fazem parte do município as regiões de Migueles e Estación Migueles. O território está localizado a 65 km da capital departamental Canelones e a 91 km da cidade de Montevideu.

Por último, também em 2020, estive em La Floresta para entrevistar Ivon Lorenzo (FA). Essa municipalidade guarda características muito diferentes dos demais visitados, está localizada na Costa do Ouro, na rota de uma cadeia de balneários sobre o Río de la Plata, a 53 km de Montevideu, sendo o turismo a principal atividade econômica. Fazem parte do município as seguintes localidades: Las Vegas, La Floresta, Estación Floresta, Costa Azul, Costa Azul Nuevo, Bello Horizonte, Guazuvirá Nuevo, Guazuvirá Viejo, San Luis, Los Titanes, La Tuna, Araminda, Santa Lucía del Este, Biarritz, Cuchilla Alta, Sierra del Mar, Santa Ana, Balneario Argentino

e Jaureguiberry. As localidades que integram somam uma população de 7.310 habitantes. De acordo com a classificação do OTU (2017), trata-se de um município fundamentalmente urbano.

4.1.1 Rosa Imoda (PN)

Rosa Imoda esteve à frente do governo local durante os dez primeiros anos de Los Cerrillos²⁸. A estreia da *Alcaldesa* em um cargo eletivo e remunerado na esfera institucional se deu apenas na eleição de 2010. Apesar disso, os compromissos com a política fazem parte de seu cotidiano há mais de 20 anos, pois durante doze anos foi secretária parlamentar de Lacalle Pou, atual Presidente da República Uruguiaia (2019-2024)²⁹. A alguns meses de completar 59 anos³⁰, a governante explicou que a militância e a identificação com o partido nacional vinham de muitas décadas: *“Yo desde que volvió la democracia. Tengo más de 30 años de militante en el Partido Nacional”*. De acordo com Imoda, seu trabalho e a relação com o político nacionalista impulsionaram-na para pleitear um cargo eletivo no terceiro nível de governo: *“Pero te cuento, cuando sale este sistema de alcaldías, Luis Lacalle Pou me pide para salir Alcaldesa porque yo milito en esta lista acá hace tiempo”*. Dessa maneira, Rosa foi eleita e reeleita *Alcaldesa* (2010-2020), pela lista 400, no município de Los Cerrillos.

Empecé el liceo libre, después hice bachillerato reglamentado y en este momento retornó la democracia. Me invitan porque mi padre era muy fanático de Wilson Ferreira Aldunate, fue un líder del Partido Nacional muy querido, estuvo exiliado por la dictadura. Empiezo a trabajar en una lista de acá. En este primer año cuando retoma la democracia la lista se llamaba, el sector, mejor dicho, se llamaba “Movimiento por la Patria”. En la segunda elección me dieron con la hija de él, él había fallecido, me fui con la hija de él a militar por ella que intentaba como diputada por Canelones. Empiezo a trabajar en el INAU que hoy es el Instituto Nacional de Menor. Después me conectaron en las dos siguientes elecciones con Julia Pou y Lacalle Pou y me llamaron para trabajar y hace 22 años que estoy trabajando en el sector de él que hoy es el sector del presidente electo. Bueno, esa fue mi trayectoria. Siempre

²⁸ Dados sobre o município: <<https://otu.opp.gub.uy/perfiles/canelones/los-cerrillos>>. Acesso em: 15maio 2022.

²⁹ Sobre a relação de amizade entre os dois políticos, há um vídeo da campanha presidencial de 2020 em que o candidato Lacalle Pou, em visita à cidade de Los Cerrillos, dialoga com a *Alcaldesa* Rosa Imoda e com eleitores e simpatizantes do Partido Nacional: <https://www.youtube.com/watch?v=dGma46VpfME&ab_channel=EIPa%C3%ADsUruguay>. Acesso em: 15maio 2022.

³⁰ Rosa Imoda nasceu em 22 de outubro de 1961.

como dirigente del Partido Nacional y hace 22 años que estoy en la misma lista, la lista 400. (Rosa Imoda – PN).

A política adentra ao seu mundo através de uma inclinação pessoal, sem envolver heranças familiares. Dessa forma, a decisão de investir na carreira política é particular: *“Todos dicen que tengo un plus, pero en mi familia no hay nadie que le guste la política. Van a votar porque es obligatorio el voto”*. Para além, a entrevistada comentou que se trata da atividade que mais gosta de fazer em sua vida.

Yo tenía oportunidades económicas mejores, sin embargo, opté por eso porque a mí me gusta, lo hago con gusto, con cariño. Me gusta ayudar a la gente. Acá debe tener vocación de servicio. Si tienes anhelos económicos, para acá no vengas. (Rosa Imoda – PN).

Para a uruguaia, o tempo dedicado a edificação de sua carreira e a energia destinada ao trabalho fizeram-na priorizar esse lado de sua vida, colocando em segunda opção os seus planos e compromissos com a esfera pessoal. Imoda ressaltou que essa é uma das decisões que a mulher precisa tomar, ao escolher investir na política:

Vos tienes que decidir si vas a hacer primero tu vida privada o si vas a dedicar a la política. En el caso mío, mi vida privada la postergué siempre y me dediqué más a la política. Entonces, tenemos este problema de hacer la elección entre una cosa y otra. (Rosa Imoda – PN).

Na entrevista, ela havia comentado que continuaria a se dedicar à política, porém, sua intenção era de voltar a trabalhar com Lacalle Pou, seu grande incentivador na esfera pública: *“voy a la secretaria del presidente. Él me pidió que vuelva con él. Voy a ocupar un cargo al lado de él en un tipo de secretaria social”*. Entretanto, desde que ela deixou o cargo de *Alcaldesa*, não foram encontradas notícias sobre suas atividades políticas recentes.

4.1.2 Beatriz Lamas (PN)

A segunda nacionalista entrevistada foi Beatriz Lamas, primeira *Alcaldesa* eleita em San Ramón (2010-2015). Dentista da comunidade, a chefia do município de

San Ramon marcou a estreia de Lamas na política institucional, quando foi eleita e reeleita *Alcaldesa*, também pela lista 400 do Partido Nacional (2010-2020). Para explicar a proposição de sua candidatura pelo partido, Lamas destacou o seu perfil profissional:

El partido me propuso, Luis Lacalle Pou eligió más o menos un perfil profesional, eligió en casi todos lados una mujer, si tenía una mujer en vista y como yo votaba la agrupación, él sabía que yo era del partido me propuso ir, yo no sabía si aceptarlo, ya acepté y ya quedé. (Beatriz Lamas – PN).

Com 50 anos³¹, a *Alcaldesa* explicou que não possuía tradição de militância ou experiência em cargos políticos: “*No, desde ahora, afiliada al partido desde ahora pero he sido siempre del Partido Nacional*”. No entanto, ao mesmo tempo, comentou que o gosto pela política está presente em sua vida desde a infância, sendo que a identificação com o partido de direita é uma herança familiar vinda de seu pai.

siempre voté al Partido Nacional, siempre por un tema también familiar, de historia, viste, la divisa blanca, la línea de mi familia era de los caudillos blancos, entonces yo seguí la línea familiar de mi padre, era activo en el partido, me llevaba de chiquita a la casa del partido, entonces yo quedé en el partido, siempre me gustó el partido nacional y nunca me cambié, tengo una identidad de familia. (Beatriz Lamas – PN).

Em nossa conversa, destacou os desafios de gerir um município muito pequeno no interior, destacando o quanto a figura do *Alcalde* é requisitada a nível local.

[...] en el interior es horrible la gente le pide todo al alcalde, se van a divorciar y vienen hablar acá, el tema de la vivienda, el tema de cualquier tema, yo atiendo gente con temas que no tienen que ver conmigo, ahora las autoridades locales se descansan todo en el alcalde, el comisario andá al alcalde, yo a veces digo este es un tema que no tiene que ver conmigo, en los lugares chico es impresionante hasta un niño sabe quién es el alcalde de acá, yo a veces paso y me dicen alcaldesa una niña, todos saben quién es. Tiene sus ventajas pero no te puedes desprender, en cambio los alcaldes en Montevideo no los conocen, ellos tienen más recursos pero no le llegan a la gente, la gente no saben para qué están, yo se los he dicho en cabildos, en Uruguay un conjunto de alcaldes del interior le importa mucho el alcalde, agarró como mucho auge la figura del alcalde. (Beatriz Lamas – PN).

³¹ Beatriz Lamas nasceu em 05 de setembro de 1963.

Entretanto, apesar das adversidades, em nossa conversa de 2014 revelava-se encantada pelo exercício administrativo, reforçando seus ganhos também âmbito pessoal:

Si voy a ir de nuevo, voy a ir otra vez, va mejorar la descentralización, igual ya aprendí cómo manejar y como hacer, ya corro con ventaja de haber aprendido todo este tiempo, aprendí mucho incluso aprendí la parte administrativa, los vínculos políticos, me relacioné con la gente, en mi trabajo yo no tenía esa oportunidad de crecer en otro sentido, por eso la parte negativa de las cosas que no se hicieron, me veo la parte positiva para mí en lo personal. (Beatriz Lamas – PN).

Com o fim do seu segundo mandato, Beatriz Lamas continuou a investir na carreira política, foi eleita Edila Departamental por Canelones para o período de 2020-2025. No âmbito do poder local, a nacionalista ainda buscou impulsionar a candidatura de seu marido, Tomás Hernandorena³², para o cargo de *Alcalde* em 2020, também pela lista 400. Apesar de não ter saído vencedor nesta disputa, foi eleito *Concejal* e passou a integrar o Conselho Municipal de San Ramón.

4.1.3 Gretel Ferrari (PN)

No conjunto de entrevistas do primeiro campo, também tive a oportunidade de entrevistar a primeira *Alcaldesa* de Santa Rosa, Gretel Ferrari (2010-2015). Em um dia agitado de trabalho, o diálogo sobre as impressões e desafios vividos nos primeiros cinco anos de governo local teve de ser encurtado, porém, algumas respostas fornecem bons elementos para analisar como a atividade política adentra a vida da entrevistada, relacionando-se com o espaço pessoal e profissional de Gretel. A nacionalista, que também é médica na comunidade que se constituiu como município a partir de 2010, marcou sua estreia na política institucional quando foi eleita *Alcaldesa* pela lista 400 do Partido Nacional para o período 2010-2015.

³² Para maiores informações sobre a campanha de Tomás Hernandorena, marido de Beatriz, consulte o vídeo disponível no canal do Youtube “FM San Ramón”, através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=hDB9jnYz10A&ab_channel=FMSanRam%C3%B3n>. Acesso em: 15 maio 2022.

Naquela ocasião, próxima de completar 60 anos³³, Gretel explicou-me que seu interesse em exercer a política em um cargo eletivo e remunerado havia sido uma decisão recente em sua vida:

[...] No tengo mucho tiempo en el Partido, pero me gusta, me gusta aprender. Lo político tiene que ser visto desde la formación, ejercer el gobierno, de estos 5 años que van a transcurrir el enriquecimiento en la formación personal es muy importante, aprendes trabajando, aprendes ejerciendo y tienes posibilidades de trabajar en grupo de ver experiencias de otros lados, de participar en seminarios, en talleres. Todo eso te enriquece y tratado dentro de lo que puedo de poder ir a esas actividades, son las que más me han gustado, yo siempre fui ligada en el Partido Nacional pero ahora es que participó del Partido Nacional. (Gretel Ferrari – PN).

Gretel justificou a sua indicação pelo setor 400 como uma estratégia do Partido Nacional de demarcar espaço na política local de Santa Rosa,

[...] Porque... Bueno, piensa que el lugar que uno deja, lo ocupa otro... Cuando uno no está de acuerdo como se manejan ciertas situaciones, y no estoy de acuerdo con la política del Frente Amplio, [además] era una posibilidad de dar una mano al partido nacional como militante del Partido Nacional. Ahí surge la Ley de descentralización en el 2010, mi sector político en el cual yo había elegido me propone que fuera la candidata a Alcalde en las elecciones municipales de 2010. (Gretel Ferrari – PN).

Não foram encontradas informações sobre novas atividades políticas desde que seu mandato se encerrou em 2015. Embora considere a experiência positiva, Gretel não tinha intenção de continuar a se dedicar à política, devido ao tempo gasto com a atividade. Durante o seu mandato, Gretel me explicou que seguia trabalhando como médica: “*Yo sigo trabajando en la medicina, la medicina que hago es a nivel privado, son varias horas trabajando, mi mayor ingreso económico es como médica*”. Todavia, a extensa jornada de trabalho pesou na decisão de não disputar a reeleição:

[...] No porque no esté interesada, no porque no me guste o porque no me haya dejado muchas satisfacciones en general y en lo personal, pero bueno uno tiene que elegir, voy a seguir con la medicina y no puedo seguir con esto porque esto requiere mucho tiempo. (Gretel Ferrari – PN).

Somado às horas gastas com a política, mencionou a disposição em ser reconhecida/cobrada pelos cidadãos, graças aos seus compromissos num município

³³ Gretel Ferrari nasceu em 23 de dezembro de 1955.

pequeno, como Santa Rosa: *“Es lindo pero cansa, mucho trabajo y uno está muy expuesto por los dos lados, como médica y como gobierno local también, digo que como que cansa”*. Por fim, também aparece na justificativa as horas subtraídas da esfera pessoal, em especial as que se destinam a dedicar tempo e atenção ao filho: *“Dos, como madre uno tiene también que estar presente tengo un hijo adolescente de 16 años, hay que estar”*.

4.1.4 Maria del Carmen Suárez (PN)

Em 2020, conheci uma história perpendicular à das três nacionalistas entrevistadas em 2014, ao ser introduzida a trajetória de vida política de Maria del Carmen Suárez (PN), *Alcaldesa* por dez anos no município de Miques. A mais jovem das mulheres entrevistadas pelo Partido Nacional, então com 46 anos, formou-se em advocacia e exercia a profissão nas comunidades próximas de Miques, antes da localidade ascender a município. Seu vínculo com o Partido Nacional vem desde a juventude:

Desde temprana edad fue convencional nacional. No te puedo hablar de mis años, obviamente fue después de mis 18 años porque antes de eso tu no puedes ir a una lista. Después ocupé un par de veces la banca de diputados como suplente y ya a partir de 2010 fue electa alcaldesa, en 2015 reelecta. (Maria del Carmen Suárez – PN).

A chefia do Conselho Municipal marcou a saída dos lugares de suplente e estreia de María del Carmen Suárez em um cargo na política institucional, no qual foi eleita e reeleita *Alcaldesa* pela lista 400 para o primeiro e segundo período (2010-2020). Assim como Rosa, Beatriz e Gretel, a atriz política também foi impulsionada pelo setor de Lacalle Pou, nesse caso, a entrevistada relembra um diálogo com o então candidato à presidência, quando foi estimulada a se candidatar:

En el 2010, el actual presidente Luis Lacalle estaba por primera vez en una lista política, esta que estoy yo, lista 400. Venía un día acá, yo estaba sentada ahí él se sentó acá, en septiembre de 2009 y me dijo: “Maricarmen, no entiendo porque tu estás ahí donde estás. Yo quiero ser presidente y quiero que estés conmigo, pero no voy a serlo ahora, ni en 5 años. Voy a ser en 2019.” Me dijo así mismo. Entonces ahí, después le contesté que sí que iba a estar en la lista 400 y llegarán las elecciones de mayo y justo este año salió

la ley de descentralización que creó los municipios. Entonces, en mayo fueron las elecciones con una fuerte competencia porque la anterior conformación eran de juntas locales, donde el secretario de la junta era puesto por el intendente y acá como el intendente era de Frente Amplio, el secretario era de Frente Amplio. Entonces, competió para alcalde él e yo por el Partido Nacional y otro candidato también por el Partido Nacional. Mi partido tenía que ganar el Frente y en mi partido yo tenía que ganar el otro candidato y gané. En 2015 pasó lo mismo y ahora ya está. (Maria del Carmen Suárez – PN).

Quando questiono sobre a sua trajetória e o surgimento da política em sua vida, a Alcaldesa se remete às memórias da infância: “Y ahí arrancó en mi niñez el gusto por la política y la militancia con alegría”. Na sequência, comentou que suas primeiras experiências sobre militância política aconteceram a partir do exemplo de seu pai:

[...] Mi padre dedicó su vida a la política³⁴. Nací en el año 1973 cuando fue el golpe de Estado acá, por lo tanto, hasta 1985, mi padre desarrolló su actividad política de forma clandestina. Yo tengo estas vivencias de mi padre asistiendo a las reuniones políticas y siendo parado por los militares, controlado para saber adónde iba o de dónde venía. Varias veces fue detenido. Después que fue restablecida la democracia en Uruguay, en 1985, en la campaña de 1984, con 11 años acompañaba mi padre y tengo recuerdo de mi padre subiendo en actos e yo mirándolo, me dormía en la camioneta, en el auto de mi padre a las 3 o 4 de mañana cuando volvíamos de la reunión. (Maria del Carmen Suárez – PN).

Herança recebida que a entrevistada faz questão de cultivar e de transmitir aos seus filhos:

Yo tengo mucho cuidado con mis hijos para transmitir el gusto por la política, a pesar de todos los problemas, principalmente a mi hijo mayor de 14 años. Para que ellos tengan una primera aproximación con la política en su adolescencia como una buena experiencia porque eso fue lo que transmitió mi padre, la alegría de que esto es espectacular. Eso es fundamental. (Maria del Carmen Suárez – PN).

Como uma mulher que se dedicou a atividade profissional e a atividade política partidária, María Del Carmen tem consciência que a carreira política é mais adversa para as mulheres.

³⁴ Em um momento posterior, pergunto sobre a trajetória de seu pai e a Alcaldesa responde: “Por el Partido Nacional de 1990 a 1995, de 1995 a 1999 fue diputado. Que pasa, cuando te pasan una actividad con tristeza y amargura, tú no tomas el gusto. Cuando la persona te transmite con alegría, tu tomas el gusto por la política. A mí mi padre nunca me dijo que tenía que dedicarme a la política, pero ya se veía que me encantaba. Mi niñez fue en la dictadura, yo no crecí en la democracia. Ahora podemos hablar, podemos poner carteles, podemos abrir clubes, hablar con un micrófono o megáfono, podemos invitar a la gente para una reunión”.

[...] Eso, por un lado, después el tema de poder compatibilizar la vida pública y la vida familiar, pues para la mujer es muy difícil. En el caso que tenemos una familia establecida con hijos chicos e hijos adolescentes. A veces va a reuniones y vuelve a las 2 de la mañana a tu casa. Entonces tiene que tener el aguante, como decimos acá en Uruguay, el aguante, el soporte de tu familia, de amigos, de gente que te ayude para que esas horas y esos días que tú no estás en casa alguien esté con tus hijos. (Maria del Carmen Suárez – PN).

A política explicou-me que seu intenso trabalho na gestão municipal é bastante exaustivo, porém, que procura manter um equilíbrio entre a esfera pessoal e política. *“Hay que conciliar, pero es muy difícil porque el trato con la gente es muy absorbente, eso te succiona energía”*. A conversa com a *Alcaldesa* reforça que a atividade municipal executiva não somente reduziu o tempo para se dedicar à esfera pessoal, mas também subtraiu o tempo para desenvolver sua outra atividade profissional:

Cambió todo. Yo venía de una vida muy activa laboralmente y cambió porque asumí más trabajo y sobre todo más responsabilidades porque una comunidad pequeña el cuerpo a cuerpo, el contacto con la gente es mayor. Salgo a esta vereda y hay gente me pidiendo algo. Voy al almacén, a la carnicería, me siento a la plaza para tomar un mate que ya no lo hago, voy solamente cuando mis amigas están ahí y a veces nos juntamos en la plaza, pero lo no hago porque no descanso. Ahora cuando se termine mi gestión voy a empezar a disfrutar mi vida desde otro lugar. Si eres una persona pública tienes que te acostumbrar con eso, pero hay momentos que te agotan. (Maria del Carmen Suárez – PN).

Em 2021, María del Carmen continuava se dedicando à atividade política partidária, ocupando um cargo de Direção Departamental no Ministério do Desenvolvimento Social (MIDES) em Canelones³⁵.

4.1.5 Margot de Leon (FA)

Na segunda viagem à Santa Rosa, entrevistei Margot de Leon, segunda *Alcaldesa* eleita pelo município (2015-2020), dessa vez uma frenteamplista. De Leon tem por profissão a arte de cozinhar, habilidade que compartilha através de aulas e dos trabalhos sociais que desenvolve pela região: *“Doy clases para niños y para*

³⁵ Maiores informações podem ser consultadas na notícia publicada pelo periódico departamental de Canelones, Metropolitano: <<https://metropolitano.uy/entrevista-a-la-directora-departamental-del-mides-para-canelones-maria-del-carmen-suarez/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

adultos también. Hace unos meses comencé con niños para hacer golosinas saludables. Entonces, tenemos 14 niños bastante pequeños”. Satisfeita, ressalta sua dedicação ao “Trabajo con mucha voluntad y muchas ganas de servir al próximo. Tengo 71 años, siempre trabajé socialmente. Me encanta”.

A Alcaldesa, que na época completava 71 anos³⁶, possui uma vida dedicada à militância sindical e política desde muito jovem, combatendo a ditadura militar:

Estuve presa en 1971 [...] nada más que 48 horas en el cilindro municipal que ahora lo tiraran, un sitio que la gente puede ver como de diversión, pero para algunos trae recuerdos difíciles. No me arrepiento, tengo mis principios como el primer día desde que tenía 18 años y dice “bueno, voy a este partido político” que me parecía el mejor para mí. Perdí muchos compañeros, pero hemos sobrevivido, hemos llevado adelante muchísimas cosas que nos llena. Vimos que no era tiempo perdido, llegamos a esto para arreglar un montón de cosas, no todas que queríamos, pero por lo menos me siento satisfecha hasta el momento. (Margot de Leon – FA).

A militância sindical acompanhou as mudanças na vida da Alcaldesa:

Cuando adolescentes estuve con los socialistas, lógico! En “la casa del pueblo”. Me sentía poderosa, que iba llegar muy lejos. Después veo a la dictadura, yo trabajaba en el laboratorio Roe y era sindicalista, defendía los derechos de los trabajadores porque no nos dejaban ni ir al baño. Yo trabajaba en un lugar que era una maquina donde había un calor impresionante, ¿sabes cómo hacía para no deshidratarme? Ponía en el bolsillo de la túnica una botellita con agua. (Margot de Leon – FA).

A eleição para o Conselho Municipal de Santa Rosa marcou sua estreia na política institucional, foi eleita *Concejala* em 2010 e, posteriormente, *Alcaldesa*. Com poucos recursos para realizar a campanha, creditou seu triunfo a sua popularidade na comunidade, na qual reside desde os oito anos de idade.

Un grupo de gente me dijo “¿Margot no vas a ser alcaldesa?” y faltaba poco para la elección. [...] se juntaron muchas personas porque soy muy conocida, ¡converso tanto! Entonces, tenía muchos contactos. La fuerza política me conocía de toda la vida porque siempre milité. Se tuviera que salir con la bandera, o vestida de negro porque perdimos una mujer, siempre estaba. Entonces todo el mundo me conocía. Me conocían también en Montevideo porque yo nunca perdí el contacto, iba a las organizaciones que fueron luchar para mejorar el ámbito de todas las mujeres. Entonces, conocía mucha gente por mi manera de ser, tan abierta, tan conversadora todo eso. Entonces esa

³⁶ Margot de Leon nasceu em 21 de agosto de 1948.

gente de acá que empiezo la levadura para hacer el pan, montamos un comité del Frente Amplio y salí por unanimidad. [...] (Margot de Leon – FA).

Entramos no tópico sobre o interesse pela política e eis que recebo mais uma resposta que remete às relações familiares, ou seja, adentramos mais uma vez no espaço privado. No seu caso, o contato com um primo que havia sido preso durante a ditadura militar a faria problematizar a injustiça das relações sociais:

Muy joven, desde muy jovencita. Mis padres eran de los partidos tradicionales. Tuve un primo hermano que éramos muy próximos, fue preso político en la dictadura y fue torturado. Empezamos a hablar de la justicia, del bienestar de la comunidad. A veces en los pueblos chicos no querían nos alquilar una casa porque éramos Tupamaros, comunistas! (Margot de Leon – FA).

A sua vivência política também se mistura com a história de suas relações particulares. No âmbito amoroso teve três relacionamentos, no último Margot foi vítima de violência gênero e agora desenvolve trabalhos para acolher mulheres que passaram pela mesma experiência,

Me casé muy jovencita, mi marido era de los partidos tradicionales, él falleció y yo fue viuda muy joven. Volví a casar también con un señor de los partidos tradicionales y tuve mi primera hija con él y nos divorciamos. Después me volví a casar y tuve mi hijo con este hombre que era de mi partido político, pero era una persona muy violenta. En los otros matrimonios no tuve problemas así, pero en ese matrimonio tuve problemas de violencia y nos separamos, por eso trabajó muchísimo con mujeres víctimas de violencia porque yo sé lo que es este sufrimiento, cómo se sienten ser víctima de violencia. (Margot de Leon – FA).

Margot também ressaltou os compromissos que a grande maioria das mulheres assumem na esfera privada: “*Toda la vida tenemos que cuidar de nuestro esposo, nuestros hijos...*”. Contudo, ressaltou que graças ao seu perfil de mulher “independente” e de sua disposição para trabalhar, conseguiu vencer diversos obstáculos, criar e manter seus filhos e ainda chegar no posto de *Alcaldesa*.

Toda la vida fue independiente, he trabajado en muchísimos lugares, soy una persona muy habilidosa, muy abierta con la comunidad. Trabajé en la cooperativa, en el laboratorio que fue cuando fue presa en la dictadura, después trabajé mucho tiempo porque yo quería criar a mi hijo y con 45 días de vida tuve que dejar en una guardería porque trabajaba en una oficina. Tuve compañeros varones que me decían “no llores Margot, no llores porque es una mujer que va a seguir adelante”. Hasta que me jubilé y ahora estoy acá

desempeñando este papel tan importante para nuestra comunidad. (Margot de Leon – FA).

Em 2020, optou por não disputar a reeleição. Apesar de não fazer parte do novo Conselho Municipal, De Leon continua ativa na política local, trabalhando em parceria com o poder local, desenvolvendo seu projeto de cozinha saudável junto às crianças da comunidade.

4.1.6 Cristina Castro (FA)

A próxima história é da frenteamplista Cristina Castro, *Alcaldesa* eleita em *Progreso* no primeiro ciclo de governos locais (2010-2015). A primeira *Alcaldesa* de Progreso estava com 62 anos na data que nosso encontro realizou-se, muito experiente, revelou possuir uma grande influência da organização sindical em sua vida, etapa da qual fez questão mencionar antes de se aprofundar em sua jornada na política institucional:

Fui dirigente sindical de la Unión Ferroviaria, en el momento que ingresé al ferrocarril me conecté con viejos sindicalistas, entré muy joven y después vino todo el proceso de la dictadura donde los sindicatos prácticamente dejaron de existir, militamos medio escondidas en la clandestinidad y ya cuando se retoma la democracia en 1984 que es cuando ya empezamos de vuelta a las organizaciones, empezaron a soltar los viejos sindicalistas y se retomó toda la militancia de los sindicatos y ahí ya me enganché a fines del 84 con gente que incluso ahora ya esta fallecida, dirigentes sindicales como Pedro Toledo y un montón de nombres más, después estuve en AFE en noviembre de 1990 milité a nivel de sindicatos y era secretaria de organización del gremio de la Unión Ferroviaria. (Cristina Castro – FA).

Sobre sua atuação em cargos políticos, Castro destacou que em todas as oportunidades foi conduzida através da via eleitoral: *“siempre mi cargo fue electivo nunca fue un cargo de confianza, quise que mis cargos más allá de los ofrecimientos fueran cargos electivos como de Edila como ahora de Alcalde”*. Nesse aspecto, possui como experiência a atuação política na Junta Departamental de Canelones, cuja atividade a credenciou para disputar as eleições municipais em 2010, dali saiu eleita *Alcaldesa* pela Frente Ampla para o período 2010-2015.

Al ser Edil departamental me propusieron y estaba dispuesta. [...] Para concurrir al cargo es electivo entonces diferentes sectores a nivel del departamento tenían sus candidatos, incluso dentro del frente mismo, competimos internamente, bueno salió nuestra lista la más votada como dice la Ley 18.567- la lista y el lema más votado - el primero de la lista sería el Alcalde y los demás en la lista los concejales, son 4 más. (Cristina Castro – FA).

Cristina revela em sua fala que, para além da experiência em cargos eletivos, o diferencial que fortaleceu sua candidatura e aguçou sua atuação enquanto *Alcaldesa* provém do conhecimento sobre a região. Em sua entrevista, a ex-*Alcaldesa* revela que acompanhou todas as transformações que o povoado passou – experiência que também diz respeito à maturação de sua própria vida pessoal, toda constituída em Progreso.

Yo vivo hace 57 años acá, realmente al pueblo lo conozco desde que eran muy pocas casas, todavía era un pueblito no era ciudad, vos lo quieres y te sentís identificado con todo, con la gente, fui al colegio acá, al Liceo acá, crié mis hijas acá, ahora tengo mis nietos, no sólo por lo que es el cariño, sino el pueblo, sus costumbres, estar al servicio de eso nos satisface y nos gusta la tarea, porque es de día y de noche que te golpean la puerta de tu casa no sólo acá en el municipio, para todos soy Cristina, es otra la confianza que hay, no tienes sábado ni domingo, te tiene que gustar mucho. (Cristina Castro – FA).

A entrevista de Cristina também evidencia que a vida pública está em diálogo com a sua vida privada, inclusive, naquele momento da entrevista, com a proximidade das eleições, a governante local estava ponderando sobre o desejo de continuar ou interromper sua ação política no cargo municipal para se dedicar mais à família:

En mayo son las elecciones nuevamente de los Municipios, lo estoy pensando realmente, es mucho trabajo. Aparte la familia, las hijas, los nietos, llega el momento en que vos quieres disfrutar de los tuyos. (Cristina Castro – FA).

Entretanto, a vontade de exercer a política parece ter falado mais alto. Ao final do primeiro mandato disputou a reeleição, porém, sua lista não obteve o maior número de votos necessários para vencer o pleito, perdendo a disputa para outro companheiro de partido³⁷. Não foram encontradas notícias sobre atividades políticas depois que deixou o cargo de *Alcaldesa*.

³⁷ Mais informações podem ser consultadas em: <<http://progresoaldia.com.uy/blog/2015/05/Cristina>>. Acesso em: 15 maio 2022.

4.1.7 Ivon Lorenzo (FA)

Nos limites de Canelones, quase na fronteira com Maldonado, já na faixa litorânea, conversei com Ivon Lorenzo em Jaureguiberry (Balneário que pertence a La Floresta). Naquele momento, Ivon Lorenzo estava afastada das atividades do Conselho Municipal, de férias no balneário de Jaureguiberry, apesar disso, a política reservou um tempo para contar-me sobre sua vida. Sobre as atividades que desempenhou antes de ingressar na política profissional, dizia-me que: *“No tengo profesión específica. En algún momento hice un curso de electricidad en una UTU”*. Contudo, passou por várias atividades alheias à política: *“fue limpiadora en una colonia de vacaciones del sindicato médico y también fue limpiadora en una colonia de vacaciones de maestros”*.

Ivon é a mais jovem de todas as entrevistadas, com 42 anos na época, quase não mencionou questões do âmbito privado, se reservou a comentar que estava solteira e possuía uma filha. Ivon explicou que o processo de se descobrir interessada em questões políticas passa pelas suas memórias da adolescência, quando residia em Montevideu. Nascida em 1977, Ivon cresceu durante a ditadura militar uruguaia:

El interés por la política viene de temprana edad. Eso viene de las vivencias. A mí me tocó muy chica ver, ya saliendo de lo que tenía que ver con la dictadura, mis padres vivían en Montevideo y ver determinadas cosas que cuando era chica no entendía por qué pero cuando más grande empieza a encajar la ficha, no? La memoria política más temprana que tengo es de un militar a caballo golpeando a la gente porque sí. Evidentemente eso... inclina a un lado más que otro. Viene la adolescencia, vamos creciendo, pero en algún punto en la cabeza vienen las cosas de las iniquidades, de lo que es justo o no... Cuando empieza a tener un poco más de cabeza, a vivir otras cosas y le toca que las oportunidades no son las mismas para todos... Eso empieza a tocar por más que no venga de una familia política, lo forma políticamente pero no políticamente partidario. Bueno, el tiempo pasó y entendí que este era el lugar. (Ivon Lorenzo – FA).

O interesse pela política sempre foi uma constante em sua vida. Convicta, Ivon relatou que nunca aceitou que lhe dissessem com o que trabalhar ou dedicar sua vida, *“Yo nunca acepté una diferencia de tú no puedes hacer esto porque eres mujer puede ser aquello quieres algo de hombre”*, recusando rótulos ou distinções sociais do que seria uma tarefa de mulheres ou uma tarefa de homens: *“Desde muy temprana edad*

pensaba: porque si fulano puede hacer tal cosa porque yo no puedo el mismo? En lo que se refiere a tareas, trabajo, digo nunca acepté existir un trabajo que no era considerado adecuado para una mujer”.

Ainda sobre sua visão de mundo, Ivon também destacou que algumas questões ideológicas a levaram a se aproximar da Frente Ampla e a militar pelo setor do MPP:

Mi concepción de vida entiende que el adecuado en este país es de izquierda porque se acerca más de proteger los más débiles y viene de una formación que le dan sus padres, no? Porque siempre la hegemonía de los más fuertes sobre los otros? En un pequeño acto cuando llegaron y nos empezamos a nos contactar hace unos 20 años quizás, pensé quién sabe el MPP? Ese es el lugar. (Ivon Lorenzo – FA).

Aliando a militância partidária ao ativismo social, Ivon dedicou muitos anos de sua vida ao trabalho assistencial, engajando-se na Casa de Fomento de sua região:

Entonces, empecé con 20 y pocos años, quizás 25 años en la Liga de Fomento, la vida me llevó después que tuviera la presidencia y empezamos a trabajar con mucha gente. En la Liga se lograron cosas, por ejemplo, como una pequeña policlínica porque entendíamos que la gente necesitaba de un local adecuado para ser atendida. Salimos a pelear con las autoridades porque teníamos esta carencia. Otra carencia que si logro mucho fue la escuela. Acá tenemos la primera escuela autosustentable de toda Latinoamérica. Eso fue posterior con la movilización de los padres, ya teníamos un lugar en el municipio y necesitábamos de un predio. Después si fue logrando. Empiezo a militar como en toda la vida en un partido, sector político que tiene más que ver con su manera de ver, de sentir, de pensar. Me inicié alrededor de los 20 años en lo que tiene que ver con el MPP. (Ivon Lorenzo – FA).

Junto com seus novos companheiros de partido, formaram um grupo político atuante nos balneários de La Floresta, no mesmo período em que estabeleceram as Juntas Locais (JL): *“Después, surge aquello de las juntas locales”*. Seu grupo havia sido designado para o período de 2005-2010, até que, em algum momento, acabou assumindo a presidência da JL: *“Recuerdo que había una agrupación en primera instancia hubo un compañero y después no pudo avanzar y optaron porque yo cumplirá o suplirá el lugar que este compañero estaba dejando en la junta local qué sabemos qué es en Floresta”*. Em 2010, na primeira eleição municipal, Ivon chegou a ocupar o cargo de *Alcaldesa*, porém, estava na 1ª suplência, assumindo apenas nos últimos meses de mandato, após o afastamento da titular. De acordo com Ivo, esses compromissos públicos anteriores projetaram-na para exercer a função de *Alcaldesa*:

Dijo, uno no nace alcalde, entonces el que no puede tener es, si me permite la expresión, “la maña” que uno va adquiriendo. Cuando te mueves en un tema social vas adquiriendo conocimiento de reglamentaciones o de cosas que después va a servir para aplicar se sabe capitalizar. En aquel momento fue concejal estos cinco años por el MPP y ya después para las últimas elecciones lo que se hizo fue conversar con el comité de base de la localidad y los compañeros – yo siempre rescato eso – hay que saber que uno no se presenta, aún no lo presentan. En realidad hay algo lindo es que el partido político que yo represento no se presenta porque quiere. Las fuerzas políticas con las bases que impulsan aún. (Ivon Lorenzo – FA).

Em 2015, no segundo pleito municipal, foi eleita *Alcaldesa* titular através da lista 630, “La Lista Popular”³⁸. Em 2020, concorreu à reeleição, porém, acabou perdendo a disputa para outro candidato da Frente Ampla. Nessa mesma eleição, após a divisão dos cargos no Conselho Municipal, pelo desempenho de sua lista partidária, Ivon veio a ascender ao cargo de terceira *Concejala* municipal.

4.2 O cenário de Colonia (Colonia Valdense e Nueva Helvecia)

No Departamento de Colonia, entrevistei duas *Alcaldesas* em 2020: Analí Bentancur (PN) e María de Lima (PN). Trata-se de encontros realizados no mesmo dia. María ligou pessoalmente para Analí para me apresentar, de modo que a facilitação possibilitou a realização da segunda entrevista. Além da comunicação entre as duas atrizes políticas, a proximidade entre os municípios colaborou para a execução das tarefas, pois são territórios vizinhos, apenas uma estrada de 6,3 quilômetros separa as duas cidades. Colonia Valdense e Nueva Helvecia ficam a 120 quilômetros de Montevideu e a 58 quilômetros da capital do departamento, Colonia del Sacramento.

As cidades destacam-se entre os cenários apresentados por serem povoados muito antigos e pela colonização suíça, além deles, franceses, austríacos, alemães e italianos estiveram na formação dos primeiros povoados. Para mais, estão localizadas em uma das áreas mais desenvolvidas do sul do Uruguai, conhecida por sua produção agrícola, pecuária e laticínios. São consideradas cidades fundamentalmente urbanas: Nueva Helvecia ascendeu à condição de município em 2010 e possui 11.224

³⁸ Informações disponíveis em: <<https://elperiodico.com.uy/2019/07/31/alcaldesa-de-la-floresta-que-cada-balneario-pueda-llegar-a-reconocer-lo-que-pasa-en-el-balneario-vecino>>. Acesso em: 15 maio 2022.

habitantes; já a Colonia Valdense é menor, possuindo uma população de 4.535 habitantes, ascendeu a município em 2015, devido a obrigação de que todas as populações com mais de 2000 habitantes deveriam contar com um governo local (OTU, 2017).

4.2.1 Analí Bentancur (PN)

Analí, a primeira *Alcaldesa* de Colonia Valdense, estava em vias de encerrar suas contribuições públicas. Betancourt e Lima trabalharam juntas na primeira administração municipal de Nueva Helvecia, quando constituíram uma relação de *amadrinhamento* político. Assim, María de Lima incentivou a colega a disputar a eleição. Analí relembra da proposta e aponta as justificativas para disputar a eleição local pelo partido, questões que envolvem seu vínculo com a localidade e a identificação de longa data com a localidade:

[...] en 2010 pasé al municipio de Nueva Helvecia como secretaria del municipio, era junta local después municipio, funcionaria administrativa, pero el cargo más alto dentro de la oficina, el cargo de secretaria y bueno en 2012 por ahí fue que me surgió la propuesta de María de Lima, que era la alcaldesa del primero período de Nueva Helvecia. Acá en Uruguay los municipios se crearon en el año de 2010 y Nueva Helvecia fue una de las ciudades de Colonia que le tocó en este período de 2010/2015. En 2012 me planteó María de Lima de que sabía de qué para el período 2015/202 esta ciudad que yo vivo hace 41 años y aquí formé mi familia porque tengo tres hijas, iba a tener un municipio. Entonces, consideraban que yo era una persona que podría presentarme como candidata para ser alcaldesa. (Analí Bentancur – PN).

De fato, o apoio familiar foi crucial para que Analí se motivasse e viesse a concorrer em 2015, conforme relembra:

[...] Llegó 2014 y ya comenzaron a me presionar que se llegaba las internas que tenía que decidir y bueno entonces en 2014 hablé con mi familia. Mis hijas me dijeron “todo esto te apasiona, te gusta, vas a trabajar muy bien con María y si te gusta, nosotros no vamos a decir no”, y bueno, bárbaro, acepté pero tranquila y convencida de que Colonia Valdense era la primera vez que tenía municipio y tenía 11 candidatos, muchos del mismo partido que yo representaba Nacional pero había del otro partido Colorado, de Frente Amplio... Y a mí quién va a votar? Por favor. (Analí Bentancur – PN).

Analí Betancur possui um perfil técnico. Antes de estrear politicamente no cargo de *Alcaldesa*, ela nunca havia exercido um cargo eletivo, porém, o trato com a esfera pública tem sido uma responsabilidade diária em sua vida desde a década de 1970, quando foi nomeada concursada pelo Departamento de Colônia. Desde então, Analí exerce o trabalho administrativo na Intendência Municipal. Com 64 anos no momento do encontro³⁹, a atriz política fez uma retrospectiva de seu passado, desde seu primeiro cargo administrativo até a eleição em 2010.

Hace 44 años que me considero funcionaria administrativa de la intendencia municipal de Colonia. Yo entre el año de 76 por un concurso. En ese momento yo tenía 21 años y bueno, comencé trabajando unos meses en Nueva Helvecia porque vivía en la ciudad de Nueva Helvecia. Pero después, mejor dicho, de 76 a 78 trabajé en la junta local de Nueva Helvecia. Pero en enero del 78, yo me casé con una persona de Colonia Valdense y pedí traslado para acá. Acá estuve trabajando 20 años consecutivos como funcionaria administrativa, fue ascendiendo, pasé a carrera y después pasé a hacer suplencia de secretaria y el año 98 él tuvo intendente hace pocos días que era su primer período en el año de 95, él fue intendente de primero de 95 hasta 2000. Y en el año 98, él me llamó para lo que era la Junta Helvecia como secretaria. Hizo un cambio de secretarios de las tres localidades - Nueva Helvecia, Rosario y Valdense. Yo que estaba acá, me llamó para Nueva Helvecia. Y ahí desde el año 98 hasta 2015 que bueno, asumí el cargo que estoy hoy como alcaldesa. (Analí Bentancur – PN).

Durante a entrevista no início de 2020, havia manifestado o desejo de se aposentar, pois sempre assumiu seu compromisso com o trabalho: “soy única hija y mi madre inculcarme el compromiso, la responsabilidad... Entonces no consigo cambiar”. Com o fim do mandato, pretendia encerrar sua carreira de servidora pública e seus novos planos incluíam se aposentar, aproveitar a vida e a família:

Y ahí estoy desde julio de 2015 hasta julio próximo. Pero por supuesto que me han pedido que haya reelección, pero ya tengo 44 años trabajando y quiero un poco disfrutar de mi familia. Soy muy familiar, esto ya se lleva mucho tiempo este ciclo... Yo vengo de mañana, después por la tarde y por la noche. Mis hijos ya son independientes porque ya tienen su carrera hecha. Una tiene 30, la otra 32, la otra 34 años, pero dos viven en Montevideo, la mayor y la que viene a vivir hace dos años en Colonia Valdense es contadora y tiene un bebé de dos años y medio y ahora está esperando otro rebento. Entonces eso me atrapa. [...] Sí, sigo cinco años más voy a seguir a 49 años. Eso es un disparate. Yo tengo 70 años y no disfruté, pasé la vida trabajando, comencé con 21 años y quiero disfrutar, salir, pasear y estar distendida. Eso es muy estresante y soy una persona que toma todo muy a pecho y estoy con

³⁹ Analí Bentancur Suarez nasceu em 23 de março de 1955 (64 anos).

problemas de salud, la presión se ha descontrolado mucho. Según el consejo general de los médicos, yo tengo que parar. (Analí Bentancur – PN).

Analí não disputou a reeleição e também não foram encontradas notícias sobre atividades políticas depois que deixou o cargo de *Alcaldesa*.

4.2.2 María de Lima (PN)

Se Analí estava prestes a desfrutar da aposentadoria, Maria de Lima, aos 47 anos⁴⁰, representava a possibilidade de formação de quadros femininos do Partido Nacional a nível nacional. De acordo com as informações coletadas em jornais uruguaios, a política, desde 2018, é a vice-presidenta da agrupação política *Mejor País*, movimento político nacionalista em ascensão no seu partido. Além disso, durante a composição do senado para o período de 2020 é a primeira suplente de Glória Rodríguez (PN).⁴¹

Hoy el grupo político se posiciona, fue una de las tres listas más votadas del departamento, somos uno de los tres sectores más importantes del departamento y aparte de eso soy la primera suplente en el Senado de la senadora Gloria Rodríguez y ahora el próximo mes voy a ocupar un cargo en el Ejecutivo Nacional. (María de Lima – PN).

Lima não possui herança política. Durante sua juventude, a rotina de viagens diárias à Montevideu para trabalhar impediam-na de se dedicar ao mundo da política. Curiosamente, seu interesse pelo serviço social e trabalho voluntário foi possível depois que teve seus filhos, pois pode se fixar em Nueva Helvecia e, assim, começar a se engajar socialmente, desenvolvendo seu trabalho com mulheres e o meio rural.

Bueno, yo no soy de política de historia familiar, ni de nada. Yo trabajé muchos años en Montevideo, viajaba todos los días desde aquí y luego tuve mis hijos, me quedé sin trabajar y empecé la parte social ayudando merenderos a familia que estaban pasando bastantes problemas en 2002. (María de Lima – PN).

⁴⁰ María de Lima nasceu em 15 de agosto de 1972.

⁴¹ Mais informações em: <<https://politica.uruguay30.com/2021/05/06/maria-de-lima-en-juan-lacaze-junto-a-glora-rodriguez/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

Sobre o trabalho social desenvolvido em Nueva Helvecia, a *Alcaldesa* explica em detalhes:

Yo trabajé mucho con el tema del trabajo de los merenderos acá en Nueva Helvecia trabajé también en la formación de las redes de mujeres rurales son muy importantes las mujeres rurales y el sector rural, tenemos una zona liderada por mujeres y de capacitación el primero del país y tiene mucha relación con mujeres de otros países como México y España bueno y las mujeres participan un montón de proyectos qué tiene que ver con diferentes ámbitos gubernamentales y acá en el municipio se las ayuda. Mi tarea sobre todo ha sido sobre eso mujer rural. (María de Lima – PN).

Seu vínculo com o Partido Nacional iniciou em 2005, quando passou a integrar a Junta Local de Nueva Helvecia. Em 2010 assumiu como *Alcaldesa*, sendo reeleita para o período seguinte, totalizando 10 anos representando o município de Nueva Helvecia. Em nosso diálogo, María relembrou as circunstâncias de sua candidatura e o contexto de incerteza que envolvia assumir o cargo de *Alcaldesa*:

[...] acá en Uruguay es muy nuevo en el área y en este tiempo a nadie sabía íbamos cuál sería el alcalde qué va a pasar cómo iba a ser. Entonces no había muchos voluntarios y ahí me plantean la posibilidad y ahí bueno empiezo el trabajo que yo definiendo. Creo que es la herramienta fundamental para sacar al pueblo adelante. Nosotros hoy somos uno de los municipios con más proyectos internacionales, tenemos proyectos con Suiza, Alemania y con otros países y trabajamos muchísimo el intercambio de diferentes cosas. El último proyecto estamos inaugurando, que estamos orgullosos, es el centro que queríamos con per noche, el primero en el interior del país para mujeres y familias víctimas de violencia. (María de Lima – PN).

A líder local advertiu que sua proposição ao município esteve atrelado ao seu objetivo em continuar trabalhando socialmente, pois o cargo de *Alcaldesa* poderia significar a formação de uma rede local.

Y ahí avancé es lo que tiene que ver con incorporar al trabajo social bueno y salió la lista de los municipios y hay para yo poder lograr mis objetivos sociales de ayudar los otros empecé a tener aliados y con este está aliados me di cuenta qué es que se ha aliado tenían que ser esos que estaban en el gobierno en el momento era un partido que me gustaba problemas. Bueno y se fue generando hechos y empecé a trabajar en política. (María de Lima – PN).

Seu trabalho à frente do município impulsionou a carreira de María, durante o primeiro mandato contribuiu para a formação do Plenário de Municipípios do Uruguai, órgão que congrega os 112 Municipípios do país, tornando-se a primeira e única mulher

a presidir a plenária. Pela sua experiência, foi designada, pelo presidente Luis Lacalle Pou, para integrar a Área de *Descentralización y Cohesión Social* da *Oficina de Planeamiento y Presupuesto* (OPP), assumindo o cargo em primeiro de abril de 2020⁴². Em seu novo encargo público, a política está em diálogo com os *Alcaldes* e *Alcaldesas* de todo o país, responsabilizando-se por coordenar e ajustar o Fundo de Incentivo à Gestão Municipal.

4.3 O cenário de Rocha (Chuy)

Em fevereiro de 2014, entrevistei Mary Urse, uma *Alcaldesa* situada na fronteira com o Brasil. Chuy-UY é um município pequeno e faz fronteira com o Chuí-RS. Estabelecido no Departamento de Rocha, conta com uma população de 9.758 habitantes (CENSO, 2011) e localiza-se 282 km distantes da capital. A economia da cidade gira em torno dos pequenos comércios, bares e da movimentação dos turistas que atravessam a fronteira para comprar os produtos nos Free Shops. Nos finais de semana e feriados, o trânsito pode se tornar caótico nos dois quilômetros da Avenida Internacional, pois fica lotada de carros de ambas as nacionalidades, apenas um canteiro separa o lado brasileiro do uruguaio, em uma rua cheia de comércio livre de impostos.

De acordo com a classificação socioterritorial realizada pelo UTO, o município do Chuy está incluído na lista de municípios com extensão considerável (754 km²) e tamanho de população médio (mais de 3.600 habitantes aproximadamente). É um município urbano de uma só localidade. Apesar da riqueza dos Free Shops, com base nos indicadores censitários, o estudo revelou muitas dificuldades em termos de bem-estar social, com muitas deficiências críticas nos lares e baixo nível educacional da população (OTU, 2017).

⁴² Mais informações em: <<https://www.lacoloniadigital.com.uy/maria-de-lima-asumio-ayer-en-el-opp/>> e <<https://cronicasdeleste.com.uy/Noticias/lo-m%C3%A1s-importante-es-que-tener-una-autoridad-local-representa-un-compromiso-con-el-vecino.html?fbclid=IwAR3ybkTWM2TtewaSQhtf7q-nm2B-cRZsjDIMXynq-gwd-rQOBPPS4fSUHls>>. Acesso em: 15 maio 2022.

4.3.1 Mary Urse (FA)

Mary Urse exerceu a chefia municipal durante os 10 primeiros anos do município do Chuy. Em um dos territórios mais desigual do país, a uruguaia mantém longa atuação em projetos e organizações sociais ligadas a população mais carente do município. Na época da entrevista, a política, que havia completado 60 anos, destacou sua vitória na fronteira devido a sólida militância social desenvolvida em um dos bairros mais desestruturados de Chuy:

[...] el Barrio Samuel⁴³, fue más bien quien me hizo líder de ese barrio, le gustaba lo que yo trabajaba, trabajamos por 7 años en esa comisión y no descansábamos nunca y fue en ese mismo barrio que me hice líder y de ahí la presencia en la Junta Local y hoy Alcaldesa. [...] Nosotros, el 5 de enero, cumplimos 24 años que llevamos presentes a todos los niños carenciados de Chuy, como 1200 niños, lo venimos trabajando hace 24 años, nosotros también siempre juntábamos túnicas para los niños, calzados, siempre anduvimos en lo social. (Mary Urse – FA).

A governante local comentou que não possuía tradição familiar: *“Mi madre era colorada Tradicional, somos 9 hermanos, algunos Frenteamplistas, algunos blancos y algunos colorados”*.

Frente ao cargo de *Alcaldesa*, explicou que durante o início do mandato encontrou resistências por conta de sua escolaridade e seu gênero: *“[...] Al principio tuvimos muchos problemas, por el hecho de ser mujer, el hecho de no tener bachillerato, pero hicimos los que otros no han hecho y son abogados”*.

Reservada sobre as questões familiares, a atriz política, mãe de cinco filhos, solteira, restringe-se apenas a comentar que recebe apoio constante para governar, sem adentrar a questão: *“Si, la gente me apoya y la familia me apoya mucho, los concejales también”*. Convicta de suas escolhas, Urse comentou que nunca precisou “depende de ninguém” e passou a sua visão sobre as questões:

[...] tienes que colocar ahí que las mujeres por barrendera, que sea, vale igual que la mujer presidente, que nos podemos levantar, que hemos trabajado de psicólogo sin ser psicólogas y hemos levantado mujeres que las ha golpeado

⁴³ O Bairro Samuel Priliac é uma das localidades mais carentes do Município de Chuy. Dentre as atividades que desenvolve no Bairro, Mary Urse organiza todo ano a festa do Dia de Reis, no dia 6 de Janeiro. Ela é a responsável pelas doações de brinquedos e, posteriormente, pela distribuição na comunidade.

el mirado por ejemplo, las hemos ayudado y las hemos enseñado a despertarse, nunca las podemos dejar caer. Lo menos que podemos hacer también es vivir del sueldo de un marido, nosotras tenemos que aprender a valorarnos, más allá si nos casamos o no, es vivir de lo nuestro, porque si estamos solas no tenemos problemas, triste una mujer que depende de un marido y que cuando queda sola ya no sabe de quién va depender. (Mary Urse – FA).

Em sua introdução na política, Urse manteve um vínculo de alguns anos com o Partido Nacional e chegou a estabelecer um relacionamento curto com o Partido Colorado, porém, encontrou-se dentro da coalizão de esquerda Frente Ampla⁴⁴. Sua filiação remete à 2003, quando disputou as eleições departamentais de 2005, elegendo-se presidente da Junta Departamental de Rocha para o período 2005-2010. Em 2010, pela lista 405 – uma agrupação departamental – saiu eleita *Alcaldesa* no município de Chuy, para o período 2010-2015, e foi reeleita para o período seguinte (2015-2020).

Desde a conclusão do primeiro mandato, Urse ampliou muito sua base eleitoral. Ao analisar o desempenho eleitoral da uruguaia, Gabito (2017, 2021) observa que a política recebeu em 2015 o apoio de 63% dos eleitores da Frente Ampla (quase 40% do total de votos válidos), mais do que o dobro do seu desempenho em 2010, e também mais do que o dobro dos votos de Sandra Lazo, sua principal adversária na eleição interna. Isso significou uma vitória pessoal de Urse contra a candidatura da estrutura partidária, que na época ocupava o cargo de presidente da Frente Ampla em nível departamental⁴⁵. Após dois mandatos em Chuy, Urse desponta como um dos quadros políticos do *Espacio 2121 – Asamblea Uruguay* – setor independente da Frente Ampla, tendo concorrido às eleições departamentais em 2020, postulando o cargo de Intendente, porém, não obteve sucesso em sua empreitada eleitoral⁴⁶.

⁴⁴ Mais informações em: <<https://rochaaldia.blogspot.com/2014/05/la-caudilla-outsider.html>> e <<https://ladiaria.com.uy/articulo/2016/2/antojos/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

⁴⁵ Nessa mesma publicação, Gabito (2017) descreve como conflituoso o primeiro mandato de Urse, em função das divergências com os demais membros do Conselho, inclusive os de seu próprio partido. Mantendo-se ao longo do quinquênio um clima de declarações cruzadas e acusações mútuas, em que os Concejales acusavam Urse de um excessivo manejo personalista.

⁴⁶ Mais informações em: <<https://rochatotal.com/2020/02/19/mary-urse-lanzo-su-candidatura-a-la-comuna-rochense/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

4.4 O cenário de Cerro Largo (Fraile Muerto)

Ainda em 2014, após passar a fronteira com o Brasil, adentrando Aceguá-RS, na região do pampa gaúcho, em direção ao centro do departamento de Cerro Largo, num município vizinho a Melo (centro urbano), cheguei em Fraile Muerto para entrevistar Graciela Echenique. A política foi eleita para representar os 3.168 habitantes de Fraile Muerto. Dentro da nossa base de dados, o município Fraile Muerto⁴⁷ foi o que se encontrava mais distante de Montevideu, 379 quilômetros separavam as duas cidades. No que tange a atividade econômica, o município caracterizado pelo bioma pampa é centro de uma grande área agrícola, pecuária e florestal do departamento de Cerro Largo.

4.4.1 Graciela Echenique (PN)

Graciela Echenique foi eleita e reeleita para o primeiro e segundo período municipal (2010-2020), completando 10 anos à frente de Fraile Muerto. Em uma região em que a principal atividade econômica provém do campo, a *Alcaldesa* também estava ligada à atividade da agropecuária, definindo-se como produtora rural. Graciela tinha 59 anos⁴⁸ no momento da entrevista. Ao ingressar nos questionamentos sobre sua trajetória política, perguntei-lhe sobre suas memórias a respeito da prática política e ela me se remete a sua adolescência: *“yo milito politicamente desde mi adolescencia en la lucha contra la dictadura, porque nosotros tuvimos aquel proceso de dictadura y en mi época de estudiante en Montevideo allí empecé a militar”*. Ao seguir a conversa, descobro que a atividade política surge alinhavada com a tradição, ou seja, era presente em sua vida desde a socialização familiar, meio pelo qual construiu a sua identificação com o Partido Nacional.

[...] tengo una fuerte influencia Blanca (Partido Nacional), mi familia es Blanca, soy Blanca por convicción y por tradición, las dos cosas, después estuve siempre en el área social, trabajé mucho en el área social de manera

⁴⁷ A localidade recebeu esse nome em 1753, quando um capelão conhecido como Fray José Díaz morreu na cabeceira do arroio que divide a cidade.

⁴⁸ Graciela Sofía Echenique nasceu em 24 de dezembro de 1955.

independiente, pero siempre militando dentro del Partido. (Graciela Echenique – PN).

Nesse contexto, Graciela Echenique conservou um vínculo com o seu partido que provém desde a época em que completou a maioria:

Sí, desde que tengo 18 años, toda una vida, yo no puedo concebir votar fuera de mi partido, están muy fuertes las raíces, tiene una identidad muy fuerte el partido Nacional, defensor de todas las leyes, defensor de todo el interior, es muy rico ese patrimonio. Cerro Largo es un Departamento muy fuerte Blanco, claro Aparicio Saravia, toda su rica historia, las revoluciones independentistas, la lucha por el voto libre, la lucha por el voto de la mujer, muchísimo se podría hablar de lo que es nuestro partido. (Graciela Echenique – PN).

A ex-Alcaldesa trabalhou na Intendência em duas oportunidades, exercendo cargos de confiança em governos *blancos*. Na primeira ocasião, para seu próprio irmão, um quadro político importante dentro do partido. Em um segundo momento, na administração anterior à instalação do município de Fraile Muerto, “*yo trabajé para mi hermano que fue también Intendente en un periodo acá, falleció muy joven en un accidente*⁴⁹, *después trabajé para el actual Intendente de Cerro Largo, Sergio Botana*”. De acordo com a entrevistada, desses momentos surge o credenciamento para disputar as eleições: “*bueno ahí en esa militancia a él se le ocurrió que yo podía sacar una lista, bueno saqué esa lista y la verdad nos fue muy bien*”.

Embora tenha um vínculo consolidado com seu partido, Graciela nunca havia considerado candidatar-se para um cargo político eletivo: “[...] *yo en todos los años de militancia, militaba digamos buscando votos, hablando con la gente, haciendo puerta a puerta, socialmente, pero nunca jamás se me había ocurrido sacar una lista*”. A proposição viria de seu partido, uma estratégia para espraiair o Partido Nacional pelo interior: “*Si, fue el partido, yo no... en realidad la idea fue del actual Intendente, de Sergio Botana, que me pidió que sacara una lista*”.

Nesse aspecto, no relato de Graciela também é interessante destacar o fator das jornadas de trabalho como uma adversidade para a materialização da carreira

⁴⁹ “*Sí, mi hermano era mi único hermano, falleció trabajando, ejerciendo, falleció ahogado en nuestro establecimiento, salvando a un peón, dio su vida para salvar al empleado que iba con él, tenía 39 años, era mi único hermano, muy joven, él también en la militancia igual a mí, siempre militando, fue suplente de Villanueva Saravia, porque Villanueva Saravia se suicidó o lo asesinaron, era intendente en ese momento, mi hermano había fallecido el año anterior, fueron dos años en que nos quedamos sin representantes, muy triste*”.

política de uma mulher. Se autointitulando tradicional, a chefe local destacou que foi neste momento da sua vida que pôde dispor de tempo para se dedicar à política, pois já havia cumprido com seus compromissos matrimoniais e cuidado dos filhos:

[...] yo en ese momento ya tenía mis hijos grandes, al ser yo bastante tradicional en mi vida, crianza de hijos, matrimonio, todas esas cosas, pues podía dedicarme verdaderamente porque tenía tiempo suficiente como para dedicarme a la política, bueno y así fue porque esto lleva tiempo, mucho tiempo. (Graciela Echenique – PN).

Ao final de 2019, a *Alcaldesa* se afastou do cargo para concorrer nas eleições departamentais de Cerro Largo⁵⁰ e foi eleita Edila Departamental, porém, não assumiu o posto e atualmente é secretária geral no governo departamental de Yurramendi (Partido Nacional) na Intendência de Cerro Largo⁵¹.

4.5 O cenário de Flores (Ismael Cortinas)

A história que encerra este estudo das trajetórias do interior do Uruguai se passa no departamento de Flores, na única cidade criada dentro do Departamento inteiro, Ismael Cortinas. A municipalização não emplacou nessa região, e, embora Trinidad seja o maior centro urbano, uma única municipalidade foi criada no Departamento, justamente na antiga Junta Local de Ismael Cortinas. O município fica situado em Flores, no extremo sudoeste do departamento, e faz fronteiras para as partes vizinhas com Soriano, Colônia e San Jose. Distante 160 quilômetros da Capital, o município tem 914 habitantes e é um dos 10 menores do país (CHASQUETTI; FREIGEDO; GONZÁLEZ, 2018). Nesse contexto, conheci, em 2020, Luz Echande, *Alcaldesa* que permaneceu 10 anos à frente do Município de Fraile Muerto.

⁵⁰ Sobre o acontecido, temos a notícia do portal de notícias de Melo: <<http://lavoquemelo.com/2019/07/11/graciela-echenique-se-mostro-contraria-a-habilitar-en-la-convencion-una-tercera-candidatura-a-la-intendencia-de-cerro-largo/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

⁵¹ Maiores informações sobre a ocupação atual da *Alcaldesa* podem ser consultadas através da notícia: <<http://lavoquemelo.com/2020/10/12/graciela-echenique-confirmando-que-ocupara-un-cargo-de-confianza-en-el-gobierno-de-yurramendi/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

4.5.1 Luz Echande

Luz explicou que as discussões sobre política estão presentes em sua vida desde a infância: *“la casa donde yo vivo y que vivieron mis abuelos una casa muy política, muy sociables, en un comercio y exhiben a todo el mundo las grandes referentes de la política, y bueno, de eso me nutrí”*. Em resposta a questão da socialização política, a uruguaia narra uma lembrança de sua infância:

Me siento muy afortunada desde el primer momento, bueno es que a los 7 años salí con mi abuelo, un caudillo de la localidad, pero por el Partido Colorado y bueno yo en ese momento como él, el que me se va, era colorada y pegaba chapitas por el Partido Colorado, disponía cartel, tenía 7 años y se ha ido a los cometidos un avalista y militaba. (Luz Echande - PN).

Não obstante a postura de seu partido à centro-direita, a uruguaia identifica-se como ideologicamente mais próxima à centro-esquerda, devido ao seu vínculo com a corrente wilsionista, setor político interno do Partido Nacional,

Dentro del Partido Nacional me siento centroizquierda del partido y como líder lo tengo al senador Jorge Larrañaga, me siento compatible con él, la persona que más representa a Wilson Ferreira Aldunate⁵². (Luz Echande - PN).

Em se tratando da ocupação de uma função pública, a Alcaldesa vem de uma sequência de compromissos com a esfera institucional. No período anterior à institucionalização dos municípios, Luz havia sido designada presidente da Junta Local de Ismael Cortinas e Edila departamental pelo Partido Nacional. Com a municipalização, através da via eleitoral, esteve à frente do Conselho Municipal por dois mandatos (2010-2020). Apesar de contar com o capital político da experiência anterior, Luz conta que enfrentou muita resistência em seu partido e concorreu com mais de uma dezena de candidatos na primeira eleição:

⁵² Wilson Ferreira Aldunate, foi um importante político do PN, defensor do desenvolvimento do setor agropecuário e forte opositor da Ditadura civil-militar uruguaia. Sobre o político a Alcaldesa expressou uma lembrança: *Después vino la dictadura, fue fanática de Wilson Ferreira Aldunate, conociendo su historia porque no había tenido la posibilidad de conocerlos personalmente y le hice todo un seguimiento de toda su trayectoria en el exterior. Vivíamos con mucho miedo porque hablar de Wilson era hablar de terrorismo en Uruguay y estuvo proscrito y bueno se fue. Cuando llegó a Uruguay fue puesto preso en Trinidad y muchas veces la policía me corrió por ir a ver a Wilson al cuartel. (Luz Echande – PN)*

En aquel momento habría, en el primer momento, 750 o 800 votos y tuvimos 12 candidatos alcalde. Fuimos 14 en la competencia, pero ahí para presentarse para ser alcalde, tenía que tener una agrupación que respaldara frente la corte electoral. Yo pertenezco toda la vida a la agrupación, fundadora de la agrupación que era del padre del actual intendente y resulta que cuando voy a pedir apoyo de la agrupación para representarme en la corte electoral, me dijeron que no. Ellos iba a apoyar a todos y no a nadie en particular, iban a apoyar todos que iban a presentarse por el Partido Nacional e yo me quedé ahí en suspenso, sin poder presentarme para alcalde. Otra agrupación del Partido Nacional en la cual tenía un señor, un caballero, escribano que era de la línea de wilsonismo tenía un abogado que éramos muy amigos, yo no votaba con él, yo votaba arriba de la presidencia la lista 50 departamental, cruzaba na lista departamental con la lista nacional. Y ellos me dijeron que me habilitaban frente a la corte electoral y por eso yo pude competir. Vuelvo a decir, competí con 13 candidatos sin nada, con dos carteles. En Trinidad propusieron otra candidata para competir, una persona adinerada, conocida, trabajaba por la iglesia, nunca había estado en política, pero creía que con su obra social y eso, la gente la iba a votar. Y le gané, pero esta noche no recibí el saludo ni del intendente, ni del diputado. (Luz Echande - PN).

Após a vitória na primeira eleição municipal, Luz continuou buscando espaço em seu partido, o que a levou a fundar sua própria agrupação política dentro do Partido Nacional.

Después me expulsan de la lista 50, pues no pertenecía más a esta agrupación, pero ahí empiezo a formar mi propio grupo político. Bien, ya lo tenía que eran los que me acompañaban, pero formé una agrupación propia. No sabía que nombre poner, mi esposo me decía que tenía que poner el nombre mío para quedar a mis hijos la historia porque nada más que yo, la agrupación se llama Luz Echande, la formé hace 7 años, fue la primera agrupación de la historia del departamento que es del interior del departamento, donde no solo ganamos la alcaldía, sino también sacamos un edil departamental y eso ha sido mucho peso. (Luz Echande - PN).

Para o segundo período, Luz também contou que precisou enfrentar os interesses de seu partido e a tendência de centralização departamental:

[...] Yo renuncie en febrero y ahí compito con tres candidatos: un por el Partido Colorado; una muchacha por el otro sector del Partido Nacional, que representaba a Castaingdebat y "los dueños del poder y del centralismo" de Trinidad; y un muchacho muy amigo mío, un gurí que se creó en mi casa, del Frente Amplio. Cuando percibieron que el candidato del Partido Colorado y el muchacho no me podían ganar, apoyaron a ese muchacho del Frente Amplio de Ismael Cortinas para ganar de mí. Bueno, resulta que el sumatorio de los tres candidatos no logran no era suficiente para ganar de los votos que yo obtuviera. Y así estoy terminando mis 10 años de mi gestión que han sido complicados también. (Luz Echande - PN).

Se em seu partido a uruguaia permanece em busca de espaço e reconhecimento, na política local de Canelones, a ex-Alcaldesa deixou seus herdeiros.

Junto com a reeleição em 2015, sua filha, Ana Luz Lafón, foi eleita 2ª *Concejala* do município, tendo assumido o cargo em ocasiões em que sua mãe estava de licença⁵³. A atriz política mencionou que sempre incentiva sua filha a seguir seus passos na política:

Yo ánimo, digo hija, esto tiene que gustarte, pero siempre ánimo y siempre sueño con que lo que yo pueda dejar de mi trabajo en el municipio, de lo que he hecho la política que hace otra mujer que pueda volar mucho más alto de lo que se puede hacer y se ha ido y vamos a duplicar y vamos a poder demostrar que las mujeres sí podemos. (Luz Echande - PN).

Toda a família da nacionalista “respira” política. Casada e mãe de três filhos, teve seu companheiro eleito Edil Departamental para o período de 2015 a 2020. Além disso, seus dois filhos, um mais jovem e outro mais velho, também estão vinculados ao Partido Nacional. Em 2020, apoiou a sua filha à candidatura de *Alcaldesa*, porém, a lista da jovem 1204-A não obteve a maioria dos votos, perdendo para pares oficialistas da lista 950-A⁵⁴. Não foram encontradas mais notícias sobre atividades políticas depois que deixou o cargo de *Alcaldesa*.

A composição dessa última trajetória de vida política encerra os 12 casos de mulheres entrevistadas no interior do Uruguai. Com o material organizado, passo para algumas reflexões e considerações sobre o percurso e possibilidades de construção de uma carreira política feminina no primeiro e segundo ciclo municipal no país.

4.6 Histórias e possibilidades políticas no interior do Uruguai

Ao analisar a dimensão pública da carreira das *Alcaldesas* do interior, foi possível perceber que as condições estabelecidas pela realização da primeira e segunda eleição municipal proporcionaram uma janela de oportunidade para todas as entrevistadas lançarem-se na política institucional. Entretanto, apesar de novatas, seus depoimentos dão volume a diversas experiências de gestão administrativa,

⁵³ Maiores informações podem ser consultadas na notícia do periódico departamental de Flores: <<https://www.elobservador.com.uy/nota/la-alcaldesa-de-20-anos-201611500>>. Acesso em: 15 maio 2022.

⁵⁴ Maiores informações podem ser consultadas na notícia do periódico departamental de Flores: <<https://villaismaelcortinas.uy/flores-ismael-cortinas-elecciones-municipales-2020-agustin-musa-electo-alcalde>>. Acesso em: 15 maio 2022.

militância, engajamento social e associativismo. Em um contexto de grandes responsabilidades, incertezas eleitorais e estruturais, além do pouco incentivo partidário, as vitórias propiciaram o início de uma carreira política de destaque regional. Dessa forma, a administração municipal constituiu-se como um canal legítimo para a construção de uma carreira política e uma via de acesso a outros cargos políticos. Com o fim das gestões municipais, as entrevistadas ascenderam a ministérios, secretarias, Juntas Locais e até mesmo despontaram no cenário departamental e nacional.

Os relatos também confirmaram a potencialidade dos municípios criados ao longo do interior do país em mostraram-se benéficos sobre questões de mobilidade, na medida em que o cargo possibilitou às eleitas permanecerem no local de residência e evitar constantes deslocamentos, visto que a prática política é realizada no contexto do próprio município em que vivem. Ou seja, não foi preciso se distanciar para exercer o mandato, o que permitiu uma prática conciliadora entre trabalho, família e política. Desta maneira, as entrevistadas evitaram realizar viagens a capital ou mesmo a mudança departamental para atuar politicamente, uma das principais desvantagens para a alavancada na carreira das mulheres (JOHNSON, 2000; MIGUEL; BIROLI, 2011; PÉREZ, 2015),

Ainda dentro dessa discussão sobre atuação local, foi possível observar que a função política exercida pelas *Alcaldesas* potencialmente favoreceu o estreitamento dos vínculos com o ordenamento municipal e com a própria população, favorecendo uma relação de representação com os moradores do lugar em questão. A partir disso, e de acordo com as narrativas, é possível perceber como a relação com o local se amplificou com a oficialização das cidades uruguaias e como essa percepção veio a alterar significativamente a rotina das prefeitas. Tais mulheres foram eleitas para chefiar municípios, um cargo em que a ligação com o local é fundamental, relação intensificada ao longo do mandato, o que também resultou em momentos de conflito, estresse ou demanda intensa de jornadas de trabalho.

Também se observou, ainda por consequência dessas características do governo local, que ao mesmo tempo em que as *Alcaldesas* colocaram em evidência a centralidade que a função pública ocupa em suas vidas, também é muito claro a busca dessas atrizes políticas por equacionar o cotidiano entre os compromissos e obrigações da vida privada e da vida pública. Nesse sentido, foi possível perceber que

as duas dimensões estão imbricadas e esse vínculo tende a fortalecer por conta de a especificidade das depoentes permanecerem no município em que atuam politicamente. Ainda foi possível identificar um intercâmbio entre a rede profissional e a rede de apoio familiar, pois as relações familiares adentram a política e a política influencia as relações familiares. Para além, essa relação se torna fundamental para sustentar a atuação política dessas mulheres na chefia municipal.

Segundo Goethe (2011), pela primeira eleição municipal ter sido uma eleição realizada às pressas, os partidos recorreram a indivíduos com reconhecimento social, isto é, notoriedade local para encabeçar suas listas, ainda que fossem exógenos ao campo da política. Nesse rol de recrutamento, muitas candidatas não portavam um perfil tradicional de carreira política, em algumas das situações acompanhadas nem sequer possuíam vínculo com o partido político pelo qual concorreram. É o caso de muitas das *Alcaldesas* pertencentes ao Partido Nacional: em relação às gestões de 2010 foi possível destacar a Dra. Beatriz Lamas, dentista, eleita em San Ramon (Canelones); a Dra. Gretel Ferrari, médica da comunidade, eleita em Santa Rosa (Canelones); a advogada María del Carmen Suárez, eleita em Migueles (Canelones); e Graciela Echenique, pecuarista e produtora rural no pampa gaúcho, eleita em Fraile Muerto (Cerro Largo).

Em relação ao recrutamento eleitoral, no Departamento de Canelones, todas as quatro entrevistadas do Partido Nacional mencionaram o apadrinhamento eleitoral do então candidato à presidência do país, Lacalle Pou. São os casos de Rosa Imoda (Los Cerrillos), Beatriz Lamas (San Ramón), Gretel Ferrari (Santa Rosa) e Maria del Carmen Suárez (Migueles). Com exceção de Gretel Ferrari, que não concorreu a reeleição, as demais permaneceram por 10 anos à frente de seu município. A vitória e a manutenção do cargo das *Alcaldesas* vinculadas ao Partido Nacional simboliza o bom momento que o partido viveu em 2019 com a obtenção da Presidência da República.

Em Colonia, cabe destacar uma situação inédita: o “amadrinhamento político”, onde uma *Alcaldeza* incentivou a candidatura de outra. Da relação profissional estabelecida entre Maria de Lima e Análi Bentancourt surgiu o incentivo para que a funcionária do município de Nueva Helvecia se candidatasse ao cargo de *Alcaldeza* e, assim, retornasse a trabalhar em sua terra natal, Colonia Valdense – que ascendeu a município em 2015.

Sobre as *Alcaldesas* da Frente Ampla, no Departamento de Canelones, com a exceção de tratar-se de mulheres, identificou-se um perfil clássico de uma trajetória de políticos da esquerda. Nesse caso, são mulheres que já exerciam ocupações que tem origem no interior da atividade política. São os casos de Margot de Leon (Santa Rosa), Cristina Castro (Progreso) e Ivon Lorenzo (La Floresta), mulheres engajadas socialmente em suas comunidades. De Leon e Castro possuem uma veia sindical muito antiga e são militantes da Frente Ampla apresentando narrativas anteriores à própria redemocratização, salientando a resistência na luta clandestina. Já Lorenzo, mais jovem dentro do grupo de entrevistadas, identifica a participação na Liga de Fomento de sua região, espaço destinado à assistência de uma comunidade local, como o responsável pelo seu reconhecimento frente à população e vitória na eleição.

Quanto mais afastado de Montevideú, mais as trajetórias se distanciam dos enquadramentos tradicionais e são identificados conflitos e disputas entre agrupações de uma mesma filiação política, isto é, entre a incumbente e seu partido. Nesse sentido, temos o caso da frenteamplista Mary Urse (Rocha - Chuy), com passagem pelo tradicional Partido Nacional, mas que encontrou em uma agrupação local da Frente Ampla espaço para ingressar na política partidária da fronteira. Apesar de se manter na coalizão de esquerdas, alguns episódios conflituosos com o Conselho Municipal e sua característica personalista marcaram seus dois mandatos, de modo que esteve suscetível a críticas dentro do próprio partido. No lado oposto, porém, tendo vivido um conflito intrapartidário com a corrente hegemônica de seu Departamento, está Luz Echande. Essa última, na busca de espaço no campo, fundou sua própria agrupação política dentro do Partido Nacional.

Dessa forma, identificou-se, a partir da composição das 12 trajetórias de vida política das *Alcaldesas* entrevistadas, uma presença plural de mulheres. A partir das narrativas e dos diversos dados secundários obtidos, sobre a dimensão pública revelam-se histórias com diversos perfis profissionais e políticos, algumas com longas trajetórias que remetem a política à juventude, enquanto outras vão realizar seu encontro com o campo da política em sua maturidade. Não obstante todas as particularidades levantadas, ainda é possível identificar uma divisão entre trajetórias de mulheres pertencentes ao espectro político da esquerda e da direita, fruto do sistema partidário uruguaio, questão que já havia sido evidenciada em estudos

anteriores e continua a se manter com o aumento de casos estudados (LANDA, 2015; SCHULZ; LANDA, 2019).

5 Trajetórias de vida política no cenário da capital (Montevidéu)

O texto a seguir foi construído com o objetivo de dar prosseguimento a apresentação das biografias das *Alcaldesas* uruguaias. Dessa forma, grande parte da escrita deste capítulo foi dedicada exclusivamente à análise das narrativas e memórias das uruguaias eleitas no cenário da capital Montevidéu. Conforme já foi salientado, a opção levou em consideração a densidade das narrativas e a grandeza de informações colhidas ao longo de 10 anos, os quais incluem dois campos. Por diversas razões, dentre as quais destacam-se a acessibilidade e o fácil deslocamento, Montevidéu apresentou-se como o Departamento com o maior número de informações obtidas, tanto em relação aos dados sobre as *Alcaldesas* e estudos sobre os municípios, quanto pela possibilidade de realização das entrevistas.

Para desenvolver a proposta de trajetórias das montevideanas, apliquei a mesma metodologia e fontes usadas com as *Alcaldesas* do interior do país. A lógica também permanece a mesma, mantiveram-se também os enquadramentos através da dimensão espacial e a congruência entre a esfera pública e a vida privada. Apesar de todo o conjunto de entrevistas ter sido importante na reflexão e na composição das biografias, optei por privilegiar trechos das entrevistas do campo mais recente para preencher o capítulo e compor as trajetórias de vida política. Dessa forma, com exceção dos fragmentos da entrevista de Cristina Oliveira (Município B), colhidos em 2014, o material aqui utilizado foi proveniente das entrevistas realizadas em fevereiro de 2020.

O texto que segue esta introdução foi particionado em quatro seções. Em um primeiro momento são introduzidos os dados sobre os municípios, destacando suas particularidades e o contraste com o interior do país. A segunda parte remete-se às apresentações das trajetórias de vida política das mulheres montevideanas. No terceiro momento, foco a análise apenas neste pequeno grupo de seis entrevistadas. A partir da exposição e organização do material, percebi muitas aproximações entre elas: são mulheres militantes do mesmo partido, a Frente Ampla, possuem longo período de exercício da política, engajamento social, na organização sindical, na prática partidária e, também, no trato público e ocupação de cargos institucionais. Na

sequência, a quarta parte exibe uma reflexão sobre o que foi elaborado nesses dois capítulos, conforme a análise da composição geral, considerando a produção das biografias em grupo (PINTO, 2017).

Através de um diálogo entre as duas últimas partes, apresento alguns caminhos teóricos feministas para pensar as trajetórias das 17 *Alcaldesas*, enfatizando as relações entre esfera pública e esfera privada. Assim como no caso das 12 doze entrevistadas, aqui também compreendo que a carreira política dessas mulheres extravasa a esfera pública, adentrando todas as esferas de suas vidas, de modo que não se pode pensar na construção delas como *Alcaldesas* sem ter em mente a política como uma parte constitutiva do todo, relacionando-se com a esfera pessoal e profissional.

5.1 O cenário da capital: Montevideu e seus oito municípios

A partir da análise dos relatórios desenvolvidos pela *Dirección de Descentralización e Inversión Pública* em conjunto com o *Observatorio Territorio Uruguay*, dos diálogos com a produção acadêmica que mobiliza o tema de implementação dos municípios, bem como a literatura sobre a presença de mulheres na esfera política-eleitoral no Departamento, compreendo que há três considerações para se pensar os municípios de Montevideu e a possibilidade de mulheres ascenderem ao cargo de *Alcalde*: (a) a grandiosidade populacional – que faz destes os municípios que mais recebem recursos e possuem funcionários; (b) a heterogeneidade da população – o que deságua na ausência de laços entre os cidadãos; e (c) a abertura dos montevidéanos em eleger representantes mulheres.

Em primeiro lugar, cabe destacar que os quatro municípios estudados são muito diferentes em relação aos estudados no interior do país. De acordo com o Relatório 6 desenvolvido pelo OTU em termos de recursos e oportunidades, na amostra desta pesquisa estão três dos mais desenvolvidos municípios do país (OTU, 2016). Assim, em conjunto com o município CH, os municípios B, C e E (situados no sul da costa uruguaia onde residem as populações de maior nível socioeconômico) possuem os melhores indicadores em relação a todos os aspectos elevados, destacando os menores índices em relação aos percentuais de necessidades básicas

insatisfeitas (NBI), o maior índice de escolaridade e a maior taxa de envelhecimento. O estudo também observou que esse grupo apresentou os melhores indicadores para o mercado de trabalho. Além disso, os municípios A, C, CH e E se diferenciam claramente de todos os demais pela concentração populacional, conforme a publicação:

En términos territoriales ocupan una pequeña superficie geográfica del país y están densamente poblados: viven más de diez mil personas por kilómetro cuadrado, cuando el resto de los grupos presentan densidades inferiores a los dos mil habitantes. Cabe apreciar además que en estos municipios vive la mayor cantidad de habitantes de las regiones municipalizadas del país (609.452 personas). (OTU, 2017, p.18)

É verdade que internamente cada município do primeiro grupo tem seus desafios e características próprias. O Município B possui uma população permanente de cerca de 147.577 habitantes (CENSO, 2011), dada a sua centralidade – correspondente às zonas 1 e 2, centro histórico de Montevideu –, trata-se da área com maior concentração de recursos, o que determina uma população flutuante. Entretanto, de acordo com as informações contidas no site da Intendência, estima-se que o número total de habitantes quadruplique em determinadas horas do dia – dado o número de pessoas que procuram as regiões desse espaço buscando atender a diferentes demandas: trabalho (formal e informal), comércio, educação, cultura, turismo, lazer, transações bancárias, administrativas e políticas etc. Internamente, também abarca um número significativo de pessoas que, devido à vulnerabilidade socioeconômica, residem em condições precárias e necessitam da atenção das políticas sociais.

Já o município C tem uma população estimada em 148.952 habitantes (CENSO, 2011), operando nos limites da Zona 3, 15 e 16. O coração da capital, sustentado pela baía de Montevideu, também é a parte mais antiga, isto é, o local onde surgiu a cidade e a Banda Oriental.

Por fim, o Município E é composto por 153.395 habitantes (CENSO, 2011), compreendendo as zonas 6, 7 e 8⁵⁵. Apresenta grande diversidade do ponto de vista

⁵⁵ De acordo com o site da Intendência, a região possui uma localização privilegiada em termos de mobilidade à zona metropolitana, é um âmbito de circulação veicular muito importante, representando a conexão de Montevideu com a Costa de Oro, Paso Carrasco e o leste do país. Disponível em: <<https://municipioe.montevideo.gub.uy/node/154>> Acesso em: 31 maio 2022.

urbanístico, paisagístico e social. No extremo sul e sudeste do Município, predomina a estrutura do bairro jardim. Possui áreas de valor patrimonial e histórico, com amplas extensões de espaços verdes que convivem com a atratividade da faixa costeira. A diversidade socioeconômica abrange e inclui todo o espectro social, bem como o acesso diferenciado da população a bens e serviços, desde as classes altas e médias até situações de extrema vulnerabilidade social. Com necessidades diversas, um dos desafios do Município é definir propostas comuns de desenvolvimento para cada uma das zonas e suas prioridades.

Em nossa amostra, o Município D é o maior em termos populacionais, estima-se que 181.227 de pessoas vivem nesse território (CENSO, 2011). Apesar de se assemelhar ao primeiro conjunto devido a densidade populacional e urbanização, esse se aproxima mais dos outros três municípios da capital: G, A e F. A semelhança do segundo grupo explica-se por possuírem indicadores de desenvolvimento mais baixos que os do primeiro conjunto. De acordo com a publicação do governo local D na página municipal, nos últimos anos, as zonas 10 e 11 – que compõem essa área departamental – têm recebido grandes contingentes de população expulsa dos espaços nobres da cidade, dando corpo ao fenômeno dos assentamentos irregulares, ocupando áreas não habilitadas para uso residencial, sem acesso a serviços básicos. A população residente em algumas áreas residenciais consolidadas têm sofrido um processo de empobrecimento e o crescimento populacional não tem sido acompanhado de uma melhoria dos serviços sociais, que são insuficientes e ineficazes (educação, transporte etc.)⁵⁶.

A Tabela 7, a seguir, apresenta os dados detalhados sobre o estudo classificatório promovido pelo *Observatorio Territorio Uruguay*.

⁵⁶ De acordo com o site da Intendência, o município é caracterizado como território heterogêneo, com diferentes formas de uso do solo, como atividades rurais e comerciais (áreas de fazendas, viticultura, floricultura e pecuária) e áreas residenciais. Os terrenos rurais constituem a maior parte do território. Para maiores detalhes consulte a página oficial do Município: <<https://municipiod.montevideo.gub.uy/node/154>>. Acesso em: 15 maio 2022.

Tabela 7 - Indicadores populacionais, educativos, NBI e mercado de trabalho, segundo agrupamento de municípios.

Grupo	Superfície (km²)	População	Densidade	Distância da capital (km²)	População Rural (%)	Índice de envelhecimento (%)	Necessidades básicas insatisfeitas (NBI)	Anos de educação	Taxa de emprego
1	15	151.174	10.469	-	-	174	15	12	62
2	115	175.045	1.715	-	2	69	35	8	58
3	136	14.788	127	30	5	74	31	8	58
4	128	10.626	84	51	7	102	24	9	62
5	2.388	1.475	1	180	25	72	38	7	55
6	1.857	1.753	1	123	42	58	67	6	46
7	518	470	1	36	49	43	67	6	57
8	1.670	9.651	4	53	6	73	33	8	53
9	363	3.959	18	31	41	117	35	7	57
10	126	6.509	32	36	4	76	35	7	56
11	754	3.671	6	75	7	65	42	7	53

Fonte: Observatorio Territorio Uruguay (2016).

Justamente por agruparem tantos bairros com laços sociais e histórias diferentes, os municípios da capital não foram denominados com remetentes específicos ou fazem alusão a um povoado ou figura histórica uruguaia. Quando o processo foi implementado em Montevideu, a cidade foi 100% municipalizada, e, assim, dividida⁵⁷ em oito municípios nomeados pelas primeiras letras do alfabeto A, B, C, CH, D, E, F e G. Esse processo ocorreu considerando um equilíbrio entre três critérios: a população dos bairros, a superfície do território e a preservação da identidade de cada bairro.

⁵⁷ A: Bairros do Cerro - La Teja - Paso de la Arena - Belvedere - Casabó - Nuevo París - Pajas Blancas; B: Bairros da Ciudad Vieja - Centro - Cordón - Barrio Sur - Palermo - Parque Rodó; C: Bairros do Aguada - Villa Muñoz - Prado - Capurro - Atahualpa - Figurita; CH: Bairros do Parque Batlle - La Blanqueada - Pocitos - Villa Biarritz; D: Bairros do Cerrito - Piedras Blancas - Villa Española- Manga - Marconi - Boizo Lanza; E: Punta Gorda - Carrasco Norte - Buceo - Malvín - Unión; F: Bairros do Maroñas - Ituzaingó -Villa García - Jardines del Hipódromo; G: Bairros do Colón - Peñarol -Sayago - Melilla- Pueblo Ferrocarril.

Dessa forma, apesar da busca pela proporcionalidade na repartição do território, a ação deságua na segunda consideração sobre a municipalização na capital: a ausência de uma identidade, do sentimento de pertencimento territorial e, por consequência, do fortalecimento do vínculo entre representantes e representados. Assim, concordo com Freigedo e Milanesi (2017) quando eles identificam como uma das barreiras da divisão estabelecida em Montevideu tem sido a pouca ou nenhuma identidade social ou econômica que os cidadãos possuem com a configuração municipal. São pessoas que habitavam um mesmo território e a partir de uma determinação legal nacional passaram a coabitar num mesmo município, isto é, não existiram vínculos prévios entre a população de maneira a formar uma coesão social. Em termos de representatividade e legitimidade, esse problema acrescenta um desafio para o governo das *Alcaldesas*.

Por fim, a última questão que destaco sobre esses municípios é a própria presença de mulheres nos postos de governo do terceiro escalão, isto é, Montevideu é um departamento que desde a primeira eleição municipal continua registrando a presença de mulheres à frente dos governos locais. Dessa forma, sugiro que os cidadãos de Montevideu não possuem resistências em eleger listas encabeçadas por mulheres. A Tabela 8 traz os dados sobre a situação ao longo da realização dos pleitos.

Tabela 8 - *Alcaldesas* titulares ao longo das três eleições municipais.

Eleição	2010	2015	2020
Titulares mulheres	3 (37,5%)	1 ⁵⁸ (12,5%)	3 (37,5%)
Cargos disponíveis	8	8	8

Fonte: Corte Electoral Uruguay.

Ainda que tenham diminuído na eleição de 2015, esses números voltaram a se fixar em três eleitas no pleito mais recente, de maneira que o cenário tornou a se mostrar favorável à presença de mulheres. Embora o quadro sustente essa impressão, é imprescindível mencionar que, por ser a capital, as candidatas enfrentam

⁵⁸ Nessa tabela foram consideradas apenas as mulheres que assumiram um mandato logo de início do governo, portanto, não foi considerada a atuação de Susana Rodrigues à frente do município C (2018-2020).

uma disputa mais concorrida, devido a visibilidade e recursos disponíveis aos cargos. Para avançar a análise percentual, foi necessário conhecer substancialmente sobre as candidaturas e a história precedente à eleição das *Alcaldesas*.

5.2 As *Alcaldesas* de Montevideu

Dessa forma, passo agora para a composição das biografias em ordem alfabética. De antemão, cabe destacar a singularidade das trajetórias do Departamento: todas as entrevistadas de Montevideu eram filiadas à Frente Ampla. Em 2014, tive acesso às três *Alcaldesas* titulares (2010-2015) daquela primeira oportunidade eleitoral. Além delas, também inclui no rol de investigação a entrevista realizada com a primeira suplente do *Alcalde* do município B. Em 2020, entrevistei novamente o trio de titulares do primeiro mandato, porém, apenas uma delas havia conquistado a reeleição, além da realização da segunda rodada, conheci outra *Alcaldesa* eleita como suplente, mas que havia assumido o segundo mandato no meio do caminho. Dessa forma, foram cinco: Cristina Oliveira (Município B); Susana Rodriguez Calvo (Município C); Miriam Rodriguez (Município C); Sandra Nedov (Município D); e Susana Camarán (Município E).

5.2.1 Cristina Oliveira (FA)

Para introduzir o compartilhamento desse bloco de trajetórias, destaca-se a história da 1ª *Concejala* do Município B, Cristina Oliveira. Encontrei-a durante a realização do primeiro trabalho de campo, embora ocupasse uma posição no Conselho, em diversos momentos do primeiro período, assumiu o mandato em caráter interino. No início de 2015, diante da renúncia do titular do cargo, que estava em busca de sua reeleição, foi proclamada *Alcaldesa* em exercício, atuando durante os últimos seis meses de governo (entre fevereiro e julho).

Prestes a completar 61 anos⁵⁹, Cristina possuía memórias da atividade política desde muito jovem: “*Yo empecé en la militancia en la lucha por la rebaja del boleto*

⁵⁹ Cristina Oliveira nasceu em 28 de agosto de 1953.

estudiantil, en el año 68, yo tenía doce años, estaba engrasando en primer año del Liceo [...] y después de ahí nunca más dejé de militar". A prática da militância foi algo presente em sua infância, o pai de Cristina, inclusive, havia sido preso político durante a ditadura uruguaia e, dessa forma, sua família necessitou de exílio fora do país. Para contar sobre sua trajetória, Cristina relembrou esse fato no início de nosso diálogo:

En el período de la dictadura yo no me quedé acá, en Montevideo. Yo tenía a mi padre que estaba preso en la época de la dictadura, diez años estuvo preso. Mesmo así, nosotros siempre mantuvimos la militancia en la clandestinidad, hasta que volvió la democracia y bueno se volvió una militancia más pública. (Cristina Oliveira – FA).

Militante política, social e sindical, Cristina comentou que já havia participado de diversos trabalhos comunitários e de trabalhos interdisciplinares. Ainda fora do Uruguai, junto a sua família, em 1989 se estabeleceu na Nicarágua, coordenando vários projetos comunitários⁶⁰. Ao retornar a Montevideú, registrou residência no bairro Aguada, sendo cofundadora da Comissão do Bairro. Sua ação na política local permanece desde então. Entre os anos de 2000 e 2005, período anterior à instalação dos Municípios, foi Secretária de uma Junta Local. E entre 2005 e 2010 esteve envolvida nos debates sobre a descentralização, assumindo um cargo institucional na Intendência de Montevideú. Até que em 2010 assumiu o posto de primeira *Concejala* na primeira eleição municipal. Cristina Oliveira compreende que sua candidatura foi uma proposição de seu Partido: *"Fue decisión de mi organización política, o sea, el Frente Amplio una vez que empezó el proceso, discutió y propuso los nombres de los compañeros que iban a integrar la lista y asumí [...]"*.

Em seu relato, a uruguaia também mencionou sua jornada extensa de trabalho pelo município. Muito receptiva à entrevista, o assunto se prolongou, adentramos ao espaço do privado, comentou sobre sua vida pessoal e perguntei-lhe como conciliar tantas tarefas e funções públicas com o restante de vida, eis que recebo uma resposta honesta de alguém muito decidida:

⁶⁰ De acordo com a página do Município B, em que consta seu perfil político, durante os anos em que esteve na Nicarágua vinculou-se a projetos produtivos e socioeducativos. A partir dessa função, promoveu a alfabetização de adultos, a melhoria da habitação e do seu habitat, envolvendo os vizinhos da comunidade. Para ver mais detalhes, consulte a página de Cristina no site: <<https://municipiob.montevideo.gub.uy/tu-gobierno/autoridades/cristina-olivera>>. Acesso em: 15 maio 2022.

Bueno, lo primero es que la relación de pareja hace posible que uno ocupe determinados espacios, nosotros tenemos una relación de iguales dentro del hogar donde las tareas se comparten, si bien la mujer es importante dentro del hogar, en mi caso no es necesario que yo esté todo el tiempo porque las tareas se dividen entre todos. Mi jornada es muy extensa, hay días que me levanto a las 4 de la mañana y terminé a las 12 de la noche, porque estoy en un proyecto de construcción de vivienda de ayuda mutua, los martes me toca con este frío porque a las 7 de la mañana comienza a trabajar la obra, entonces yo tengo que estar a las 6:30 am en la obra. (Cristina Oliveira – FA).

Toda essa energia se converteu em dedicação ao município, trabalho que vem desempenhando até 2020⁶¹. Em 2015 novamente foi reeleita *Concejala* Titular para o segundo período municipal. Para esse terceiro ciclo, o seu vínculo com o município mantinha-se ativo, porém, tendo sido eleita *Concejala* suplente.

5.2.2 Míriam Rodríguez (FA)

A segunda história apresentada aqui é da primeira *Alcaldesa* do Município C, Míriam Rodríguez⁶². Tivemos dois encontros em duas situações diferentes, na primeira oportunidade enquanto ela estava no cargo de *Alcaldesa* (2014) e a segunda ocasião enquanto Conselheira Municipal⁶³. Com 63 anos na realização da última entrevista, Rodríguez descreveu em detalhes sua trajetória na política, mencionando lembranças sobre movimento estudantil, militância partidária e atuações profissionais em órgãos de gestão pública.

A uruguaia explica que a política se faz presente em sua vida desde a infância, constituindo-se como uma herança familiar:

⁶¹ Durante a sua passagem pela gestão municipal como *Alcaldesa*, foi integrante da Mesa Plenária dos Municípios, representando a Bancada da Frente Ampla, colaborou com a Direção Política de Transição de Municípios e com as Redes Municipais de Saúde e de Equidade e Gênero. Em especial, representou o Município no Conselho Interinstitucional de Políticas Sociais da Região Centro, desenvolvendo uma atuação em conjunta com o MIDES (2010-2015 e 2015-2019), contribuindo ativamente nas comissões de educação, habitação e saúde mental, bem como no Grupo Interinstitucional de Fazendas Abandonadas e Ocupadas.

⁶² Miriam Rodriguez nasceu em 24 de dezembro de 1955. Para um detalhamento do perfil político da *Alcaldesa*, consulte o arquivo do site do Município C: <<https://web.archive.org/web/20120727054745/http://municipioc.montevideo.gub.uy/tu-gobierno/autoridades/miriam-rodriguez>>. Acesso em: 15 maio 2022.

⁶³ Informações disponíveis em: <<https://municipioc.montevideo.gub.uy/comunicacion/noticias/gobierno-municipal>>; <<https://municipioc.montevideo.gub.uy/tu-gobierno/comisiones-municipales>>; e <<https://municipioc.montevideo.gub.uy/comunicacion/noticias/nuevo-concejo-municipal>>. Acesso em: 15 maio 2022.

Yo vengo de un hogar donde mi padre era militante político. Yo creo que también puede de ahí venir cómo un contenido de conocimiento por la cosa que te van trasladando y por más chico que seas sabías en que vereda tenía que parar. (Míriam Rodríguez – FA).

Dessa maneira, explica que desde a juventude costumava frequentar espaços políticos. O primeiro contato viria através dos movimentos de secundaristas:

Cuando entré en el secundario estaba el tema de la lucha del boleto gratuito para los estudiantes, 1968. Yo ahí empecé mi actividad militante y me acuerdo de que formamos una, en 69 cuando matan a Che Guevara; en secundaria teníamos una agrupación que se llamaba 8 de octubre en el liceo. Teníamos una forma que era independiente, éramos todos estudiantes en este agrupamiento 8 de octubre y después cada uno fue tomando distintos rumbos, fueron al Partido Comunista, Partido Socialista, quiero decir a estructuras más formales. (Míriam Rodríguez – FA).

A militância estudantil encaminhou-a para a mobilização partidária. Míriam relembra o contexto que a fez se aproximar do MPP, tendência política em que milita desde a fundação da Frente Ampla em 1971.

En aquel momento era cuando estaba el MPP en pleno movilización y actividad y a nivel estudiantil se había formado una Frente de Estudiantes Revolucionario 68, ahí me incorporé a este frente. Éramos todos legales, el MPP no era clandestino y ni la Actividad Social. Después, en 1973, viene el golpe de Estado. Nosotros seguimos cómo funcionando clandestinamente [...] Siempre participé de ámbitos que tienen una tendencia por la dirección nacional y el socialismo, pero no dentro de la organización del Movimiento por la Liberación Nacional y lo mismo hoy. Yo integro el MPP y somos independientes. Desde mis 13 años hasta ahora siempre me manejé dentro de esa tendencia política. (Míriam Rodríguez – FA).

Com o ingresso no mercado de trabalho, a ex-Alcaldesa viria a estreitar os laços com a militância sindical:

Cuando empecé a trabajar, milité a nivel sindical y milité en dos sindicatos: en el sindicato de los trabajadores de la enseñanza privada que se llama SINTEP, que lo fundamos en aquel momento con algunos compañeros y después milité en el sindicato de la industria gráfica porque durante dos años trabajé en un taller gráfico. A los 40 años con el apoyo de una amiga que hicimos toda la carrera juntas, trabajamos juntas, decimos que educar a los 40 años se pierde la paciencia. [...] Ella se apuntó cómo profesora de Geografía y yo cambié la ruta y me apunté en un taller de diseño gráfico. Entonces, después trabajé dos años y a los 41 estaba en taller gráfico y ahí me sumé a el sindicato. (Míriam Rodríguez – FA).

Ao longo da sua trajetória de vida política, ela se especializou nas áreas de recursos humanos, administração e contabilidade. A mudança profissional coincidiu com a entrada na arena institucional, quando também teve o primeiro contato com a descentralização, ao participar do processo de criação das CCZs⁶⁴.

[...] Ahí me integro al proceso de descentralización de Montevideo que define que había 18 juntas locales e yo ya era concejal vecinal. Militando en los sindicatos en el año 93 me presento al concejo vecinal de esta zona de este barrio, por un club deportivo que hay acá y nos presentamos con otro compañero y salimos concejales vecinales y nos incorporamos al Consejo Vecinal. Entonces yo militaba en el sindicato de los gráficos, trabajaba en el taller y era concejal. Ese fue el primer contacto con la descentralización en vivo, en ser actor de la participación. (Míriam Rodríguez – FA).

Em 2005, foi nomeada diretora do Departamento de Recursos Humanos e Materiais, permanecendo no cargo até 2007, quando ascendeu ao cargo de diretora geral do Departamento de Descentralização da Intendência Municipal de Montevideo (IMM): *“Ahí me relacionaba con las 18 Juntas Locales y trabajamos en el proceso que iba a desembocar en la creación de los municipios”*. Com a consolidação das municipalidades, *“las tres coordinadoras que integran este territorio por Frente Amplio me proponen para salir cómo alcaldesa del municipio. En 2010 me presenté para la lista única”*. A vitória de 2010 não viria a se repetir em 2015, de modo que a uruguaia não obteve a reeleição e, desde então, está afastada de atividades institucionais.

Quando conversamos sobre as responsabilidades na esfera pública e esfera privada, perguntei-lhe se conciliava suas funções entre casa e trabalho, eis que Miriam responde com sinceridade, que havia uma outra mulher que lhe ajudava no cuidado de seus filhos e nas tarefas domésticas, entretanto, as reclamações entre sua prole eram uma constante:

Yo tengo hijos que tienen 37, 35 y 31 años y hasta el día de hoy me reclaman ausencias, o sea porque es real cuando trabajas 12 horas por día hay muchos momentos en que tú no estás. Hay que cubrir con otra mujer que colabora o que te ayuda y en este caso era mi padre o mi madre o una señora que me ayuda y hoy es mi amiga, estuvo casi 15 años en mi casa, pero es eso siempre vas a precisar de una mano solidaria que te acompañe en este

⁶⁴ Foi ex-secretária da Junta Local do CCZ 3 e participou da agrupação do Governo Local da Zona 3, sendo designada pelo Concejo Vecinal de esta zona para integrar o *Grupo de Planificación* no marco do *Plan Estratégico de Desarrollo Zonal* (Plaidez).

tiempo para que vos tenga total tranquilidad. Creo que eso es fundamental.
(Míriam Rodríguez – FA).

Apesar da grande dedicação aos cargos públicos, com o passar dos anos a relação com seus filhos foi se fortalecendo e hoje Míriam Rodríguez descreve com satisfação a relação com seus filhos: *“Fue pasando el proceso del tiempo para que hoy yo tenga la alegría de escuchar de mis hijos ‘vos nos transmitiste valores’, valores éticos, morales y estas cosas te llenan el alma”*. Míriam enfatizou que mesmo com o horário de casa reduzido, buscou dedicar seu tempo para estar na presença de seus filhos, mesmo que isso custasse algumas horas de descanso.

Yo trataba de estar en las cosas más importantes y tratar de cosas, por ejemplo, nosotros no teníamos tiempo para almorzar, nuestra comida de familia era la cena y tratábamos de hacerla cómo el tiempo de disfrutar y estar juntos. Eso intenté mantener casi regularmente. Nos sentamos a cenar a las 22:00 no importa si vamos hasta la 01:00 de la mañana porque este es el tiempo. (Míriam Rodríguez – FA).

Anteriormente à entrada no campo político institucional, a uruguaia relatou que passou por um processo de separação com seu companheiro, tornando-se a principal responsável pelo cuidado de seus filhos. Esse processo, porém, uniu muito sua família e não a impediu de ingressar na vida pública. Conforme Rodríguez:

Yo me separé poco antes de empezar a tener cargos públicos, antes yo trabajaba en lo privado y me separé dos años antes, o sea, cuando arranqué con el tema de los cargos públicos ya estaba sola con los hijos y nos unió mucho. En el público yo siempre me sentí bien, yo tengo y no creo que sea un defecto, a mí me gusta trabajar en equipo y por eso me enoja cuando desprecian al funcionario público. (Míriam Rodríguez – FA).

Com o término do primeiro quinquênio, no início de 2015, Míriam Rodríguez renunciou ao mandato municipal para concorrer novamente ao posto de *Alcaldesa*, porém, não obteve a reeleição. Apesar disso, seguiu colaborando com a gestão municipal como *Concejala*. Com as aposentadorias profissionais, Míriam Rodríguez definiu-se exercendo duas ocupações no início de 2020, uma de cunho de cuidado familiar e a função pública: *“cuido a mis nietos y estoy concejala municipal en este quinquenio [...]”*. Para o próximo quinquênio, a ex-*Alcaldesa* não planejava ocupar cargos institucionais, voltaria a retomar a militância de base, a nível barreal.

Yo soy las de que pienso que la gente entra en un comité de base después que se enamoró del proyecto del Frente Amplio, pero para poder conocer el militante tiene que ver la gente, se tiene que insertar en el barrio, en un sindicato, en una organización cuales quieran que después la gente diga “esto está bueno, voy a conocer un poco más” y en ir conociendo un poco más se va involucrando con Frente Amplio, pero nosotros los militantes tenemos el deber de trabajar a fuera de la estructura política e insertamos a nivel social. [...] decidí que Frente Amplio necesita de mi trabajo de barrio. Voy a seguir militando, pero no voy a trabajar en el institucional. (Míriam Rodríguez – FA).

Na pesquisa mais recente realizada em 2021, não foram encontradas informações sobre novas ocupações políticas-institucionais.

5.2.3 Sandra Nedov (FA)

A próxima história apresentada é de Sandra Nedov, a única *Alcaldesa* que permaneceu com o seu mandato na segunda eleição municipal, permanecendo por 10 anos à frente do governo no Município D. Frenteamplista, é um importante quadro no seu partido e destacou-se devido ao seu engajamento no *Movimiento Cooperativo de Vivienda por Ayuda Mutua*.

A uruguaia descreve-se como uma pessoa que vive imersa em ambientes políticos, porém, explicou que a prática não é resultado da tradição familiar. Ao expor suas memórias, explicou que discutir política tratava-se de uma prática não recorrente na casa de seus pais.

Mis padres no participaban de la política y es más cuando estábamos en la dictadura siempre nos decía que no hablásemos de política porque mi papá tenía apellido ruso. Entonces acá la dictadura era esa cosa contra los comunistas que van a llevar los niños, por eso tenía miedo de que nos pasara algo y decía “usted no hable de sindicato, usted no hable de política. (Sandra Nedov – FA).

A introdução de Nedov em espaços de discussão política surgiu alinhavada com a militância sindical, na busca por melhores condições de trabalho na indústria química e metalúrgica⁶⁵. A militância partidária também se iniciou em plena

⁶⁵ Entre os anos de 1985 e 1987 foi delegada sindical do Comité de base da empresa de plástico *Carlos Carella e Hijos*. Em 1987, atuou como delegada no Congresso da *Unión Nacional de Trabajadores del Metal y Ramas Afines (UNTMRA)*. Posteriormente, entre os anos de 1988 e 1996, desenvolveu a atividade sindical no *Comité de base Colgate Palmolive Perfumería (STIQ)*. E durante o ano de 1989 foi delegada sindical nos *Consejos de Salário* da empresa.

redemocratização com a adesão ao Movimento de Liberação Nacional - Tupamaros (MLN-T) e a militância no *Comité "Caceroleo" da Coordinadora H* da Frente Ampla. Ao longo dos anos, seu ativismo voltou-se para os movimentos urbanos, atuando na coabitação solidária em que reside.

En realidad, nosotros tuvimos una dictadura y cuando salimos de la dictadura yo empecé a militar sindicalmente, pero asociada a un partido político. Cuando yo iba al liceo, estábamos en dictadura y cuando volvimos a la democracia yo empecé a militar sindicalmente por mi trabajo por las reivindicaciones laborales y también me vinculé políticamente. Entonces hacía así las dos militancias: la social y la política. (Sandra Nedov – FA).

Desde que se estabeleceu na *Cooperativa de Vivienda por Ayuda Mutua*, passou a perceber a política por novos ângulos, estreitando sua prática sindical com a questão social, na luta pela moradia: *“Después que terminé las construcciones de las viviendas y me mudé para donde vivo ahora, me integre más a una militancia social, me interesa el tema de la vivienda, que la vivienda sea digna [...]”*. Para a política, a cooperativa é um exemplo de integração política entre a comunidade e o cidadão: *“Yo creo que es un ejemplo de convivencia, no vivir solo para dentro de mi casa, mis intereses, sino para la comunidad”*. A pauta é tão sensível à sua vida profissional e pessoal que acabou redirecionando toda ação política da entrevistada⁶⁶. Conforme explicou:

La cooperativa de hecho es una militancia permanente porque la cooperativa de ayuda mutua tiene como condición que uno tiene siempre que integrar las comisiones. Yo fue del consejo directivo de la cooperativa, eso nunca se pierde. A mi me encanta vivir en cooperativa, yo me siento orgullosa de cómo el complejo habitacional donde yo vivo, no es un complejo habitacional donde cada uno vive en su casa, sino que nosotros somos una comunidad, somos más que vecinos. La convivencia es diferente. La cooperativa tiene reglamento sobre convivencia en todos los espacios, entonces no se pasan problemas. Yo tengo una visión más general y valoro mucho lo que tenemos, conozco las problemáticas de otros vecinos y sé lo que pasa. (Sandra Nedov – FA).

A partir do final dos anos 1980, Nedov inicia sua trajetória pública dedicada às funções institucionais, envolvendo-se com a política local e a descentralização dos serviços de bairros. Com isso, ocupou uma sequência de cargos de gestão: em 1989,

⁶⁶ Representante de Cerrito, Nedov foi Vice-Presidente da Liga Esportiva do Norte e foi membro da área na Federação Uruguaia de Cooperativas de Vivendas por Ajuda Mútua (FUCVAM). Sócia fundadora, foi vice-presidenta e presidenta por duas ocasiões na Cooperativa Covitrivic.

integrou o Conselho do *Centro Comunal Zonal 11*; em 2004, integrou a *Comisión de Tierras, Viviendas y Asentamientos*, exercendo um trabalho junto à Intendência; e entre 2005 e 2010 foi conduzida ao cargo de Secretária da Junta Local na Zona 11.

[...] Yo estaba trabajando en un programa que es cofinanciamiento y que se llama “Programa de Integración de Asentamientos Irregulares” y me propusieron para ser secretaria de Junta, que es el proceso que hubo en Montevideo de descentralización anterior a los municipios. Entonces en este momento yo renuncié a mi trabajo para ser secretaria de Junta y fue como una base. Montevideo estaba dividida en 18, ahora en 8. Conocer el territorio, no teníamos las mismas competencias, las Juntas Locales no tenían presupuesto, pero sí era el cargo de confianza del intendente del gobierno departamental. Cuando sale la ley en 2009 de los municipios, que en principio son 89 municipios y después pasaron a 112 en este periodo, me propusieron y salí electa. En este momento en Montevideo, los 8 municipios tuvieron candidatos únicos, con Ana Olivera que fue la primera mujer intendenta del gobierno departamental y podemos ser reelectos como los intendentes. Algunos nos postulamos y tuvimos que renunciar, unos tuvimos suerte de seguir y otros se quedaron por el camino. (Sandra Nedov – FA).

A política atravessa permanentemente a intimidade de Sandra Nedov, não apenas pela sua militância na Frente Ampla e em sua residência, na cooperativa, mas também pelo seu entrelace com a vida afetiva: *“Mi esposo es militante también. Nuestra vida es así”*. Seu companheiro, inclusive, concorreu nas eleições de 2020, entre os candidatos ao Conselho Municipal: *“Él está propuesto como alcalde cuando yo me vaya, hay otros nombres, pero él es uno de los nombres que están propuestos”*. Nesse âmbito, Nedov mencionou que seus planos de se dedicar a atividade política, em grande medida, são possíveis porque encontrou apoio familiar, sendo o envolvimento e o gosto pela política compartilhados em seu domicílio.

Yo creo que para las mujeres permanecieren en la política es fundamental el apoyo de la familia porque eso lleva muchas horas, mucho tiempo y si el otro no es militante no entiende el tiempo que eso lleva. Fines de semana, hasta tarde o super temprano, viajes de misión de servicio. Yo he viajado tantas veces, una vez para el encuentro de alcaldes en Perú, el próximo mes me voy a Barranquilla. Si tengo un esposo que ve problema en eso de viajar mucho sería como una carga además de trabajo. Yo creo que ese complemento de que la familia apoye es fundamental, o sea, es como una carga que no tenéis. A mi me gusta lo que hago. (Sandra Nedov – FA).

Por fim, ao comentarmos sobre possíveis planos para o futuro, o interesse em continuar a investir em uma carreira política, aos 55 anos⁶⁷, Sandra reafirmou que seu

⁶⁷ Sandra Nedov nasceu em 23 de julho de 1964.

compromisso com a política é maior do que a simples pretensão de galgar cargos políticos: *“Así que yo voy a seguir en la política, en un cargo o no. Soy militante y es algo que estoy convencida, eso es parte de mi vida, no puedo separar”*. Com o término do seu segundo mandato, Nedov continuou se dedicando às questões políticas e foi eleita para integrar a Junta Departamental de Montevideu para o período de 2020 a 2025. No atual mandato legislativo, durante o primeiro ano de atuação, a ex-*Alcaldesa* presidiu a bancada de Ediles da Frente Ampla⁶⁸.

5.2.4 Susana Camarán (FA)

A quarta trajetória desenvolvida pertence a Suzana Camarán (FA), *Alcaldesa* eleita pelo Município E na primeira eleição municipal (2010-2015). Educadora popular e pré-escolar, a exemplo das outras entrevistadas, também possui uma trajetória longa entre militância partidária e ativismo social, além da experiência administrativa em cargos diretivos e representativos. Seu interesse pela organização partidária vem desde a juventude, no início da década de 1980, período anterior à redemocratização, quando militou junto ao seu círculo de amizades: *“En aquel momento Frente Amplio era un partido proscrito y por mis vínculos de amistades y mi novio, empecé una militancia en el Partido Nacional en un grupo de jóvenes”*.

Influenciada por questões familiares, acabou identificando-se com a forma de pensar da esquerda. Sendo assim, quando a sigla voltou a figurar na legalidade, tornou-se uma admiradora e votante das listas do Movimiento de Participación Popular (MPP), setor da Frente Ampla: *“En realidad, yo por unas cuestiones de afinidades familiares tenía como cierto gusto, sentía que de alguna manera que correspondía mi forma de pensar la lógica de pensar del MPP”*. Com o restabelecimento da democracia e realização de eleições, naturalmente foi se percebendo uma simpatizante das coalizões de esquerdas, Frente Ampla: *“La primera que tuve derecho a voto fue por*

⁶⁸ Maiores detalhes sobre a função atual da ex-*Alcaldesa* podem ser consultadas em uma notícia do periódico El Observador: <https://www.elobservador.com.uy/nota/tras-disputa-por-presidencias-ediles-del-fa-distribuyeron-cargos-en-la-junta-2020111219034?utm_term=Autofeed&utm_medium=Social&utm_source=Facebook&fbclid=IwAR1HzdgNKdP5gIIAtY1dnoM_ED_ukmBFKh3QiFI3YcLaXuDTfBloOgYCJ0g#Echobox=1605219862>. Acesso em: 15 maio 2022.

el voto verde por lo cual milité muy cercano, no sé se tu tienes claro lo que fue el voto verde⁶⁹. Allí milité fuertemente y a partir de ahí era votante del MPP”.

Assim como Sandra Nedov e Cristina Oliveira, a educadora reside em uma cooperativa de vivências de ajuda mútua⁷⁰. Também ressaltou que essa circunstância acentuou o seu gosto pelo fazer político. Na Cooperativa, esteve engajada na reestruturação do Grêmio e participou do Centro de Formação.

Paralelamente yo venía por una cuestión de vivienda, estaba trabajando, me he involucrado otra vez en la construcción de mi casa y además había integrado el grupo de formación. El grupo de formación éramos varones y mujeres que estaban interesados en promover el movimiento cooperativo, nos formamos en el movimiento popular para esto y recorríamos el país a pedido de distintas cooperativas en cualquiera de sus etapas llevando adelante los pilares del cooperativismo, talleres y este tipo de cosas. Iba desarrollando esta tarea de formación básicamente recorriendo la zona sur del país en distintas cooperativas y a su vez era militante comunitaria en mi barrio. Yo empecé a militar en el comité de base como independiente. Ahí empecé la militancia y compañeros que teníamos en común, además de cooperativistas, me propusieron para integrar la dirección de Frente Amplio y fue votada para integrar la dirección. (Suzana Camarán – FA).

A militância política organizada desabrochou em sua vida através da solidariedade, com a crise política enfrentada pelo Uruguai no início dos anos 2000. A partir de 2006, seu vínculo com a Frente Ampla se fortaleceu e foi recrutada para participar da Direção Nacional da Frente Ampla. Além disso, se envolveu com a Direção Departamental de Montevideo e com a direção da sua setorial no partido, MPP⁷¹. Para Susana, essas experiências projetaram-na a disputar as eleições municipais em 2010:

Este año empezó la crisis, años 2000. Empecé a militar también en el MPP que hasta el momento yo no militaba, era sólo una votante y fue transcurriendo el tiempo. En 2006, nuevamente me votan para integrar la dirección nacional de Frente Amplio y estando allí en la mesa política empezamos todo el proceso de discusión sobre la descentralización, de los municipios, salir de Montevideo a una descentralización electiva y tenía varios compañeros que me decían que debería ser alcaldesa. Trabajando en esto, finalmente mi sector en 2010, aprobada la ley, se viene la primera elección

⁶⁹ A política se refere ao Referendo realizado em 1989 para rever a Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva e buscava rever os crimes contra os direitos humanos cometidos pelo Estado Uruguaio durante a ditadura militar no país. O "voto verde" clamava pela revogação da lei, porém, foi derrotado pelo "voto amarelo" (oposto à revogação) por uma margem de 57% a 43%.

⁷⁰ Filiada ao Sindicato Único Nacional de la Construcción y Anexos.

⁷¹ Nessa época, integrou o Comitê de Base Compañero Omar Falco e o Grupo de los 41 (2006 - 2010), a Plenária Nacional pela Coordinadora Q (2006 - 2010) e a Mesa Política por las Bases de Montevideo (2008-2009).

*de los municipios y me proponen candidatarme en la lista, yo integro la lista. En principio iba a integrar la lista en lugar de suplencia, después titular y fue electa alcaldesa*⁷². (Suzana Camarán – FA).

Durante o mandato no Município E, a *Alcaldesa* seguiu colaborando com o tema da descentralização, integrando a Plenária Municipal e coordenando a bancada da Frente Ampla no Congresso de Intendentes entre os anos de 2013 e 2015. No final dos primeiros cinco anos, renunciou ao posto com o objetivo de disputar a reeleição, porém, não saiu vencedora.

Em 2020, quando contactei pela segunda vez Suzana, a ex-*Alcaldesa*, então com 53 anos⁷³, desempenhava uma função de diretora departamental de Montevideo na Oficina territorial *Tres Ombúes* veiculada ao MIDES. Além disso, continuava colaborando intensamente com a direção departamental da Frente Ampla em Montevideu.

Así que en este momento tengo como un rollo institucional que es la dirección en Montevideo del Mides y tengo dos rollos políticos que uno es integrar la dirección departamental de Montevideo de Frente Amplio y otro es integrar la dirección de Montevideo del MPP. En los últimos tiempos integró el comando político para las elecciones departamentales que se avecinan, para integrar lista en algún lugar, esas cosas... Las posibilidades que hay están abiertas. (Suzana Camarán – FA).

5.2.5 Susana Rodríguez Calvo (FA)

Para completar as histórias, apresento a vida política de Susana Rodríguez Calvo⁷⁴, segunda *Alcaldesa* do Município C. Em princípio, como suplente, acabou assumindo em maio de 2018 a titularidade da gestão, ficando à frente do cargo por dois anos. Na entrevista, ela explicou as circunstâncias que a levaram a assumir os encargos municipais: a denúncia de violência doméstica praticada pelo *Alcalde* Titular,

⁷² Camarán assumiu a chefia do Conselho Municipal no lugar do titular, Tito Abella, que teve de renunciar ao saber que tinha antecedentes criminais por "crime de apropriação indébita".

⁷³ Susana Camarán nasceu em 27 de abril de 1966.

⁷⁴ Para um detalhamento do perfil político de Susana Calvo, consulte o site do Município C: <<https://web.archive.org/web/20201028120451/https://municipioc.montevideo.gub.uy/tu-gobierno/autoridades/horacio-perez-sotelo-0>>. Acesso em: 15 maio 2022.

Rodrigo Arcamone, seu colega de partido. Com a renúncia, devido às questões da engenharia eleitoral, coube à entrevistada assumir o posto:

Acá pasó algo muy feo, muy triste, esta persona llegó a ser Alcalde y yo integraba la lista siendo titular. La lista encabezaba Miriam. Cómo siempre hay una ingeniería política... Y el armado de estas listas la persona que estaba en esta lista también estaba en otra. Nunca pensaron que esta persona podría hacer lo que hizo y bueno, tuvo que renunciar y para tomar el cargo de alcalde suplente tiene que pasar más de 22 días y cómo ya renunció⁷⁵ en la línea horizontal me tocó a mí. Si fuera antes de 10 días, toca el que viene en la línea vertical. Es difícil, pero no es difícil, o sea, el suplente asume en casos de fallecimiento, equivocaciones cómo fue en este caso tremendo, pero qué pasa, yo no entré acá por un sector, entré porque estaba de suplente en una lista y yo tenía que desempeñar mi función. Yo tuve la responsabilidad de estar en un papelito para cumplir, la gente eligió eso y confió en mí y por eso llegué acá. (Susana Rodríguez Calvo – FA).

Ela relatou que seu pai e sua mãe também eram pessoas interessadas pelas mobilizações políticas e organização sindical, porém, não exatamente pela militância partidária.

Fíjate, yo tengo 71 años, tenía 26 o 27 cuando surgió el Frente y en ese momento tenía cómo mi padre una raíz socialista y mi madre era blanca, pero automáticamente ella pasó a votar en Frente, dejó de votar en los blancos. Mi mamá militaba porque mi papá era mecánico textil y había mucho paro, huelgas [...] Ella creó a nosotros sin la necesidad de que algún partido le diera algo. Si tú hablas con algunas personas dicen “mi familia era blanco e continuamos blancos”. Nosotros no. (Susana Rodríguez Calvo – FA).

Ao contrário de seus progenitores, a uruguaia identifica-se com o seu partido desde jovem: “Yo siempre fue de Frente, desde cuando apareció Frente. Salir del Frente Amplio es muy difícil, es una cuestión ideológica que tienes marcada sobre las políticas que son para ayudar a la gente”. Odontóloga aposentada, explica que foi apenas a partir daquele momento que pode se dedicar a exercer a política de maneira incisiva, ocupando cargos institucionais:

[...] Yo empecé a militar en la vida política en 1994. Mira, desde la escuela yo participaba de movimientos, pero nunca en la primera línea de actuación. En la universidad también. Después trabajé mucho en mi profesión, trabajé hasta los 56 años. Me jubilé y fue teniendo más actividades políticas, más vinculada

⁷⁵ Sobre a acusação, é possível consultar a notícia no portal de notícias “Sudestada”: <https://www.sudestada.com.uy/articleId__7b7e2677-2432-4c43-8dbc-c4771fabbbf4/10893/Detalle-de-Noticia>. Acesso em: 15 maio 2022.

y tenía más tiempo. Trabajé siempre en Frente Amplio en el sector que yo estaba relacionada que era Nuevo Espacio. (Susana Rodríguez Calvo – FA).

A partir de 2005, Susana iniciou sua passagem por cargos políticos eletivos, foi *Edila Departamental Suplente* durante o período de 2005 a 2007, integrando a *Comisión de Equidad y Género* e a *Comisión de Asentamiento*. No mesmo período, foi integrante do Congresso Nacional de Ediles (Comissão de Assuntos Internacionais). Em 2006, foi assessora no MIDES pelo Departamento de Montevideo. Entre 2007 e 2010, durante o governo da Frente Ampla na Capital, foi coordenadora Executiva da *Secretaria para el Adulto Mayor*.

Cuando empiezo a estar más vinculada, trabajando en las elecciones, hubo otra elección y a mí me dan la oportunidad de entrar en la intendencia en la parte de adultos mayores. Entonces, empiezo a trabajar socialmente generando políticas para los adultos mayores y me vinculo a todo eso. Cuando yo dije que ya no voy a seguir trabajando en la intendencia surgen los municipios. Fueron cinco años después, apareció los municipios. (Susana Rodríguez Calvo – FA).

Em 2018, uma nova experiência, a gestão municipal: “*Lo que pasó generó mucho problema. Mira que eso fue una cosa de 24 horas*”. Nessas condições, sem conhecer a rotina e a equipe administrativa, a *Alcaldesa* assumiu a função em andamento: “*Entonces, se creó una situación de incertidumbre porque había funcionarios de confianza, el grupo que él formó. Yo no tenía nadie de confianza y fue trabajando*”. Para Rodríguez, representar e administrar um município tão grande para os parâmetros do Uruguai constitui-se como um desafio:

Sí, me gusta, claro es muy lindo, pero qué pasa... El municipio no es sólo la gestión hacia la gente, hay una gestión hacia los funcionarios (250). Hay que coordinar eso y son muchos funcionarios con muchos problemas. Yo tengo un carácter que no soy indiferente a los problemas [...]. (Susana Rodríguez Calvo – FA).

A despeito da atribulação das atividades municipais, a política ressaltou o apoio que recebeu de sua família para seguir se dedicando a política e ao trabalho que o exercício da militância impõe:

[...] nosotros somos un grupo familiar, mi esposo me acompaña, mi hija e mi hijo y siempre generando y nos apoyando políticamente. Por otro lado veo personas, solamente una mujer luchando sin apoyo de la familia. Vivo esta

particularidad de tener apoyo familiar y me sustento en eso. (Susana Rodríguez Calvo – FA).

Nesse sentido, Rodríguez destacou a satisfação de compartilhar o gosto pela militância com a sua família: *“Mis hijos no siguieron mi profesión porque nunca les he forzado a eso, pero la militancia política fue algo natural en sus vidas [...]”*. Ao concluir o raciocínio, considera essa oportunidade como um dos grandes incentivos para a sua ação:

Entonces, cuando a mí me dan un lugar para trabajar, cómo te digo, tengo el apoyo de mi familia, fue a lugar me siguió mucha gente, fue mostrando que tenía una capacidad de gestión o de ejecutar algo, a todo eso llega la parte de edil y tengo ese problema. (Susana Rodríguez Calvo – FA).

Desde que assumiu as responsabilidades representativas do município como *Alcaldesa* titular, Suzana diz que a rotina e os compromissos políticos ficaram mais exaustivos: *“Me canso más! Mira, lo que cambió es que estoy más fuera de mi casa. Mi pareja y yo estábamos viviendo tranquilos [...]”*. Cumpridos os dois anos do mandato, com o término da gestão, a uruguaia não pleiteou a reeleição municipal no final de 2020.

5.3 Histórias e possibilidades políticas na capital do Uruguai

Ao analisar a dimensão pública da vida política das atrizes políticas de Montevideu, verificou-se alguns diferenças em relação às trajetórias do interior, ficou evidente que os relatos aqui apresentados descrevem histórias de mulheres com muita experiência e vínculos com o fazer político, seja no âmbito profissional, no partidário ou na militância e no ativismo social. Dessa forma, assumir o cargo máximo no Conselho Municipal foi uma consequência de todo o processo de formação política que essas uruguaias adquiriram ao longo de décadas dedicadas ao exercício público.

Foi possível estabelecer dois momentos marcantes da história política uruguaia no atravessamento das trajetórias das *Alcaldesas* de Montevideu. O primeiro deles está atrelado à ditadura militar. Nesse eixo, é importante ressaltar as memórias de Cristina Oliveira e Míriam Rodríguez a respeito da repressão, da clandestinidade e da

resistência ao regime militar, mas também de seus envolvimento em greves gerais, movimentos sindicais e estudantis. São narrativas recheadas de elementos históricos, que revelaram uma vida inteira dedicada à política. O segundo cruzamento se dá com a volta da democracia no país. Nesse eixo, é importante ressaltar as memórias de Sandra Nedov, Susana Camarán e Susana Rodríguez Calvo. Elas iniciaram sua trajetória em um momento de reconstrução da República, sendo esse o principal impulso para ingressar na esfera política. No grupo da capital não há *Alcaldesas* de entrada recente no campo político que teriam sido impulsionadas pela descentralização e criação dos municípios.

A vida profissional e a rede de contatos das frenteamplistas apresenta um vínculo indissociável da esfera da política-institucional e da militância partidária. São trabalhadoras que já se aposentaram na esfera produtiva e que há muito tempo desenvolvem atividades atreladas a alguma função endógena à política, seja porque ocuparam um cargo técnico (na estrutura burocrática do departamento de Montevideu) ou porque desenvolveram projetos na base sindical. Vale ressaltar que o perfil encontrado coincide diretamente com o padrão político identificado por Santos e Serna (2007) no estudo Legislativo Uruguaio e dialoga com os outros padrões de representação feminina observados no Parlamento brasileiro e Uruguaio (SCHULZ; MORITZ, 2014).

Sobre a militância e o engajamento político, é notório apontar que as cinco entrevistadas possuem um histórico de ativismo e participação em movimentos sociais, de base e de bairro. Terreno fértil para mulheres desenvolverem suas aptidões na política. Nesse sentido, é fundamental o envolvimento das atrizes políticas com a questão habitacional e a moradia digna, mencionado por Cristina Oliveira (FA), Sandra Nedov (FA) e Susana Camarán (FA). As três políticas mencionaram seu engajamento no *Movimiento Cooperativo de Vivienda por Ayuda Mutua*⁷⁶, lugar em que vivem, ajudaram a construir e colaboram politicamente.

⁷⁶ De acordo com a declaração de princípios, aprovado pela Assembleia Nacional da FUCVAM, reunida na cidade de Paysandú no ano de 1999, O Movimento Cooperativo de Habitação de Ajuda Mútua surge do próprio seio da classe trabalhadora para resolver o problema habitacional e, a partir dessa necessidade específica, criou bairros que reivindicam uma vida digna e digna para seus habitantes. O cooperativismo habitacional, em suas origens, estava indissociavelmente ligado ao Movimento Sindical Uruguaio e, a partir daí, assumiu uma série de definições estratégicas de caráter totalmente classista. Essa visão globalizante como classe permitiu abarcar um conjunto de demandas que apontam para uma definição abrangente da proposta. O cooperativismo não se esgota na habitação, mas a partir desse orçamento de classe, engloba todas as necessidades como classe e não como setor

Em relação às experiências de uma possível carreira político-institucional prévia aos cargos municipais, encontrei um perfil bastante alinhavado entre as *Alcaldesas* de Montevideu: são mulheres que passaram por cargos administrativos anteriores, participaram em direções partidárias e constituíram-se como líderes nas esferas em que exercem a política. Além da experiência em gestão e administração pública, os relatos das cinco entrevistadas demonstraram que seu envolvimento com a política em âmbito local precede a municipalização. Essa é uma questão chave para entender suas eleições e perpassa todos os depoimentos, é o envolvimento das *Alcaldesas* com o longo processo de descentralização da Capital, pois elas acompanharam ativamente as etapas anteriores experimentadas desde os anos 1990, de modo que desempenharam atividades quando a cidade ainda estava organizada nos CCZs.

Ainda nesse âmbito, os depoimentos das cinco *Alcaldesas* de Montevideu, evidenciaram outro quesito para se refletir sobre a atuação das entrevistadas da capital em cargos públicos. Assim, não é o cargo de *Alcaldeza* que as mantém ativas politicamente e não foi essa responsabilidade que as levou para essa realidade. Das cinco entrevistadas, apenas Sandra Nedov conquistou a reeleição em 2015, porém, isso não significou o fim do engajamento e exercício político para essas mulheres. Ao contrário, todas permaneceram contribuindo com a política em âmbito local e trabalhando na militância de base. Dessa maneira, uma das características mais marcantes do grupo é o compromisso militante, isto é, estão engajadas com o projeto social de seu partido, a Frente Ampla.

O que me leva ao último aspecto que caracteriza esse grupo é que se trata de mulheres altamente identificadas com o seu partido, a Frente Ampla. De forma que, a partir dos depoimentos, compreende-se que o recrutamento eleitoral ocorreu por meio dos acordos entre os maiores setores da FA, estabelecidos nas eleições internas do partido. Todas as entrevistadas ressaltaram que a inclusão de seus nomes nas listas ocorreu por decisão partidária e não por iniciativa própria. Apesar disso, é importante destacar que essas mulheres estão trilhando o seu próprio caminho na política local e por conta de sua trajetória chegaram à chefia dos Conselhos Municipais.

5.4 Considerações sobre as trajetórias: gênero, singularidades e similaridades

Como venho salientando ao longo da escrita da tese, a dimensão da esfera pública fornece as primeiras pistas para compreender a complexidade que é para uma mulher se envolver com o campo político. De fato, o capital político adquirido pelas políticas tem potencial para explicar a ascensão desses indivíduos aos cargos que ocuparam nos municípios (BOURDIEU, 1989). Contudo, ao se deter apenas nessa primeira camada, a explicação acaba ofuscando outros desafios e barreiras que as mulheres tiveram que lidar e superar no âmbito familiar e doméstico. Portanto, foi preciso extravasar a própria esfera pública para definir suas possibilidades de crescimento no campo político. Por isso, aqui retomo as questões de socialização política, rede de apoio familiar e divisão sexual do trabalho, as quais considerei atreladas à dimensão da ordem privada.

Para adentrar as implicações da vida privada neste último tópico, proponho uma recapitulação da produção apresentada dentro dos capítulos quatro e cinco. Nesse sentido, irei analisar o conteúdo de todas as trajetórias de vida política em conjunto. Aqui a divisão espacial perdeu importância, de modo que optei por trabalhar integralmente com as 17 *Alcaldesas*. Isso foi possível porque no aspecto das tensões e imbricações de gênero, o distanciamento geográfico não é suficiente para que a estrutura patriarcal se atenuar. Desse modo, a atenção desta seção está na crítica à oposição entre o público e o privado, que vem sendo colocada por diferentes vertentes da teoria feminista (MIGUEL; BIROLI, 2011; BIROLI; MELO, 2010; BIROLI, 2013a, 2013b, 2018, 2016a). Apesar disso, outras clivagens podem aparecer neste tópico, em especial, a questão do vínculo partidário, nesse caso, a divisão por partidos (Frente Ampla e Partido Nacional) e, ainda, as diferenças de idade entre as entrevistadas.

Em relação ao primeiro elemento da dimensão vida privada, socialização política, isto é, o momento em que a política é introduzida na vida dessas mulheres, em parte das narrativas apenas cinco entrevistadas relataram que seu primeiro contato com a política aconteceu “dentro de casa”, ou seja, trata-se de uma tradição familiar. São elas: Cristina Castro (FA), Míriam Rodríguez (FA), María del Carmen Suárez (PN), Graciela Echenique (PN) e Luz Echande (PN). As outras 12

entrevistadas vão se aproximar da política depois de adultas: pela militância em sindicatos: Sandra Nedov (FA), Susana Rodríguez (FA) e Margot de Leon (FA); através do trabalho social: Ivon Lorenzo (FA), María de Lima (PN), Mary Urse (FA) e Susana Camarán (FA); e as demais depoentes, Rosa Imoda (PN), Beatriz Lamas (PN) e Gretel Ferrari (PN) e Analí Betarcurt (PN) remeteram sua aproximação com a política já na maturidade, tendo seu envolvimento com a política provindo da esfera laboral. Entretanto, em contradição ao que afirma o senso comum, nenhuma das uruguaias entrou na política por obra de seus maridos.

Para as entrevistadas, a rede de apoio se mostrou tão importante quanto a rede de contatos profissional para a alavancada política e manutenção da carreira. Para sustentar complexas jornadas de trabalho, com exceção de María de Lima (PN), todas as entrevistadas fizeram menção à rede de sustento proporcionada pela família para conseguir exercer o cargo de *Alcaldesa*. No entanto, também é importante salientar o discurso de Mary Urse (FA), Ivon Lorenzo (FA) e Margot de Leon (FA), que afirmaram serem “mulheres independentes”, o que, de certa forma, ainda demonstra que as questões de gênero estão evidentes para as entrevistadas. Essa questão é interessante porque ao mesmo tempo em que o arranjo familiar tradicional pode frear o envolvimento feminino com a política, dificultar o acesso a tempo e recursos, uma configuração diferente em que ocorra sustentação emocional e financeira pode até nutrir a carreira de uma mulher.

De fato, questões familiares são importantes demais, como afirmei acima, pois a rede de apoio familiar sustenta a trajetória pública das mulheres, mas também pode afastá-las. Isso se dá devido aos desdobramentos e obrigações na divisão sexual do trabalho – trabalho doméstico e de cuidado –, temas que também se mostraram fundamentais para pensar nas possibilidades da construção da carreira política de uma mulher. Prova disso é que a intenção de cuidar dos filhos e netos é a principal justificativa para alegar a aposentadoria de Analí Betancourt (PN), Gretel Ferrari (PN), Cristina Castro (FA) e Susana Rodríguez Calvo (FA)

Assim, dentre as desvantagens sociais associadas ao fato de as mulheres assumirem as responsabilidades na esfera familiar e doméstica nos arranjos convencionais está a interrupção da carreira devido a responsabilização das mulheres pelo cuidado com os filhos pequenos e depois com os netos, mesmo em sociedades liberais em que não há impedimentos formais para que desempenhem trabalho

remunerado. Ou seja, as mulheres possuem a livre escolha individual para investir naquilo que lhes dá mais satisfação, porém, é inegável que as expectativas sociais relativas ao papel que mulheres e homens desempenham nas diferentes esferas acaba influenciando na formação de preferências e escolhas autônomas (BIROLI, 2013a). Nesse processo de constatação do caráter social das preferências, Birolí (2013a) chama atenção ao contexto que inclui o conjunto das regras legais, pressões sociais, informações, recursos materiais disponíveis, valores mobilizados no cotidiano da “cultura”, hábitos naturalizados e práticas que se repetem rotineiramente. Nesse sentido, é possível incluir um fator que altera as preferências do tipo de trabalho realizado no município, ou seja, uma atividade que exige muito tempo das entrevistadas, tempo esse que provém de outros espaços.

Sobre a relação entre o pessoal e o político, foi incrível perceber como o envolvimento entre as esferas aparece em diversas fases da vida das *Alcaldesas*, tornando-se uma relação fluida e corriqueira para as entrevistadas. Num determinado momento, as *Alcaldesas* estão se referindo aos acontecimentos públicos, mas logo em seguida mencionam as questões familiares e as responsabilidades que assumiram ao longo das etapas da vida como mulher para, em seguida, voltarem a falar de sua carreira política.

A menção ao âmbito privado é uma constante, seja através de memórias ou através das situações cotidianas. Existe um ditado popular que resume o fazer político como a arte da negociação. Entretanto, ao analisar as trajetórias dessas mulheres, observei esse aspecto com uma conotação diferente. Todas as entrevistadas explicitaram que para desenvolver uma carreira política, de fato, foi preciso travar negociações, porém, de fundo privado, pois como mulheres se viram diante de um acúmulo convencional de obrigações. É fundamental destacar o esforço das entrevistadas em conciliar suas vidas pessoais com o exercício da política, de uma maneira que a atividade não pôde ser analisada como um apêndice do restante da vida de tais mulheres, ao contrário, observa-se a política em um sentido irrestrito.

Além disso, é salutar destacar que esse envolvimento entre as esferas pessoal e pública também é algo que as *Alcaldesas* procuram manter, ou seja, não procuram se desvencilhar e faz parte da realidade de grande parte da vida das entrevistadas, seja através da união com um indivíduo que também esteja ambientado aos espaços políticos (militantes e partidários) ou incentivando seus filhos e filhas pelo gosto da

política, pela militância e até mesmo no que tange a construir carreira profissional em cargos eletivos. Temos o caso de Luz Echande (PN), em Fraile Muerto, que incentivou a sua filha a disputar as eleições municipais. Também é relevante que duas mulheres, Sandra Nedov (FA) e Beatriz Lamas (PN), tenham levado seus companheiros para concorrerem às eleições municipais, contrariando as análises tradicionais em que as esposas se beneficiam do sobrenome do marido.

Por fim, ao procurar singularidades e similaridades nessas trajetórias, pude perceber que se trata de mulheres com histórias políticas distintas, mas com comprometimentos de gênero comuns. Entre esses perfis tão plurais, com jornadas tão complexas, não tive a pretensão de revelar qual a receita ideal para uma mulher ingressar na política. Entretanto, busquei colaborar com explicações de algumas das rotas que mulheres acessam para fazer a introdução na política, ingressar em um partido, até a vitória nas eleições através do olhar que remete às implicações do sujeito político mulher. Nesse sentido, mostrou-se indispensável pensar no “pertencimento” ao espaço das relações privadas (que não é neutro, nem justo).

Trata-se de depoimentos que reforçam a necessidade de refletir sobre a presença de mulheres nos espaços de decisões, pelo qual medidas devem ser tomadas para que esses espaços sejam garantidos. São mulheres que têm muito a vocalizar sobre suas experiências e visões sociais do mundo. Dessa forma, pensando nas desigualdades de gênero, o próximo capítulo se destina a apresentar quais as dificuldades que elas encontraram para ingressar na política, se manter nesse espaço e crescer na carreira.

6 *Alcaldesas* e suas perspectivas políticas de gênero

A apresentação das biografias das *Alcaldesas*, ancoradas pelas dimensões da esfera pública e da vida privada, aliada ao conhecimento das particularidades territoriais apresentadas nos dois capítulos anteriores, possibilitaram à pesquisa conhecer um pouco da caminhada das entrevistadas até à admissão ao cargo municipal. A perspectiva deste novo capítulo é outra, aqui abre-se a possibilidade de conhecer como as próprias *Alcaldesas* entendem/compreendem o exercício político de mulheres e como avaliam a conjuntura política no que tange a agenda de direitos humanos e gênero no Uruguai. Assim, o capítulo tem o objetivo de desenvolver a quarta dimensão da trajetória de vida política das Uruguaias, as perspectivas políticas de gênero e consiste em uma tentativa de trabalhar com as percepções e interpretações do mundo político dessas (ou por essas) mulheres, situando-as como atrizes políticas relevantes no cenário local uruguaio. Para desenvolver o capítulo, utilizei as respostas aos questionamentos que estavam contidos nos módulos I e V do roteiro de entrevista semiestruturada que foi realizada em 2020.

Neste momento, não tratarei de cada entrevista em separado, o material foi organizado estabelecendo um diálogo entre as falas. Dessa forma, a intenção foi de unificar o grupo enquanto um sujeito político com condições específicas. Em consequência disso, o foco não esteve nas personalidades, mas foram contemplados os depoimentos em sua coletividade, enquanto um corpo com diversas experiências em comum, embora distintas em sua individualidade. Em seguida, analisei se essa experiência é suficiente para sensibilizar as entrevistadas sobre a agenda de gênero. Por fim, busquei demonstrar como as percepções do grupo são atravessadas pelo espectro político de esquerda-direita e pela sintonia progressista ou conservadora de cada *Alcaldesa*.

O capítulo todo é permeado pela discussão especializada em gênero tratadas ao longo do segundo capítulo. Dessa maneira, a teoria política feminista retorna em vários momentos para dar sentido ao que dizem as entrevistadas, de modo que foi possível produzir um diálogo profícuo entre o material proveniente das entrevistas realizadas no Uruguai e as leituras que refinaram a proposta da tese. Para cumprir com o objetivo do capítulo, o texto que segue foi redigido em três partes. Na primeira

seção, foram trabalhadas as percepções que envolvem as experiências particulares das entrevistadas, restringindo a análise ao tema mulher e política. Na segunda seção, adentro nas análises da agenda sobre o ciclo progressista, direitos humanos e equidade de gênero. Por fim, ofereço uma reflexão para pensar o posicionamento das *Alcaldesas* no que tange a representação política de mulheres.

6.1 Mulheres e política: retomando os fatores culturais e institucionais

O questionamento proferido para as *Alcaldesas* foi: *¿Cuál crees que es el papel de la mujer en la política a nivel general (para todas las mujeres)? Charla sobre las dificultades a las que se enfrentan las mujeres, la relación entre el ámbito público y la vida privada y la importancia de la presencia de las mujeres en los espacios políticos.*

Através das percepções das *Alcaldesas* sobre as adversidades enfrentadas pelas mulheres na política, foi possível observar a menção aos fatores culturais e questões que direcionam aos temas institucionais. Neste primeiro tópico, estão incluídas as problemáticas temporais, machismo e sexismo, habilidades e exigências, ambição política, rótulos e naturalização de gênero e a perpetuação das diferenças entre homens e mulheres mesmo entre as novas gerações. A discussão institucional, embora apareça diretamente em poucos trechos, acaba por complementar o elemento cultural, sendo ambas discussões fundamentais para compreender como as *Alcaldesas* analisam as condições das mulheres na política institucional no Uruguai.

6.1.1 Gerenciamento do tempo

Dentre todos os aspectos mencionados, cabe realçar a relevância com a qual a problemática da escassez de tempo se estabelece e permanece ao longo das respostas dadas no primeiro e segundo conjunto de entrevistas coletadas durante os trabalhos de campo. Considerado um fator determinante na literatura que discute gênero e política (ÁVILA, 2004; SCHULZ; MORITZ, 2015) nos estudos de carreira política (MIGUEL; BIROLI, 2010; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015; ALTMANN, 2019; ARAUJO, 2005, 2010) e também no cerne da teoria política feminista (BIROLI,

2013a, 2013b, 2018, 2017, 2016a, 2016b; PATEMAN, 1993, 2012), os desafios para gerenciar o tempo, as onerações pessoais, negociações e sobrecargas mantiveram-se constantemente em ênfase no conjunto das percepções sobre a atuação política das *Alcaldesas*.

Nesse sentido, ainda que não tivesse sido questionada diretamente no campo de 2014, Cristina Oliveira (FA) alertou sobre a extensa jornada de trabalho à frente do município, descrevendo o tempo gasto com o compromisso administrativo como uma das principais exigências ao exercício da política institucional. Para a entrevistada, o problema se acentua principalmente para a rotina das mulheres que desempenhavam a função de *Alcaldesa*, pois é o cargo que mais exige dedicação dentro do Conselho Municipal,

Porque en realidad en ésta cuestión del tercer nivel quien es visible es el Alcalde es quien tiene que estar "full time" porque el cargo ejecutivo es el del Alcalde. El del Consejo, más como norma, es deliberativo, de asesoramiento, toma resoluciones que después quién debe ejecutarlas es el Alcalde. Nosotros no somos ejecutores, nosotros decidimos, priorizamos este rubro del presupuesto o decidimos una licitación y la resolución quién la va ganar de acuerdo a los datos que nos presentan o pedimos la factura de una licitación o una compra, los valores más pequeños los resuelve el Alcalde, pero en realidad el que ejecuta es el Alcalde, entonces para las mujeres que están en esa función es una tarea muy delicada, de muchas horas, mucho tiempo. (Cristina Oliveira – FA).

A demanda sobre o tempo se relaciona com todos os demais fatores identificados no conjunto das entrevistas, porém, aparece com maior frequência junto às explicações de ordem cultural. Em um tom muito sincero, as entrevistadas compartilharam a ciência de que o trabalho executivo desempenhado nos municípios subtraía o tempo destinado às demais esferas da vida, prejudicando principalmente relações sociais e a oportunidade de vivências familiares. Essa percepção sustentou um argumento muito popular entre as ouvidas, de que apenas mulheres que concebiam a política como um gosto genuíno, por vocação, deveriam assumir a responsabilidade de gerir um Conselho Municipal

Para la mujer es muy difícil, por eso la participación de las mujeres en la política solo puede ser vocacional. Tiene que ser un tema de genética, un tema que te guste mucho que se tu pones en una balanza porque es mucho más lo que pierdes en tu vida de relación familiar de lo que ganas. Si tu sientes la política como vocación, tu ganas mucho porque tu estarás en una actividad que te gusta, que vas a brindar con tu mejor a todos. Entonces ahí sí equilibrar esta balanza. (Maria del Carmen – PN).

O exercício de conciliar os tempos para participar das reuniões partidárias, exercer o cargo público e para se dedicar às funções e obrigações no espaço do lar também apareceram com tenacidade nas entrevistas, segundo Rosa Imoda (PN): *“Para los hombres en la política es más fácil, se llega en casa a las 3 de la mañana no pasa nada, una mujer que tiene esposo e hijos es más complicado, si no tiene apoyo en casa es difícil. Es muy necesario”*. Dessa forma, o tempo age como uma barreira que dificulta a ascensão da carreira das mulheres e o mesmo não acontece com os homens. A demanda sobre o tempo se relaciona com todos os demais fatores identificados no conjunto das entrevistas, mas aparece com maior frequência junto às explicações de ordem cultural. Susana Camarán (FA), quando questionada sobre a conciliação entre a esfera pública e a esfera privada, também destacou o peso da dupla jornada de trabalho e a necessidade de contar com o apoio familiar para se dedicar à política:

Tengo la sensación de que cuando un hombre tiene una vida política pública detrás tiene un respaldo familiar o su pareja, o su madre, quien sea que lleve la privada adelante, que organiza la vida privada. Las mujeres siempre somos madres, cuidamos de la casa, esto solo cambia el hecho de quien es nuestra pareja y estamos logrando hacer algunos acuerdos. En general las mujeres llevamos un peso relativamente importante de la vida privada independientemente del peso que tengamos en la vida pública. Entonces me parece que eso es casi que una cuestión, las mujeres que hemos de alguna manera podido dejar algunos espacios que eran considerados propios del género ha sido con acuerdos o bien contratos no firmados de nuestras relaciones de pareja, pero si no eso sigo dando y la sociedad te sigue exigiendo. Si la mujer por el rol público que cumple no puede llevar el niño al médico, está mal visto. Si el varón en este mismo rol político no puede acompañar el niño al médico, nadie puede llamar la atención, eso hace que haya una mirada de crítica social permanente. (Susana Camarán – FA).

Compartilhando dessa leitura, todas as entrevistadas reforçaram que para uma mulher investir na carreira política é indispensável uma rede de apoio, que lhe dê suporte em demais atribuições, destacando as relações no âmbito privado. Ao mesmo tempo em que reconhecem as obrigações reconhecidas como femininas, as *Alcaldesas* perceberam mais de uma vez diferenças ao que é exigido aos homens. Segundo María del Carmen:

[...] después el tema de poder compatibilizar la vida pública y la vida familiar, pues para la mujer es muy difícil. En el caso que tenemos una familia establecida con hijos chicos e hijos adolescentes. A veces va a reuniones y vuelve a las 2 de la mañana a tu casa. Entonces tiene que tener el aguante, como decimos acá en Uruguay, el aguante, el soporte de tu familia, de

amigos, de gente que te ayude para que esas horas y esos días que tú no estás en casa, alguien esté con tus hijos. Eso es muy difícil. Tengo compañeros políticos que no tienen ese problema. (Maria Del Carmen – PN).

Assim, a partir da consideração sobre os trechos elencados acima, evidenciou-se uma percepção compartilhada entre as *Alcaldesas* sobre as complexidades de gerenciar o seu tempo, problema abrangente a todas as entrevistadas. O tempo, um recurso indispensável para qualquer indivíduo, no âmbito da discussão feminista, ganha outro peso devido à divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2003, 2007; BIROLI, 2016b), pois não se trata apenas de gerenciar o tempo laboral (esse argumento pode ser utilizado por homens em relação ao trabalho), pois no caso das mulheres observa-se, para além do complicador do trabalho remunerado, a relação com o trabalho não remunerado, ou seja, aquele dispensado ao campo privado, nas relação de cuidado no espaço familiar, tarefas específicas ou em grande parte realizada por mulheres.

6.1.2 Exigências de habilidades e competências políticas

Outro ponto evidenciado com frequência pelas entrevistadas foram as imposições técnicas e habilidades desproporcionais exigida das mulheres para atuar politicamente, proveniente dos estereótipos de gênero. Nesse âmbito, as *Alcaldesas* manifestaram-se sobre a forma como são vistas e cobradas, principalmente em comparação com o tratamento destinado aos homens que ingressam na política. A vivência do espaço público sob esta opressão, tem sido reconhecida pela literatura como uma das formas de violência política sexista – a violência simbólica –, sendo um dos principais obstáculos para promover a representação de mulheres (PANKE, 2015; BEAUDOUX, 2017).

Nessa seara, através dos relatos, foi possível perceber como o trânsito em um ambiente masculinizado, dominado por homens, de fato contribuiu para reprimir as ações/atuação das entrevistadas no trânsito político. O relato de Susana Camarán (FA) expressou uma percepção contundente entre as depoentes de que as mulheres estão frequentemente postas à prova, enfrentando diversos julgamentos de ordem moral:

Las mujeres debemos probar nuestros conocimientos y estamos en constante duda sobre nuestra capacidad para ocupar determinado cargo y los hombres no tienen eso y también es algo más allá del partido político que integramos, es la sociedad. Es la sociedad que hace eso con la mujer, se si maquilla mucho, el pelo, la ropa (...) La mujer está obligada a tener un vestuario que le guste a todos. Estas cosas están muy lejos de cambiarlas. (Susana Camarán – FA).

Com base em sua vivência, a *Alcaldesa* do Município D, Sandra Nedov (FA), também endossou esse conjunto de observações ao alertar que mesmo quando mulheres suficientemente informadas e capacitadas têm seus nomes cogitados para disputar uma eleição ou assumir um cargo político, sempre estão sujeitas a perder seu espaço para um homem: *“De hecho, en Uruguay, las mujeres tienen información y capacitación buena para asumir determinados lugares, sólo que siempre parecen mejores los hombres”*. Com a aplicação de medidas que incentivem a participação de gênero feminino, a frenteamplista comentou que essa situação está mudando, porém, salienta que ainda é necessário se impor para disputar espaços na política:

Ahora, en algunos lugares es necesario que se tenga la representación de las mujeres, que en alguna delegación tenga la representación de las mujeres. Entonces, esas cosas van ayudando, pero todo tiene que ir imponiendo como naturalmente se entiende que tiene que ser así, o que tenemos el derecho, como algo que hay que trabajar mucho e ir empujando porque “no es así” que nos van a dar un lugarcito. (Sandra Nedov – FA).

As respostas de Susana Camarán (FA) e Sandra Nedov (FA) somam-se às considerações de Rosa Imoda (PN) e de Analí Betancur (PN). A *Alcaldesa* de Los Cerrillos destacou que as mulheres necessitam se empenhar mais e demonstrar mais que qualquer homem para, assim, conquistar cargos políticos prestigiados. *“Hombres con mucho menos capacidad llegan mucho más rápido que una mujer con más capacidad. Eso cansa a la mujer y tiene que ser muy perseverante para sobrevivir y llegar.”* Já a *Alcaldesa* de Colonia Valdense trouxe o outro lado da mesma moeda da desigualdade, ao concluir que, em oposição a desconfiança direcionada às mulheres, os homens têm sobre si uma confiança extra, pois são incentivados e bem-vistos entre os pares no ambiente público: *“Hay hombre político que se le parece que solo ellos saben hacer las cosas bien”*.

Os depoimentos mostraram que estamos falando de mulheres pioneiras para a sua geração, decididas e, sobretudo, firmes. Outra história que remete às situações de desqualificação do trabalho feminino com base em estereótipos de gênero foi

mencionada em uma lembrança de Susana Rodriguez Calvo (FA). O episódio em questão aconteceu no início da carreira pública da entrevistada, em uma ocasião em que a política iria substituir um homem “experiente” e teve que provar que “servia” para ocupar o cargo.

A ver [...] cuando entré en política en la intendencia, cómo mujer tuve que demostrar si servía para el lugar. Cuando yo entro en la intendencia cómo asesora dale la causalidad que estaba como secretario era un hombre muy mayor y no se sentía cómodo porque acá hay muchos problemas que no podía solucionar y renunció. (Susana Rodríguez Calvo – FA).

Sob outro ângulo, mas também compartilhando dessa percepção sobre as distinções de tratamento entre os gêneros, Ivon Lorenzo (FA) dissertou sobre o tratamento “diferenciado” recebido de parte da mídia e a convivência com os questionamentos orientados a partir de rótulos femininos no relacionamento com os veículos de comunicação. Dessa maneira, Ivon destacou que a “condição de mulher” sobrepunha-se sobre todos os seus outros atributos e qualificações, orientando os questionamentos sobre sua gestão:

Cuando cualquier periodista te entrevista lo primero que enfoca no es qué es gestión, insisten en “cómo esta mujer está en esta gestión?” Como que pasa un segundo plano las tareas que tú estás haciendo, los logros que tú estás teniendo, es como si perderse una parte. Me parece, nuestra cultura general he visto como algo raro porque, mira, no si está evaluando las tareas que hacen, los logros que tiene, sino el sexo que tiene. (Ivon Lorenzo – FA).

Além do descrédito de seus pares e da mídia, a mulher também deve enfrentar a autocobrança, fator que amplia a pressão sobre seu desempenho político. Nesse aspecto, acrescento a fala de Analí Betancur (PN), super exigente consigo mesma, a governante não se reconhecia como habilidosa o suficiente para o exercício público da oratória: *“No tengo un perfil político, no soy una oradora, por favor. Soy muy simple para hablar, no me interesa. Me interesa la obra, de poner luz en un barrio, hacer una placita, mejorar, con eso soy muy feliz”*. A Alcaldesa de Colônia Valdense também expôs que os momentos mais complicados de sua gestão teriam acontecido nas mesas de negociação com o Conselho Municipal: *“Fue feliz todos estos años, a pesar de pasar momentos difíciles, visto que pasa porque una tiene que sesionar en esta mesa con cuatro personas más que se llaman concejales”*. Em seguida, expressou que sentia-se mais acolhida pela outra mulher do Conselho Municipal: *“Tres son de*

mí partido y una compañera que es del Frente Amplio. Pero realmente he tenido más apoyo de la compañera de Frente Amplia, más que el varón que era concejal que estaba antes de mí. Un machista total”.

Como sujeitos historicamente afastadas das arenas públicas (PATEMAN, 1993, 2012) e, ainda, em número representativo muito menor, a inclusão das mulheres envolve diversas especificidades e tem sido baseada em estereótipos de gênero. Isso acontece porque o envolvimento com o âmbito privado ainda é muito marcante e faz com que as mulheres sejam retratadas como indivíduos não qualificados para desempenhar funções “fora de casa”. Dessa forma, o convívio com pares masculinos no trato da esfera pública também tem contribuído na convivência com olhares desconfiados e machistas.

A noção de se sentir pressionada em ambientes nos quais os homens estão em número muito superior também apareceu na entrevista de Sandra Nedov (FA). Para a *Alcaldesa* do Município D, uma das formas de suavizar essa realidade é através da ampliação da presença de mulheres nos ambientes políticos, pois segundo a atriz política, o apoio de suas companheiras tem sido substancial para que todas avancem no exercício da política.

Yo creo que hemos avanzado y hemos avanzado también en el apoyo que tenemos nosotras para dedicarnos a la política. Siento a veces en una reunión toda de hombres y yo, eso es horrible. Yo creo que se está haciendo un camino, la clave es la capacitación. (Sandra Nedov – FA).

Dentro do oceano de exigências enfrentado pelo gênero feminino, também houve menção às normas estéticas culturais que desejam formatar como deve ser a forma física e a aparência das mulheres. Margot de León mencionou em sua resposta que durante alguns momentos do período eleitoral chegou a desacreditar de sua candidatura por não ser jovem ou possuir um corpo padrão.

Cuando yo presenté mi candidatura, que fue una cantidad de jóvenes que la presentaron, no estaba muy conforme porque era una mujer veterana vieja y gorda, pues tendría que ser una muchacha joven y bonita, pero la gente me dio la oportunidad. (Margot de León – FA).

É interessante observar como os depoimentos constroem um diálogo, já que para as *Alcaldesas* é inegável que a ascensão a posições ocupadas tipicamente por

homens também representou o enfrentamento de críticas relacionadas às competências, habilidades e características pessoais das entrevistadas. Dessa forma, constata-se a unanimidade das *Alcaldesas* em evidenciar que as mulheres precisam vencer desconfianças, driblar o machismo e afirmar seu espaço na política profissional. Nesse ímpeto, a regra parece ser a desconfiança sobre suas habilidades e a perseverança no caminho para sobreviver politicamente.

6.1.3 Reprodução dos rótulos de gênero e competição “feminina”

Grande parte das *Alcaldesas* bravaram pela igualdade entre os sexos, desprezando os rótulos e estereótipos de gênero, porém, também verifiquei entre os depoimentos a reprodução de um discurso que reforça os papéis tradicionais de gênero, atribuindo qualidades específicas do comportamento feminino para demonstrar a importância das mulheres na política. Ainda que em menor volume, esse “atributo natural do papel biológico feminino”, cuja fundamentação também é calcado na divisão sexual do trabalho, foi utilizado para defender a atuação política diferenciada entre homens e mulheres, permanecendo como uma noção muito resistente e difundida na fala de três entrevistadas.

Como destacado, esse aspecto esteve presente nas respostas de três entrevistadas do Partido Nacional. Para Rosa Imoda (PN), as mulheres estão melhores preparadas para administrar um município, pois essa formação é aperfeiçoada desde cedo, porque começam a aprender como administrar uma casa desde a infância.

Creo que las mujeres para gestionar y articular somos mejor que los hombres porque si una mujer tiene que administrar una casa, una familia sólo de ahí ya tenemos una buena base. Nos preparan desde chiquitas para administrar una casa. Entonces, estamos preparadas para administrar todo tipo de cosas. También tenemos más sensibilidad frente a los hombres. Ahora el problema que tenemos es que exigen mucho más a las mujeres para llegar, para lograr algo no exige, si estamos capacitadas, nos cuestionan. En cambio, un hombre nunca se cuestiona, le da un cargo y no le cuestiona si está preparado o no está preparado. (Rosa Imoda – PN).

Duas *Alcaldesas* explicitam diretamente o argumento essencialista de que as mulheres seriam dotadas de uma sensibilidade diferente para fazer política. Para

María Del Carmen, trata-se de um jeito diferente que a mulher tem de lidar com os encaminhamentos políticos, reforçando falsos binarismos entre o sexo feminino (seres preenchidos pelo sentimento) e o sexo masculino (seres voltados a agir com a razão) (VAZQUEZ, 2014).

Es muy importante la presencia y la participación de las mujeres en la política. Sumamente importante porque aporta un lado más sensible, tenemos una sensibilidad especial las mujeres para los temas sociales. No sé si los hombres no aportan el lado humano, pero la mujer le pone un plus al proporcionar a la entidad política un lado más humano. Los varones profesionalizan la política. (Maria del Carmen – PN).

Da mesma forma, para Luz Echande, esse é um dos motivos que sustentaria a atuação feminina no município, na medida em que elas estariam melhores preparadas para executar o trabalho de *Alcalde*, porque possuem a sensibilidade para ouvir e dialogar e, assim, atender a população.

Ojo que hay hombres y comparto con muchos alcaldes muy buenos compañeros que también son muy caballeros, ahora en el rol de alcalde creo que la figura de la mujer es muy importante porque para llegar a la sociedad. Lo que más recibimos es el querer a alguien a quien contarle o con quien buscar la solución. Atendemos desde alguien que tuvo problemas con su pareja y sin ser psicólogo, sin tener una profesión. La profesión vuelvo a decir es el cariño y la atención y el tiempo que tú puedas dedicarle para escuchar al otro. (Luz Echande – PN).

A justificativa dada pelas três mulheres não é novidade para a literatura especializada em gênero (TABAK; TOSCANO, 1982; GROSSI; MIGUEL, 2001). Na verdade, o argumento tem sido usado com frequência por diversas atrizes e atores políticos para convencer quem quer que seja sobre a especificidade da representação política das mulheres. Conforme Miguel (2001, p. 260), trata-se da política do desvelo, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos, “a presença feminina possibilitaria a superação da ‘política de interesses’, egoísta e masculina, colocando em seu lugar o desprendimento, o zelo pelos outros, a tolerância e a sensibilidade”.

É verdade que a visão essencialista não restringe a ver a mulher apenas como um ser benevolente, mas também como seres que tradicionalmente rivalizam entre si dentro do seu próprio grupo. Essa noção é sustentada na perspectiva de que não há lugar para todas, assim, elas precisariam disputar os espaços disponíveis. Ainda,

encontra-se difundida pelos romances e novelas a visão em que a heroína disputa o “mocinho”, lógica que também pode ser aplicada na esfera política. Esse argumento está presente na concepção da Luz Echande (PN), quando a *Alcaldesa* destacou que durante o seu mandato conviveu, e teve que lidar em sua gestão, com a competição entre as mulheres:

En lo personal, he sido respetada mucho más por varones que, quizás, por las mujeres. Hay una condición de género que las mujeres quieren tapar y no nos animamos a decirlo, más mujeres que hombres. Vemos a una mujer con instinto o que puede escalar un poco más que tú, te puedes llegar a tirar abajo, hay una competición. Los hombres arreglan esta competición de otra manera porque nuestra propia impronta, nos ponen cierto lugar y desvirtuarnos de este lugar quedamos muy mal vistas como personas y como mujeres. (Luz Echande – PN).

6.1.3 Ambição política

Em que pese a conjuntura adversa e todas as cobranças direcionadas ao gênero feminino, o quarto aspecto que chamou a atenção no momento de análise das entrevistas foi o entendimento por parte das *Alcaldesas* de que as mulheres também possuem ambição e interesse de investir na política. Dessa forma, em consonância com literatura especializada (FOX; LAWLESS, 2003, 2005, 2012; PÉREZ, 2006, 2011), as *Alcaldesas* argumentaram que as dificuldades que se colocam são propiciadas por agentes e fatores externos. A sequência narrativa apresentada a seguir, formulada por Míriam Rodríguez (FA), demonstra como ela lidou com essas questões ao longo da construção de sua carreira política:

No creo que haya demasiada dificultad para la mujer que se propone a la “batalla interna”. Creo que hay resistencia, después se transforma en dificultad, pero en realidad cuando uno vive bien su militancia, su nivel de instrucción. Yo nunca me promoví, me promovieron, mi sector. Eso también es una manera de reconocimiento al trabajo. Entonces yo creo que cuando se vive con profundidad y dar las discusiones que tiene que dar no la siente cómo una mochila pesada, sino cómo una mochila que hay de vivir, si no se vive bien. (Míriam Rodríguez – FA).

No ponto de vista de uma das entrevistadas, as mulheres precisam lidar com essas questões ao longo de sua experiência política. Por isso, é imperativo sustentar

uma postura firme e combativa, acrescentando que é fundamental não aceitar as discriminações, e, se for preciso, se impor perante os colegas homens. Novamente, a conclusão que se apresenta a partir dessa fala deságua na leitura de que a mulher ainda precisa lutar pelo seu espaço. Nas palavras de Míriam Rodríguez:

Yo creo que cuando pesas y tu se siente discriminada, eso te complica cómo mujer. Yo nunca partí de la base de que me discriminaron porque yo creo en la igualdad de género, discuto de par a par, de igual a igual. Entonces y si siento que estoy sufriendo discriminación yo discuto, no me lamento. Discuto y confronto. En lo personal y en lo íntimo nunca viví con una mochila pesada. Hay discusiones y debates que nosotras mujeres tenemos que participar permanentemente, buscar este espacio que muchas veces no quieren relegar, pero buscar desde el debate y la confrontación no sentirme disminuida porque si me siento disminuida no puedo sentirme igual. (Míriam Rodríguez – FA).

Avançando a discussão, salienta-se a perspectiva de Ivon Lorenzo (FA) e seu empenho em desconstruir os rótulos de gênero: *“La importancia de las mujeres en la política es tan importante como la de los hombres porque si decimos otra cosa estamos asumiendo que no somos iguales y a mi entender somos iguales”*. É notável assinalar o compartilhamento desse posicionamento, porque Lorenzo assume uma postura mais assertiva perante as outras falas apresentadas. Para ela, há outras variáveis que influenciam na condução de uma carreira política, de modo que o gênero não é um fator determinante:

Distintos géneros, por supuesto, distintos sexos, pero en definitiva todos tenemos las mismas posibilidades, creo yo. En Uruguay, como en toda Latinoamérica, capaz que un poquito más accesible acá, donde evidentemente para las mujeres es todo más difícil, ¿no? Todo depende de cómo surge esta mujer en política, me parece a mí una opinión muy personal y como se desarrolla en su vida diaria, ¿no? Yo creo que a veces este lineamiento en la vida te lleva a hacer otras cosas independiente que sea mujer o hombre. (Ivon Lorenzo – FA).

6.1.5 Perpetuação das desigualdades entre homens e mulheres

O quinto e último aspecto que fez jus a ser destacado envolvendo fatores culturais se refere à noção de continuidade das desigualdades de gênero por meio das práticas culturais machistas. Para pensar nessa questão, é interessante relembrar

o perfil geracional de nossas entrevistadas, pois trabalhei com um grupo de mulheres com mais de 50 anos. Teriam essas mulheres experimentado tantas dificuldades por pertencerem “ao seu tempo” e vivenciarem um modo “antigo” de praticar a política? Colocando a questão de outra forma: mulheres das novas gerações experimentariam um caminho mais convidativo? As *Alcaldesas* pensam que não. Nesse ponto, os depoimentos mostraram que ainda que as novas gerações de mulheres experimentem um contexto de “empoderamento feminino”, ainda enfrentam problemas similares aos passados pelas primeiras gerações de mulheres na política. As declarações rechearam-se de histórias, não apenas suas, mas de amigas, colegas, companheiras de partido e familiares.

É pertinente introduzir o raciocínio de Margot de Leon (PN), ao refletir sobre as mudanças sociais, em específico sobre os lugares e funções ocupadas pelas mulheres na divisão sexual do trabalho. Apesar de perceber transformações na vida das mulheres e seu ingresso no mercado do trabalho, a visão de mundo tradicional, atrelada à cultura estrutural do machismo – muito difundida na sociedade uruguaia –, se mantém resistente nos ambientes políticos, de modo que para a *Alcaldesa* as mulheres ainda precisam reafirmar seus direitos e capacidades para exercer a política.

Ha sido muy difícil llegar hasta donde llegamos porque estaba entallado el machismo total: la mujer a la cocina y el hombre era el proveedor que traía la caza, el sustento. Eso se terminó totalmente, pero seguimos siendo las mujeres en la cocina, o sea, tuvimos que luchar mucho y tendremos que luchar muchísimos años más para estar no en igualdad porque somos diferentes, yo no quiero una igualdad de condiciones, quiero que mis derechos sean respetados. (Margot de León – FA).

Nesse âmagô, também é pertinente apresentar a leitura que Susana Rodriguez Calvo trouxe ao relatar as conversas e trocas de experiência com a sua filha, que também é ativa na militância partidária, 30 anos mais nova que a mãe, super capacitada, com capital político e militante da coalizão de esquerda, Frente Ampla. Mesmo com todo esse currículo, ainda enfrenta as mesmas condições relatadas pelas mulheres ao longo deste capítulo.

Mira, yo tengo una hija que es bióloga y le encanta militar políticamente. Ella llegó a ser vicepresidenta del Frente Amplio por su trabajo [...] Todos la reconocen, pero muchas veces sí tiene enfrentamiento y se nota cómo le cuesta defender su lugar. Es duro eso. Veo la militancia como lucha, escucha y se defiende, pero tiene muchas veces la cosa del chico y la chica. En

cambio, cuando ya hay un cargo, yo no lo siento tanto, pero en el momento de elegir el cargo [...] Le cuesta más a la mujer. El partido Frente Amplio es un partido socialista que ha puesto y respetado más la cuota. El problema de la mujer también es que posterga su vida familiar. Fíjate que mi hija ahora tiene 38 años y la mayoría de la vida trabajando en política, tiene su pareja y bravo si consigue llevar las dos cosas y si tiene un compañero que te apoye porque hay muchos que no apoyan. Lo que pasa es que la política genera conductas adictivas, es difícil dejar de militar. (Susana Rodríguez Calvo – FA).

Essa mesma colocação apareceu em um excerto de uma terceira entrevistada, Analí Betancur (PN). Segundo essa atriz política, ainda que perceba mudanças em alguns paradigmas de gênero, identifica que suas colegas mais jovens continuam enfrentando dificuldades para avançar na política institucional:

Pero hay mujeres admirables que están incursionando en la política, como la nueva vicepresidenta. Son mujeres correctas, correctísimas. Me parece muy bien que a la mujer le guste. Es un tema que tiene que gustar. A mí la verdad no es un tema que me apasiona porque veo cosas injustas. En este caso de María, el machismo marca territorio, eso con una mujer con altura, es una señora en el buen sentido de la palabra, con respeto, con conocimiento, tiene todo derecho de tener su lugar. Cómo ella, tantas otras, ¿no? Como aparecen empresarias que dirigen empresas, a mí me parece perfecto. Hay instituciones sociales [...]. Me parece importante. Las cosas cambiaron bastante, antes la mujer estaba en casa con las tareas de la casa, aunque estudiara y tuviese una formación, estaba dedicada a ella. Hoy no. (Analí Betancur – PN).

Por último, a resposta de Sandra Nedov (PN) vem para sintetizar os principais elementos desenvolvidos nesta pequena seção, discorrendo sobre o viés da igualdade de direitos e capacidades. A política identificou mudanças sobre a situação das mulheres na conjuntura política uruguaia, porém, assim como compreendem as outras entrevistadas, acredita que há muito o que ser feito para efetivamente se avançar à tímida representação das mulheres quando se trata de ocupar cargos políticos.

Nosotras tenemos los mismos derechos, las mismas capacidades y podemos hacer las tareas de la misma forma que los hombres. Yo creo que tiene que tener determinado carácter para estar en un cargo político porque es difícil, hay que confrontar muchas cosas. Ha habido mujeres en la política, siempre como una cosa mínima, eso no fue creciendo. Hace muchos años que la mujer tiene derecho al voto en Uruguay, sin embargo eso no hizo que cambiara la representación de las mujeres en la política. (Sandra Nedov – PN).

6.1.6 As regras do jogo e a lógica masculina

Além das menções sugerindo o entrave dos fatores culturais, como já foi salientado na introdução, também foi possível identificar falas que vislumbram as barreiras institucionais. Novamente, as mulheres compartilham da percepção que ainda há muita resistência em colocar em evidência uma candidatura de mulher. Dessa forma, a cultura tradicional, insistente em relegar a mulher ao âmbito do espaço privado, persiste e a desqualificação adentra ao próprio espaço partidário. Para Miriam Rodríguez, as regras (feitas por homens) respondem a uma lógica e expectativa masculina.

Yo creo que por este lado, pero sí considero que las instituciones y las organizaciones son hechas para varones. Fueron pensadas para ellos. Cuesta mucho a una mujer cuando tiene un lugar de destaque, políticamente hablando, a nivel de las instituciones públicas. Es cómo “¿Y vino una mujer para cá?” Todos se preguntan, varones y mujeres, que es lo peor. En lo político lo mismo, yo tengo claro cuando, por ejemplo, hay un diálogo para promocionar a fulana y dicen “¿y no hay ninguno otro?” (Míriam Rodríguez – FA).

Adentrando a discussão sobre as listas fechadas dos partidos, Margot de Leon (FA) destacou a resistência que existe para uma mulher ser postulada em primeiro lugar em uma lista eleitoral em seu país:

Las mujeres en la política somos muy respetadas hasta que no entramos en el primer lugar. Mientras no entre en primer lugar, somos muy respetadas y muy queridas. Nos costó muchísimo desempeñar cargos públicos, no hemos tenido una presidenta mujer. Ninguna fue electa. Tenemos que seguir luchando con mucha paciencia y fuerza de voluntad. (Margot de León – FA).

A dificuldade de adentrar a cargos públicos e investir numa carreira política projetada na escala nacional também foi alinhavada junto à reflexão sobre a ausência de mulheres nos cargos executivos do primeiro e segundo nível de governo uruguaio, algo que Susana Camarán (FA) chamou de “escalera”.

En realidad me parece que hay una escalera. Hay un primer nivel político de lo más participativo, más de lo que son los espacios comunitarios en que mayoritariamente están las mujeres. En la medida que este sube en nivel de decisiones concretas y espacios electivos la cantidad de mujeres disminuye. Esto es una lógica en el Uruguay todo. Si una participa de un comité de base,

seguramente la mayoría son mujeres. Se participan de coordinadora que es un nivel más elevado digamos la mayoría son mujeres, pero empieza a haber una paridad con los hombres. Cuando llegamos a un departamental de Montevideo, estamos más o menos con un 50%. Ahora, quien ocupa la presidencia es un varón. Eso podemos ver en los sectores políticos, en los otros partidos políticos también. (Susana Camarán – FA).

María de Lima (PN) foi a única a mencionar condicionantes econômicos. Para a *Alcaldesa* de Nueva Helvecia, a ausência de incentivos partidários e a falta de recursos são grandes limitadores para uma mulher construir uma carreira política, pois o financiamento seria indispensável na manutenção de uma campanha eleitoral competitiva.

Creo que hay muy pocas (mujeres). Tiene que ver con el factor económico cómo condicionante importante de la realidad social de la participación de las mujeres en la política. El hombre puede tener como objetivo de vida el gusto por la actividad política e invertir dinero en esto y la mujer no. Entonces eso hace que las mujeres en la política se compliquen un poco más. Creo que es un factor fundamental. Las ganas las tenemos todas en seguir adelante, las tenemos. Avanzar más allá del básico tema de inversión sobre todo cuando estamos en campaña política. Para llevar adelante un grupo político. (María de Lima – PN).

Quando adentramos o campo das estratégias para melhorar o quadro da sub-representação de mulheres, identificamos perspectivas díspares. Por exemplo, Sandra Nedov (FA), em consonância com a literatura de gênero, é uma das defensoras das cotas de gênero nas listas partidárias:

Ahora que se trabajó mucho en este gobierno sobre los derechos. Creo que se ha intentado, en un momento en que se puso una cuota que era para ese momento electoral, se pasó eso de que eran dos y uno, pero cuando entraba una mujer había cualquier excusa para que entrara un hombre. (Sandra Nedov – FA).

Susana Camarán também se mostrou favorável a aplicação das cotas, porém, percebia que a legislação deveria ter sido aplicada com rigidez: “*Después a nivel electoral, la ley de cuotas para la participación de mujeres, me parece que es una ley con buenas intenciones que en la práctica ha tenido poco resultado*”. Em sua fala, a *Alcaldesa* ressaltou dois métodos de engenharia eleitoral adotados pelos partidos para burlar o comprometimento de apresentar candidaturas de mulheres: o recrutamento de candidaturas laranjas e a apresentação de muitas listas, encabeçadas por homens:

En la realidad la forma como se implementó termina que muchas veces se ponen mujeres que después no van a asumir y por lo tanto un hombre va a asumir en su nombre, o se pone a ver tantas listas, tan grande la oferta, pero la mayoría que salen como cabezas de listas terminan siendo los varones. Creo que la ley tiene un buen espíritu, pero que no ha sido práctico. (Susana Camarán – FA).

Já Luz Echande (PN) se mostrou contrária às cotas, pois segundo a *Alcaldesa* de Fraile Muerto, a luta pela igualdade deve ser muito maior que a obtenção de um recurso que regula uma porcentagem mínima de mulheres nas listas eleitorais. Segundo o raciocínio da entrevistada, outras ações são mais importantes, as quais incluem boa vontade dos partidos e firmeza das mulheres em se mostrarem candidaturas viáveis:

Desde la condición de género, considero que estamos en una plena lucha por conquistar nuestros lugares, lo de la cuota no me convence. Si bien no existe la cuota, no hay sitio para las mujeres en la política porque solo sitio de la cuota? Creo que también la mujer se tiene que animar a conquistar esos espacios y que tampoco la mujer después tenga que ceder por un acuerdo político el lugar que la pusieron tercera para dejarle a otro varón que estaba en el cuarto lugar, y pasa a un machismo dominante donde no se cree que la mujer puede gobernar, pero que sí puede gobernar un hogar de forma compartida con un hombre. (Luz Echande – PN).

As entrevistadas corroboraram com as ponderações de Araújo (2005, 2010), quando ela afirma que não se trata apenas do encaixe das cotas com a lista adotada para que a normativa gere resultados positivos para ampliar a representação de mulheres. No caso do Uruguai esse problema se tornou evidente, pois o país já aplicava a lista fechada (sistema amigável), porém, outros fatores foram determinantes para explicar sua ineficácia. Aqui, acrescenta-se o engajamento dos partidos, a intencionalidade dos atores em relação à variável gênero e a lógica pragmática envolvendo as disputas eleitorais como quesitos importantes na ação das cotas. Portanto, é preciso que exista colaboração para que se possa perceber os efeitos da legislação no plano da representação política igualitária (MOREIRA; JOHNSON, 2003; JOHNSON; PÉREZ, 2010).

6.2 Posicionamentos sobre a agenda de gênero e direitos humanos

Por se tratar de mulheres atentas as desigualdades entre os gêneros e atingidas/afetadas pelas condições masculinizadas do campo política, as entrevistadas seriam solidárias aos direitos das mulheres, no que se refere a aderir uma agenda feminista? Como as *Alcaldesas* veem as políticas de equidade de gênero implementadas durante os governos da Frente Ampla? Com vistas a compreender como se posicionam as *Alcaldesas* sobre as demandas sociais e às pautas progressistas (principalmente em relação às questões de gênero e aos direitos das mulheres), trabalho a questão nos dois próximos blocos. A partir dessa discussão, desenvolvo uma pequena reflexão sobre as possibilidades da representação política no que concerne a presença de mais mulheres na política.

A questão direcionada às entrevistadas foi a seguinte: *Ahora me gustaría que hiciera un análisis del actual momento del país y las reformas sociales adoptadas en los últimos diez/quince años - con centralidad en las políticas de derecho humanos y en especial direccionadas para las mujeres (Ley del aborto, Violência baseada em género, Luchas feministas).*

No primeiro momento, procuro apresentar como as entrevistadas avaliaram, de maneira geral, os 15 anos de governos da Frente Ampla. Aqui, adentrei a uma análise sobre temas que tangenciam a agenda de direitos humanos e proponho uma avaliação conjuntural do ciclo progressista uruguaio. No tópico posterior, os questionamentos são direcionados aos direitos das mulheres, aqui adentro aos temas da violência baseada em gênero e despenalização do aborto. Conforme as entrevistas vão adentrando as leituras sobre temas em disputa na agenda de gênero, dentre eles a despenalização do aborto, ou exigem análises sobre o avanço da legislação sobre direitos humanos, será possível perceber que a pequena unidade apresentada até aqui entre as falas vai se dissipando. Dessa maneira, as percepções de gênero dão lugar a visões bastante distintas, guiadas pelo cunho ideológico e pelo enquadramento partidário.

6.2.1 O ciclo progressista: direitos humanos e equidade social

Na primeira década dos anos 2000, o triunfo eleitoral dos partidos de orientação “progressista” em grande parte dos países latino-americanos proporcionou uma mudança nos rumos da política de grande parte da região. O Uruguai acompanhou esse ciclo, o gérmen desse período viria com a vitória nas eleições subnacionais de 1989, quando a Frente Ampla conquistou o Departamento de Montevideu, em 2004 ganhou pela primeira vez as eleições presidenciais, repetindo o feito em 2009 e 2014. Nesse período, o partido implementou um conjunto de reformas setoriais, muitas delas na área social, com ênfase na redistribuição, com o objetivo de combater a pobreza e a desigualdade (ANTÍA, 2022). Paralelamente, processou-se um conjunto de iniciativas referentes às políticas étnico-raciais, geracionais, de gênero e diversidade sexual. Essas questões, alcançadas na última década, entram na agenda e se traduzem em regulamentações (VILLEGAS PLÁ, 2015). Sob esse contexto, o roteiro semiestruturado questionava as *Alcaldesas* sobre o período, buscando captar a avaliação das entrevistas sobre as transformações ocorridas.

Como era de se imaginar, as *Alcaldesas* da Frente Ampla mostraram-se bastante satisfeitas com os feitos realizados em 15 anos, ressaltando-os e destacando as diversas regulamentações estatais e políticas de equidade social aprovadas nos governos da Frente Ampla. Para Margot de Leon (FA), esse período foi de muito trabalho e de diversos câmbios sociais:

Trabajamos siempre. Cada ley que se aprobó, salimos a la calle para decir lo que sentíamos. Estoy muy orgullosa de estos 15 años. Hubiéramos podido hacer más. Los que estamos detrás de un escritorio, donde el pueblo va a protestar, nunca hacemos lo suficiente. Siempre tenemos que hacer más. El Frente Amplio fue una organización maravillosa, hizo muchísimo, pero falta mucho. Seguro que 15 años en la vida de un pueblo es muy poco. Cinco en la vida de un pueblito es muy poco también. Pero estoy totalmente de acuerdo y trabajé para que saliera la ley del aborto⁷⁷, estoy totalmente de acuerdo que aquello que quiere fumar la marihuana, fume la marihuana⁷⁸, estoy totalmente de acuerdo del matrimonio igualitario para hombres y mujeres⁷⁹, las personas

⁷⁷ Lei nº 18.987 - *Interrupción Voluntaria del Embarazo*. Para maiores detalhes, consultar: <<https://impo.com.uy/bases/leyes/18987-2012>>. Acesso em: 15 maio 2022.

⁷⁸ Lei nº 19172 - *Regulación y control del cannabis*. Para maiores detalhes, consultar: <<https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19172-2013>>. Acesso em: 15 maio 2022.

⁷⁹ Lei nº 19.075 - *Matrimonio Igualitario*. Para maiores detalhes, consultar: <<https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp8758424.htm>>. Acesso em: 15 maio 2022.

*transexuales*⁸⁰. Trabajé por todas estas políticas que me parecen muy buenas. (Margot de León – FA).

Ivon Lorenzo (FA) também elaborou uma análise positiva sobre diversas ações governamentais no investimento da saúde pública, políticas habitacionais e no auxílio da população mais vulnerável. Nesse sentido, reforçou que *“Como una persona de izquierda estoy a favor de todos los progresos que están ahí, pero creo que no se necesita ser de izquierdas para ver los avances que hubo”*. Além disso, salientou as regulações e segurança dos trabalhadores no mundo do trabalho. Sobretudo, destaca-se na resposta, sua visão classista de esquerda e seu entendimento da exploração econômica como responsável pelas desigualdades sociais.

Entonces, todo este tipo de políticas públicas que ha implementado el Frente Amplio que son muchas, pero las que más marcan son las que tiene que ver con salud, con vivienda, lo que tiene que ver con la atención al más vulnerable, lo que tiene que ver con las cooperativas de trabajo - que no son menores - que tiene el poder de organizar los vecinos, las ocho horas de peón rural para decir algo. Aquello de que la persona no trabaje de sol a sol por cuatro monedas locas y la gente que trataba a los trabajadores como esclavos, perdóname la expresión. Las limpiadoras, lo que la parte más pudiente suele llamar la gente de servicio y eso me toca muy de cerca. Yo empecé la entrevista hablando que era mi trabajo. Entonces, ¿sabes lo que es trabajar limpiando para otro y que no puede tener reconocido el tiempo de trabajo? Hay gente que trabaja en esto desde cuando empezó su vida laboral hasta que no dieron lo vuestro. Sin embargo esta gente oficialmente no tenía trabajado. (Ivon Lorenzo – FA).

Susana Camarán (FA) apontou igualmente o avanço na agenda dos direitos humanos, enfatizando as realizações do segundo governo presidencial de Pepe Mujica (2010 - 2015). A frenteamplista também ressaltou que ainda que poucas pessoas sejam beneficiadas pelas ações, simbolicamente elas demarcaram uma preocupação estatal com estas minorias:

*Sobre todo el segundo periodo de Frente Amplio fue un periodo donde se hizo muchísimo la agenda de Derechos Humanos, todo lo que tiene que ver con la Ley de trata*⁸¹, *el tema de la marihuana, o sea, fue una sumatoria permanente de leyes y avances que la mayoría era eso, era reconocer derechos que se tenía y que en realidad han estado olvidados. Y ahora en el último período con lo que tiene que ver con reconocimiento y resarcimiento*

⁸⁰ Lei nº 19.684 - *Ley integral para personas trans*. Para maiores informações, consultar: <<https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/docu9303367647717.htm>>. Acesso em: 15 maio 2022.

⁸¹ Ley nº 19643: *Ley de prevencion y combate de la trata de personas*. Para maiores detalhes, consultar: <<http://www.impo.com.uy/bases/leyes/19643-2018/4>>. Acesso em: 15 maio 2022.

de víctimas del terrorismo de Estado⁸², víctimas trans, poquísimas personas que van a recibir este resarcimiento, pero son medidas que simbólicamente son muy fuertes por la violencia y la discriminación que hacen contra esa población. (Susana Camarán – FA).

Por sua vez, as *Alcaldesas* do Partido Nacional utilizaram do questionamento sobre a avaliação das reformas adotadas nesses últimos 15 anos para fazer diversas críticas ao governo da Frente Ampla, em especial à legislação que controla o uso e o comércio da cannabis no país. Em oposição à percepção das *Alcaldesas* da Frente Ampla, as nacionalistas destacaram a preocupação com a segurança, estabelecendo um vínculo entre os índices de violência nacionais e a regulamentação da maconha. Nesse aspecto, a percepção de Analí Betancur (PN) sobre o tema fornece uma síntese da opinião do grupo:

Bueno! Han pasado momentos muy difíciles en nuestro país, es verdad. En 15 años, el gobierno del Frente Amplio tuvo cosas muy buenas y otras que no comparto. Lo que me preocupa es la seguridad. Estamos viviendo una inseguridad en Montevideo, matan todos los días gente. La gente está trabajando y te matan por 2 pesos como decimos nosotros. Eso me duele muchísimo. Eso hay que solucionar no sé cómo y hay un tema que se agregó que es la droga. La única manera que explica matar cómo matan tiene que estar drogadicto, por poca plata y quedan familias destruidas. (Analí Betancur – PN).

Luz Echande (PN) reconheceu os investimentos na saúde pública, saudou a vinda da brigada médica de especialistas cubanos na Missão Milagre⁸³ e colocou seu ponto de vista sobre a educação, destacando a descentralização do ensino de Montevideu para o interior e o oferecimento de bolsas para financiar o estudo no Ensino Superior. Entretanto, destacou como episódio negativo as acusações de corrupção que envolveram a renúncia de Raúl Sendic, eleito vice-presidente para o terceiro mandato da Frente Ampla, devido ao uso de cartões corporativos oficiais quando era diretor da petroleira estatal ANCAP⁸⁴.

⁸² Ley n° 18596: *Reparación a las víctimas de la actuación ilegítima del estado en el periodo comprendido entre el 13 de junio de 1968 y el 28 de febrero de 1985*. Para mais detalhes, consultar: <<https://www.impo.com.uy/bases/leyes/18596-2009>>. Acesso em: 15 maio 2022.

⁸³ Trata-se de um acordo internacional iniciado em 2007 entre o Ministério de Saúde Pública do Uruguai e os Serviços Médicos da República de Cuba. Para mais detalhes da missão, consultar: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2014/07/01/mas-de-tres-millones-de-beneficiados-con-operacion-milagro-en-diez-anos/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

⁸⁴ A decisão de deixar o cargo ocorreu após análise do caso no tribunal de ética partidário, para saber mais informações, consultar: <<https://970universal.com/2017/09/04/informe-sendic-compromete-responsabilidad-etica-politica>>. Acesso em: 15 maio 2022.

Algunas políticas de Estados han estado muy conforme y creo que tendría que seguir potenciando. Muchas personas que en Uruguay tenían dificultad para ver y gracias a las políticas de Estado de la salud donde participaron médicos cubanos, pudieron curar muchísimas personas de la vista y pudieron volver a ver. A nivel de educación, yo tengo una mirada, tengo un esposo que es maestro y creo que se han generado muchísimas oportunidades, que quizás no están bien distribuidas dentro del país, pero que oportunidades y aperturas ha habido. Que hoy quien no estudia es que no tiene espíritu de estudiar. Hay lugares pagos por el Estado, hay becas que antes no había, hay abonos para que la gente se traslade. Por eso creo que ha sido una gran oportunidad para los padres que no tenían cómo mandar a sus hijos para estudiar y hoy hay una gran apertura que también hay que potenciarla. A nivel estatal, en los entes públicos, habría que hacer una muchísimas investigaciones por la gravedad de lo que pasó donde el vicepresidente de la república tiene que renunciar por haberse apropiado el dinero del Estado para uso público. El pésimo ejemplo que ha pasado en Uruguay y nada menos que hijo de un líder que peleó por oportunidades para todos y la responsabilidad frente al Estado. (Luz Echande – PN).

María del Carmen (PN) também evidenciou o grande avanço na agenda de direitos, destacando os direitos das minorias com ênfase no matrimônio igualitário. Contudo, também fez menção ao episódio que envolveu a renúncia de Sandic para expressar uma questão negativa:

Lo que yo noto como un gran avance del gobierno del Frente Amplio es la agenda de derechos. En el personal, soy grande defensora del tema de las minorías, del matrimonio igualitaria, que una pareja homosexual adopte y tenga una vida plena, de la igualdad de género. Entonces, en todo lo que tiene que ver con la agenda de derechos, se ha avanzado muchísimo, eso es lo que rescato de ese gobierno en estos 15 años yo doy totalmente mi mano derecha a eso, ha sido espectacular. Lo negativo en eso, es el tema de la corrupción. La corrupción ha permeado muchos años los distintos gobiernos del Frente Amplio. Tuvimos un vicepresidente que tuvo que renunciar por corrupción. Un monopolio en tema de combustible no en tema de libre competencia. Eso de la corrupción opaca cualquier gobierno, después los índices de inseguridad han crecido de forma impresionante el número de homicidios, de delitos violentos. (Maria del Carmen – PN).

Também é conveniente ressaltar a visão de María de Lima (PN), sem fazer críticas aos governos da Frente Ampla e as políticas e legislações aprovadas no período. A *Alcaldesa* de Nueva Helvecia creditou as transformações como o resultado de um debate sobre direitos humanos que extravasa as fronteiras nacionais, considerando fruto de uma determinada conjuntura global.

Creo viene de un proceso muy interesante, está perfecto en su tema y forma, creo que hay un poco más de rienda suelta para llegar los recursos necesarios. Por ese lado, creo que funciona un poco la parte de gobernabilidad, por otro lado en el tema de las políticas de género es un proceso y un cambio también importante a nivel mundial, hay temas

mundiales que están impuestos, sobretudo la parte de derechos humanos ya no el país, es global y eso genera también una consciencia sobre las generaciones más jóvenes qué hay que formarse y seguir adelante y sobre los derechos adquiridos debemos dejar las buenas cosas, creo que tenemos que defender en Uruguay. (María de Lima – PN).

Outro aspecto marcante dessas análises de conjuntura foram as ponderações produzidas por duas *Alcaldesas* frenteamplistas sobre o “(contra) giro à direita” no Uruguai (LUNA; KALTWASSER, 2021). Ambas trouxeram em nosso diálogo reflexões sobre a eleição de Lacalle Pou e alguns questionamentos sobre os motivos que levaram à derrota de seu partido na última eleição presidencial, o que significou a interrupção de um ciclo de 15 anos de governos da Frente Ampla e o retorno da direita tradicional do Partido Nacional ao poder executivo⁸⁵. Para Sandra Nedov (FA):

Yo esperaba que Frente hubiera podido ganar para seguir profundizando toda la agenda de derechos que veníamos trabajando. Creo que hay una cantidad de aspectos en lo que hemos mejorado. Creo que nos comunicamos mal y que eso fue parte de haber perdido el gobierno. Estar en el gobierno a veces te demanda un esfuerzo centrado en desarrollar el gobierno y no le hacemos llegar a la población que esta transformación no es porque gracias a Dios y yo soy trabajador y me fue bien. La vida de la gente cambia cuando las políticas se adecuan a las necesidades de la gente, no es lo mismo un gobierno de derechas que un gobierno de izquierdas y creo que la gente se da cuenta de eso cuando pierde lamentablemente. Yo espero que los cinco años pasen rápidos y volvamos a ganar porque nos importa la vida de la gente, el combate de la pobreza es primordial. Si me dicen “si tu tuviera que decir algo, ¿qué dirías? Yo digo que nadie debería ser pobre porque es posible que nadie sea pobre, pero creo que para valorar algunas cosas hay que tener claro algunos conceptos de corte ideológico. Hay que tener consciencia de clase, hay clases sociales aunque nadie las nombre, ellas existen. (Sandra Nedov – FA).

Susana Rodriguez Calvo (FA) também se questionou sobre o que poderia ter acontecido para convencer os cidadãos uruguaios a votar novamente nas forças políticas de direita. Para ela, para além dos equívocos da campanha eleitoral, aspecto também destacado por Sandra Nedov (FA), uma das respostas estaria na individualidade dos uruguaios.

Yo personalmente no consigo entender cómo la gente se olvidó. Más allá que digan que la campaña fue equivocada, ¿cómo la gente se olvidó? La ayuda a las madres solas, la violencia de género qué es brutal, tremendo y quién

⁸⁵ É preciso salientar uma reorganização no campo da direita e centro-direita com o surgimento surpreendente do *Cabildo Abierto* (CA), uma força radical de direita liderada por um ex-comandante-chefe do Exército. Em menos de um ano, o partido conseguiu se implantar efetivamente em todo o território e obteve 11% dos votos nas eleições presidenciais (MONESTIER; VOMMARO, 2021).

trabajo contra fue este gobierno. El problema de las personas en situación de calle, son muy pocas, pero acá impresiona porque el individualismo es tan grande que cuando reclamó no me preocupa la persona que está durmiendo allí, me preocupa que lo ven, es feo. Esa persona tiene que tratarla, que verla, hay gente que habla muy livianamente sobre llevar una persona para aquí o para allá, pero la persona tienes derecho de no querer ir a un sitio muchas veces está enferma de salud mental y muchas veces son gente que estuvo presa y que la liberan y que no hay oportunidades. Nadie da empleo para alguien que estuvo preso, si no le ayuda el Estado no lo ayudan a nadie porque es muy de la boca para fuera decir que una empresa coloca [...]]. No, si el Estado no está. Bueno, esperemos a ver. (Susana Rodriguez Calvo – FA).

Com base nas respostas apresentadas acima, obtidas no trabalho de campo de fevereiro de 2020, dois meses após a realização do pleito presidencial que deu a vitória no segundo turno à chapa de direita do Partido Nacional, foi possível perceber que as avaliações e as ponderações foram bem demarcadas por esse contexto (quem governou e quem passará a governar), assim, os posicionamentos estão guiados conforme a filiação política de cada *Alcaldesa*. No próximo tópico, adentro a discussão sobre os direitos conquistados pelas mulheres para perceber se a demarcação ideológica se manteve ou se foi atenuada por tratar-se de questões que envolvem o próprio gênero das entrevistas.

6.2.2 Direitos das mulheres

No âmbito das questões de gênero, destacaram-se uma série de ações inovadoras no país durante esse período: foram desenvolvidas políticas públicas e uma série de normativas relacionadas à igualdade de gênero, sexualidade, autonomia e discriminação dos direitos sexuais e reprodutivos (JONHSON; GUSTÁ; SEMPOL, 2019).

Cabe sublinhar que os temas encontraram canais para serem discutidos na agenda pública em espaços institucionais que foram delineados com esse objetivo. Nesse âmbito, o pontapé inicial pode ser delimitado pela reformulação do *Instituto Nacional de la Familia y la Mujer* em 2005, que foi modificado e incorporado ao *Ministerio de Desarrollo Social* (MIDES)⁸⁶, passando a ser chamado de *Instituto*

⁸⁶ O MIDES tem a competência de assessorar o Poder Executivo a partir da formulação, execução, supervisão, coordenação, programação, monitoramento e avaliação política, de estratégias e planos nas áreas de juventude, mulher e família, idosos, pessoas com deficiência e desenvolvimento social

Nacional de las Mujeres (Inmujeres)⁸⁷. Trata-se do primeiro reconhecimento do Estado uruguaio sobre a necessidade de abordar as diferentes discriminações e desigualdades dos direitos humanos das mulheres como um problema de Estado. No mesmo ano, o Ministério do Interior também passou a incorporar as questões de gênero e violência doméstica como política institucional. Foi criado o *Observatorio Nacional sobre Violencia y Criminalidad*, que passou a medir o número de denúncias de violência doméstica, e, além disso, foram desenvolvidas medidas programáticas para a equidade de gênero.

Em 2007 foi promulgada a Lei 18.104 - *Igualdad de Derechos y Oportunidades entre Hombres y Mujeres en la República*, aprovada pelo Parlamento Nacional em 06 de março de 2007 por iniciativa do Poder Executivo. A lei constitui-se em um marco geral que obrigou o Estado a adotar todas as medidas necessárias para assegurar a concepção, elaboração, execução e monitoramento das políticas públicas de forma que integrem a perspectiva de gênero (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2007).

É fundamental destacar a colaboração dos próprios movimentos sociais de mulheres e feministas dentro da esfera estatal, pois eles foram chamados a compor dentro dos espaços institucionais. Bidegain, Freigedo e Casulo (2021), em artigo que analisam a estrutura de oportunidade política, com ênfase nas relações entre os movimentos sociais e a Frente Ampla durante os 15 anos de governos nacionais, explicam que essa circunstância foi propiciada devido a dinâmica de intermediação sociopolítica, em oposição à agenda neoliberal promovida pelos sucessivos governos do país entre 1985 e 2005, em que os movimentos sociais (trabalhadores, cooperativistas, estudantes etc.) agiram em conjunto com a FA. Dessa forma, ainda que se registrem desencontros e alguns conflitos, “*estos no llegaron a cuestionar la histórica relación de colaboración entre los movimientos sociales y la coalición de izquierda uruguaya*” (BIDEGAIN; FREIGEDO; CASULO, 2021, p. 395).

em geral. Para maiores detalhes, consultar o site: <<https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

⁸⁷ InMujeres é um órgão diretivo das políticas de gênero, responsável pela promoção, desenho, coordenação, articulação e execução de políticas públicas na perspectiva de gênero, bem como seu monitoramento e avaliação. Sendo estabelecido como um dos mecanismos de igualdade de gênero em nível nacional, contando pela primeira vez com uma estrutura de cargos e orçamento próprio (OBSERVATORIO DE VIOLENCIA Y CRIMINALIDAD, 2019).

No caso do movimento de mulheres no Uruguai, Jonhson, Gustá e Sempol (2019) descrevem a constituição de uma densa rede de trabalho, formada por ONGs feministas, grupos de mulheres de base, mulheres de sindicatos e de partidos políticos e legisladoras mulheres, como um dos recursos fundamentais para os avanços obtidos. Essa atuação em conjunto teve um caráter multinodal que possibilitou, entre outras coisas, a inserção de mulheres comprometidas com os direitos de gênero em espaços institucionais. Míriam Rodríguez (FA), a única *Alcaldesa* que se declamou feminista, colaborou com uma perspectiva de dentro do movimento feminista, descrevendo sobre esse cenário e a diversidade de atores sociais no interior do movimento, refletiu sobre os avanços, reforçando a necessidade da militância e do engajamento cotidiano, para além das mobilizações de rua:

Yo creo que se hemos avanzado en estos últimos 20 o 25 años, yo creo que las mujeres han dado un avance histórico. Desde mi opinión, o sea, que fue una lucha permanente, continua, pero los avances han sido en los últimos 20, 25 años del punto de vista histórico. Hay que continuar porque esto es algo que tenemos que reeducar. Está muy atado a la reeducación de nuestros hijos, nuestros nietos y cada uno de nosotros. Por ejemplo, la marcha del 8 de marzo el día de la mujer es una marcha que se vuelcan 300.000 personas a la avenida 18 de julio llena de personas que marchan en defensa de los derechos, pero no tenemos 300.000 militantes por esta causa. Tenemos 300.000 participantes con un sentimiento de defender los derechos, pero no tenemos militantes activos, si tuviéramos 300.000 militantes activos sería un ejército social digamos. [...] Hay que ser militante en tu trabajo, en el cotidiano, en la cola del supermercado, con tus hijos. Yo creo que eso fue que logró este avance en los últimos años a nivel mundial, no es algo sólo en Uruguay, quizás aquí no fue el lugar vanguardia sino que fueron consecuencia de las políticas que se pudieron ir desarrollando. Creo que la izquierda también tuvo que ver en eso, claro que ni todas las feministas son de izquierda y no tiene por qué serlo, sino que la política que vos los defines como prioritario aparece la cuestión de la igualdad. (Míriam Rodríguez – FA).

6.2.2.1 Violência baseada em gênero

Adentrando especificamente ao tema da violência, verificou-se que há uma preocupação geral entre as *Alcaldesas* sobre a situação e a exposição das mulheres à violência baseada em gênero, principalmente nos casos extremos em que ocorre o feminicídio.

O alarme das *Alcaldesas* deve-se aos índices de violência que acometem as uruguaias. De acordo com a *Segunda Encuesta Nacional de Prevalencia* sobre

Violencia Basada en Género y Generaciones (SENPVBGG) realizada em 2019, 76,6% das mulheres com mais de 15 anos, ao responderam ao questionário, afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência baseada em gênero ao longo de suas vidas. E mais da metade das mulheres entrevistadas maiores de 15 anos também reportaram algum tipo de violência sexual dentro do espaço público (SENPVBGG, 2019). Sobre os feminicídios, os índices também são estarrecedores. Um estudo em conjunto realizado pelo *Ministerio del Interior*, pelo *Instituto Nacional de las Mujeres* e pelo *Ministerio de Desarrollo Social* analisou exaustivamente 473 casos de vítimas fatais de homicídios no Uruguai entre os anos 2012 e 2018. Os resultados mostraram que, da amostra total, 172 casos se enquadravam em crimes classificados como feminicídios (OBSERVATORIO DE VIOLENCIA Y CRIMINALIDAD, 2019).

Embora as *Alcaldesas* reconheçam o problema, enfatizam resoluções diferentes para combater a violência contra a mulher. A *Alcalde* de Migueles, María del Carmen (PN), defendia a necessidade de maior controle policial pelo aparato estatal sobre homens acusados de cometerem qualquer tipo de violência, a partir da custódia e do uso de tornozeleiras eletrônicas.

El tema de violencia de género se ha instalado en nuestra sociedad de forma dramática. Ahora, por ejemplo, una de las medidas que va a ser implementada urgente para que se apruebe en el primer año del gobierno consta de 406 artículos. Y precisamente cuando envuelven casos de violencia doméstica se restrinja la libertad del agresor y no de la mujer porque ahí es victimizar dos veces: víctima de la violencia doméstica ya su vez a está victimizando, poniendo una custodia policial o un aparato. Custodia policial y aparato electrónico al hombre. Entonces eso es fundamental porque la mayoría, no sé se la mayoría, pero un gran número, un gran porcentaje de los feminicidios que se dan en Uruguay son hombres violentos que rompen su tobillera y van matan a la mujer, eso porque no se toman medidas contra él. A veces no hay tobillera en el país. (María del Carmen – PN).

Nesse aspecto, Luz Echande (PN) compreendeu o problema como um fenômeno suscetível a todas as mulheres, enfatizando a necessidade da denúncia⁸⁸ e de todas se somarem a essa luta.

⁸⁸ Além das denúncias presenciais que devem ser feitas nas Delegacias, nas *Unidades Especializadas en Violencia Doméstica y de Género* (UEVDG) e demais unidades policiais. Com base em sistemas e tecnologias de informação, o Uruguai incorporou ferramentas não presenciais, como reclamações online, através do APP 9-1-1 e pelo número 0800-5000 (OBSERVATORIO DE VIOLENCIA Y CRIMINALIDAD, 2019).

A toda esta lucha nos tenemos que sumar y tenemos que comprometernos más porque hoy en esa sociedad hay muchos femicidios y de que hay muchas cuestiones que solo nosotras como mujeres podemos hacer posible. Al otro decimos que en la casa del otro no pasa nada, me hago que no vi, es imposible que podamos ayudar sin comprometerse. (Luz Echande – PN).

Por fim, é válido mencionar a reflexão da *Alcaldesa* Susana Rodríguez Calvo (FA) sobre como sair de um ciclo de violência, um dos grandes problemas que podem levar ao extremo do feminicídio. Em sua fala, a *Alcaldesa* traz um relato do trabalho realizado com outras mulheres e salienta ser importante investir na educação para que as mulheres conquistem sua independência e não fiquem sob o controle masculino:

La violencia contra la mujer es una cosa brutal, tremenda que el hombre reacciona. Hasta que la matan, es tremendo [...]. Muchas veces la mujer no tiene como mantenerse porque eso también pasa ¿cómo salen? Es salir también por la educación que te dieron. No tener su independencia también es una violencia, no hacer lo que quieres cómo quieres. Y después hay la violencia contra la mujer en la calle, hay que ser muy fuerte. Una cosa que yo observaba militando políticamente, vamos siempre a los asentamientos llevar propaganda y todo. Mira, cuando tú entras en un asentamiento las mujeres que están con pareja miran para abajo y dijeron que no votan, la mujer que estaba y su rancho sola ella que militaba. El Frente Amplio creó políticas para ayudarlas ojalá que en estos 5 años no se deteriore lo que hizo y aporten algo. (Susana Rodríguez Calvo – FA).

Esse é um dos grandes problemas sociais enfrentado pelas mulheres no Uruguai, para buscar combater, atualmente, o país dispõe de um conjunto de leis que amparam as vítimas. Esse tema passou a receber atenção na agenda nacional na virada da década de 1980 para 1990, quando a sociedade civil começou a cobrar uma resposta sistemática às vítimas de violência e lançou ações de sensibilização para a sociedade em geral e para o Estado em particular (SANMARTIN, 2006).

No ano de 2002, foi aprovada a Lei 17.514 - *Ley de erradicación de la violencia doméstica*. Nesse caso, a violência doméstica abrangeria tanto a violência de gênero quanto a violência geracional. A lei prevê diferentes tipos de situações, entre os membros do casal, entre os filhos e entre pais e filhos. São as chamadas “Leis de Primeira Geração”, aquelas que visam fornecer medidas cautelares de proteção contra violência familiar ou violência doméstica. A partir de 2007, teve início um processo regulatório na região latino-americana, cujo objetivo foi de ampliar a resposta a outros tipos de violência de gênero e criminalizar várias de suas formas,

especialmente os feminicídios e o tráfico de mulheres e crianças em consonância com a definição estabelecida através da Convenção de Belém do Pará⁸⁹. Esse segundo grupo de leis foi denominado “Leis de Segunda Geração” (VÍLCHEZ, 2013).

Apenas em 2017, o Uruguai promulgou a Lei nº 19.580 - *Ley de violencia hacia las mujeres basada en género*. De acordo com o primeiro artigo previsto na legislação, a aplicação dessa lei teve como objetivo garantir o efetivo direito das mulheres a uma vida livre de violência de gênero. A lei abarca mulheres de todas as idades, cis e trans, de diversas orientações sexuais, condição socioeconômica, território, crença, origem cultural e étnico-racial ou condição de deficiência, sem qualquer distinção ou discriminação. Foram estabelecidos mecanismos, medidas e políticas integrais de prevenção, atenção, proteção, punição e reparação.

No mesmo ano, foi aprovada a Lei 19.538 - *Ley do Femicidio*⁹⁰, que modificou o Código Penal e introduziu o feminicídio como circunstância agravante do homicídio nos casos em que a mulher é assassinada por motivos associados ao seu gênero. Essas modificações estabeleceram, entre outras coisas, que para classificar o crime de feminicídio deve-se provar que entre a vítima e o agressor existe um vínculo de “afetividade e intimidade de natureza sexual”. Esse elemento é fundamental quando se leva em conta que, segundo as estatísticas, na maioria dos casos o feminicídio é cometido por uma pessoa muito próxima, isto é, um parceiro ou ex-parceiro da vítima (OBSERVATORIO DE VIOLENCIA Y CRIMINALIDAD, 2019).

⁸⁹ Hasanbegovic (2016) descreve a Convenção de Belém do Pará como um marco histórico no combate à violência de gênero. Conforme a autora, a Convenção declara em seu preâmbulo que a causa da violência está nas relações desiguais de poder entre homens e mulheres, historicamente construídas e naturalizadas pela cultura, religião e sociedade em geral. A convenção descreve a violência contra a mulher como uma grave violação dos direitos humanos e, portanto, responsabiliza o Estado por preveni-la, puni-la e erradicá-la.

⁹⁰ Para determinar que o assassinato de uma mulher foi feminicídio, outras características devem ser levadas em conta, além do vínculo entre a vítima e o agressor. A gama é ampla e os parâmetros são variados, por isso existem diferentes tipos de feminicídios: íntimos; não íntimo; por agressão sexual; infantil; familiar; família sexual; por conexão; para ocupações estigmatizadas; para tráfico; pelo tráfico; o quadro do narcotráfico; transfóbico; lesbofóbico e étnico-racial. Para mais informações, consultar <<https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/comunicacion/comunicados/femicidios-uruguay>>. Acesso em: 15 maio 2022.

6.2.2.2 Despenalização do aborto

A grande divergência entre as entrevistadas se deteve sobre a avaliação da legislação que regulamenta o aborto ou interrupção voluntária da gravidez. No Uruguai, esse direito foi conquistado em 2012 com a promulgação da Lei 18.987 - *Interrupción Voluntaria del Embarazo*⁹¹.

É oportuno lembrar que a pauta havia sido vetada em 2007, no primeiro mandato presidencial de Tabaré Vázquez, três dias após a matéria ter sido aprovada pelo Senado, contrariando majoritariamente vários setores do Partido e o programa de governo da Frente Ampla. Dessa forma, as organizações feministas e os movimentos sociais engajados na causa precisaram se recuperar desse duro golpe advindo da própria esquerda e restabelecer novamente a luta. Nesse contexto, os grupos feministas *Cotidiano Mujer* e *Mujer y Salud en Uruguay* (MYSU) tiveram fundamental importância. Além disso, houve a formação da Coordenação Aborto Legal, reunindo vários setores da sociedade pró-aborto e agrupações feministas (JOHNSON; ROCHA; SCHENCK, 2013).

Susana Camarán (FA) recordou sobre todo esse processo:

Claramente en los últimos 15 años Uruguay ha dado un salto enorme en lo que tiene que ver con las leyes y la agenda de derechos que llaman nuevos derechos, pero son los derechos de siempre y ahora nada más que ponemos en la mesa. El Frente Amplio respondió a una cuestión que fue más que la masificación, respondió a unos colectivos específicos que llevaban estos temas específicos de lucha hace muchos años. Se hablamos de la Ley del Aborto, una ley que en su momento aprobó el Parlamento y el presidente Tabaré vetó y que generó muchas heridas internas. Finalmente se aprobó, creo que el veto del presidente hizo que fuera más, que más gente apoyara la ley, quizás si él no hubiera vetado no hubiera tenido la discusión popular que finalmente tuvo. Había una campaña contra la ley en el marco de que todas iban a abortar como y fuera una obligación, no era visto como un derecho, sino una obligación. En el momento que estas cuestiones quedaron

⁹¹ De acordo com o primeiro artigo da Lei 18.987, com a despenalização, o Estado garante o direito à procriação consciente e responsável, reconhece o valor social da maternidade, protege a vida humana e promove o pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos de toda a população. Dentre as especificidades da lei, as meninas menores de 18 anos devem ter consentimento dos responsáveis. A interrupção da gravidez só pode ser realizada dentro do prazo de até 12 semanas. A mulher que deseja recorrer a ajuda do Estado deve realizar uma consulta médica pelo Sistema Nacional Integrado de Saúde. No mesmo dia, ou no dia seguinte, a mulher deve consultar com uma equipe interdisciplinar (médico ginecológico, especialista em saúde psíquica e assistente social). Há uma conversa com a equipe, informação sobre a lei e a apresentação de alternativas (apoio social e econômico e adoção). Ênfase da conversa: apoio psicológico e social da mulher visando uma decisão consciente e responsável. Após um período para a reflexão de no mínimo de cinco dias, o procedimento é realizado, ou não. A decisão é incorporada no histórico de saúde da paciente.

más claras, después hubo un hecho fundamental que no hemos tenido más muertes de mujeres por aborto casero y eso no es nada de menor en un país donde el aborto siempre existió, pero que dependía de las condiciones que tenía para hacerlo. [...] La verdad es que hay mujeres que por distintos motivos no quieren el embarazo porque no quieren y punto o porque no están preparadas para tener un hijo o porque fue producto de una violación, lo que sea porque tienen el derecho de definir que sí o no y eso lleva a los abortos clandestinos. Entonces eso sería un retroceso enorme. (Susana Camarán – FA).

Todas as *Alcaldesas* do Partido Nacional colocaram-se contrárias a despenalização do aborto, três delas mobilizando justificativas morais e argumentos religiosos. Dessa maneira, suas explicações se caracterizam pelo profundo conservadorismo no campo social. María del Carmen (PN) afirmou que a prática vai contra sua concepção cristã:

Soy antiaborto por un tema de que soy cristiana y para mí hay vida desde la concepción. Eso de poner límite en la 13ª semana, en la 13 semanas hay una personita en formación, lo ves claramente en las ecografías. Entonces tu estás matando esta personita en nombre del derecho de la mujer, pero quien le dijo a una mujer que no tiene derecho de poner la vida así. Es un tema. Soy a favor del aborto terapéutico y también reconozco que su mal menor es si en un país está permitido el aborto para empezar a bajar también el índice de los abortos clandestinos y en malas condiciones que atentan contra la vida de la mujer. Eso también hay que ser reconocido, pero estoy en contra el aborto. Es un tema humano. (María del Carmen – PN).

Da mesma maneira, Analí Betancurt (PN) fez referência a concepção da vida logo na fecundação e defendeu que a melhor saída para contornar o problema seria colocar os recém-nascidos não desejados para a adoção responsável, pois, segundo a *Alcaldesa* de Colonia Valdense, existem muitas famílias que desejam ter filhos e não podem.

La ley del aborto, no estoy de acuerdo, es una vida. Pero también veo que se cometen cada cosa [...] Nacen y tiran los bebés en el contenedor de la basura o dejan de lado. Y conozco tantos matrimonios que están deseando poder adoptar un niño, pero es tanta la burocracia. Tanto, tanto! Gente que sabe que no va a poder tener hijos y que quieren porque no dan estas criaturas? Ya que los progenitores no lo quieren, por la causa que sea, pero dale la posibilidad a la gente que está ansiosa por tener un niño en la familia. (Analí Betancur – PN).

Luz Echande (PN) também justificou seu posicionamento com argumentos pró-vida bastante similares aos apresentados pelas colegas de partido, destacando que a lei anterior já permitia que o aborto ocorresse em casos de risco de saúde da mulher.

Além disso, a *Alcaldesa* apela para sua experiência pessoal com o terceiro filho para defender seu ponto de vista:

La ley del aborto. Considero que hay personas que la ley ya ampara, ante tantos meses de gestación, por la salud de la madre o de su hijo, podrían abortar. Hoy tenemos todos los medios para que los jóvenes y no tan jóvenes que están en tiempo de procreación puedan cuidar y nunca voy estar de acuerdo con matar un hijo. Hay que buscar lugares que estas niñas por falta de educación o cultura en sus casas, llegar muy prematuras a ser mamá, pero no decirles sí al aborto porque es una nueva vida. Yo tuve que elegir entre mi vida y la vida de mi tercer hijo, si seguía adelante con el embarazo o se no seguía y decidí seguir adelante. Nació mi tercer hijo con ocho meses, hoy tengo un hijo hermoso y el médico me dijo “tú puedes morir en el parto” y me quedé embarazada un poco irresponsablemente porque yo quería otro hijo, tenía un fibroma, tiroides y no tenía la recomendación de que pudiera tener otro hijo. Fue un poco irresponsable, pero yo quería tener otro hijo y lo tengo y es divino. (Luz Echande – PN).

Dessa forma, destaca-se na fala das três *Alcaldesas* a alegação de que o embrião já deve ser considerado um ser vivo, argumento utilizado como a peça fundamental no encadeamento lógico da defesa Pró-Vida. Conforme Silva (2018) explica, é através dessa ideia “com pretensões científicas”, que grupos contrários à legalização do aborto têm buscado forjar uma autoridade sobre o tema. Rosa Imoda (PN) também se colocou contrária à regulamentação do aborto, porém, sua resposta apontava para a necessidade de educação sexual nas escolas e do diálogo familiar para prevenir os casos de gravidez indesejados. Ela também fez uso do exemplo pessoal para amparar seu discurso. Segundo a *Alcaldesa*, tudo passaria pelo cuidado e conhecimento sobre o corpo:

Sobre la Ley del Aborto, creo que hay una elección de la mujer se quiere tener o no, yo habría apostado más en la educación. Yo tuve una educación de prevención del embarazo y creo que es el mejor para todos. Me parece que la mujer tiene que ser consciente y el hombre no. Los dos tienen que serlo, para mí falta mucha educación sexual para los chicos. En la época nuestra, tuve la suerte de tenerla tanto en mi familia como en el centro educativo y hace muchos años, tengo 58. Creo que por ahí pasa. Creo que en unas cosas avanzamos y en otras no. Me parece que uno tiene que aprender a respetar su cuerpo y cuidar de su cuerpo. La liberación de la mujer es muy buena, pero con orden. Creo que la mujer tiene que defender su lugar, pero con altura, no con cosas excesivas. (Rosa Imoda – PN).

Já a concepção das *Alcaldesas* da Frente Ampla é totalmente oposta ao que defendem as *Alcaldesas* do Partido Nacional. Seus argumentos sustentam uma narrativa que preza pela autonomia da mulher e pelo controle de cada uma para

decidir sobre o próprio corpo, rejeitando argumentações religiosas. Essa cisão entre a concepção das atrizes políticas filiadas ao Partido Nacional e as filiadas a Frente Ampla foi colocada na fala de Susana Rodriguez (FA):

Los cambios logrados por el Frente en estos 15 años nunca fueron vistos. La oposición quiere ganar el gobierno departamental y cuando habla es como si no hubiera vivido antes de lo que era el año 90, era tremendo. Fíjate, el problema más grande es que quién ganó el gobierno es totalmente opuesto a todas las reivindicaciones y las luchas de las mujeres, es totalmente opuesto por cuestión de religión para que no existiera la ley del aborto. Estaban en contra, no lo votaron y ahora va a gobernar [...] Lo del casamiento gay, se logró muchísimo y hay que defenderlo. (Susana Rodriguez – FA).

Por fim, é relevante a abordagem de Ivon Lorenzo (FA) e sua preocupação com os problemas de saúde pública, ou seja, uma questão coletiva. A *Alcaldesa* parte do reconhecimento de que o aborto é uma realidade social concreta, ou seja, mulheres recorrem a prática independentemente da classe, religião ou possíveis condenações. Desse modo, a uruguaia apontou para a ineficácia da repressão estatal, o que tão somente condena as mulheres a procurar clínicas clandestinas. Quem tem recursos pode acessar lugares com melhores equipamentos, porém, mulheres pobres são submetidas a condições sanitárias insalubres, prejudiciais à saúde, responsáveis por boa parte das estimativas relacionadas à morte materna. Isso sem mencionar mulheres que recorrem ao aborto caseiro e precisam procurar os hospitais às pressas, sendo expostas a todo tipo de violência obstétrica. Por isso, a despenalização adotada no Uruguai assegura o acolhimento e o tratamento médico em instituições públicas, para assegurar o bem-estar e a vida daquelas que desejam interromper a gestação.

Sobre la ley del aborto, más allá de lo que yo pueda pensar personalmente porque yo no lo haría, pero creo que es una hipocresía. Algunos dicen que matan la criatura, pero estas mismas personas cuando miran un niño en la calle pidiendo dinero dicen “¿ya está jodiendo este niño?”. Entonces no queremos que las mujeres aborten pero tampoco queremos ver sufriendo. ¿Cuántas mujeres en Uruguay han muerto por no tener la posibilidad de hacer un aborto seguro? Porque la mujer tiene que considerar si aborta o no. Increíblemente lo que provocó la ley del aborto en Uruguay fue justamente lo contrario porque no es cómo se suele decir tan libremente abortar. El daño psicológico es mucho y el resto de su vida esa mujer se va culpar por el aborto porque eso tiene que decir pero no se dicen. Esa mujer que no tiene otra posibilidad que no sea abortar, debe ser guiada. Son muchos los casos en los que las mujeres no abortan porque encuentran una solución, una contención. Lo que había antes era una iniquidad. Quien tenía dinero suficiente hacía de modo seguro y quien no tenía podría muchas veces acabar muerto. Entonces era necesaria sí una ley de aborto, yo creo que sí. (Ivon Lorenzo – FA).

A reflexão de Ivon Lorenzo encerra o rol de excertos selecionados para compor este último tópico. Foi observada a formação de dois discursos antagônicos, muito bem estabelecidos, delimitados pela filiação partidária: as *Alcaldesas* da Frente Ampla se mostraram a favor da despenalização do aborto, enquanto as *Alcaldesas* do Partido Nacional se colocaram contra a medida, transparecendo uma resistência em aderir a essa demanda, já institucionalizada, mobilizando argumentos conservadores. Para a análise feita nesta pesquisa, essa diferença entre os posicionamentos produziu um questionamento sobre representação política de mulheres. Por que, apesar das mulheres experimentarem adversidades de gênero familiares a sua própria condição, a compreensão e soluções para lidar com os temas são tão distintas?

6.3 Considerações rumo a uma representação substantiva

Em relação à primeira parte do capítulo, a análise das respostas constatou em diversos pormenores que as governantes locais percebiam a interferência de fatores cristalizados pela teoria política com ênfase em gênero, discorrendo sobre elementos culturais, ordenações institucionais e recursos socioeconômicos. Dessa forma, trabalhar com a percepção das atrizes políticas permitiu um diálogo fecundo entre as entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo e literatura dedicada a entender a representação de mulheres. Com base nas narrativas, então, foi possível fazer conexões com a literatura de carreira política de mulheres, avistando discussões sobre o tempo, rótulos de gênero, ambição política e a continuidade das desigualdades entre homens e mulheres.

É compreensível que todas as *Alcaldesas* tenham reconhecido, em algum nível, condições desiguais que cercam as mulheres na esfera política-institucional, pois ainda que possam ser tão diferentes entre si, há algo em comum na história dessas atrizes políticas, na medida em que compartilham experiências específicas, que são constante na vida de todas, das condições “femininas”. Em forma de injustiças materiais e culturais/simbólicas, essas funções acabam por definir obstáculos comuns à participação política de mulheres nas democracias existentes. Esse sentimento está muito presente na primeira parte, de modo geral, os trechos selecionados, independentemente de as entrevistadas guardarem suas diferenças ideológicas,

partem do mesmo ponto de vista: de que as mulheres precisam enfrentar obstáculos diversificados para alimentar uma trajetória pública e para se dedicar à política.

Essa coesão não se manteve na segunda parte do capítulo. Nesse âmbito, pelos questionamentos abordarem temas políticos em disputa, considerados polêmicos, a marca do vínculo ideológico com o partido fez-se presente. Sobre a despenalização do aborto, as análises oscilaram entre o conservadorismo (formas de regulação dos corpos e na “defesa da família”) e visões progressistas (autonomia da mulher e na compreensão do tema como uma questão de saúde pública), que acabam por neutralizar as perspectivas de gênero, enfraquecendo o laço identitário, de modo que se registraram opiniões bastante díspares entre as entrevistadas. Nesse sentido, o debate sobre representação adentra os meandros menores e gera um questionamento: basta ser mulher para garantir uma unidade de ação? Os depoimentos deixam claro que não, é preciso estar comprometida com a agenda de gênero.

A discussão apresentada neste capítulo, sobretudo a discrepância observada nos dois tópicos que estruturam o texto, levou-me a refletir sobre a qualidade da representação de mulheres. Nesse sentido, foi possível perceber que um número maior de indivíduos do sexo feminino na política é muito importante para atenuar as desigualdades cotidianas enfrentadas, uma vez que a entrada de mais mulheres facilitaria o trânsito das que já estão imersas na lógica da política institucional. Entretanto, nada garante que apenas a representação descritiva (PITKIN, 1967), aquela em que a relevância da representação está diretamente ligada a quem são os representantes e não no que eles fazem, seja considerada suficiente para que as mulheres, apenas por serem mulheres, tenham sempre interesses ou opiniões idênticas. Essa controvérsia está posta no pequeno universo de opiniões que apresentei no capítulo.

É possível analisar as diferenças entre as falas através do conceito de perspectiva social, cunhado por Iris Young (2006) para discorrer sobre a complexidade que envolve a relação entre os representantes e os representados. A autora argumenta que os grupos sociais não devem ser pensados com base em uma lógica substancial, que os definiriam com um conjunto de atributos comuns, identidades fixas, mas através de uma lógica relacional, pois encontram-se posicionados nas estruturas dos grupos sociais, sem que essas determinem suas identidades. Para a

autora, essas diferenças, em vez de gerar conflitos e divisão, produziriam um debate democrático comunicativo “que visa estabelecer a justiça, uma vez que pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais, derivadas daquele posicionamento” (YOUNG, 2006, p. 67). Na formulação de Birolli, cada perspectiva social é particular e parcial em relação ao campo social como um todo, porém, como as diferenças de gênero são estruturais, elas demarcam possibilidades específicas de atuação e excluem outras (BIROLI; MELLO, 2010). Observar a questão por esse viés talvez ajude a compreender o porquê as *Alcaldesas* estão tão preocupadas com a questão da violência baseada em gênero, uma vez que também são alvos de práticas machistas e sexistas dentro do campo político.

O debate sobre representação política transcorre em um terreno arenoso. É imprescindível lembrar que as mulheres ainda são minorias e, a julgar por todas as barreiras que foram apontadas ao longo da tese (fatores institucionais, aspectos socioeconômicos e heranças culturais), talvez não estejamos no momento de avaliar como atuam as mulheres na esfera-institucional, mas em um estágio anterior, naquele em que se busca ampliar o número de eleitas. Dessa forma, para atingirmos a representação substantiva, primeiro é necessário passar pela representação descritiva, para que seja possível eleger uma massa crítica de mulheres dispostas a promover transformações substantivas relativas às relações de poder excludentes (FREIDENBERG, 2020).

Por fim, ainda é pertinente refletir sobre a promoção da representação não apenas baseada na perspectiva de gênero, mas também da interseccionalidade. Conforme Freidenberg (2020), esse debate é vital para o bom funcionamento da democracia em sociedades latino-americanas, tão plurais e diversas, de modo que uma pessoa não pode ser definida em uma única dimensão (como gênero ou raça). Nesse sentido, questionar a capacidade da representação também passa por abordar as múltiplas dimensões dos sujeitos mulheres (raça, gênero, classe, idade entre outras).

7 Considerações finais

Neste trabalho, buscou-se, a partir da arquitetura das 17 trajetórias de vida política, investigar quais as razões e os desafios que levaram as *Alcaldesas* a se envolver com a política local, culminando em suas atuações nos conselhos municipais do Uruguai. Sobre as razões, elencou-se uma série de perguntas: Como 17 mulheres distintas ascendem ao mundo público da política? Qual a importância dos contatos da vida profissional e do engajamento militante junto à carreira pública das eleitas? As diferentes configurações territoriais são variáveis/pontos consideráveis em suas trajetórias? Como foi a socialização política dessas uruguaias?

Da mesma forma, elencou-se questionamentos acerca dos desafios: Como essas mulheres lidam com as responsabilidades do trabalho doméstico e de cuidado? Qual a relevância da rede de apoio para que as carreiras tenham se materializado? Como essas mulheres percebem os desafios de transitar em uma esfera dominada por homens, ou seja, quais os entraves de ser mulher e atuar na política? E como se posicionam no debate dos direitos das mulheres, demandas e encruzilhadas de gênero em seu país?

Resta agora responder esse conjunto de indagações e verificar a pertinência das hipóteses elaboradas quando estruturei o projeto de pesquisa. Três hipóteses foram construídas. A primeira delas afirmava que, por se tratar de um grupo heterogêneo de mulheres, isto é, distinto em suas características socioeconômicas e atributos políticos, essas mulheres ingressaram na política por razões diferentes, apesar disso, os vínculos partidários forneceriam uma moldura explicativa satisfatória e dentro desse novo recorte seria possível organizar similaridades entre as trajetórias e posicionamentos. Já a segunda e a terceira hipóteses, que mobilizaram os desafios enfrentados por esse grupo de mulheres para exercer a política, reiterou sobre a centralidade da vida privada e como os compromissos do trabalho de cuidado e doméstico influencia a condução da carreira política de qualquer mulher, no caso das entrevistadas, isso se aplicaria em duas situações: através da conciliação e da sobrecarga de funções e dos constrangimentos ao penetrar na esfera pública.

Essas hipóteses foram construídas conforme meu amadurecimento teórico-prático feminista, que se desdobra em três direções. Primeiro, através da troca de

experiências, ouvindo os relatos de minhas companheiras em marchas e articulações de mulheres e feministas, nas trocas com minhas amigas e também através de colegas sobre os atravessamentos de gênero em suas vidas. Em segundo, pelas leituras sobre gênero e representação política, as quais comecei a me aproximar no curso final da graduação e se intensificaram a partir das disciplinas de Teorias e Práticas Feministas que frequentei durante o percurso do mestrado e do doutorado. Em terceiro, com a maturação das entrevistas do primeiro trabalho de campo realizado no final de 2014, depois de muito pensar sobre as carreiras, percebi a necessidade das *Alcaldesas* em se remeterem ao espaço da vida privada para explicar suas histórias e sua relação com a política.

Para resolver essas indagações e colocar as hipóteses à prova, no segundo capítulo desenvolvi a perspectiva de análise feminista das trajetórias de vida política, noção que busquei articular a partir da associação e o exame de quatro dimensões: esfera pública, vida privada, enquadramento territorial e perspectivas políticas de gênero, cuja arquitetura teria a potencialidade de apresentar o percurso das entrevistadas até a política executiva municipal.

A ideia foi elaborada sob o aporte da teoria política feminista de Carole Pateman e através do diálogo com as análises de gênero realizadas pelas autoras comprometidas em estudar a (sub)representação de mulheres na região latino-americana. Da cientista política britânica captei a crítica ao isolamento da política em relação à vida social e o desvelo do patriarcado, discussões que se tornaram comuns a um amplo espectro da teoria feminista (BIROLI, 2013b). Em diálogo com Pateman (1993, 2012), Miguel e Biroli (2010) explicaram que a intervenção do patriarcado na política profissional deve ser entendida de forma indireta. Atentos às restrições à atividade das mulheres, os autores criticaram o formato das instituições liberais, pela reprodução das restrições à autonomia das mulheres, ao mesmo tempo que garantem a liberdade dos homens.

Da discussão presente na literatura que envolve mulher e (sub)representação política, retomei os fatores que agem como barreiras para frear a presença descritiva de mulheres nos espaços de poder (fatores institucionais, culturais e socioeconômicos). Foi possível perceber que esses elementos, quando estudados junto às discussões de carreira política, retomam as questões desenvolvidas por Pateman (1993, 2012). Isso mostrou-se indiscutível quando se adentra aos fatores

socioeconômicos, na medida em que persiste uma participação diferenciada entre homens e mulheres na esfera pública e na esfera privada, causada pela divisão sexual do trabalho, configuração que dificulta o acesso aos recursos econômicos e influencia no tempo livre para construir a carreira política. Também se torna evidente quando se remete aos aspectos culturais, pois essa divisão é reforçada tradicionalmente ao longo da formação dos indivíduos por uma complexa rede de atores e instituições (família, escola, religião, meios de comunicação etc.) e direciona o agir dos homens e mulheres e suas preferências, inibindo o surgimento da “ambição política” entre as mulheres.

Sendo assim, até mesmo os fatores institucionais, que derivam de discussões sobre os arranjos políticos, inclusive nos modelos mais amigáveis (casos em que há a adoção da lei de cotas, atrelada ao método da lista fechada), ainda precisam contar com o comprometimento das cúpulas partidárias para avançar na paridade representativa (ARAÚJO, 2013). E, nesse sentido, a divisão sexual do trabalho volta a agir, uma vez que os interesses eleitorais em apostar em candidaturas com maior capital político podem estar acima dos compromissos com as questões de gênero.

Assim, sendo o espaço privado um lugar que define (e pode restringir) o destino das mulheres (BIROLI, 2012, 2013a, 2014, 2016a, 2016b; BIROLI; MIGUEL, 2010; PATEMAN, 1993, 2012), fez-se necessário remeter-se também a esse local para compreender o percurso das *Alcaldesas* até a ascensão no campo político. Esse foi o ponto de partida que fundamentou os desdobramentos da pesquisa, sem mencionar esse vínculo, as trajetórias ficariam incompletas e seria um trabalho injusto com as mulheres. Dessa maneira, a esfera pública e a vida privada foram as duas primeiras dimensões que apresentei para investigar quando adentro as razões para identificar o percurso dessas mulheres na política.

Foi igualmente importante incluir no trabalho uma dimensão espacial, nesse caso, o enquadramento territorial. Essa categoria foi desenvolvida para integrar as discussões sobre os diferentes municípios e envolve as características socioterritoriais do Uruguai. Essa dimensão cumpriu a função de emoldurar as trajetórias de vida política, considerando cinco cenários para conceber as trajetórias de vida política das entrevistadas: 1) chefiar um município na capital Montevideu; 2) governar uma cidade próximo à capital, nas zonas metropolitanas, no departamento de Canelones; 3) atuar politicamente em cidades mais desenvolvidas situadas, no departamento de Colônia; 4) estar à frente de um município localizado na fronteira com o Brasil no departamento

de Rocha; e 5) governar no interior do país, nos departamentos de Cerro Largo e Flores.

Por fim, para aprofundar a investigação, apresentou-se a última dimensão de análise das trajetórias de vida política: as perspectivas políticas de gênero, onde procurei dar substância aos posicionamentos e ideologias das *Alcaldesas*. Nesse sentido, a análise se centrou nos temas pertinentes ao debate dos direitos, demandas e encruzilhadas de gênero. Dentre esses tópicos, por um lado, estão os questionamentos sobre o ambiente político, sobre as condições do exercício de seus mandatos a partir do exame de sua condição de mulher e uma avaliação sobre a política de cotas. Por outro lado, estão as problemáticas envolvendo as reformas sociais, políticas e econômicas implementadas no país e a adoção de uma legislação baseada nas demandas de gênero e os direitos humanos durante o ciclo progressista do país. E, também, uma avaliação dos 15 anos de governos presidenciais da Frente Ampla (2005 - 2020) e o retorno do Partido Nacional à cadeira executiva nacional no final desse período.

Sob a conjunção dessas quatro dimensões me propus a compreender o percurso realizado por tais mulheres para penetrarem na política e, sobretudo, na esfera institucional municipal. Firme a essa ideia, busquei oferecer às/aos leitoras/leitores uma perspectiva feminista à área da Ciência Política que analisa a possibilidade de um indivíduo constituir carreira política olhando o percurso apenas pelos fatores endógenos ao próprio campo, oferecendo uma alternativa a partir da interpretação feminista, analisando as conquistas públicas, porém, desvelando as adversidades da vida privada, dando conta das particularidades dos municípios e analisando substancialmente o posicionalmente das entrevistadas sobre os direitos das mulheres.

Para responder as indagações colocadas acima, iniciei a investigação a partir da implementação municipal (marco legal-burocrático que regulamenta os municípios, cobertura e ampliação municipal nos departamentos do país, bem como as discussões sobre a relação com os outros níveis de governo uruguaios), visto que, como foi destacado na introdução da tese, esse foi o arco utilizado para unir a trajetória das 17 mulheres: a atuação municipal como *Alcaldeza* em algum período dos 10 primeiros anos do terceiro nível de governo uruaio. O diálogo com a literatura institucional que trata sobre o tema dos municípios me levou a analisar o sistema político e a

democracia no Uruguai. Em acordo com Buquet y Chasqueti (2004), foi possível perceber a centralidade dos partidos políticos na condução e transformações políticas no país, inclusive na criação dos municípios, pois a descentralização política era um dos objetivos do primeiro programa de governo da Frente Ampla, quando assumiu pela primeira vez a presidência do país.

Os capítulos 4, 5 e 6 detiveram-se exclusivamente em arquitetar as trajetórias de vida política. Nos capítulos 4 e 5 foram apresentadas as biografias das 17 *Alcaldesas*, conforme engendradas por mim, assim, foram trazidos os detalhes dos percursos realizados até a ascensão aos postos municipais. Depois de conhecer a fundo quem, de fato, eram as *Alcaldesas*, bem como suas histórias particulares e a caminhada pública, no último capítulo procurei entender como essas mulheres percebiam e compreendiam o ambiente e as transformações políticas de seu país, através das perspectivas políticas de gênero. Todo esse material organizado revelou uma pluralidade de histórias e realidades sociais, econômicas e territoriais profundamente díspares, de modo que foram elencadas múltiplas razões para explicar a trajetória delas na política e o interesse em disputar um cargo institucional.

Aqui, mais uma vez, os partidos – tão importantes para a condução do regime democrático no Uruguai – definiram e demarcaram as principais diferenças entre os perfis sociais e os recursos individuais, de modo que a legenda partidária foi o fator responsável por aproximar e afastar as trajetórias e os posicionamentos das *Alcaldesas*. Esse achado confirmou a primeira hipótese estabelecida no projeto de pesquisa de que embora o grande grupo seja formado por mulheres muito diferentes, era possível identificar padrões de carreira política que seriam explicadas pelas legendas partidárias (Frente Ampla e Partido Nacional).

Em se tratando das *Alcaldesas* do Partido Nacional, os contatos da esfera profissional tiveram bastante peso para o estreitamento do vínculo com o campo político. Dessa forma, quatro nacionalistas possuíam um perfil mais elitizado e tradicional: Graciela Echenique ligada à pecuária (proprietária rural) no pampa gaúcho; e as demais profissionais liberais da zona metropolitana, dotadas de recursos materiais e de reputação personalizada, Gretel Ferrari (médica), Beatriz Lamas (dentista) e María Del Carmen (advogada). Já Analí Betancurt e Rosa Imoda, com um perfil mais técnico, ambas secretárias executivas (porém, a primeira de carreira pública e a segunda vinculada a comitiva de Lacalle Pou), tiveram suas candidaturas

impulsionadas justamente porque trabalhavam junto aos gabinetes dos políticos. A exceção do grupo é María de Lima, cujo trabalho social proporcionou à uruguaia se destacar na comunidade de Nueva Helvecia no departamento de Colonia. Outro caso que se distancia dos perfis tradicionais é o de Luz Echande, última Secretária da Junta Local de Ismael Cortinas, oriunda de uma família política tradicional na comunidade em que reside.

Com exceção de Mary Urse e Ivon Lorenzo, as demais *Alcaldesas* da Frente Ampla são funcionárias do setor público, pertencem à classe média assalariada e sindicalizadas (Cristina Castro, Margot de León, Cristina Oliveira, Susana Rodríguez Calvo, Míriam Rodríguez, Sandra Nedov e Suzana Camarán). Em relação ao ativismo político e ao engajamento social, a pesquisa revelou que todas, sem reservas, eram lideranças associativas ou lideranças em movimentos sociais. Nesse ímpeto, três *Alcaldesas* de Montevideu, Cristina Oliveira, Sandra Nedov e Susana Camarán, destacam-se por possuírem vínculos com os movimentos urbanos na luta pela moradia digna.

Apenas Cristina Castro (FA), Míriam Rodríguez (FA), María del Carmen Suárez (PN), Graciela Echenique (PN) e Luz Echande (PN) possuíam algum tipo de herança política e foram socializadas na política através dos laços familiares. As demais entrevistadas atentaram-se para a política já na idade adulta, de dois modos: através da militância social e sindical ou pelo destaque individual em suas profissões. Para mais além, deve-se observar que nenhuma das entrevistadas adentrou ao espaço público por meio de casamentos ou diretamente através de familiares, tratando-se de uma ambição individual, contradizendo a ideia de que as mulheres são levadas a atuar na política através de alianças matrimoniais.

Se essas mulheres possuem realidades sociais muito distintas, isso não se reflete nas questões estruturais de gênero. Nesta pesquisa, observou-se uma perspectiva homogeneizada sobre a sobrecarga que mulheres tendem a enfrentar quando decidem exercer a política, principalmente no que se refere à ocupação de cargos públicos, confirmando a segunda hipótese. Desse modo, mesmo que pertençam a classes sociais diferentes, sejam de gerações diferentes e orientem-se por ideologias distintas, a divisão sexual do trabalho oferece um alto custo, segundo as entrevistadas.

Foi possível perceber que as mulheres renunciaram a diversos momentos do âmbito privado para se dedicar ao exercício político. Isso não quer dizer que essas mulheres tenham relaxado nos cuidados dos filhos/netos ou tenham se ausentado de suas casas, pois em vez de desvencilhar-se dessas responsabilidades, de fato, as respostas permitiram inferir que as *Alcaldesas* acumularam mais atividades e conciliaram as funções públicas com as funções domésticas. Essa aglutinação de funções também foram os principais motivos apontados pelas *Alcaldesas* que pretendiam se aposentar e dedicar mais tempo para a família.

Vale uma ressalva sobre a sobrecarga de funções: a situação pode afetar mais algumas mulheres do que outras, pois algumas poderiam contar com a ajuda de familiares para cuidar de seus filhos enquanto trabalham. De fato, grande parte das *Alcaldesas* sinalizaram a necessidade da rede de apoio, esse foi um argumento bastante destacado, para que tivessem a possibilidade de se dedicar profissionalmente às suas carreiras e atuar na política local. Para encarar a dupla ou tripla jornada de trabalho, algumas entrevistadas mencionaram a necessidade de contratar trabalhadoras de cuidado/domésticas para assumirem as responsabilidades que as *Alcaldesas* não conseguiram acomodar em suas rotinas. Há, ainda, entre as respostas, aquelas mulheres que se definiram como independentes, autônomas, o que, de certa forma, demonstrou como essas mulheres estão atentas às adversidades de gênero.

Ainda se tratando dos desafios, a terceira hipótese também foi confirmada, pois as *Alcaldesas* se mostraram atentas aos problemas enfrentados por transitar em uma esfera dominada pelos homens, amplamente masculinizada e machista, ao destacarem diversos entraves por ser mulher e atuar no espaço político. Nesse sentido, todas as entrevistadas relataram já terem sofrido algum tipo de violência política baseada em gênero. As experiências relatadas oscilam entre constrangimentos sutis e atitudes mais diretas, incluindo questionamentos sobre suas capacidades de oratória, articulação, habilidades políticas, preparo para assumir um cargo, dentre outros.

Preocupadas em denunciar as exigências desproporcionais baseadas em estereótipos de gênero, grande parte das *Alcaldesas* foram firmes em desprezar essencialismos entre as capacidades e funções masculinas e femininas, o que incluiu a ambição política. Apesar disso, algumas *Alcaldesas* do Partido Nacional produziram

um discurso que reforçou os papéis tradicionais de gênero, elencando qualidades consideradas exclusivamente femininas para justificar a atuação das mulheres na política. Para elas, as mulheres naturalmente têm mais “jeito” que os homens para cuidar, acolher e ouvir os cidadãos. Esse “atributo biológico” que repousa na divisão sexual do trabalho permaneceu como uma noção muito resistente e difundida na fala de María Del Carmen, Luz Echance e Rosa Imoda.

Em se tratando dos enquadramentos territoriais, foi possível observar alguns padrões nos departamentos. Em Canelones, todas as *Alcaldesas* do Partido Nacional mencionaram nas entrevistas o impulsionamento de suas candidaturas pelo presidente da república eleito em 2020, Lacalle Pou, de modo que a partir do encorajamento saíram vitoriosas. Entretanto, nem todas as *Alcaldesas* vivem uma relação harmoniosa dentro do partido, destacando-se o conflito intrapartidário expresso por Luz Echance em sua entrevista. Essa última, na busca de espaço no campo, fundou sua própria agrupação política e, ao contrário das nacionalistas de Canelones, identificava-se com a corrente *Wilsonista*. Da mesma forma, em Colonia, a *Alcaldeza* María de Lima mencionou que já havia sido cortejada pela Frente Ampla, pelo trabalho social desenvolvido durante a crise vivida pelo Uruguai em 2001; e, também, o caso de Analí Betancourt que não sabia definir por qual lista havia sido eleita ou mesmo dizer a qual setor do partido pertencia, de modo que reforçava a presença no cargo pela relação estabelecida com a colega e amiga María de Lima.

Na Frente Ampla, a análise encontrou um padrão de mulheres com vínculos partidários bem estabelecidos, filiadas nos setores do partido na zona metropolitana e na capital. Apenas uma trajetória se distancia dos percursos tradicionais, trata-se do caso da frenteamplista Mary Urse, do departamento de Rocha, em Chuy, na fronteira. Com passagem pelo tradicional Partido Nacional, a *Alcaldeza* encontrou em uma agrupação local da Frente Ampla espaço para ingressar na política partidária da fronteira.

Por último, coube avaliar as percepções políticas de gênero, o que incluiu uma análise sobre a conjuntura política do país. Novamente, a divisão partidária entrou em cena para explicar e delimitar os posicionamentos das *Alcaldesas*. De uma maneira concisa, as frenteamplistas mantiveram uma postura progressista, de apoio ao seu partido e sinalizaram positivamente quanto às conquistas na agenda dos direitos humanos e de gênero. Ao avesso, as nacionalistas mantiveram uma postura

conservadora e não foram tão simpáticas em suas avaliações dos 15 anos do governo da coalizão de esquerda e, ainda que tenham reconhecido algumas melhorias no país, apontaram falhas sobre esse período de governo.

Conforme foi apresentado no último capítulo, as *Alcaldesas* concordaram e mostraram-se atentas com as várias formas de violência que continuam acometendo a vida das cidadãs uruguaias. No entanto, a maior divergência entre os posicionamentos das 17 entrevistadas se deteve no direito sexual e reprodutivo do aborto, regulamentado em 2013 pelo Estado uruguaio com o intuito de garantir a vida das próprias uruguaias. As *Alcaldesas* da Frente Ampla defenderam a regulamentação realizada pelo Estado, tratando do problema como uma questão de saúde pública, além disso, pautaram a autonomia da mulher sobre seu corpo. Já as nacionalistas se mostraram contrárias a prática e a legislação, mobilizando argumentos religiosos, julgamentos morais e expressando experiências pessoais para justificar o posicionamento.

Essa última cisão ainda me levou a refletir, no final do último capítulo, sobre a representação das mulheres e as questões de identidade. Uma vez que essas mulheres também se reconheciam atingidas pelas opressões e violências de gênero, se mostravam preocupadas com o tema da violência doméstica e do feminicídio, por que, então, não seriam solidárias aos perigos que as mulheres estariam sendo expostas em clínicas clandestinas e ao recorrer a formas não seguras de realizar o aborto?

A verdade é que apenas ser mulher não garantiu que todas as *Alcaldesas* se posicionassem da mesma forma e nem mesmo que estivessem comprometidas com as demandas de gênero. Essa questão se tornou evidente ao longo dos capítulos por tratar-se de dois grupos marcados por ideologias opostas (adversárias) e realidades sociais, econômicas e territoriais tão avessas entre si. Ao longo da escrita, inclusive, foi realizado um esforço para desvelar os essencialismo de gênero e explorar como esses se convertem em opressões e operam nas oportunidades políticas das mulheres. Por fim, em que pese essa heterogeneidade, as narrativas visualizaram o elo entre a esfera pública, a esfera privada e a implacabilidade da “condição feminina” resultante da divisão sexual do trabalho no atravessamento da carreira política de todas as entrevistadas.

Referências

- ABRAHAM, M.; SALVAT, R. La alternância perpétua. Elecciones departamentales y municipales 2010 en Florida. *In*: CARDARELLO, A.; MAGRI, A. (coords.). **Cambios, certezas e incertidumbres**: Elecciones Departamentales y Municipales 2010. Montevideu: Instituto de Ciência Política, 2011. p. 339-364.
- ALTMANN, C. **A política no “feminino”**: diversificação dos recursos sociais de entrada e das carreiras de mulheres com passagem pela Câmara de Deputados (1950-2015). 2019. 166f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- ANTÍA, F. Fuego amigo en la izquierda: el conflicto intrapartidario y la naturaleza de las políticas redistributivas en Uruguay. **Colombia Internacional**, n. 109, p. 3-30, 2022.
- ARAÚJO, C. Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 6, n. 1, p. 71, 1998.
- ARAÚJO, C. As cotas por sexo para a competição legislativa: O caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados**, v. 44, n. 1, p. 155-194, 2001.
- ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 193-215, 2005.
- ARAÚJO, C. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 567-584, 2010.
- ARAÚJO, C. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 147-168, 2012.
- ARAÚJO, C. Por que uma reforma eleitoral mais ampla é importante para as mulheres? **Gênero na Amazônia**, v. 4, p. 37-50, 2013.
- AVRITZER, L.; MILANI, C. R. S.; BRAGA, M. do S. **A ciência política no Brasil 1960 - 2015**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

BAREIRO, L. *et al.* **Sistemas electorales y representación femenina en América Latina**. Serie Mujer y desarrollo. Santiago de Chile: Naciones Unidas - CEPAL, 2004.

BARRETO, Á. A. de B. Uruguai: regras, procedimentos e decisões na implantação dos municípios (2010-2015). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Questões do tempo presente, 25 jan. 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/68788>> Acesso em: 26 jun. 2019.

BARRETO, Á. A. de B. Criação de municípios no Uruguai (2009 2010): processo de inovação institucional. **Revista Jus Navigandi**. Teresina, ano 16, n. 2940, 20 jul. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19575>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

BEAUDOUX, V. G. De techos, suelos, laberintos y precipicios. Estereotipos de género, barreras y desafíos de las mujeres políticas. *In*: FREIDENBERG, F.; GABRIELA, D. V. P. **La violencia política hacia las mujeres**: El problema, los debates y las propuestas para América Latina. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2017. p. 103-116.

BIDEGAIN, G.; FREIGEDO, M.; CASULO, D. P. Nuevas conflictividades y vínculos entre movimientos sociales, partidos políticos y gobierno en el Uruguay progresista (2005-2020). **Sociologias**, v. 23, n. 58, p. 388-417, 2021.

BIROLI, F. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, n. 34, p. 269-299, 2010.

BIROLI, F. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, p. 7-38, 2012.

BIROLI, F. Democracia e tolerância à subordinação: Livre-Escolha e consentimento na teoria política feminista. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 127-142, 2013a.

BIROLI, F. **Autonomia e Desigualdade de Gênero**. Contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo, 2013b, p.208.

BIROLI, F. Redefinições do público e do privado no debate feminista: identidades, desigualdades e democracia. *In*: MIGUEL, Luis Felipe (Org.) **Desigualdades e Democracia: o debate da teoria política**. 1ª Ed. São Paulo. Editora Unesp, 2016a, p.338; (223-257p).

BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados**, v. 59, n. 3, p. 719–754, 2016b.

BIROLI, F. Teorias Feministas da Política, Empiria e Normatividade. **Lua Nova**, v. 102, p. 173-210, 2017.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades limites da democracia no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo, 2018, p.252.

BIROLI, F.; MELLO, J. Gênero e Representação Política: Hipóteses sobre as diferenças entre a atuação de deputados 52a. legislatura (2003-2006). **Revista Ártemis**, v. 11, p. 1-20, 2010.

BLEE, M. K.; TAYLOR, V. Semi-Structured Interviewing in Social Movement Research. In: KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. **Methods of Social Movement Research**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002. p. 92-117.

BOURDIEU, P. A representação política: Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. (org.). **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 1, n. 5, p. 193-216, 2001.

BRUSCHINI, C. Trabalho Doméstico: Inatividade Econômica ou Trabalho Não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 23, n. 2, p. 331-353, 2006.

CAMINOTTI, M. Ideas, legados y estrategias políticas en la reforma de las reglas de selección de candidatos: la ley de cuotas pionera de argentina. **Revista uruguaya de ciencia política**, v. 23, n. 12, p. 68-85, 2014.

CARDARELLO, A. Muchas dudas, algunas certezas y escaso entusiasmo. Las elecciones municipales 2010 en Uruguay. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 20, p. 63-94, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.edu.uy/pdf/rucp/v20n1/v20n1a04.pdf>> Acesso em: 28 maio 2022.

CARDARELLO, A.; FREIGEDO, M. El escenario subnacional en transformación: las reformas institucionales y su impacto en la configuración del mapa político local en Uruguay. **Revista uruguaya de ciencia política**, v. 25, n. 1, p. 157-181, 2016.

CARDARELLO, A.; FREIGEDO, M. **Los desafíos de un cambio.** Elecciones Departamentales y Municipales 2015. Montevideo: UDELAR, Ciencias Sociales, 2017.

CARDARELLO, A.; FREIGEDO, M. **Radiografía política del territorio uruguayo:** Elecciones departamentales y municipales 2020. Montevideo: Fundación Konrad Adenauer (kas), 2021.

CARDARELLO, A.; MAGRI, A. **Cambios, certezas e incertidumbres.** Elecciones Departamentales y Municipales 2010. Montevideo: Instituto de Ciencia Política, 2011.

CARROLL, S. J.; JENKINS, K. Increasing Diversity or More of the Same? Term Limits and the Representation of Women, Minorities, and Minority Women in the State Leg? islatures. **Annual meeting of the American Political Science Association**, San Francisco, 2001.

CELIBERTI, L.; JOHNSON, N. **Cuestiones de Agenda:** Disputas Democráticas: las mujeres en los espacios de representación política. Montevideo: Friedrich Ebert Stiftung, 2011.

CHASQUETTI, D.; FREIGEDO M.; GONZÁLEZ, J. **Propuesta de municipalización total y alternativas para la creación de municipios.** Montevideo: Dirección de Descentralización e Inversión Pública, Oficina de Planeamiento y Presupuesto. 2018.

CHASQUETTI, D.; BUQUET, D. La democracia en Uruguay: una partidocracia de consenso Política. **Revista Política**, Chile, n. 42, p. 221-247, 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64504211>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

CHASQUETTI, D.; PÉREZ, V. ¿Mujeres en los Márgenes?: sistema de comisiones y poder de asignación en el Parlamento uruguayo. **Revista de Ciencia Política**, v. 32, n. 2, p. 383-409, 2012.

CLARK, J. Getting There: Women in Political Office. *In*: GITHENS, M.; NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. (eds.). *Different Roles, Different Voices*. New York: Harper-Collins, 1994. p. 99-110.

COSTA, A. A. A. **As donas no poder:** mulher e política na Bahia. Salvador: Neim/UFBA/Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

DARCY, R.; WELCH, S.; CLARK, J. **Women, Elections, and Representation.** 2. ed. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994.

DELPHY, C. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 1, n. 17, p. 99-119, 2015.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). *In*: HIRATA, H. *et al.* (orgs.). **Dicionário Crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. Entrando na arena?: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p. 129-163, 2012.

FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. Family structure, sex-role socialization, and the decision to run for office. **Women and Politics**, v. 24, n. 4, p. 19-48, 2003.

FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. To run or not to run for office: Explaining nascent political ambition. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 3, p. 642-659, 2005.

FREIDENBERG, F. Las estrategias de innovación democrática para feminizar la política en América Latina. **Asuntos del Sur**, p. 7-29, 2020.

FREIDENBERG, F.; MUÑOZ-POGOSSIAN, B. Democratic Innovation Mechanisms and Women's Political Participation in Latin America and the Caribbean. **Encyclopedia of Educational Innovation**, dez. 2019.

FREIGEDO, M. MILANESE, A. La lluvia cae sobre Montevideo hoy como ayer, “¿y no habrá nada especial?”: las elecciones departamentales 2015 en la Capital. *In*: CARDARELLO, A.; FREIGEDO, M. **Los desafíos de un cambio Elecciones Departamentales y Municipales 2015**. Montevideu: UDELAR Ciencias Sociales, 2017.

FUNK, K.; TAYLOR-ROBINSON, M. M. Gender balance in committees and how it impacts participation: evidence from Costa Rica's legislative assembly. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 23, n. esp., p. 111-134, 2014.

GOETHE, J. W. Introducción. *In*: CARDARELLO, A.; MAGRI, A. **Cambios, certezas e incertidumbres: Elecciones Departamentales y Municipales 2010**. Montevideu: Instituto de Ciência Política, 2011. p. 15-30.

GROSSI, M. P.; MIGUEL, S. M. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

GUTIÉRREZ, P. V. Estabilidad presidencial y democracia en Uruguay: una mirada a tres momentos. **Revista Divergencia**, ano 1, n. 1, p. 55-72, 2012.

HASANBEGOVIC, C. Violencia basada en el género y el rol del Poder Judicial. **Revista de la Facultad de Derecho**, n. 40, p. 119-158, 2016.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **A divisão sexual do trabalho revisitada**. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Ed. Senac, 2003. p. 111-123

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA URUGUAY. **Censo de Población, Hogares y Viviendas**. Montevideo: INE, 2011. Disponível em: <<https://www.ine.gub.uy/censos-2011>>. Acesso em: 28 maio 2022.

IPU - INTER-PARLIAMENTARY UNION. Percentage of women in national parliaments. Ranking as of 1st January 2020. Disponível em: <<https://data.ipu.org/women-ranking?month=1&year=2020>> Acesso em: 28 maio 2022.

JACOBSON, G. C. **The Politics of Congressional Elections**. 5. ed. Boston: Allyn and Bacon, 2000.

JOHNSON, N. ¿Democracia a medias?: La representación de la mujer en cargos políticos electivos en Uruguay, 1984-1994. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 12, p. 69-96, 2000.

JOHNSON, N. La política de la ausencia: Las elecciones uruguayas (2004-2005), Las mujeres y la equidad de género. **Cuadernos del CHAEH**, v. 28, n. 2, p. 147-153, 2005.

JOHNSON, N. **Mujeres en cifras**: El acceso de las mujeres a espacios de poder en Uruguay. Montevideo: ICP-FCS-UDELAR - Cotidiano Mujer, 2013.

JOHNSON, N. Presentación. Representación del género en América Latina. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 23, n. 2, p. 1-10, 2014.

JOHNSON, N. Uruguay: Slow Progress in Women's Political Representation. *In*: FRANCESCHET, S.; KROOK, M. L.; TAN, N. (eds.). **The Palgrave Handbook of Women's Political Rights**. Londres: Palgrave Macmillan, 2019. p. 421-435.

JOHNSON, N.; PÉREZ, V. **Representación (s)electiva**: una mirada feminista a las elecciones uruguayas, 2009. Montevideo: Cotidiano Mujer San, 2010.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, H. et al. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

KROOK, M. L.; SANÍN, J. R. The Cost of Doing Politics? Analyzing Violence and Harassment against Female Politicians. **Perspectives on Politics**, v. 18, n. 3, p. 740-755, 2019.

LANDA, M. dos S. **Participação feminina no terceiro nível de governo uruguaio**: o perfil das primeiras Alcaldesas e Concejales eleitas aos Conselhos Municipais (2010-2015). 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

LAURA, M.; VAZQUEZ, O. **Na fronteira do voto**: discursos sobre cidadania e moral no debate do sufrágio das mulheres no Brasil e no Uruguai durante a primeira metade do século XX. 2014. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LUNA, J. P.; KALTWASSER, C. R. Castigo a Los Oficialismos Y Ciclo Político De Derecha En América Latina. **Revista Uruguaya de Ciencias Políticas**, v. 30, n. 1, p. 135-156, 2021.

MAGRI, J. A. Descentralización municipal en Uruguay: el estreno de un nivel de gobierno que no entusiasmó a la ciudadanía. **Revista Iberoamericana de Estudios Municipales**, ano I, n. 2. p. 83-110, 2010. Disponível em: <<http://www.revistariem.cl/index.php/riem/issue/view/Issue/4/24>> Acesso em: 28 set. 2015.

MAGRI, J. A.; FREIGEDO, M. Municipales 2010: ¿elecciones de segundo orden? *In*: BUQUET, D.; JOHNSON, N. (org.). **Del Cambio a la continuidad** – ciclo electoral 2009-2010 Uruguay. Montevideo: Fin de Siglo/Clacso/Instituto de Ciencia Política, 2010. p. 325-346.

MANO, M. K. As contribuições do feminismo materialista francófono para a realidade brasileira. *In*: MIGUEL, L. F.; BALLESTRIN, L. (orgs.). **Teoria Política Feminista**: contribuições ao debate sobre gênero no Brasil. Porto Alegre: ZOUK, 2020.

MARQUES, D. Gênero e carreira política: o que diferencia deputadas e deputados federais em suas trajetórias? *In*: CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, 5. **Anais....** Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, 2010. Disponível em: <<http://cdsa.aacademica.org/000-036/324.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2017.

MARTELOTTE, L. 25 anos de aplicação de leis de cotas na América Latina. Um balanço da participação política das mulheres. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 91-98, 2016.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 330-357, 2008.

MATOS, M.; PARADIS, C. G. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 57-118, 2014.

MIGUEL, L. F. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, 2000.

MIGUEL, L. F. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2001.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, p. 115-134, 2003.

MIGUEL, L. F. Carole Pateman e a fundação da teoria política feminista. *In*: MIGUEL, L. F.; BALLESTRIN, L. (orgs.). **Teoria Política Feminista**: contribuições ao debate sobre gênero no Brasil. Porto Alegre, RS: ZOUK, 2020.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Caleidoscópio Convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: Vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 653-679, 2010.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 58, n. 3, p. 721-747, 2015.

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 363-385, 2006.

MONESTIER, F.; VOMMARO, G. Los partidos de la derecha en América Latina tras el giro a la izquierda. Apuntes para una agenda de investigación Introducción al número temático. **Revista Uruguaya de Ciencias Políticas**, v. 30, n. 1, p. 7-22, 2021.

MOREIRA, C. **Entre la protesta y el compromiso**. La izquierda en el gobierno. Uruguay y América Latina. Montevideo: Trilce, 2009.

MOREIRA, C.; JOHNSON, N. Democracia, género y equidad: aportes para el debate sobre los mecanismos de acción afirmativa. **Análisis y Propuestas**, v. 1, n. 1, p. 33, 2003.

MOREIRA, Constanza. Participación de la mujer en el sistema de toma de decisiones: en caso uruguayo. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, n.7, p. 99-121, 1994.

MORITZ, M. L.; SCHULZ, R. M. Brasil e Uruguai: A difícil inclusão das mulheres no parlamento nacional. In: CONGRESSO URUGUAIO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 5. **Anais...** 2014.

NASCIMENTO JÚNIOR, W. dos R. **A amplitude da Maré Rosa**: uma análise das experiências de governo no Brasil, Chile e Uruguai. 2017. 184f. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

OBSERVATORIO DE VIOLENCIA Y CRIMINALIDAD DEL INTERIOR. **Femicidios en Uruguay**: Análisis para la homogeneización de criterios y su categorización. Uruguai: Montevideo, 2019. Disponível em: <https://oig.cepal.org/sites/default/files/femicidios_uruguay.pdf> Acesso em: 30 maio 2022.

OBSERVATORIO SOBRE VIOLENCIA BASADA EN GÉNERO HACIA LAS MUJERES; CONSEJO NACIONAL CONSULTIVO POR UNA VIDA LIBRE DE VIOLENCIA. **Segunda Encuesta Nacional de Prevalencia sobre Violencia Basada en Género y Generaciones**. 2019. Disponível em: <[https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/sites/ministerio-desarrollo-social/files/documentos/publicaciones/Segunda encuesta nacional_web.pdf](https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/sites/ministerio-desarrollo-social/files/documentos/publicaciones/Segunda%20encuesta%20nacional_web.pdf)> Acesso em: 30 maio 2022.

OBSERVATORIO TERRITORIO URUGUAY (OTU). **Reporte nº 1.** Caracterización sociodemográfica de los municipios. Montevideo: OTU, 2014. Disponível em: <https://otu.opp.gub.uy/gestor/imagesbiblioteca/Reporte1-ObservatorioTerritorioUruguay_1.pdf>. Acesso em: 29 maio 2022.

OBSERVATORIO TERRITORIO URUGUAY (OTU). **Reporte nº 4.** Índice de priorización socio-territorial. Montevideo: OTU, 2016. Disponível em: <<https://otu.opp.gub.uy/gestor/imagesbiblioteca/Reporte4-ObservatorioTerritorioUruguay.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2022.

OBSERVATORIO TERRITORIO URUGUAY (OTU). **Reporte nº 6.** Clasificación socio territorial de los municipios. Montevideo: OTU, 2017. Disponível em: <<https://otu.opp.gub.uy/gestor/imagesbiblioteca/Reporte6-ObservatorioTerritorioUruguay.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2022.

OROÑO, A. **Los Municipios en marcha.** La descentralización local y los desafíos de su implementación. Montevideo: Friedrich Ebert, 2010.

PANKE, L. **Campañas electorales para mujeres** – retos y tendencias. Cidade do México: Editorial Piso 15, 2015.

PATEMAN, C. Críticas Feministas à dicotomia público/privado. *In*: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (orgs.). **Teoria Política feminista:** textos centrais. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, C. Soberania individual e propriedade na pessoa. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 1, p. 171-218, 2009.

PELÁEZ, M. F. **¿Por qué unos más y otros menos?** Los incentivos para crear mecanismos de innovación democrática en los municipios uruguayos. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. 2015. 258f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Mexico, 2015.

PÉREZ, V. “52% Del Electorado, 11% Del Parlamento”: Factores Culturales Y Representación Política Femenina En Uruguay. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 15, n. 1, p. 57-81, 2006.

PÉREZ, V. **Entre lo Público y lo Privado:** Género y ambición política en el Cono Sur. 2011. Tesis (Maestría en Ciencia Política) - Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2011.

PÉREZ, V. La participación política de las mujeres en el nivel sub-nacional en Uruguay Elecciones departamentales y municipales 2015. **Cotidiano Mujer**, 2015.

PÉREZ, V. Las Mujeres Uruguayas y la Representación Política. A 60 años de las Declaraciones Americana y Universal. **Grupo Derecho y Género**, v. 1, n. 2, p. 1-16, 2016.

PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 52, n. 2, p. 301-333, 2009.

PINHEIRO, L. S. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINTO, C. R. J. Elas não ficaram em casa: As primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. **Varia Historia**, v. 33, n. 62, p. 459-490, 2017.

PINTO, C. R. J. Uma mulher “recatada”: a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). **Topói**, v. 15, n. 29, p. 565-587, 2014.

PINTO, C. R. J.; MORITZ, M. L.; SCHULZ, R. M. O desempenho das mulheres nas eleições legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 10, p. 195-223, 2013.

PINTO, C. R. J.; SILVEIRA, A. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **Opinião Pública**, v. 24, n. 1, p. 178-208, 2018.

PISCOPO, J. Beyond hearth and home: female legislators, feminist policy change, and substantive representation in Mexico. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 23, n. 2, p. 87-110, 2014.

PITKIN, H. F. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

PRÁ, J. R. Estereótipos e ideologias de gênero entre a juventude brasileira. **Revista Feminismos**, v. 1, n. 3, 2013.

REIS, G. S. Democracia no Uruguai: quase um oásis, mas o diabo mora nos detalhes. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 26, n. 2, p. 69-98, 2017.

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. **Constitución de la República 1996**. Disponível em: <<http://www.rau.edu.uy/uruguay/const97-12.16.htm>> Acesso em: 28 set. 2015.

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. **Lei 18.567**. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18567&Anchor=>>> Acesso em: 28 set. 2015.

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. **Lei 9.515**. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=09515&Anchor=>>> Acesso em: 28 set. 2015.

REZENDE, D. **Qual o lugar reservado às mulheres?** Uma análise generificada de comissões legislativas na Argentina, no Brasil e no Uruguai. 2015, 187f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2015.

ROCHA, M. M. da; PACHECO, D. P. de A.; GOUVÊA, P. J. de A. Representação política e governo municipal no Cone Sul. **Dossiê Política Municipal**, p. 13-38, 2017.

ROCHA-CARPIUC, C.; MADEIRA, R. M. Desigualdade de gênero, internacionalização e trajetórias acadêmicas na Ciência Política: evidências no Brasil e no Uruguai. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 3, p. 545, 2019.

RODRIGUES, L. M. **Mudanças na Classe Política Brasileira**. São Paulo: Editora Publifolha, 2006.

SANTOS, A. M.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 93-113, 2007.

SANTOS, A. M. dos. Nas Fronteiras do Campo Político. Raposas e Outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, p. 87-101, 1997.

SCHABBACH, L. M. The symbolic reproduction of inequalities between women and men in Brazil. **Opinio Publica**, v. 26, n. 2, p. 323-350, 2020.

SCHULZ, R. M.; LANDA, M. dos S. Mulheres em municípios no Uruguai: o perfil, a trajetória e as experiências das alcaidesas e concejals eleitas no país (2010-2015). **Revista Estudos Políticos**, v. 10, n. 2, p. 198-219, 2019.

SCHULZ, R. M.; MORITZ, M. L. Mulheres vitoriosas na política: Estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010. **Sociologias**, v. 17, n. 39, p. 370–402, 2015.

SILVA, L. G. T. da. **Sobre corpos, crucifixos e liberdades**: a laicidade do Estado no Brasil e no Uruguai analisada a partir do debate legislativo sobre o aborto. 2018. 283f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2018.

SILVEIRA, S. **La dimensión de género y sus implicaciones en la relación entre juventud, trabajo y formación** **Juventud y género**: formación y opciones productivas. Uruguai, 2002. Disponível em: <https://www.fundacionhenrydunant.org/images/stories/biblioteca/ddhh-juventud/La_dimension_genero_implicancias_relacion_juventud_trabajo_formacion.pdf> Acesso em: 29 maio 2022.

SOCIAL, M. D. D. **El Primer Plan Nacional de Igualdad de Oportunidades y Derechos**: Políticas públicas hacia las mujeres. Montevideo: Instituto Nacional de las Mujeres, 2007. Disponível em: <https://guiaderecursos.mides.gub.uy/innovaportal/file/19691/1/1_primer~1.pdf> Acesso em: 29 maio 2022.

TABAK, F. Mulheres públicas: participação política e poder. **Coleção Direito e Sociedade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TABAK, F. TOSCANO, M. **Mulher e Política**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

VAIRO, D.; PÉREZ, V. Dime quién eres y te diré que tan igualitario/a eres: valores de género e implicancias para la participación política en Uruguay. **Revista Debates**, v. 7, n. 1, p. 175, 2013.

VÍLCHEZ, A. I. G. **La regulación del delito de Femicidio/Feminicidio en América Latina y el Caribe**. Panamá: Campaña del Secretario General de Naciones Unidas UNETE para poner fin a la violencia contra las mujeres, 2013. Disponível em: <<https://americalatinagenera.org/la-regulacion-de-delito-de-femicidio-feminicidio-en-america-latina-y-el-caribe/>> Acesso em: 30 maio 2022.

VILLEGAS PLÁ, M. Licencias parentales y aborto: construcción política y traducción discursiva en la agenda de género en Uruguay. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 24, n. esp., p. 85-103, 2015.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. **Qualitative Research for Health Programmes**. Geneva: Division of Mental Health WHA, 1994.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, v. 1, n. 67, p. 139-190, 2006.

Apêndices

Apêndice A - Alcaldesas Eleitas em 2010

DEPARTAMENTO	MUNICÍPIO	ALCALDESA (2010 - 2015)	PARTIDO
Artigas	Tomás Gemensoro	María Alejandra Paz	PN
Canelones	Canelones	Mabel Curbelo	FA
Canelones	Cerrillos	Rosa Imoda	PN
Canelones	Miguez	María Del Carmen Suárez	PN
Canelones	Montes	Maria Angel Mancuello	FA
Canelones	Progreso	María Cristina Castro Lema	FA
Canelones	San ramón	Beatriz Lamas	PN
Canelones	Santa Rosa	Gretel Ferrari	PN
Canelones	San Antonio	Nelly Gonzalez	PN
Cerro largo	Fraile Muerto	Graciela Sofía Echenique	PN
Colônia	Nueva Helvecia	Maria De Lima Moreno	PN
Colônia	Tarariras	Diana Olivera	PN
Flores	Ismael cortinas	Luz Echande	PN
Florida	Sarandí grande	Ana Maria Stopingi	PN
Montevideú	C	Miriam Rodríguez	FA
Montevideú	D	Sandra Nedov	FA
Montevideú	E	Susana Camarán	FA
Paysandu	Guichón	Maria De Lourdes Suarez Fajar	PN
Paysandu	Porvenir	Sylvia Scaboni	PN
Rocha	Chuy	Mary Urse	FA
Salto	Mataojo	María Alejandra Fagundez	PC
Treinta y tres	Vergara	María Del Carmen Muniz	PN

Fonte: Corte Electoral Uruguay (elaboração da autora).

Apêndice B - Alcaldesas Eleitas em 2015

DEPARTAMENTO	MUNICÍPIO	ALCALDESA (2010 - 2015)	PARTIDO	MANDATO
Canelones	Cerrillos	Rosa Imoda	PN	2
Canelones	Miguez	María Del Carmen Suárez	PN	2
Canelones	La Floresta	Ivon Lorenzo	FA	1
Canelones	Santa Rosa	Margot De León	FA	1
Canelones	San Ramón	Beatriz Lamas	PN	2
Maldonado	San Carlos	Alba Rijo	FA	1
Maldonado	Ciudad de Maldonado	Dina Fernandez Chaves	PN	1
Rocha	Chuy	Mary Urse	FA	2
Salto	Matajojo	María Alejandra Fagundez	PC	2
Lavalleja	Solis de Matajojo	Verônica Machado Pereira	PN	1
Flores	Ismael cortinas	Luz Echande	PN	2
Cerro Largo	Fraile muerto	Graciela Sofía Echenique	PN	2
Colônia	Carmelo	Alicia Espindola	PN	1
Colônia	Nueva helvecia	María Magdalena De Lima Moreno	PN	2
Colônia	Colonia Valdense	Análí Bentancur Concejales	PN	1
Rio Negro	Young	Inês Mercedes Long Zapata	PN	1
Montevideu	D	Sandra Nedov	FA	2
Paysandu	Guichón	María de Lourdes Suárez,	PN	2
Paysandu	Lorenzo Geyres	Graciela Barrute	PN	1

Fonte: Corte Electoral Uruguay (elaboração da autora).

Apêndice C - Alcaldesas Eleitas em 2020

DEPARTAMENTO	MUNICÍPIO	ALCALDESA (2020 - 2025)	PARTIDO	MANDATO
Canelones	Ciudad de la Costa	Sônia Misirian	FA	1
Canelones	Paso Carrasco	Verónica Veiga	FA	1
Canelones	Parque del Plata	Tania Vecchio	FA	1
Canelones	18 de Mayo	Silvia Adriana Sanchez	FA	1
Cerro Largo	Tupambaé	Macarena Da Rosa	PN	1
Colonia	Carmelo	Alicia Espindola	PN	2
Colonia	Colonia Miguelete	María Elena Martín	PN	1
Florida	Fray Marcos	Stella Tucuna	PN	1
Lavalleja	Solís de Mataojo	Verônica Machado Pereira	PN	2
Maldonado	Solís Grande	Patricia Martínez	PN	1
Montevideo	Município B	Silvana María Pissano Briaturi	FA	1
Montevideo	Município E	María Mercedes Ruíz Barbot	PI	1
Montevideo	Município G	Leticia de Torrès Álvarez	FA	1
Paysandú	Lorenzo Geyres	Graciela Barrute	PN	2
Paysandú	Quebracho	Silbia Maria Visoso	PN	1
Río Negro	Young	Inês Mercedes Long Zapata	PN	2
Salto	San Antonio	Sandra Mariela Toncobitz Bastos	PC	1
Salto	Mataojo	María Rosita Moreno Chiappa	FA	1
San José	Ciudad del Plata	Marianita Fonseca Medina	PN	1
Tacuarembó	Ansina	Ana Isabel Camejo	PN	1
Treinta y Tres	Enrique Martinez	Nidia Vera	PN	1
Treinta y Tres	Villa Sara	Analía Larrañaga	PN	1

Fonte: Corte Electoral Uruguay (elaboração da autora).

**Apêndice D - Trabalho de campo 2020 - Detalhamento das entrevistas
(endereços)**

NOME	DEPARTAMENTO	MUNICÍPIO	LOGRADOURO	Nº	COMPLEMENTO	DESCRIÇÃO
Anali Bentancur (PN)	COLONIA	COLONIA VALDENSE	Avenida Daniel Armand Ugon	1391	esq. Emilio Barboroux	Sede municipal
Ivon Lorenzo (FA)	CANELONES	LA FLORESTA (JAUREGUIBERRY)	Calle 1	s/n	-	Liga de Fomento
Luz Echande (PN)	FLORES	ISMAEL CORTINAS	Artigas	s/n	entre Lavalleja y Rivera	Sede municipal
Margot de Leon (FA)	CANELONES	SANTA ROSA	Baltasar Brum	s/n	esq. Avenida Tomás Berreta	Sede municipal
María de Lima (PN)	COLONIA	NUEVA HELVECIA	Frau Vogel	1308	esq. Treinta y Tres	Sede municipal
María del Carmen Suárez (PN)	CANELONES	MIGUES	Luis Alberto de Herrera	s/n	entre Hermelinda Silva y Gregorio Migue	Sede municipal
Miriam Rodrigues (FA)	MONTEVIDÉU	MUNICIPIO C	Consulado	****	-	Residência da entrevistada
Rosa Imoda (PN)	CANELONES	LOS CERRILLOS	Zorrilla de San Martín	s/n	esq. Veracierto	Sede municipal
Sandra Nedov (FA)	MONTEVIDÉU	MUNICIPIO D	Av. General Flores	4750	-	Sede municipal
Suzana Camarán (FA)	MONTEVIDÉU	MUNICIPIO B	18 de Julio	1453	-	Ministério do Desenvolvimento Social
Suzana Rodriguez (FA)	MONTEVIDÉU	MUNICIPIO C	Av. Dr. Luis A. de Herrera	4553	-	Sede municipal

Apêndice E - Cronograma das entrevistas (2020)

Segunda-feira (02-02-2010)	Terça-feira (03-02-2020)	Quarta-feira (04-02-2020)	Quinta-feira (05-02-2020)	Sexta-feira (06-02-2020)
Chegada em Montevideo		Sandra Nedov Município D (14:30)	Rosa Imoda Los Cerrillos (15:00)	
Segunda-feira (09-02-2010)	Terça-feira (10-02-2020)	Quarta-feira (11-02-2020)	Quinta-feira (12-02-2020)	Sexta-feira (13-02-2020)
	Miriam Rodrigues Município C (13:30)	María de Lima Nueva Helvecia (10:00)	Suzana Rodriguez Municipio C (11:30)	María del Carmen Suárez Migues (9:30)
	Susana Camarán Município E (17:30)	Anali Bentancur Colonia Valdense (12:00)		Luz Echande Ismael Cortinas (14:00)
Segunda-feira (17-02-2010)	Terça-feira (18-02-2020)	Quarta-feira (19-02-2020)		
	Ivon Lorenzo La Floresta (Jaureguiberry) (11:00)	Retorno a Pelotas		

Apêndice F – Roteiro das entrevistas (2020)

Mi nombre es Marina dos Santos Landa, soy estudiante de doctorado en Ciencias Políticas y actualmente soy profesora de la Universidad Federal do Pampa (UNIPAMPA)

El tema de mi tesis es sobre la participación de las mujeres en los municipios uruguayos (2010 - 2020). Por eso, estoy construyendo un trabajo sobre la trayectoria política de las mujeres que en los primeros diez años participaron en los gobiernos locales.

Dados de Identificação

Nombre:

Raza/color:

Escolaridade:

Profissão:

Estado Civil:

Partido:

Fecha de nacimiento:

Curso:

Ocupación:

Filhos: Sim () Não () nº:

Setor:

Módulo 1: Mujeres en la política

Me gustaría escuchar sobre el papel de las mujeres en la política en nivel general (para todas las mujeres).

- ❖ Dificultades enfrentadas por las mujeres;
- ❖ Relación vida pública y privada;
- ❖ Importancia de la presencia de mujeres en la política.

Módulo 2: Trayectoria política - engajamento/militância

Hable un rato sobre tu trayectoria (introducción/interés) por la política en general por la política partidaria y electoral en específico.

- ❖ Diferentes activismos, compromiso social; trabajo de base
- ❖ Militância gremial
- ❖ Tradición familiar o otra;
- ❖ Si actúa o actuó en movimientos de mujeres o feministas;

Módulo 3: Partido/recrutamento

¿Podría hablar sobre sus experiencias en la política y sobre su carrera (cargos públicos)?

- ❖ Relación y trabajo en lo partido
- ❖ Mandatos políticos anteriores
- ❖ La oportunidad de competir por un puesto en el Concejo Municipal

Módulo 4: Desafíos que enfrenta con el municipio

Me gustaria escucharla sobre el trabajo desarrollado en el municipio y los desafíos y el potencial del gobierno local

- ❖ las posibilidades del poder municipal (como nivel de gobierno);
- ❖ los desafíos de representar el Concejo Municipal;
- ❖ su relación con el Concejo
- ❖ su relación con la comunidad local;
- ❖ lo que se cambió en su vida en diez/cinco años desde que asumió el cargo publico;
- ❖ Por último, si pretendes seguir participando en la política institucional.

Módulo 5: Situación de Uruguay

Ahora me gustaría que hiciera un análisis del país, las políticas públicas y las reformas adoptadas en los últimos diez/quince años con centralidad en las políticas de derecho humanos y en especial direccionadas para las mujeres

- ❖ ley del aborto;
- ❖ violência;
- ❖ luchas feministas.